

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Ari Marcelo Macedo Couto

Adhemar de Barros: práticas e
tensões políticas no poder

DOCTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

SÃO PAULO
2007

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Ari Marcelo Macedo Couto

Adhemar de Barros: práticas e
tensões políticas no poder

DOCTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais sob a orientação da Prof^a Dr^a Vera Lucia Michalany Chaia.

SÃO PAULO
2007

Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq pela bolsa concedida, sem o que não conseguiria viabilizar a pesquisa e nem mesmo concluí-la.

Aos professores Rachel Meneguello e Miguel Chaia, integrantes da Banca de Qualificação, que tanto contribuíram com sugestões importantíssimas, tornando possível assim a reelaboração de alguns pontos da tese.

À Regina Sampaio um agradecimento especial. Sem ela, muitas informações estariam perdidas e não poderiam ser confrontadas. A Regina cedeu as gravações que fez com lideranças do PSP, entrevistas de quando pesquisou para a sua dissertação de mestrado.

Aqueles que entrevistei, em nome do ex-deputado Hilário Torloni.

Aos amigos do UNIFIEO, professores e alunos.

Aos instituidores da FIEO.

Aos amigos do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política.

Um agradecimento muitíssimo especial à professora Vera Chaia. Além de orientadora, durante esse tempo todo foi uma amiga especial. Suas intervenções, sempre precisas, foram fundamentais para a conclusão da tese. Além disso, a Vera está sempre me instigando com novos projetos.

Aos mais pais, irmãos e avós. E um agradecimento especial à Renata, companheira de lutas duríssimas.

Esta tese eu dedico ao meu(minha) filho(a).

RESUMO

Adhemar de Barros foi um ator público que viveu para a política. Apesar da formação em medicina, exerceu pouco esse ofício se dedicando mesmo às articulações políticas. Foi o único que governou o Estado de São Paulo por três mandatos, em 1938, 1947 e 1963.

Figura contraditória, polêmica e popular. Adhemar era um político que estava sempre com o povo, por isso era tão querido na periferia da Capital e, principalmente, no interior do Estado. Carismático, ia direto ao encontro dos anseios dos cidadãos.

Dentro do Estado de São Paulo, conseguiu manter uma certa hegemonia política disputando-a permanentemente com o seu maior rival, Jânio Quadros. Também teve grande influência no cenário nacional, em momentos de alianças e rupturas com os ex-presidentes Vargas, Dutra e Jango.

Para que sua influência política pudesse se consolidar, fundou o seu próprio partido. O PSP, apesar de nacional, era formado basicamente por correligionários paulistas. Adhemar foi a única liderança da legenda, não deixando espaço aberto para a aparição de outros líderes. Talvez o seu maior erro, pois o PSP ficou limitado às vontades de um único mandatário.

Este trabalho não é uma pesquisa biográfica, mas busca revelar quais eram as práticas políticas utilizadas por Adhemar de Barros para se manter sempre em evidência no cenário político.

Palavras-chave: política, populismo e política.

ABSTRACT

The São Paulo politics always disclosed great leaderships, amongst which Adhemar de Barros. Influential us half politicians, Adhemar were the only one that he governed Are Pablo for three mandates: 1938, 1947 and 1963. Popular, he was next to the people, thus guaranteeing its hegemony politics. Adhemar remains in the politics up to 1966, when it is moved away from the power for the military; the same ones that it supported in 1964, when of the military blow.

Word-key: politics, power and São Paulo.

LISTA DE ABREVIATURAS

MTR - Movimento Trabalhista Renovador

PD - Partido Democrático

PRP - Partido Republicano Paulista

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PSP - Partido Social Progressista

PR - Partido Republicano

PL - Partido Libertador

PDC - Partido Democrata Cristão

PTN - Partido Trabalhista Nacional

PRT - Partido Republicano Trabalhista

PST - Partido Social Trabalhista

UDN - União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
PRIMEIRO CAPÍTULO	
1. Relações de poder e partidos políticos	21
1.1 Da medicina à política: a trajetória adhemarista.....	21
1.2 A liderança: na esteira da contradição.....	31
1.3 Partidos políticos: enfrentamentos constantes pelo poder.....	43
SEGUNDO CAPÍTULO	
2. Governando sob regime democrático	67
2.1 Adhemar de Barros: um político astuto.....	67
2.1.1 Comunicação: meio de viabilizar o líder carismático...74	
2.2 Eleições de 1947: aliança com os comunistas.....	81
2.3 Governo democrático: o povo quer explicação.....	95
TERCEIRO CAPÍTULO	
3. Práticas políticas e cotidiano do poder	112
3.1 "A meta é o homem": campanha eleitoral de 1962.....	112
3.1.1 Manobras: as coligações partidárias.....	128
3.2 A campanha começa a esquentar: o debate político.....	136
3.3 Rupturas: infidelidade partidária.....	148
3.3.1 O governo: Adhemar no centro das atenções.....	160
3.4 Presidencialismo: composições no governo.....	173
3.5 Crise: entre as esquerdas e os conservadores.....	195
3.5.1 O rompimento: Adhemar se afasta de Jango.....	209
CONCLUSÃO	222
BIBLIOGRAFIA	230
FONTES	245

INTRODUÇÃO

A política é um processo contínuo, apesar das várias nuances e atores sociais que a constitui ao longo dos anos. É composta por variáveis teoricamente fáceis de serem previstas, mas que na prática se fazem por uma rede entrelaçada de acordos e práticas gestacionais que nem sempre serão reflexos dessas variáveis teóricas.

Ficou explícito ao longo da pesquisa que os políticos e os cenários até podem modificar no tempo - e aqui estudamos os anos 30, 40 e 60 -, mas, particularmente no Brasil, muitas situações do fazer política ainda são recorrentes ao dia de hoje.

Isso se evidencia com pesquisa de opinião recente publicada pelo jornal *Valor Econômico* em que 40% dos brasileiros acham melhor um político que realize muitas obras, mesmo que roube, do que um que faça poucas obras e não roube nada¹. Talvez hoje, com a maior difusão dos meios de comunicação, as denúncias sobre corrupção tornaram-se mais notórias, mesmo assim o "rouba, mas faz" - frase que ficou famosa durante as gestões de Adhemar de Barros - ainda persiste nas atuais gerações.

Um pequeno exercício nos permite compreender esses valores, talvez ainda mais quando o nível de carência e a ignorância são ainda muito grandes entre as pessoas mais carentes. A população quer ver resolvida a problemática da saúde, da moradia, do emprego, não importante os fins. Para ela, como indica a própria pesquisa, o governante honesto é o que não sabe governar².

Essa é uma problemática que também não se resolveu em outros tempos da história. Não foi possível mensurar a repercussão que tinha a corrupção junto ao eleitorado de Adhemar, mesmo porque as denúncias eram amplificadas apenas nos jornais com uma tiragem de exemplares voltada apenas para as classes mais altas. Isso nos permite então afirmar que a grande parcela do eleitorado adhemarista estava justamente nas classes com pouco acesso a informação ou, se tinham,

¹ "A mentalidade do 'rouba, mas faz'". *Valor Econômico*, 27,28 e 29/07/2007, p.3. Pesquisa realizada pelo Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb).

² *Idem*.

ignoravam tais denúncias pelo próprio interesse pessoal em ter seus pleitos resolvidos.

Essa análise nos fez indagar: o que Adhemar de Barros tem de diferente dos políticos de hoje? Nada. A história política é cíclica, vai se repetir de tempos em tempos. "Lula é o Adhemar de Barros destes novos tempos", afirmou o sociólogo Francisco Weffort³.

O pobre que depende de recursos governamentais para sobreviver está indiferente à malversação do dinheiro público, mesmo sabendo ou ouvindo dizer das permanentes denúncias de corrupção⁴. "Sempre houve no Brasil um 'pragmatismo' dos eleitores que misturam suas convicções com seus interesses"⁵.

Trocar uma cesta básica, uma vaga na escola ou um tratamento de saúde por votos para um político continua sendo uma prática bem-aceita no Brasil. O clientelismo⁶ é uma forma de fazer política comum no Brasil, assim como fora em tempos de Adhemar de Barros.

Outra pesquisa realizada pelo jornal *Valor Econômico* indicou que 50% da população adulta no Brasil acha que uma família pobre passando fome deve aceitar uma cesta básica de um candidato em troca de voto⁷.

A população ainda demonstra ser favorável ao clientelismo quando o assunto é saúde. Para 64% dos entrevistados, mãe de um filho doente deveria aceitar dinheiro de um candidato para tratamento médico em troca de voto. Mais ainda, 55% dos ouvidos pela pesquisa consideraram que a mãe que não consegue uma vaga para o filho na escola deveria trocá-la por um voto⁸.

Esse é o espelho de uma sociedade que se constituiu ao longo do tempo, baseada na aceitação do clientelismo e da corrupção. A troca de favores sempre foi peculiar à política brasileira. Foi assim que muitos governantes se mantiveram no poder, e isso Adhemar soube usar

³ "Lula é o Adhemar de Barros do momento, afirma Weffort". *Folha de S. Paulo*, 10/09/2006, p. A8.

⁴ Idem.

⁵ Ibidem.

⁶ "Tipo de relação política em que uma pessoa dá proteção a outra(s) em troca de apoio, estabelecendo-se um laço de submissão pessoal". FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio Século XXI Escolar*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

⁷ "Metade dos brasileiros aprova o clientelismo". *Valor Econômico*, 3, 4 e 5/09/2007, p.3. Pesquisa realizada pelo Ipsos-Opinion.

⁸ Idem.

tão bem quando foi um dos líderes mais representativos do Estado de São Paulo.

O personalismo⁹ permeou toda a sua trajetória política. E por ser personalista, condicionou a política às suas vontades. Disse, certa vez, Miguel Arraes: "acho que o personalismo em política é um erro, nós devemos é lutar para que surjam quadros novos (...). A posição de um chefe, em política, é um grave defeito, um grave erro"¹⁰.

O chefe era Adhemar. Ele, e somente ele, garantiu a sua permanência na política e se incumbiu de sufocar qualquer nova liderança partidária que tentava surgir no seio do partido.

E, por ser personalista, Adhemar fez questão de organizar sua estrutura política sobre legendas partidárias. Isso possibilitava suas manobras para manipular todas as grandes decisões que envolviam interesses próprios e de seus correligionários¹¹.

Ao criar o seu próprio partido, o Partido Social Progressista (PSP)¹², transfere para si toda a responsabilidade de pautar a agenda das grandes decisões políticas em São Paulo e no Brasil. Sobretudo no Estado paulista, já que adhemaristas constituíam uma bancada forte na Assembléia Legislativa. Isso garantia a Adhemar uma independência política, sem ter que se subjugar às decisões de políticos, mas pressionando para conseguir mais espaço no cenário nacional.

José Arthur Giannotti enfatizou: "A politicagem escrachada mata a política. Não há política sem politicagem, sem dissimulação, troca de favores e indulgências. Se no reino animal já existe simulação, no reino humano (...) ela entranha relações de poder e relações de saber"¹³. Na dissimulação Adhemar foi especialista. Fazia-se imprescindível para a sustentação de governos nacionais em alguns momentos; mas também se fazia descartável em outros, quando verificava que seus interesses já não eram mais atendidos. E, nesse segundo

⁹ Entendendo esse termo como o líder que toma o poder para si.

¹⁰ Leia frases do ex-governador e deputado Miguel Arraes. **Folha Online**, 13/08/2005 Disponível em: <<http://www.folha.com.br>>. Acesso em: 11/09/2007.

¹¹ "No continente, partido não é coisa de pobre". *Valor Econômico*, 11/01/2007, p. A8.

¹² Sobre o PSP, estaremos tratando no Primeiro Capítulo.

¹³ "Politicagem escrachada". *Folha de São Paulo*, 26/06/2005, Caderno Mais, p. 3.

campo, empolgava-se quando do lado oposicionista. Pelos meios de comunicação mandava seus recados aos seus inimigos.

Talvez essa foi a característica das lideranças políticas paulistas, sempre se consideraram auto-suficientes. O maior Estado da federação pautava as decisões nacionais e o governador paulista (independentemente de ser Adhemar) estava sempre pressionando. É o poder que, "exercido *em nome* de uma comunidade, transforma o indivíduo em político e a comunidade como se fosse efetiva associação de interesses ligados a um modo de vida ideal"¹⁴. O poder político aqui está associado a um saber que lida com o dissenso e com a dissimulação do outro.

Dissimulação será inerente à política. Muitas vezes Adhemar achou deter o poder, chegando a persuadir a si mesmo e aos outros¹⁵. Daí o político estar sempre elaborando um discurso "cuja veracidade, ao menos no início de sua atuação, precisa ser apenas aparente, pois somente assim adquire e conserva poder"¹⁶.

Essas argumentações nos fazem concluir que Adhemar de Barros nunca foi tão contemporâneo. Líder político no Estado de São Paulo deixou vários discípulos¹⁷. Jogou o jogo político, caminhando em uma zona cinzenta de ações e interesses intersubjetivos cujas regras não estavam perfeitamente estabelecidas. Nesse jogo, o lado "dissimulador depende de como cada sociedade se engana e de quanto ela tolera as ações imprecisas, os atos que depois serão aceitos ou não, em suma, como separa a política da politicagem"¹⁸.

As práticas políticas eram determinadas dentro de um cotidiano marcado por trocas de favores, por interesses públicos e particulares de prefeitos, de vereadores, de deputados estaduais e de federais. Só

¹⁴ Idem.

¹⁵ Quando do golpe militar, Adhemar sentiu-se integrado ao poder e acreditando que poderia ditar, ou ao menos dar seus palpites, a política nacional. Foi excluído das decisões centrais do Palácio do Planalto. Os detalhes sobre essa relação de forças está explicitado no último capítulo.

¹⁶ "Politicagem escrachada". *Folha de São Paulo*, 26/06/2005, Caderno Mais, p. 3.

¹⁷ "Ex-prefeito ocupou vazio político deixado por Adhemar de Barros". *Folha de S. Paulo*, 17/09/2005, p. A 20. O jornal analisa a trajetória de Paulo Maluf a partir do falecimento de Adhemar. Em 1969, ano da morte do pessepista, Maluf foi empossado prefeito biônico da Capital. Começou sua carreira política, assim como Adhemar, nomeado por um regime ditatorial.

¹⁸ "Politicagem escrachada". *Folha de São Paulo*, 26/06/2005, Caderno Mais, p. 3.

atendia aos reclamos dessas lideranças se obtivesse apoio político. Assim formou uma rede de sustentação nacional¹⁹.

Era um exímio orador, de convencer as massas eleitorais. Era um político nato. Fazia da política a sua profissão. Possuía todas as características de um líder carismático. Mas chegou ao poder dentro de uma concepção racional-legal²⁰ - exceto quando foi interventor de São Paulo -, discutindo dentro da instituição partidária as formas democráticas de gerenciamento da política²¹. Para que a sua posição partidária fosse sempre aceita, seduzia seus correligionários com promessas de ascensão dentro do partido ou com loteamento de cargos públicos. O partido foi, sem dúvida, o meio de sobrevivência, de manipulação e de manutenção política de Adhemar no poder.

A hegemonia do poder lhe impunha características de liderança demagógica. Fazia promessas durante as campanhas eleitorais, mas somente atendia a população naquilo que julgava essencial e, quando cobrado sobre decisões mais amplas, culpava o governo federal por isolar São Paulo das questões mais importantes do país. Dizia: "eu só tenho você, trabalhador espoliado do seu salário, que não lhe permite ter casa para morar, leite e escola para seus filhos"²².

Com discursos diretos e incisivos ao povo, marcou seus governos com trabalhos assistencialistas, encampados pela primeira-dama do Estado, Leonor Mendes de Barros. Espoliou o orçamento público ao investir na construção de grandes obras, seu feito preferido. Foi acusado diversas vezes de corrupto.

Mesmo com as denúncias permanentes contra a sua forma de governar, com os processos que enfrentou de *impeachment* formulados por deputados oposicionistas da Assembléia Legislativa, sempre se manteve como um dos líderes no Estado. O povo gostava de Adhemar, via que nele existia um espírito empreendedor, de ousadia, de desenvolvimento.

¹⁹ Não podemos deixar de mencionar a grande inserção popular de Adhemar. O povo gostava do seu jeito bonachão.

²⁰ Aqui são relevantes os estudos feitos por Max Weber sobre a questão. WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1967.

²¹ Mesmo quando os militares assumiram, acreditava Adhemar (isso fica claro em suas declarações) que os civis voltariam ao poder.

²² Minha candidatura é o protesto do povo. *O Cruzeiro*, 24/09/1960. Disponível em: <<http://www.memoriaviva.digi.com.br>>. Acesso em 25/10/2005.

Justamente por ter concentrado o poder em suas mãos e por não ter permitido o surgimento de novas lideranças políticas, não conseguiu fazer com que seu partido fosse representativo nacionalmente. Excluindo São Paulo, em outros Estados era pouco expressivo. Na Câmara Federal, destacavam-se apenas as lideranças paulistas nas discussões polêmicas.

Confirma-se assim a predestinação do líder carismático. A vocação em transmitir ao povo a imagem, única e exclusiva, do verdadeiro representante popular. Era o político que se aproximava do eleitor, falava aquilo que as pessoas queriam escutar, estava permanentemente nas casas, nos bairros e nas cidades. Mantinha uma rede de contatos e de correligionários prontos para atenderem ao seu chamado. Avocava para si a devoção dos militantes políticos, a submissão de seus liderados. Condição eminente da dominação do líder carismático²³.

O político despertava em seus aliados a lealdade, a devoção e o amor²⁴. Adhemar era o único, dentro do partido, a unir lideranças políticas que se opunham e também o único capaz de expulsar aqueles que não estavam alinhados às suas idéias.

Mobilizava os correligionários, mantinha prefeitos eleitos nos municípios do Estado, determinava a pauta da bancada do PSP na Câmara dos Deputados, direcionava os trabalhos dos deputados estaduais e vereadores de São Paulo.

Era populista, se entendermos o termo como a forma de fazer política baseada no aliciamento das classes sociais menos esclarecidas.

Adhemar vivenciou esse momento histórico marcado pela transição de um modelo econômico baseado apenas na agricultura para um de desenvolvimento industrial, em 1930; período propício para o aparecimento de políticos promotores de idéias sociais que em si apresentavam mudanças para as sociedades.

²³ Aqui retomo as teorias weberianas. WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1967.

²⁴ Idem.

O populismo surgiu nessa transição e crise de uma hegemonia até então oligárquica para uma dominação dos grandes industriais, sobretudo paulistas. Há uma mudança de perfil, apesar da política continuar ainda sob dominação dos capitalistas²⁵.

Adhemar nasceu nesse meio, de famílias endinheiradas. Seu pai era um rico fazendeiro da região de Piracicaba, tendo outros quatro irmãos com quem passou sua infância na cidade de São Manuel, próximo a Botucatu, no Estado de São Paulo.

Estudou em colégios consagrados na região, estando sempre acompanhado dos filhos dos grandes fazendeiros. Ingressou então na Escola Nacional de Medicina do Rio de Janeiro, fez pós-graduação no Instituto Oswaldo Cruz (Rio de Janeiro), nos cursos de Parasitologia, Helmintologia e Microbiologia. Posteriormente partiu para a Europa, onde permaneceu dois anos entre Hamburgo e Berlim (Alemanha), bem como em hospitais na França, Áustria, Suíça e Inglaterra, fazendo residência médica.

A passagem de Adhemar pela política nacional perpassa por uma trajetória que se iniciou em São Paulo dos anos 30 - mais precisamente em 1935 -, quando se elegeu deputado à Assembléia Constituinte e à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, pelo PRP.

O político marcou sua trajetória como deputado com fortes críticas à gestão política do governo do presidente Getúlio Vargas. Inflammava seus discursos na tribuna da Assembléia conclamando os paulistas a se posicionarem contra a administração federal. Fora combatente em 1932, por isso nutria descontentamento com a política e com o líder nacional.

Mas isso não afastou a possibilidade de aproximação dos dois políticos. Após embate com os paulistas, Getúlio Vargas decidiu

²⁵ Sobre o populismo estaremos discutindo ao longo dos capítulos. Sobre o conceito, ver: PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; SCHWARTZMAN, Simon. *O pensamento nacionalista e os "Cadernos de nosso tempo"*. Brasília: UnB, 1981; JAGUARIBE, Hélio. *Brasil: crise e alternativas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974; WEFORT, Francisco C. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980; GERMANI, Gino, DI TELLA, Torcuato, IANNI, Octavio. *Populismo y contradicciones de clase em latinoamerica*. México: ERA, 1973; FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; dentre outros.

investir na reaproximação com o Estado e suas lideranças e apoiar o pleito do PRP para que nomeasse um representante do partido para a interventoria estadual de São Paulo. Vargas precisava de São Paulo, não poderia continuar a ter contra si o maior Estado da federação.

O presidente se aproximou do PRP, então maior partido de oposição. Ofereceu à legenda a interventoria, solicitando indicações para o cargo. Dez nomes foram apresentados ao presidente, dentre os quais de antigos políticos, interessados em defender apenas benefícios para si próprios, e não estreitariam as relações entre São Paulo e Vargas, mas sim um distanciamento.

O presidente fez questão de virar a página e esquecer o desafeto que tinha por Adhemar de Barros e, dentre os indicados na lista do PRP, escolheu exatamente o então deputado como interventor de São Paulo, em 1938. "A trajetória de Adhemar de Barros na Interventoria processou-se, durante todo o tempo, sobre um verdadeiro vulcão, sempre prestes a erupção" (Beni, s/d: 166). Permaneceu como interventor até 1941, depois de estabelecer uma relação complicada com a base de sustentação de seu governo e colidir frontalmente com o próprio Vargas.

Mas a exoneração do cargo não seria o suficiente para abalar Adhemar de Barros e mantê-lo afastado da política. Durante seis anos buscou articular-se politicamente para voltar ao governo. Tentou ingressar na União Democrática Nacional (UDN), enfrentando resistência. Foi então que resolveu unir seus correligionários e amigos políticos e fundar, em 1945, o Partido Republicano Progressista (PRP). "(...) Nasceu da disposição de luta de um punhado de companheiros de Adhemar que, face às razões já referidas, entenderam fundar a própria agremiação" (Beni, s/d: 177). Era a fórmula encontrada por Adhemar para voltar a disputar o governo do Estado de São Paulo. Teria seu próprio partido, imprimindo-lhe suas idéias e ainda garantiria legenda para o pleito que ocorreria em 1947.

Para que a legenda ganhasse corpo, fez um acordo político, principalmente visando a eleição estadual, propondo a união da sua

legenda com o Partido Popular Sindicalista e o Partido Agrário Nacional. Sob a direção de Adhemar e com a união das duas legendas (PPS e PAN), fundou-se o Partido Social Progressista (PSP), agremiação que sustentaria o líder Adhemar até o seu último governo. Os acordos partidários garantiram ao político a eleição para governador em 1947 pelo PSP - com o apoio do Partido Comunista.

Adhemar conseguiu eleger seu sucessor em 1950 e, posteriormente, rompeu com o mesmo. Em 1954 tentou voltar ao comando do governo paulista, mas foi derrotado pelo então prefeito de São Paulo, Jânio Quadros. Em 1955 nova derrota, agora para a presidência da República. Apenas em 1957 retornou ao cargo público sendo eleito como prefeito de São Paulo. Tentou novamente disputar o governo do Estado, em 1958; em 1960 pleiteou a presidência da República, não logrando êxito. E 1962, mais uma vez, voltou ao governo do Estado. Era a última participação de Adhemar na disputaria um cargo público.

A formação como médico influenciou o planejamento e a obra social de seus governos. Em todas as administrações a prioridade foi dada sempre aos setores da saúde pública e da educação, áreas que ele considerava indispensáveis para o desenvolvimento do Estado de São Paulo. Dentre algumas realizações estão o Hospital do Pênfigo Foliáceo ("Fogo Selvagem"), no Mandaqui; construção de unidades para tuberculosos; inauguração do hospital das Clínicas; e do Hospital do Juqueri; construção da rodovia Anhanguera; dentre outras obras importantes.

A despreocupação com as finanças estaduais lhe induzia, ao ser empossado, a emitir bônus dos títulos do Estado para financiar suas obras; causando endividamento orçamentário.

Apesar de Adhemar ter passado por vários cargos públicos - deputado estadual, prefeito e governador - além das campanhas à presidência da República - não seria possível fazer um amplo estudo sobre a sua liderança política. Procurou-se recortar o período histórico, privilegiando-se os momentos em que o Brasil

vivia sob a égide da democracia, por isso a escolha dos governos de 1947 e 1962.

A intenção não é dar um enfoque biográfico a Adhemar de Barros, mas trazer para as Ciências Sociais uma discussão sobre as práticas e relações de poder dessa liderança. Aprofundar o estudo, interagindo com essas vertentes, ultrapassando o foco exclusivo das pesquisas sobre os partidos políticos.²⁶ Indicando que as práticas políticas, apesar das variações temporais, elas são cíclicas.

As Ciências Sociais e a História vêm efetivamente aumentando seus estudos sobre o sistema político nacional. Revelando o funcionamento das legendas partidárias, o comportamento das mesmas no Poder Legislativo e a relação entre esse poder e o Executivo. Mas os estudos são menores sobre homens públicos que fizeram da política a sua profissão, os que viveram ou vivem para a política e da política.²⁷

Adhemar teve um estilo de liderança marcado pelo personalismo e pela visão partidarista ligada aos seus interesses pessoais. Fundou sua própria legenda porque não foi aceito ou não permaneceu em outras.

Durante a pesquisa, além da utilização do arquivo de entrevistas realizadas por Regina Sampaio, também foram ouvidas outras lideranças políticas, amplamente utilizadas no decorrer dos capítulos, se não de forma direta (como citação), de forma indireta (no entrecruzamento de idéias): Altimar Ribeiro de Lima, Araripe Serpa, Enio Pesce, Hilário Tornoli e Mario Telles.

No **Primeiro Capítulo** buscou-se ampliar a discussão sobre o populismo, redimensionando alguns conceitos. Assim como uma reflexão sobre a formação dos partidos políticos após 1945 e a

²⁶ São clássicas as obras sobre partidos políticos de CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros*. Brasília: Editora da UnB, 1981; SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1990; e RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos, ideologia e composição social*. São Paulo: Edusp, 2002.

constituição da legenda do PSP em 1947, sustentando as candidaturas de Adhemar de Barros até 1962, ano do seu último governo. A discussão teórica está apoiada nas concepções weberianas de como o discurso de Adhemar e suas ações firmavam sua liderança no Estado.

A abertura política e democrática em 1945, com a eleição do presidente Eurico Gaspar Dutra e a possibilidade de formação de novas legendas, são discussões para o **Segundo Capítulo**. A volta de Adhemar ao governo como candidato eleito e suas relações com o presidente; além do pleito de 1950 serão abordadas.

O **Terceiro Capítulo**, e último, terá como temas as eleições de 1962 e a acirrada disputa de Adhemar e Jânio Quadros. Eleito, Adhemar governou sempre com um rol de alianças. Tratou também de ampliar sua influência junto ao presidente Goulart. Não obtendo êxito, partiu para a oposição e foi uma das lideranças do golpe militar.

Na **Conclusão**, discutiremos qual foi o comportamento de Adhemar de Barros depois que os militares assumiram o poder. Declaradamente candidato à presidência em 1965, o líder pessepista foi cassado e acabou sendo permanentemente afastado da política.

²⁷ RODRIGUES, Leôncio Martins. *Transparência, o preço da vida pública*. Folha de S. Paulo, 10/09/2002, p. A 2.

PRIMEIRO CAPÍTULO

1. Relações de poder e partidos políticos

Este primeiro capítulo abordará questões mais teóricas, importantes para o processo político. O conceito sobre populismo foi redimensionado, na tentativa de priorizar as discussões mais contemporâneas em interface com as primeiras referências ao fenômeno nos anos de 1950/60. Não buscou-se criar uma nova teoria sobre o populismo, mas compreendê-la e, de forma mais específica, relacioná-la ao personagem político Adhemar de Barros; um líder populista inserido no contexto histórico.

A retomada do processo democrático em 1945 e a pluripartidarização criou condições para o nascimento de novas legendas. Para permanecer na política, Adhemar de Barros registrou seu próprio partido, sustentáculo de suas campanhas a cargos majoritários. O PSP foi forte no Estado de São Paulo, mas inexpressivo em âmbito nacional.

1.1. DA MEDICINA À POLÍTICA: A TRAJETÓRIA ADHEMARISTA

Do final dos anos 30 até o início de 1960, duas lideranças paulistas tiveram fundamental importância não só no Estado de São Paulo, mas também no cenário nacional. Adhemar de Barros e Jânio Quadros, com características e apelos populares semelhantes, movimentaram os processos eleitorais e político brasileiro.

Adhemar começou a sua carreira em São Paulo durante a fase de transição política e econômica do Brasil. Eram os anos 30, tempos em que o café vinha sendo substituído pela indústria nos grandes centros urbanos produtores. Getúlio acabava de ascender ao poder por meio de um golpe apoiado por dois grupos que dominavam o cenário político: constitucionalistas e tenentistas.

Os primeiros, concentrados em São Paulo e sob a estrutura do Partido Democrático, apoiavam ampla constitucionalização do Brasil

com eleições livres, liberdades civis e ideais liberais. Os tenentistas defendiam um governo forte, centralizado e enfrentamento de seus opositores.

A industrialização, fortalecida no início dos anos 30, plantou raízes na década de 20 quando o processo vinha sendo alavancado. Importante ressaltar que nessa época a indústria brasileira se caracteriza pela extrema dependência do setor agrário-exportador (Fausto, 2000: 36).

Há, portanto, uma estreita relação entre as oligarquias e os industriais, não permitindo assim concluir que o movimento de 1930 se caracterizou pelo total apoio dos industriais, ou que não houve participação dos agricultores brasileiros. Os apoios não eram formais, mas indicavam a intenção da indústria de arregimentar a política nacionalista, e da oligarquia em manter-se no centro do poder.

Esse fluxo permanente de dinheiro proveniente da produção cafeeira, além de ser direcionado para novas plantações, também proporcionava investimentos em outros segmentos como bancos, estradas, usinas. "O café, como atividade nuclear do complexo cafeeiro, possibilitou efetivamente o processo de acumulação de capital durante todo o período anterior à crise de 1930" (Cano, 1998: 136).

A economia de São Paulo ainda estava fortemente marcada, nesse período, pela produção e grande oferta do café. A indústria, até o fim da década de 20, ainda engatinhava em sua estrutura muito simples e que nem de longe ameaçava o monopólio cafeeiro. Apesar da estreita relação entre o capital proveniente do café e a expansão da indústria, muitas foram as ocasiões em que o produto estava em baixa e a indústria em alta e vice-versa (Cano, 1998: 143). "(...) A economia cafeeira assentada em relações capitalistas de produção engendrou os pré-requisitos fundamentais ao surgimento do capital industrial e da grande indústria" (Mello, 1998: 104).

É exatamente no período que antecede os anos 30 que a expansão cafeeira é rápida e próspera, estimulando a evolução

industrial (Aureliano, 1999: 62). A rotatividade do dinheiro proporcionava a expansão da industrialização no país, com participação especial de São Paulo no processo.

Os próprios fazendeiros investiam seus lucros em indústrias diretamente, e indiretamente quando seus lucros transitavam pelo sistema bancário (...) ou por outra forma qualquer de intermediação financeira e de capital. Não se quer com isso afirmar que apenas os fazendeiros promoveram a implantação das indústrias (Cano, 1998: 143).

As condições para o surgimento do capital industrial e da indústria, sustentando a economia cafeeira, tem as seguintes condições: transformação do capital monetário acumulado em capital produtivo industrial; geração de uma força de trabalho em mercadoria e; e a expansão do mercado interno de modo que absorva a produção (Mello, 1998: 105).

Essencialmente, essas condições ocorrem em São Paulo onde a expansão do café era muito maior do que no Rio de Janeiro, com suas oligarquias em crise e dependentes da ação e de políticas governamentais. Pode-se concluir que São Paulo "obteve um maior grau de modernização industrial, aumentando-lhe, assim, as possibilidades de enfrentar a concorrência com a indústria das demais regiões" (Cano, 1998: 176).

A expansão da indústria, conseqüentemente aumentou a oferta de empregos, basicamente formada por trabalhadores livres e imigrantes. Nas indústrias foram criadas condições, resultantes do acúmulo de capital da exportação cafeeira para sua transformação: "uma oferta abundante no mercado de trabalho e uma capacidade para importar alimentos, meios de produção e bens de consumo e capitais, **o que só foi possível porque se estava atravessando um auge exportador**" (Mello, 1998: 107).

Somada a essa expansão, a indústria também aumentou suas exportações, altamente superavitárias naquele momento. Isso funciona até quando os preços do café no mercado internacional

começam a cair (Mello, 1998: 114). Quando a crise do café atingiu o seu auge, nem mesmo os industriais conseguiram sobreviver; a recuperação vai se dando lentamente.

Alguns autores²⁸ defendem que o impedimento do avanço da industrialização no período foi decorrente da hegemonia das oligarquias cafeeiras. É possível dizer que o período de 1888 a 1933 consolidou o processo industrial no Brasil, interligado com a expansão do café no mercado internacional. Parte do investimento industrial partiu, como já foi dito, dos recursos destinados pelas oligarquias cafeeiras.

Desemprego e corte no salário dos trabalhadores, duas conseqüências da crise de 29. Para se ter uma idéia das conseqüências disso em São Paulo "o número de fábricas, bem como de operários, caiu 20%, e os setores mais atingidos foram exatamente os produtores de bens de consumo assalariado, especialmente o têxtil" (Aureliano, 1999: 84).

Esse cenário se apresentava no período anterior ao movimento de 1930, com hegemonia do capital cafeeiro e a estruturação do setor industrial. Com a ascensão de Getúlio Vargas ao governo federal, o cenário político e econômico sofrem algumas modificações.

Nem a oligarquia cafeeira paulista, nem os industriais do Estado cerraram fileiras ao lado de Getúlio Vargas quando candidato da Aliança Liberal à presidência da República²⁹. Queriam ver o paulista Júlio Prestes na presidência, dando continuidade à política café com leite. Tanto é que cafeicultores e industriais do Estado solidarizaram-se com Prestes.

Isso foi fundamental para Vargas, já no poder, alijar São Paulo do processo político brasileiro. A proposta dos "tenentes", que incluía um programa de nacionalização e de centralização do poder, ganhou força. A luta contra as oligarquias, predominantemente paulista, foi um dos instrumentos utilizados por

²⁸ MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1984. Será o autor mais enfático nas considerações sobre essa temática.

Vargas. A exclusão política do Estado ficou marcada pela nomeação do tenente João Alberto como interventor de São Paulo. A indicação do pernambucano "abriu uma crise contínua entre representantes políticos da burguesia de São Paulo e o governo central" (Fausto, 2000: 46).

Além de não ser paulista, João Alberto também inquietou os industriais ao apresentar propostas na área trabalhista que arrepiavam o setor - tais como garantia de quarenta horas semanais e aumento dos salários aos operários. Foram quase dois anos de tensões e rupturas. Um momento de desentendimento político, "de crise de hegemonia no sentido mais preciso, na medida em que nenhuma classe ou fração de classe logra tornar-se hegemônica, sucedendo a burguesia cafeeira" (Aureliano, 1999: 102).

As questões econômicas marcaram São Paulo, mas não podemos deixar de lado os acirramentos políticos. Dois partidos disputavam a hegemonia do poder paulista. De um lado o Partido Democrático (PD)³⁰ e de outro o Partido Republicano Paulista (PRP)³¹. O PD estava estreitamente ligado a setores industriais e era adversário do presidente Washington Luís. Esteve ao lado da Aliança Liberal e de Getúlio Vargas. O PRP representava os interesses dos setores cafeeiros, mas possuía - em menor escala em seus quadros - lideranças vinculadas aos industriais.

Com Vargas no poder, o PRP foi excluído como parceiro fundamental nas interlocuções políticas, sendo substituído pelo PD. O tensionamento provocou o embate político entre São Paulo e o governo federal.

²⁹ É importante ressaltar que a Associação Comercial de São Paulo aderiu posteriormente ao movimento liderado por Vargas.

³⁰ Partido político paulista fundado em 24 de fevereiro de 1926 pelo conselheiro Antônio da Silva Prado. Foi extinto em 24 de fevereiro de 1934, quando foi fundado o Partido Constitucionalista de São Paulo. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30*. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 2001, p. 4302.

³¹ Partido político paulista fundado em 3 de julho de 1873. Foi o principal partido da República Velha. Foi extinto por decreto de dezembro de 1937 junto com os demais partidos do país, logo após a decretação do Estado Novo. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30*. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 2001, p. 4369.

Se o desenvolvimento industrial não foi um objetivo da prática política de Vargas entre 1930 e 1937, isso não significa que o Estado tenha adotado uma linha contrária aos interesses da burguesia industrial. Do ponto de vista político, alguns elementos do setor obtiveram postos de comando de importância variável: os industriais de tecidos Guilherme da Silveira e Jorge Street tornaram-se, respectivamente, presidente do Banco do Brasil e diretor da Divisão Industrial do Ministério do Trabalho; no plano econômico, as próprias preocupações pelo equilíbrio financeiro e a necessidade de restringir importações conduziram a incentivos em algumas áreas, especialmente nas da indústria extrativa e da agroindústria (Fausto, 2000: 68).

A exclusão de determinadas categorias de São Paulo do processo decisório político nacional levou o Estado ao movimento conhecido como Revolução Constitucionalista de 1932, contra o governo federal. O movimento - que reuniu cafeicultores, profissionais liberais e industriais - contou com a participação efetiva do PRP.

Adhemar de Barros surgiu nesse processo de crise da hegemonia e de luta política contra o governo de Vargas. Filho de um cafeicultor da região de Botucatu e sobrinho de uma liderança importante do PRP - José Augusto de Resende, chefe do Partido na região -, Adhemar esteve presente na Revolução de 32 (apesar de seus inimigos contestarem o seu efetivo comparecimento no front contra o governo Vargas).

Adhemar, por conta da pressão aos insurgentes de 32, refugiou-se na Argentina e ao retornar ao Brasil foi convidado pelo general Ataliba Leonel (PRP) a candidatar-se a deputado estadual na Constituinte de 1934. Ao aceitar, condicionou a sua participação na política a no máximo a eleição para a Assembléia Constituinte, após o pleito voltaria a exercer a profissão de médico.

Esteve entre os dezessete deputados mais votados, dentre 60 eleitos, em outubro de 1934. Como constituinte participou da eleição do governador do Estado e dos representantes de São Paulo no Senado Federal.

Dentre os políticos paulistas, poucos conheciam o novato Adhemar de Barros e a oposição o acusava de pouca atuação e falta expressividade na Assembléia Legislativa. Mas, sem dúvida, foi um opositorista, enquanto deputado, ao governo Vargas. Diziam os jornais da época:

Trazendo o recinto numa verdadeira "rodaviva", anavalhando sem dó nem piedade erros e falhas dos detentores do poder, lancetando os abscessos políticos que os homens do governo cultivam no organismo combalido da administração pública, o Sr. Adhemar de Barros, lançando o terror por toda a parte, só se salva [...] pelas imunidades que a deputação lhe outorga. Não fosse isso, e esse brioso paulista, médico, aviador e gentleman, seria considerado, pelo nosso Intelligence Service, como um perigo social das atividades permanentes (Hayashi, 2005: 2).

Por ter sido um crítico obstinado de Vargas e depois se associado ao ditador, Adhemar mostrou a figura política que sempre foi: polêmico e contraditório, compondo e rompendo com aliados e inimigos de acordo com suas conveniências. O deputado Adhemar de Barros dizia que São Paulo era aliado do processo político decisório do Brasil e, nas suas palavras, era preciso "libertar o Brasil da ação dissolvente e nefasta do Sr. Getúlio Vargas, porque bem sabíamos que, fossem quais fossem as leis, não poderíamos sair do regime degradante em que nos encontrávamos", ressaltando ainda que "enquanto estivesse à frente dos nossos destinos o homem que, por sua insensatez, incompetência e impatriotismo, arrastara a nação ao descrédito e a anarquia" (Hayashi, 2005: 2).

Não deixou de defender a política cafeeira, como legítimo membro do PRP, e, como deputado se pautou por questões importantes para o Estado de São Paulo naquele momento. Lutava pela liberdade

do comércio do café e a não intervenção do Estado nas operações comerciais, salientando que as ações governamentais prejudicavam o café brasileiro no exterior.

Marcava suas posições apontando erros cometidos pelos governos Estadual e federal. Logicamente por ter posições políticas divergentes, salientava sempre mais os erros do que os acertos dos Executivos.

A revolução, que procurara conquistar as simpatias populares prometendo realizar um verdadeiro regime democrático, começou destruindo a Constituição, desrespeitando todos os direitos, ainda os mais inconcussos, negando aos cidadãos todas as franquias liberais, aniquilando a justiça, golpeando até no seu órgão mais alto, aviltando, em suma, a civilização brasileira que, através de inúmeras vicissitudes, firmara a sua expansão dentro dos quadros legais, libertando-se das aventuras do caudilhismo (Barros, 1986: 10).

Eram discursos duros, contrários ao governo. As acusações de que Adhemar era manobrado por membros mais experientes do partido para que alfinetasse Vargas parece fazer parte do jogo político entre governistas e oposicionistas, como acontece permanentemente nos regimes republicanos. Respostas e questionamentos duros contrários aos golpistas eram disparados por Adhemar: "todos os crimes foram calculadamente cometidos contra as instituições e os interesses do país, visando exclusivamente a conservação do poder, objetivo único que tem animado, até agora, o sr. Getúlio Vargas (...)"(Barros, 1986: 10).

Conservação do poder que foi tirado da oligarquia cafeeira. O discurso, acusatório como deveria ser, fazia parte do embate político das oposições. Discurso esse que, naquele momento, interessava ao PRP, fora da composição de governo de Vargas, mas que buscava abrir um canal de comunicação com o Executivo federal. Parecia pleitear participação no governo.

O discurso como deputado desconstrói a trajetória política posterior de Adhemar, marcada pelo denunciismo e o levantamento de acusações contra seus governos e a forma arbitrária como dirigiu o Estado, perseguindo inimigos políticos e centralizando as decisões de poder. Aquilo que criticava como deputado, implantou em suas gestões.

A contradição é perfeitamente identificada quando denunciou o governador de São Paulo, Salles de Oliveira, de utilizar a estrutura governamental para sua campanha à presidência³². "Não é possível que a alma bandeirante, martirizada por tantos sacrifícios, acolha generosamente os seus algozes, e se transforme em sustentáculo daqueles mesmos que só não destruíram São Paulo porque não puderam" (Barros, 1986: 11). Posteriormente, já a frente do Executivo paulista, utilizou a máquina administrativa em prol do partido e das suas candidaturas à presidência da República.

Adhemar foi o interlocutor, na Assembléia Legislativa, daqueles que também lutavam contra Getúlio Vargas. Era a voz dos cerceados pela ditadura. Representava também os interesses dos vereadores do interior do Estado, reprimidos pelos prefeitos indicados pelo governador paulista. "Os sofrimentos indescritíveis que nos foram infligidos pelo ditador, na sua faina criminosa de oprimir e aniquilar São Paulo, não podiam ser passivamente tolerados por um povo cioso da sua dignidade" (Barros, 1986: 11).

Em 1936, Caio Prado Junior comunicou ao deputado de que mais de 500 presos políticos do Presídio do Paraíso pediam a sua ajuda. Os presos eram membros da Aliança Nacional Libertadora (ANL), da qual Caio Prado era vice-presidente, e que defendiam algumas propostas básicas: cancelamento da dívida externa; nacionalização das empresas estrangeiras; liberdades pessoais; direito a um governo popular e cessão de terras aos pequenos e médios produtores (Hayashi, 2005: 8).

³² Salles de Oliveira chegou a ensaiar a candidatura, mas com a instalação do Estado Novo teve que abandonar as suas pretensões.

O deputado levou a cabo as denúncias de que os presos estavam incomunicáveis e que não recebiam objetos levados ao presídio por familiares. Apelou a governadores estaduais para que acelerassem os processos contra os detentos políticos, "de maneira a punir os culpados e libertar aqueles que, presos sem denúncia, sem sumário de culpa, sem provas (...)" (Barros, 1986: 254). Em 1937 retomou o assunto dos presos e continuou suas críticas contra o governador do Estado, Armando Salles de Oliveira³³.

Ao perceber que membros do PRP negociavam com Vargas, deixou as críticas de lado e redimensionou o seu posicionamento político. Não mais de críticas ao presidente da República, mas sim de apoio. Manteve contatos permanentes com homens de confiança do presidente da República. O deputado, que foi eleito para ficar apenas três meses na Assembléia Legislativa, tomou gosto pela política e permaneceu nela até o final de sua vida.

³³ A passagem de Adhemar pela Assembléia Legislativa pode até não ter sido tão expressiva, mas foi marcante a partir do momento em que o deputado seguiu uma linha partidária definida pela oposição ao governo federal. Em nenhum momento, durante o seu mandato como deputado, titubeou em relação a isso. Essa questão marca a trajetória do político. Adhemar sempre seguiu as definições partidárias.

1.2 A LIDERANÇA: NA ESTEIRA DA CONTRADIÇÃO

Adhemar de Barros sem dúvida foi uma liderança populista³⁴. Consideramos aqui o aparecimento do populismo no pós Estado Novo, seguindo defesa de alguns autores. Adhemar de Barros sempre procurou estar no poder, seja como prefeito, governador ou nas disputas à presidência da República. Quando não ocupava cargo público, preocupava-se em dirigir o seu partido político.

Apoiado em seu prestígio e carisma, abusava do discurso persuasivo, falando de religião e moralidade em um país predominantemente católico; defendendo o homem do campo, quando parte da população ainda vivia da agricultura; e apoiando os pequenos comerciantes da classe média, em um momento em que o setor despontava no país.

Esse discurso até fazia eco entre os paulistas - tanto que Adhemar foi eleito governador duas vezes e prefeito de São Paulo por mais uma -, mas não repercutia tão bem no restante do país, já que sua imagem como gestor público ficou arranhada em razão dos casos de corrupção que marcaram seus governos.

A nomeação como interventor federal em São Paulo em 1938 impulsionou a carreira de Adhemar de Barros - até então conhecido apenas como mais um deputado estadual do PRP. Nomeação essa que causou uma certa indignação nos meios políticos, pois, além de ser um severo crítico a Vargas, também não era um nome forte junto àqueles que apoiavam o presidente da República.

O PRP, como já foi dito, representava a oligarquia cafeeira e não apoiou o golpe de 1930, estando ao lado de Júlio Prestes na

³⁴ JAGUARIBE, Hélio. *Que é o ademarismo?* Rio de Janeiro: Cadernos do Nosso Tempo, vol 2, 1954. Este texto serviu de guia para o embasamento teórico sobre o populismo neste item em específico.

eleição. Mas por ser uma legenda forte entre os paulistas, era conveniente a Vargas uma aproximação, já que, desde 1932, se distanciara do Estado. Como já tinha o Partido Democrático a seu lado, abriu também negociações com o PRP. Só que ninguém entendia o por que de Adhemar ter sido escolhido:

O ditador quando escolheu o Adhemar, escolheu uma pessoa jovem e não gostaria de ter um representante muito ligado aos grupos tradicionais. Como ele Getúlio já tinha percebido, a liderança popular queria ter em São Paulo um político que também pudesse ser uma liderança popular (...). Queria um jovem não comprometido com os partidos tradicionais e que pudesse agregar alguma coisa ao grupo popular de apoio dele [Vargas], que era extra-partidário³⁵.

Ao ser nomeado interventor de São Paulo, automaticamente, Adhemar foi taxado como traidor não pelo PRP, mas por lideranças que viam nele um opositor nato. Lutou nas hostes oposicionistas a Getúlio Vargas, fazia discursos inflamados contra o presidente, mas se rendeu aos prestígios do cargo e aceitou a proposta do presidente. Aos olhos do próprio Vargas, que tinha a intenção de colocar a frente do governo um político inexpressivo, a iniciativa abriu as portas para Adhemar construir a sua própria liderança.

Depois que ganhou popularidade, Adhemar nunca mais deixou a vida pública. O político soube constituir a sua claqué. Nomeou prefeitos de sua inteira confiança para as prefeituras do interior de São Paulo, jovens e sem nenhuma filiação ou dependência com lideranças política tradicionais. Isso contrariou o seu próprio partido, mas lhe garantiu o futuro político.

Enquanto as legendas tradicionais utilizavam seus chefes regionais para conquistar apoio da população, Adhemar fazia o contrário, indo ele mesmo às cidades conversar com seus moradores. A figura política se sobrepunha ao próprio partido e a seus membros, criando assim uma estreita relação da figura de Adhemar

³⁵ Entrevista com Lucas Nogueira Garcez em 04/05/1978 - Arquivo Regina Sampaio.

com o povo, sem intermediários. Adhemar falava aos paulistas aquilo que os paulistas queriam ouvir.

Sua influência é pessoal, mas se exerce por via remota, através da popularidade de sua pessoa. Desta forma (...) constituindo o apelo emocional que realmente mobiliza o eleitorado rural de base, ao partido competindo, unicamente, a tarefa de organizar um eleitorado já previamente conquistado pelo Sr. Ademar de Barros e de proporcionar a esse eleitorado facilidades ou proteção, para que permaneça fiel ao chefe e possa, oportunamente, votar de acordo com suas instruções (Jaguaribe, 1954: 140).

Adhemar era quem dava ao partido prestígio necessário, em lugar de depender do partido. Por conta disso, seus opositores diziam que ele não possuía conteúdo programático e nem mesmo ideológico, as suas idéias eram formuladas ao sabor das suas idas e vindas ao interior do Estado e do Brasil, conversando diretamente com o povo³⁶.

Ao se auto-intitular como progressista e inovador, Adhemar marcava sua liderança como um populista. "Os movimentos de massa³⁷ se realizam como expressão confusa e primária de aspirações instintivas da massa, permanecendo dentro do âmbito de condicionamento de classe dominante e das relações de espoliação" (Jaguaribe, 1954: 142).

Essa massa se originou como um fenômeno proveniente do interior dos trabalhadores, sem um sentimento de unidade e o de classe. Terreno propício para o aparecimento do populismo.

³⁶ JAGUARIBE, Hélio. *Que é o ademarismo?* Rio de Janeiro: Cadernos do Nosso Tempo, vol 2, 1954. Essa questão é muito bem dimensionada pelo autor.

³⁷ Para entender a frase é preciso fazer uma referência ao que o autor complementa em seguida: "A massa não é uma classe, nem uma aliança ou articulação de classes, nem, mesmo, formalmente, um conjunto de classe. A massa é o conglomerado multitudinário de indivíduos, relacionados entre si por uma sociabilidade periférica e mecânica (...). Historicamente, as massas são o produto final da espoliação de classe" (Jaguaribe, 1954: 142).

O populismo, de que o ademarismo é a expressão brasileira, constitui a manifestação política das massas que persistiram como tais, por não terem seus membros logrado atingir a consciência e o sentimento de classe e por tender a se generalizar, como protótipo da comunidade, o tipo psico-social do homem-massa(Jaguaribe, 1954: 142).

A escola populista de Adhemar foi a de Getúlio Vargas. O paulista caminhou com as próprias pernas e personificou o seu governo. Ao substituir o interventor José Joaquim Cardoso de Mello Neto, Adhemar ressaltou em seu discurso:

Dr. Getúlio: assaltou-me o espírito ontem, de que o **prezado amigo** [grifo meu], tratando do caso Paulista, está mais uma vez com o receio de ser ludibriado e traído. No entanto, desta vez, diz-me a intuição, de que a solução desse caso, lhe trará motivos para o mais justo orgulho e satisfação. Gente boa e dócil o Paulista é muito fácil de ser **conduzido** [grifo meu]. O que é necessário é que seu condutor seja mais um seu amigo do que qualquer outra coisa (Barros, s/d: XXI).

Alguns pontos são importantes ressaltar. No começo da carta endereçada ao chefe da Nação, Adhemar chama Getúlio de "prezado amigo". Para quem acusava diariamente Vargas de ser um ditador e ir contra as posições políticas do presidente, Adhemar até que mudou rapidamente de posição. Outro trecho a ser ressaltado é quando utiliza a palavra "conduzido", ressaltando que com ele a frente do governo haveria um respeito maior dos paulistas, que se deixariam ser conduzidos.

Tudo isso ia de encontro àquilo que Vargas planejara. Ter um elemento leal a ele no governo de São Paulo e que desse total apoio ao governo federal para amainar a imagem do ditador junto a população paulista, depois dos acontecimentos da revolução de 1932. A positivação da imagem pública do presidente junto aos

paulistas se deve, em parte, ao empenho de Adhemar, por isso o presidente não conseguiu fazer dele sua marionete.

Vale ressaltar uma de suas frases no momento em que foi escolhido interventor, clamando aos paulistas que esquecessem suas críticas ao presidente enquanto era deputado: "Passei uma esponja no passado. Não interessa o que ficou antes de 10 de novembro de 37. Meu programa de governo nortear-se-á pelos princípios expedidos pelo sr. Getúlio Vargas (...)" (Barros, s/d: XXIV).

Ao defender os interesses de São Paulo, por vezes Adhemar era pego defendendo interesses próprios. Ao escolher o secretariado disse: "para cada pasta procurei três ou quatro nomes de amigos (...)" (Barros, s/d: XXVII). São Paulo precisava de amigos de Adhemar ou de especialistas na área para resolver os problemas do Estado?

Adhemar tinha um estilo político próprio. "Seu governo era direcionado para as massas, tinha carisma extraordinário e o povo via nele a expressão de muitas de suas necessidades, grandezas e fraquezas"³⁸.

Ao assumir a interventoria declarou: "eu só peço a Deus que guie e ilumine a minha inteligência para que venha a ser apenasmente (sic) um homem bom e um homem justo" (Barros, s/d: 9).

Adhemar fora um político de realizações, empreendedor de obras públicas. Mas, para a realização de suas obras, comprometia o orçamento público do Estado.

Foi responsável pelo início da construção do Hospital de Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, inaugurado em abril de 1944, considerado o maior hospital-escola da América Latina; o Hospital de Pronto Socorro, dos Institutos Bacteriológico, de Higiene e de Medicina Legal; do Departamento de Anatomia Patológica da Faculdade de Medicina de São Paulo e dos Institutos Emílio Ribas e Adolfo Lutz.

Como interventor, criou o Departamento de Saúde dando início a obras de saneamento, com campanhas de educação sanitária e de

³⁸ Entrevista com Lucas Nogueira Garcez em 04/05/1978 - Arquivo Regina Sampaio.

profilaxia das enfermidades endêmicas - como a tuberculose, lepra, pênfigo foliácio.

Entre suas obras como interventor estão ainda o Complexo do Mandaqui - com o Hospital Sanatório para Crianças Tuberculosas e o Pavilhão para pacientes adultos - e o Pavilhão Infantil Leonor Mendes de Barros, para atender crianças carentes, criado em 1941.

Nas suas intervenções na política viária do Estado, Adhemar deu início a construção do complexo das vias Anchieta/Anhangüera e da Castelo Branco. Construiu o Aeroporto de Congonhas, então o de maior movimento na América Latina, e aeroportos em cidades do interior - como Jundiaí, Piracicaba, Jaú, São José do Rio Preto e Viracopos na região de Campinas.

Já no ano de 1940, construiu os Portos de Ubatuba e São Sebastião e iniciou a construção de um grande entreposto de pesca em Santos, inaugurado em 1947.

Inúmeras obras visando o desenvolvimento do Estado de São Paulo, necessárias, sem dúvida, para o alavancamento econômico e social do Estado, mas sempre ficavam em suspeição, com acusações de desvio de dinheiro público. "Em princípios de 1937, Adhemar de Barros declarou que já tinha uma visão ampla das necessidades administrativas do Estado", completando que "as práticas políticas em vigor estavam precisando de uma reforma radical, capaz de imprimir à máquina administrativa uma ação corregedora de suas imperfeições" (Hayashi, 1996: 71).

Sobre sua conduta administrativa reforçava: "Eu estou na escola getuliana: quero agir como sempre age o chefe da Nação, calmamente, para não ter que voltar atrás" (Hayashi, 1996: 72).

Com o decorrer da interventoria, ficou claro que o programa desenvolvido em São Paulo não visava exaltar a imagem de Vargas, mas sim a de Adhemar, como ressaltamos com as declarações do ex-governador Nogueira Garcez.

Adhemar lapidou sua imagem pública. Com o Estado Novo uma série de comemorações festivas eram realizadas. As datas oficiais eram aproveitadas pelo presidente Vargas para aproximá-lo dos trabalhadores brasileiros. A primeira festa patrocinada pelo

Estado Novo foi a do Dia do Trabalho, em 1938, quando o presidente Vargas regulamentou o salário mínimo e assumiu o compromisso de todo ano anunciar um benefício social aos trabalhadores (Gomes, 1994: 200).

Em todo 1º de maio já era esperado pelos trabalhadores um benefício social com grande festa. Outras datas foram utilizadas como motivos comemorativos como o aniversário do Estado Novo, o 7 de setembro e até o dia do aniversário de Vargas. "Estas três comemorações - o aniversário do presidente, o Dia do Trabalho e o aniversário do Estado Novo - constituíram três ocasiões-chave para a comunicação entre Vargas e a massa (...)" (Gomes, 1994: 201).

O governo, para se beneficiar da repercussão das concessões sociais aos trabalhadores, criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939. Em cada Estado o DIP era desmembrado em Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda (DEIPs). Repercutiam, nas unidades da Federação, as idéias do Estado Novo.

Adhemar soube surfar nas ondas dos meios de divulgação do seu governo. Assim como Vargas, festejava as datas comemorativas, principalmente a de seu aniversário. Por sorte, Adhemar fazia anos em 22 de abril e Vargas em 19 do mesmo mês. Era motivo mais do que propício para a celebração.

Embora a ação do DIP sobre a imprensa fosse muito forte e a propaganda dos dois políticos [Getúlio e Adhemar] fosse bastante semelhante, é possível notar formas de tratamento distintas dos jornais. Além disso, um ano após assumir a interventoria, Adhemar juntamente com a imagem de seguidor, tentou se sobrepor à figura de Vargas. Em São Paulo, no mês de maio de 1938, o interventor criou o Serviço de Publicidade e Propaganda do Estado, nomeando diretor Menotti Del Picchia, Francisco Pati, vice, e como redator-chefe Osmar Pimentel. Seis meses depois, o Serviço era transformado em Departamento de Propaganda e Publicidade. A mudança ocorrera porque o órgão ficara pequeno, sem estrutura para atingir seu objetivo, isto é, fazer

propaganda das realizações paulistanas no plano administrativo (Hayashi, 1996: 74).

O populismo³⁹ só existe se há um fenômeno de massificação, o que de fato acontecia já que, como dissemos, o período se caracteriza por um processo de início da industrialização no Brasil, em especial de São Paulo, e um inchaço das cidades. Não se constituíam ainda os sindicatos e as lutas sociais, muito menos uma formação sólida de uma classe operária. Não que ela não existisse, mas não era forte o suficiente para descortinar o que estava por trás dos benefícios sociais concedidos por Vargas aos trabalhadores.

Também se verificou uma perda de representatividade da oligarquia cafeeira, que desde 1930 perdeu prestígio com a ascensão de Vargas e seus aliados. Perdida a representatividade, a classe dirigente perdeu o poder.

E, por último, o aparecimento de um líder populista, com apelo às massas, constituído de poder para remanejá-las, quando necessário, e dissuadi-las de qualquer pressão ou manifestação quando fosse conveniente ao governo federal.

Esse carisma de massas, que cabe denominar de "populidade", consiste, essencialmente, numa capacidade de mobilizar os homens-massa - quer pertençam aos estratos proletarizados da sociedade, nos quais se originou a massificação, quer aos estratos superiores, atingidos pela massificação supestruturária - para fins políticos-sociais que representam a realização das aspirações psico e sócio-instintivas dos homens-massa constituem objetivos em si mesmos e imediatamente atrativos, dentro de uma ordem de valores imanente ao tipo psico-social dos homens-massa e em virtude, no que se refere ao líder populista, do fato de os homens-massa reconhecerem nele o seu mesmo tipo psico-social do homem-massa (Jaguaribe, 1954: 146).

A massificação e aparecimento das lideranças populistas são perfeitamente esclarecidos pelo processo que salientamos anteriormente de transferência dos trabalhadores do campo para a cidade, principalmente no período de deflagração da II Guerra, em 1939, quando foi recrutada a população que vivia no campo para ajudar na industrialização de suprimentos para serem enviados a outros países.

Adhemar colou a sua imagem a de Vargas. Não que adotasse a mesma política - buscou sim construir a sua - mas entendeu que o presidente conseguiu formar uma imagem pública junto a população que ele também queria ter. Dizia em seu discurso ao assumir a interventoria: "dois pensamentos se destacaram confundindo-se na mesma inspiração de bem servir o Brasil: primeiro, o de São Paulo, que é a minha terra (...); segundo o do Estado Novo, em cujo espírito me encontro integrado(...)" (Barros, s/d: 15).

Sem dúvida que o aparecimento de Adhemar de Barros como político se deu em um contexto econômico-social ensejado pelo movimento de 1930, propício para o aparecimento de movimentos populistas no Brasil.

Os quinze anos iniciais, da Revolução ao fim do Estado Novo, devem ser entendidos como um processo de construção (ou reconstrução) do Estado (...). Empreendida contra o condomínio oligárquico dirigente da República Velha, a "construção" getulista alterou em sua própria natureza os mecanismos de poder do país. Antes limitado a trocar apoios num restrito círculo oligárquico, o processo político passou a ter como energia vital a devoção de massas populares à pessoa do presidente. Devoção popular é apoio difuso, anônimo, sem condições nem intermediários: um

³⁹ Continuamos aqui permeando a nossa discussão com base no texto de Jaguaribe sobre o aparecimento de Adhemar de Barros como liderança. JAGUARIBE, Hélio. *Que é o ademarismo?* Rio de Janeiro: Cadernos do Nosso Tempo, vol 2, 1954.

capital político que só o beneficiário pode utilizar (Lamounier, 2005: 105)⁴⁰.

O setor de propaganda oficial do governo procurava exaltar a figura humana de Adhemar de Barros. Era o líder que acolhia sua população, que retribuía o carinho manifestado e que se preocupava com o desenvolvimento social do Estado. Disse o então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema: "o interventor Adhemar de Barros possui esta qualidade essencial do homem de governo: o infatigável dinamismo" (Hayashi, 1996: 85).

Adhemar tinha mesmo esse dinamismo. Viajava semanalmente ao interior e não deixava nas mãos dos prefeitos a resolução dos problemas da população. Acompanhava as obras estaduais e conversava diretamente com a população, conhecendo as necessidades de cada região. "E posso confiar no futuro porque confio nas energia inquebrantáveis do povo, nessas energias que não se deixam desviar pelas palavras ocas de exploradores ou intermediários", dizia completando, "nessas energias que sempre se renovam, com a esperança de melhores dias, pela confiança que têm na justiça e na equidade. O que me pedis, o que o povo me pede é um direito sagrado (...)" (Barros, s/d: 21).

Adhemar creditava ao Estado Novo todo o seu sucesso político, mas na verdade ele próprio soube construir o seu prestígio. Tanto que, como veremos adiante, ele retornou ao comando do Estado por mais duas vezes. O cinismo, os aconchavos, as composições eleitorais sempre estiveram presentes em sua trajetória, o que

⁴⁰ Bolívar Lamounier substitui o termo populista por plebiscitarismo. Para ele populismo é muito impreciso, mas admite que assim como lideranças carismáticas, são freqüentes. Acredita que todos os termos referem-se a um mesmo fenômeno, o de apelo de um líder à massa popular. Mas ressalta as diferenças: "populismo, para autores marxistas, é uma forma de liderança que recorre à demagogia para obscurecer interesses de classe, amortecendo (mas às vezes exacerbando) reivindicações populares; para liberais e em geral para economistas, alude a governos paternalistas e fiscalmente irresponsáveis. Plebiscitarismo (...) é sobretudo governo que agride ou propende a agredir as instituições. Refere-se portanto a tentativas de mobilizar apoio popular como recurso para contornar ou suprimir restrições institucionais - ou arranjos tradicionais de poder que atuam como balizamento institucional. Nesse sentido, é uma ameaça, intencional ou não, velada ou aberta, de golpe, autogolpe ou revolução" (Laounier, 2005: 106).

nunca lhe causou maiores constrangimentos. Como quando falava de Vargas e do Estado Novo:

Desde que fui honrado pelo meu eminente chefe com a investidura de interventor no meu Estão, o contato mais direto com suas populações mostrou-me, desde logo, o formidável e perigoso equívoco que os grupos políticos do velho regime mantinham em São Paulo e a União. A prevenção recíproca, que provocara um discreto afastamento do meu estado, não respondia, de forma alguma, aos desejos do povo: era um jogo de interesses partidários (...). Costumo dizer que há governos que falam, como há os que agem. Prefiro os últimos. E é, sobretudo, norteados pela ideologia do Estado Novo, dentro de um espírito superior de brasilidade que procuro corresponder ao inequívoco apoio com que me honra o povo paulista (Hayashi, 1996: 109).

Ressalta-se nesse trecho da fala do líder paulista a contraditória figura que sempre foi durante o tempo que militou na política. Criticava aqueles que sempre o apoiaram: o PRP, as oligarquias cafeeiras e seus companheiros políticos. De um ilustre desconhecido que foi como deputado, Adhemar tornou-se uma das maiores lideranças do Estado após sua saída da Interventoria.

Aliás, a sua demissão do cargo de interventor federal ocorreu de forma pouco explicada por Vargas. Denúncias de corrupção no governo paulista e de proteção de desafetos de Getúlio⁴¹ foram algumas justificativas dadas por membros do governo federal.

Também pesava contra Adhemar a forma como se projetava politicamente, criando sombra a imagem de Vargas em São Paulo. Durante os três anos que ficou na Interventoria, foram permanentes os boatos de que seria substituído.

Getúlio recebia constantemente informações de que o chefe do governo paulista vinha se enriquecendo ilícitamente, esbanjando dinheiro na vida privada e chamando a atenção dos mais próximos

⁴¹ Adhemar era acusado de proteger o integralista Plínio Salgado em São Paulo, com quem Vargas estava com relações políticas e sociais cortadas.

(Hayashi, 1996: 114). A todas as notícias que chegavam por assessores próximos, Vargas mandava, antes de averiguar, que as denúncias fossem feitas por escrito, o que nunca ocorreu. "Toda vez que o assunto era sua fortuna, Adhemar dizia que nascera rico e no Rio de Janeiro, onde estudava, era conhecido como 'estudante milionário' que auxiliava vários colegas da Faculdade de Medicina" (Hayashi, 1996: 116).

Adhemar estava construindo a sua liderança no Estado em função das realizações da Interventoria. "A deposição dele em São Paulo foi um ato de Vargas porque sabia que criava um rival na área mais densamente povoada, de maior produção brasileira e onde se concentrava o operariado"⁴².

Getúlio afirmou que a saída de Adhemar do posto de interventor em São Paulo era resultado de informações, agora comprovadas, passadas por Coriolano de Góis, secretário da Fazenda de São Paulo, que entregou ao chefe do Executivo federal grande quantidade de documentos indicando as irregularidades. De acordo com Vargas:

Enquanto as acusações se tinham limitado a relatórios verbais, não tomara nenhuma deliberação, receando praticar uma injustiça. No momento, porém, em que o sr. Coriolano de Góis me apresentou provas definitivas, não tive mais dúvidas e demiti Adhemar de Barros da interventoria do Estado de São Paulo (Hayashi, 1996: 119).

Ao entregar o cargo de interventor a seu sucessor, Fernando Costa, Adhemar garantia que entregava o Estado em ordem. Disse que não era um discurso de despedida. "Não me despeço do meu povo, porque ao deixar a interventoria federal, a verdade é que volta para o seio dele", completando, "Volto, aliás, satisfeito, com a consciência tranqüila" (Barros, s/d: 497). Adhemar ficou sem posto administrativo, mas não abandonou a política. Articulou, juntamente com partidários que ajudara quando fora interventor do

⁴² Entrevista com Lucas Nogueira Garcez em 04/05/1978 - Arquivo Regina Sampaio.

Estado, a sua candidatura a governador e a formação de uma base política que sustentasse suas articulações. E conseguiu.

1.3. PARTIDOS POLÍTICOS: ENFRENTAMENTOS CONSTANTES PELO PODER

O ano de 1945 marcou a retomada do processo democrático no país após quinze anos de governo Vargas. Apesar de ser um período dito democrático, algumas decisões políticas do presidente Eurico Gaspar Dutra indicavam exatamente o contrário; como a cassação do registro do Partido Comunista Brasileiro (PCB)⁴³.

Mesmo assim, a situação político-partidária, depois de anos da ditadura varguista, continuava a se caracterizar pela existência efetiva de apenas um partido nacional, dotado de uma ideologia consistente, que era o PCB, e mantenedor, mesmo durante a ditadura, de uma estrutura nacional e capilarizado pelas principais cidades brasileiras. Outras legendas surgiram, o que propiciou a competição livre entre elas pela primeira vez depois de muitos anos (Soares, 1967: 20).

Sob manifestações democráticas no país, o presidente Vargas, em fevereiro de 1945, se viu obrigado a baixar um "Ato Adicional" a Constituição de 1937 reativando o processo eleitoral e regulamentando a eleição da Nova Assembléia Constituinte. Com isso, vários partidos começaram a se organizar (Fleischer, 1981: 45).

⁴³ Partido político de âmbito nacional fundado em março de 1922 com o nome de Partido Comunista do Brasil e tendo por sigla PCB. Seu objetivo desde sua fundação foi promover a revolução proletária no Brasil e conquistar o poder político para realizar a passagem do sistema capitalista para o sistema socialista. É o mais antigo partido político brasileiro, embora tenha atuado a maior parte de sua existência na ilegalidade. Sobreviveu a todas as alterações político-institucionais por que passou o Brasil nos últimos 60 anos, assim como sobreviveu às crises internas que em muitos momentos determinaram a saída ou expulsão de vários de seus integrantes. A alteração do nome para Partido Comunista Brasileiro ocorreu durante a conferência nacional realizada em agosto de 1961, com a finalidade de facilitar o registro eleitoral do partido e a sua legalização. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30*. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 2001, p. 4260.

De acordo com a Lei Agamenon Magalhães, as legendas deveriam obter no mínimo dez mil assinaturas em cinco ou mais Estados para conseguir o registro; além disso, só poderiam concorrer a cargos públicos quem efetivamente estivesse filiado a alguma agremiação. A candidatura poderia ser pelo partido ou por uma coligação, prevendo ainda disputar uma vaga simultânea para os cargos de presidente, governador, senador e deputado federal.

Se o período de 1930 a 1937 é eminentemente instável, não assistindo à cristalização de uma estrutura partidária definida, o Estado Novo (1937-1945) é ostensivamente ditatorial: um Estado burocrático sem eleições e sem partidos. A supressão da representação via partidos é inseparável da implantação de uma máquina estatal centralizada (Lamounier e Meneguello, 1986: 41).

De 1945 a 1948, 31 legendas conseguiram um registro provisório concedido pelo Tribunal Superior Eleitoral. Em quatro anos, 15 tiveram o registro cancelado, outras três se fundiram e algumas mudaram de nome. Em 1947, com a cassação do registro do PCB, apenas 13 partidos tinham bases nacionalmente: UDN (União Democrática Nacional)⁴⁴; PSD (Partido Social Democrata)⁴⁵; PTB (Partido Trabalhista Brasileiro)⁴⁶; PSP (Partido Social

⁴⁴ Fundada a 7 de abril de 1945 como uma "associação de partidos estaduais e correntes de opinião" contra a ditadura estadonovista, caracterizou-se essencialmente pela oposição constante a Getúlio Vargas e ao getulismo. Embora tenha surgido como uma frente, a UDN organizou-se em partido político nacional, participando de todas as eleições, majoritárias e proporcionais, até 1965. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30*. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 2001, p. 5836.

⁴⁵ Tanto o PSD quanto a UDN foram formalizados enquanto partidos políticos em 1945. Sobre o PSD: "Ainda que o Partido Social Democrático (PSD), o veículo conservador do getulismo, tenha experimentado uma erosão contínua no seu apoio, permaneceu como o maior partido durante o período e formou a maior bancada na Câmara dos Deputados até 1963. Apesar do nome, tinha uma pequena semelhança com a social-democracia européia, e era marcado por uma orientação dominante de centro-direita. (...) O PSD foi um dos dois partidos criados por Vargas em 1945 com a finalidade de preservar as extensas máquinas políticas construídas durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945)". SCOTT, Mainwaring, MENEGUELLO, Rachel, POWER, Timothy. *Partidos Conservadores no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, pp. 20-21.

⁴⁶ Partido político de âmbito nacional fundado no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 15 de maio de 1945, e extinto em outubro de 1965 em decorrência

Progressista); PR (Partido Republicano); PRP (Partido de Representação Popular)⁴⁷; PSB (Partido Socialista Brasileiro)⁴⁸; PL (Partido Libertador)⁴⁹; PDC (Partido Democrata Cristão)⁵⁰; PTN (Partido Trabalhista Nacional)⁵¹; PRT (Partido Republicano Trabalhista)⁵²; PST (Partido Social Trabalhista)⁵³; e MTR (Movimento Trabalhista Renovador)⁵⁴ (Souza, 2005: 28).

Pode-se dizer que o sistema partidário, particularmente do centro-sul, representou-se por legendas que se diferenciavam ideologicamente, mas com conteúdos propositivos claros. Para alguns autores, porém, o sistema partidário era amorfo, sem conteúdo programático, reflexo da própria sociedade que não

da aplicação do Ato Institucional nº2. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30*. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 2001, p. 4419.

⁴⁷ Partido político de âmbito nacional fundado em 26 de setembro de 1945 por Plínio Salgado e registrado definitivamente em 10 de novembro do mesmo ano. Assim como os demais partidos ativos na época, foi extinto em 27 de outubro de 1965 pelo Ato Institucional nº2. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30*. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 2001, p. 4295.

⁴⁸ Partido político de âmbito nacional fundado em 6 de agosto de 1947 no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, durante a segunda convenção nacional da Esquerda Democrática. Assim como os demais partidos ativos na época, foi extinto em 27 de outubro de 1965 pelo Ato Institucional nº2. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30*. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 2001, p. 4410.

⁴⁹ Partido político gaúcho fundado em 3 de março de 1928 durante um congresso realizado na cidade de Bajé. Foi o sucessor do Partido Federalista Brasileiro. Foi extinto junto com os demais partidos do país pelo Decreto nº37, de 2 de dezembro de 1937, após a instalação do Estado Novo. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30*. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 2001, p. 4328.

⁵⁰ Partido político de âmbito nacional fundado em São Paulo em 9 de julho de 1945 sob a liderança de Antonio Cesarino Júnior. Foi extinto pelo Ato Institucional nº2 em 27 de outubro de 1965. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30*. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 2001, p. 4297.

⁵¹ Partido político de âmbito nacional fundado em 1945 por elementos diretamente vinculados ao Ministério do Trabalho, que tinham como objetivo organizar a massa sindicalizada independente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), criado sob inspiração de Getúlio Vargas. Foi extinto pelo Ato Institucional nº2, de 27 de outubro de 1965. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30*. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 2001, p. 4433.

⁵² Partido político de âmbito nacional criado em 1948 para suceder ao Partido Republicano Democrático (PD). Foi extinto em 1958, quando seus membros fundaram o Partido Rural Trabalhista (PRT). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30*. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 2001, p. 4380.

⁵³ Partido político de âmbito nacional organizado em 1947 no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, como um desdobramento do Partido Proletário do Brasil (PPB). Assim como os demais partidos ativos na época, foi extinto pelo Ato Institucional nº2, de 27 de outubro de 1965. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30*. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 2001, p. 4408.

⁵⁴ Partido político de âmbito nacional fundado por Fernando Ferrari em 1960 a partir de uma dissidência do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Assim como os demais partidos ativos na época, foi extinto pelo Ato Institucional nº2, de 27 de outubro de 1965. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30*. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 2001, p. 3989.

possuía um grau de diferenciação consistente (Campello de Souza, 1990: 31).

Aos eleitores se faz acreditar que as organizações partidárias sempre foram formadas por políticos que conjugavam dos mesmos ideais e princípios, o que não é verdadeiro, já que as discordâncias internas e desarmonias estão sempre presentes.

Nessa associação se tecem aliados e adversários graças à troca de favores e indulgências, cujo caráter e volume dependem de como a política se insere na sociedade e de como é vista por ela. Assim como todo agir se exerce assumindo os riscos de resultados indesejados, a política está sempre beirando a politicagem, de uma troca de favores e de indulgências que tende a fugir do controle dos parceiros imediatos e das regras definidoras de seu jogo. No entanto essa politicagem precisa ser dissimulada, pois, caso contrário, revelaria o lado não-político da política, as transgressões que negam sua normatividade⁵⁵.

Também foge ao entendimento das pessoas em geral que os partidos foram criados, na sua grande maioria e no período de 1945, de bases parlamentares ou governamentais⁵⁶, cooptados e reprimidos pelos governantes. Acrescenta-se a isso a falta de mobilidade social, decorrente do número ainda grande de pessoas morando em municípios do interior do país (Lamounier e Meneguello, 1986: 14)⁵⁷.

⁵⁵ "Politicagem escrachada". *Folha de São Paulo*, 26/06/2005, Caderno Mais, p. 3.

⁵⁶ Excluímos desse entendimento o PCB.

⁵⁷ "(...) Um dos aspectos da formação do Estado, no Brasil, foi uma política deliberada de impedir o fortalecimento de partidos nacionais, ou que de alguma forma pudessem competir com o poder central. Este processo é perfeitamente identificável no Império, na Primeira República e no Estado Novo. (...) Essa política levou à fragmentação e à atrofia não apenas de partidos classistas, ideológicos e religiosos, mas também de partidos, "tradicionais", baseados nas próprias oligarquias ou em parentelas semimilitarizadas. (...) O peso do governo federal na economia e na administração do país, combinado com a forma federativa, exerce poderosos efeitos desagregadores sobre os partidos. Estas são as raízes da chamada "política de clientela" (Lamounier e Meneguello, 1986: 24-25).

A dita redemocratização do país em 1945⁵⁸ não significou a saída da elite do poder, ela apenas se adaptou aos novos tempos e continuava a comandar o sistema político nacional. Durante o governo Dutra, os partidos funcionaram de forma controlada. O Executivo exigia atestados de ideologia para a inscrição de candidatos, impugnava a legenda caso fosse verificada ligações com o Partido Comunista, e tomava outras medidas incoerentes com a situação dita democrática daquele momento (Cardoso, 1975: 46).

As eleições foram regulamentadas pela Lei Eleitoral de 1945 e pela Constituição Federal de 1946. As primeiras eleições gerais ocorridas em 1950 seguiram determinadas regras, dentre as quais: criação da Justiça Eleitoral em todo o território nacional; e voto compulsório, universal e secreto restrito a cidadãos alfabetizados e maiores de 18 anos (Sousa, 2005: 29).

O PSD e a UDN constituíram programas partidários nacionais. O PSD representava o situacionismo, já que fora gestado com o apoio do próprio Getúlio Vargas; a UDN marcava suas lutas políticas pelo oposicionismo ao governo. O PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), também criado por seguidores de Vargas e que surgiu no mesmo período dos outros, representava um instrumento de mobilização do voto operário em prol do varguismo e seus seguidores. Atrelado basicamente ao aparelho sindical, era um partido com bases urbano-industrial. Esses três partidos detiveram entre 1945 e 64 aproximadamente 75% das bancadas no Legislativo Federal (Campello de Souza, 1990: 44).

Já o PCB, nesse mesmo período, procurou reforçar as suas bases políticas nas regiões em que estava instalado, buscando fortalecer sua base no movimento operário localizado nos centros urbanos; enquanto que outros partidos, sobretudo o PTB, buscavam ampliar seus eleitores tanto junto a população urbana quanto rural.

⁵⁸ Durante o período de 1945 a 1964 houve uma estabilidade de partidos políticos, sendo algumas alterações importantes como a cassação do registro do Partido Comunista e, apenas em 1962, a fundação do Movimento Trabalhista Renovador (Lima Júnior, 1982: 367).

A população brasileira, ainda mais conservadora, entendendo que esse cenário político se configurava como inovador e pleiteando uma reforma do sistema sócio-econômico do país, sustentou o crescimento exponencial, momento em que a UDN, o PSD e o PTB cresceram nacionalmente. "(...) As áreas urbanas eram bem mais refratárias ao PSD do que à UDN. Embora, em 1947, esta rejeição tenha diminuído nos dois casos, ela permaneceu mais forte em relação ao PSD" (Soares, 1981: 13).

Mas, com a decretação da ilegalidade do Partido Comunista pelo presidente Dutra, o grande beneficiário eleitoral foi o PTB, visto que os dois partidos disputavam a mesma base de votos, a dos operários. Enquanto permaneceu na clandestinidade, o PCB apoiou candidatos do PTB e, em certos momentos, políticos de partidos populistas, como foi o caso de Adhemar e que veremos mais adiante.

Neste sentido:

Os partidos que contavam com uma rede organizacional extensa já em 1945, tanto no nível estadual quanto nos municípios (como foi o caso do PSD e da UDN), tinham poucas possibilidades de ampliar seu poderio eleitoral através da expansão organizacional. Sua expansão estava, pois, limitada a modificações favoráveis na infra-estrutura sócio-econômica e ao seu melhor aproveitamento político, à maior eficácia eleitoral desta rede organizacional. O PCB, embora representado em alguns municípios eleitoralmente importantes em todos os Estados, não dispunha de uma rede organizacional extensa e eficaz no interior dos Estados. Ao que tudo indica, a estratégia organizacional do PCB foi exatamente a de concentrar seus recursos naquelas áreas que, por suas características sócio-econômicas, apresentavam maior probabilidade de proporcionar-lhe um apoio eleitoral substancial a curto prazo: daí sua penetração nas grandes cidades, em contraste com sua irrelevância ou ausência eleitoral nos municípios rurais (Soares, 1981: 16).

Após ter sido exonerado do cargo de interventor em São Paulo em 1941 pelo presidente Vargas, Adhemar de Barros entendia que era possível dar continuidade a sua carreira política independentemente do apoio do presidente da República. Com a abertura constitucional para a composição de novos partidos políticos e a regularidade das eleições, postulou-se como candidato natural ao governo estadual em 1947. Para concorrer era preciso estar filiado a uma agremiação política, o que Adhemar fez ao ingressar na UDN.

Mas a sua adesão ao partido não fora muito acolhedora. Adhemar enfrentou fortes resistências de políticos tradicionais no Estado, principalmente de integrantes dos partidos Democrático e Constitucionalista (DHBB, 2001, vol. 1: 542), além de intensa oposição do jornal *O Estado de S. Paulo*. "Alguns críticos, então, aproveitavam-se do argumento da diminuta passagem de Adhemar de Barros na política para vergastá-lo" (Beni, s/d: 167).

Isso não arrefeceu os ânimos políticos de Adhemar de Barros. Aproveitou para promover encontros com lideranças políticas da época da Interventoria. O objetivo era claro: disputar o governo do Estado em 1947.

Antes, porém, Adhemar tentou o PSD, mas esse não mostrou muito entusiasmo em ter em seu quadro o ex-interventor federal paulista. Ao ingressar na UDN, o político levou consigo uma legião de correligionários. Aproveitou e fundou cerca de 150 diretórios municipais por todo o Estado (Beni, s/d: 176). "O grupo de Adhemar foi recebido com muitas reservas e veio a ocupar uma posição bastante marginal entre as lideranças udenistas de São Paulo" (Sampaio, 1982: 49).

Valdemar Fernandes, João Sampaio e outros utilizaram todos os recursos para impedir a participação do grupo ademarista no primeiro congresso da UDN, mas não obtiveram êxito em virtude da intervenção de Pedro Aleixo, Virgílio de Melo Franco e José Américo de Almeida, da direção nacional,

favoráveis ao ingresso do antigo interventor. Assim, enquanto Ademar comparecia ao congresso nacional da UDN, o diretório paulista dessa agremiação prosseguia tentando marginalizar o grupo sob sua liderança. (DHBB, 2001, vol. 1: 543).

Diante do alijamento político e da possibilidade clara de não obter legenda para disputar o governo de São Paulo, Adhemar, reunido com correligionários, encontrou uma saída: fundar a sua própria agremiação. Teria que cumprir o Decreto-Lei 7586 de 28/05/1945, artigo 109 (Sampaio, 1982: 50). Conseguiu. Surgiu o Partido Republicano Progressista, em setembro de 1945, cuja sigla guardava, propositalmente, semelhança com o antigo PRP.

No ano seguinte, aliou-se ao Partido Sindicalista, tendo como membros Miguel Reale e Marrey Jr, e ao Partido Agrário Nacional, de Mário Rolim Teles. Constituiu-se o Partido Social Progressista.

Feliz ou infelizmente, Adhemar de Barros (...) não teve êxito com o seu grêmio político, o Partido Republicano Progressista, já que ele desejava conservar para si a histórica legenda PRP. Conseguiu eleger apenas um deputado por São Paulo, graças ao apoio dos espíritas (Romeu de Campos Vergal), e outro no Rio Grande do Norte, José Café Filho, destinado a adquirir tão relevante projeção na vida política brasileira. Outra agremiação que saíra em piores condições do pleito era o Partido Agrário Nacional, chefiado por Mário Rolim Telles (Reale, 1987: 196).

A idéia era mesmo de unir as forças políticas dispersas. "Custou-me vencer resistências, pois se todos reconhecíamos o prestígio pessoal de Adhemar de Barros em São Paulo, todos temíamos a sua conhecida cupidez de bens e de poder" (Reale, 1987: 197). A definição da UDN e PSD por uma linha programática mais conservadora e a indicação do PTB e PSP por uma orientação

populista, mobilizou um contingente eleitoral grande a estas duas últimas legendas.(Soares, 1981: 11).

Em São Paulo, com o surgimento do PSP, partidos nacionais como a UDN e o PSD foram suprimidos. Adhemar soube aproveitar a situação e angariar para si e para o partido parte dos votos dessas agremiações. "Um partido deve promover a mobilização e aspirar o apoio popular, tanto ao nível dos militares quanto dos eleitores (...)"(Benevides, 1981: 93). É possível afirmar então que entre 1945 e 64 foram seis os grandes partidos nacionais: PSD, UDN, PCB, PTB, PSP (apesar de não ter tido força para eleger um presidente da República, por exemplo; mas tinha uma bancada federal representativa) e o PR (Soares, 1981: 10-11).

Na realidade, porém, logo minhas esperanças se desvaneceram, pois o adhemarismo acabou engolindo o social-progressismo. Adhemar era um chefe populista nato, o primeiro a ter percepção, no Brasil, dos requisitos essenciais a uma política de "eleitorado de massa". Não foi por acaso que o populismo (...) teve o seu centro maior em São Paulo, onde a politização da classe média e do proletariado é mais acentuada, como consequência da multiplicação e crescimento dos centros urbanos (Reale, 1987: 198).

Ainda sobre o PSP:

Ele nunca foi propriamente - nem no nome, nem no estilo de atuação que lhe foi próprio - um partido de tipo "trabalhista", mesmo em comparação com os desfigurados trabalhismos de São Paulo. Creio que o PSP foi uma estrutura partidária mais "real" que os trabalhismos paulistas, se por este qualificativo se quiser expressar que existia uma máquina partidária e através dela expressavam-se interesses mais ou menos organizados ("escusos" ou não, pouco importa para o que quero assinalar). De fato, o PSP foi criado, um pouco como o PSD nacional, a partir do aparelho estatal. Entretanto, ele

expressou, desde o início um fenômeno de "insubordinação paulista"; o chefe político do grande estado (posto a escanteio no fim do Estado novo) não quis alinhar-se no grande partido clientelístico-estatal, de porte nacional que era o PSD (Cardoso, 1975: 51).

Adhemar precisou se aliar aos comunistas para se eleger governador em 1947. Não esteve o líder do PSP ligado a sindicatos e reivindicações trabalhistas, muito menos confundia-se com o aparelho estatal, como o PSD. "Ao contrário, organizou-se, utilizando o estado, mas dele diferenciando-se. Esta estruturação permitiu ao partido e ao ademarismo sobreviver nos momentos em que o partido perdeu o controle dos postos oficiais" (Cardoso, 1975: 51).

O PSP era uma legenda aberta aos que coadunavam das idéias adhemaristas. Ao ser policlassista, de massa e reformista, se opunha aos partidos tradicionais, oligárquicos e anti-reformistas. As lideranças do partido provinham de classes altas e médias, mas sua base de apoio era popular. Apesar de Reale tentar alinhar uma doutrina partidária precisa, o que se verificou era que o PSP mantinha apenas um conjunto de reivindicações sociais básicas (Ianni, 1975: 36-37).

Inclusive essa foi a característica de partidos políticos até 1964, que se auto-intitulavam populistas ou reformistas. Para se adaptarem ao comportamento eleitoral e atender as demandas dos seus eleitores, promoviam mudanças permanentes em seus conteúdos programáticos. Segundo alguns autores⁵⁹, a adequação dos partidos ao momento político era casuístico, buscando acolher principalmente os jovens eleitores, que ainda não possuíam uma ideologia partidária formada. Apesar dessas adaptações, não se pode atribuir exclusivamente ao fato o fortalecimento dos partidos populistas e reformistas, mas é um item a ser considerado (Lima Júnior, 1982: 368).

Juntamente como o PTB, o PSP recebia a denominação de progressista. O Partido Trabalhista dividia-se entre a ala dos sindicalistas, maioria pelegos associados ao Ministério do

Trabalho na era Vargas; os ideológicos-doutrinários liderados por Alberto Pasqualini; e a ala "pragmática-getulista", os chamados fisiológicos (Fleischer, 1981: 49-50). O PSP, que tinha sua força política concentrada em São Paulo, fora do Estado era uma legenda utilizada por políticos que procuravam enfrentar, em suas regiões, partidos dominantes.

Considerando estes fatos, encontramos nos dados um PSP que elegia deputados de diversos setores: agricultores, profissionais da saúde, comércio-bancos-finanças, jornalistas e até militares; talvez a mistura mais variada entre os demais partidos. Seus níveis de educação e localismo são baixos, carreiras medianas; entraram na política em idades mais avançadas; e chegaram à Câmara em idades medianas. Os pessepistas aproveitaram mais ou menos em igualdade os cargos eletivos e administrativos, que confirma (...) a agilidade deste partido em usar o aparelho do estado e de sobreviver (eleitoralmente) fora dele. Os dados sugerem um recrutamento de "forasteiros", sem ligações regionais/locais, de diversos setores da economia que usaram a política como um meio para subir na vida ou melhorar seus negócios (Fleischer, 1981: 49-50).

Por isso que o PSP já era em 1964 o quarto maior partido representado na Câmara dos Deputados.

As semelhanças entre o PSP e o PTB não fizeram do segundo um partido receptivo entre os eleitores em São Paulo. Era fraco eleitoralmente, desarticulado no âmbito interno e ideologicamente inconsistente. Era um partido paulista que se identificava com o eleitorado operário e trabalhador, mas que por divergências e boicote do diretório nacional não conseguiu decolar.

No maior centro industrial do país - São Paulo - os petebistas não eram os únicos identificados com o eleitorado operário, segmentado também em outros partidos. O PTB em São

⁵⁹ Sobre o assunto ver: LIMA JUNIOR, Olavo Brasil. *Realinhamento político e desestabilização do sistema partidário: Brasil, 1945-1962*. Rio de Janeiro: Dados,

Paulo, "embora fraco de votos e de lideranças (...) participa de todos os governos - no nível estadual e federal - em virtude de alianças, acordos e até pequenas traições" (Benevides, 1988: 12).

Sobretudo pelas incoerências programáticas dos partidos políticos, em São Paulo houve uma variedade de legendas - PST, PRT e PTN - que disputavam os votos progressistas e trabalhistas junto ao eleitorado estadual. Constituíram-se exatamente na fragmentação do PTB em São Paulo e pela exclusão comunista do sistema partidário (Cardoso, 1975: 50).

Nas eleições estaduais de 1954 e 1958 o PTB paulista quase desapareceu, elegendo, respectivamente, oito e cinco deputados federais e estaduais; enquanto que nacionalmente o partido crescia tornando-se, em 1962, a segunda maior bancada da Câmara dos Deputados. O PTB paulista, fortalecido, ameaçaria a hegemonia dos petebistas gaúchos e dos pessedistas mineiros. "Forte, o PTB poderia derrubar o ademarismo [sic] e até reivindicar o governo do Estado o que não interessava aos gaúchos, nem aos mineiros, nem aos cariocas" (Benevides, 1988: 16-17).

Além disso, o rompimento com Ademar poderia prejudicar os interesses nacionais do partido, já que o PSP era um parceiro nada desprezível para compor futuras eleições nacionais, como a coligação partidária que elegeu Getúlio Vargas presidente da República em 1950. "Havia interesses nacionais, no caso do PTB, que contrariavam as tendências favoráveis à constituição de um real partido de massas em São Paulo" (Cardoso, 1975: 46).

O diretório paulista foi dominado por aquilo que "foi a marca da tendência dominante no PTB paulista que se acomodou nos quadros de uma partido clientelístico mais do que um partido de massas" (Cardoso, 1975: 46-47).

Disse Roberto Gusmão, então vice-presidente nacional do PTB:

As direções regionais eram permanentemente minadas pela corrupção ademarista [sic] e pelo conjunto de forças reacionárias que acenavam com o perigo comunista. Um

exemplo típico é do famoso Major Newton Santos (gaúcho), que destruiu o PTB durante dez anos, em função de interesses pessoais, fazendo os mais absurdos e contraditórios acordos com Ademar [sic] e os pelegos de todos os tipos (Benevides, 1988: 18).

Em 1947 os petebistas, liderados por Ivete Vargas, apoiaram Adhemar de Barros; em 1954, Jânio Quadros; novamente Adhemar em 1958; e, em 1962, o partido cerrou fileiras com José Bonifácio, candidato apoiado pelo governador Carvalho Pinto. Era esse o PTB que, em prol dos compromissos trabalhistas, apoiava candidatos que nem sempre se identificavam com seus eleitores. Preferiam um bom acordo com um nome forte para o governo do Estado. Dizia Ivete Vargas:

O PTB e o PSP muito dificilmente se entendiam. O grande inimigo do PTB era o PSP e vice-versa (...). Uma coisa é a parte política e outra a parte eleitoral (...). Politicamente para nós era difícil o apoio a Adhemar, mas eleitoralmente não. Nosso eleitorado aceitava muito bem o acordo com Adhemar(...). Havia uma afinidade" (Sampaio, 1982: 73).

No período de 1945 a 1964, há uma intensa competição multipartidária, com desenvolvimento político eleitoral das legendas e participação ativa da população. Do ponto de vista da esquerda, o sistema político desse período, "é percebido como um instrumento de conflito de classe ou de consolidação de uma revolução social vitoriosa, enquanto o centro ou a direita vêem-no como uma simples operação técnica de administração e controle do poder" (Schwartzman, 1975: 137).

Apesar do PSP ter tido projeção nacional, nunca consolidou-se como partido que pudesse centralizar e conquistar o poder central, apenas desejá-lo. As eleições presidenciais, com exceção a de 1950 e 1960, foram ganhas pelas alianças políticas entre o PSD e o PTB. Apenas em 1950 o PSP entrou em cena e garantiu participação no

governo federal com a eleição de Getúlio Vargas. Em 1955 e 1960, o partido lançou Adhemar como candidato à presidência, logrando êxito apenas em São Paulo e Rio de Janeiro, mas na contagem nacional o candidato obteve apenas 25% dos votos. "Adhemar foi sempre um candidato regional, excluído do sistema PSD-PTB versus UDN e, por isto, sem chances de chegar ao centro do poder" (Schwartzman, 1975: 150).

1.4 COLIGAÇÕES PARTIDÁRIAS: ESTRATÉGIAS ELEITORAIS

Durante o período de 1945 a 1964 as alianças casuísticas entre as legendas, frustraram a organização de um sistema partidário-ideológico composto por programas institucionalizados. Para os políticos as coligações eram fundamentais para serem vencidas as eleições. O quadro abaixo explicita esse cenário brasileiro entre 1945-60:

	<i>Votos para candidatos do PSD-PTB</i>	<i>Votos para candidatos da UDN</i>	<i>Votos para candidatos do PSP</i>	<i>Outros</i>
<u>BRASIL</u>				
1945 (Gen. Dutra)	55,3%	34,7%	..	9,9%
1950 (G. Vargas)	70,3%	29,6%
1955 (Kubitschek)	35,8%	30,3%	25,7%	8,2%
1960 (J. Quadros)	32,9%	48,2%	18,8%	..
<u>SÃO PAULO</u>				
1945	57,7%	27,9%	..	14,4%
1950	65,0%	25,0%
1955	12,7%	33,0%	45,8%	8,4%
1960	15,3%	55,0%	29,6%	..

<u>MINAS GERAIS</u>				
1945	57,3%	40,6%	..	2,1%
1950	65,2%	34,8%
1955	58,6%	23,3%	11,5%	6,5%
1960	43,7%	44,5%	11,8%	..
<u>GUANABARA</u>				
1945	33,9%	37,5%	..	28,6%
1950	60,5%	29,5%
1955	29,5%	25,9%	39,4%	5,2%
1960	28,3%	47,2%	24,5%	..

Fonte: Tribunal Superior eleitoral, Dados Estatísticos, 1964 (Schwartzman, 1975: 149).

Apesar de congregarem a maioria parlamentar, o PSD e a UDN foram partidos que diminuíram seus tamanhos relativos na Câmara dos Deputados durante 1945 a 62. É possível afirmar que esse resultado foi reflexo das alianças e articulações com os demais partidos.

Assim, o sistema foi moderado enquanto o PSD foi um partido solidamente instalado no centro político. Transformou-se em polarizado quando o PSD fugiu do centro e fragmentou-se internamente. Enquanto o PSD manteve a iniciativa - da participação ou da omissão -, os outros partidos movimentaram-se ao seu redor, tendo-o como ponto de referência, para acompanhá-lo ou a ele se opor. Quando, ao contrário, o PSD se viu a reboque da conjuntura, reagindo a ela (e não mais se antecipando), o centro político do sistema desapareceu e o sistema partidário caminhou para o colapso (Hippolito, 1984: 37).

Por ter sido um partido representativo na esfera nacional, o maior dentre as legendas, o PSD atraía o interesse dos demais para a efetivação de alianças regionais e em nível nacional.

Apesar dessa visibilidade, em São Paulo o PSD não conseguiu decolar, ficando sempre espremido entre as forças políticas de

Adhemar de Barros e Jânio Quadros. Participou apenas da coligação que elegeu Adhemar em 1962, mas jamais dirigiu o Estado. A pouca representatividade em São Paulo causou baixas na bancada da Câmara Federal e do Senado. Entre 1945 e 1962 o número de deputados paulistas diminuiu de 45,7% para 13,7%; elegeu também apenas dois senadores: Roberto Simonsen (1947) e Auro Moura Andrade (1954 e 1962)(Hippolito, 1984: 37). O decréscimo da votação do PSD foi verificado no quadro abaixo de COMPOSIÇÃO PARTIDÁRIA na Câmara Federal (1945-1962):

PARTIDOS	1945	1950	1954	1958	1962
PSD	52,8	37,0	35,0	35,3	30,3
UDN	29,0 (a)	24,4	22,7	21,5	23,4
PTB	7,7	16,8	17,2	20,2	29,8
PSP	(b)	7,9	9,8	7,7	5,4
PCB	4,9	-	-	-	-
PEQUENOS	5,6	13,9	15,4	15,3	16,2 (c)
Total	100,0 (286)	100,0 (303)	100,0 (326)	100,0 (326)	100,0 (389)

Fonte: Dados Estatísticos, vols I, II, III/A, IV, VI (Lippi Oliveira, 1981: 110)

(a) Inclusive seis eleitos pela coligação UDN-PR.

(b) Dois eleitos pelo PSP são contados entre os pequenos.

(c) O PR acha-se em 1962 reduzido a quatro deputados por MG (no início do período tinha 19 representantes); o PDC é o maior dos pequenos, com 20 deputados, somente um a menos que o PSP.

Em 1962, apesar de Adhemar ser eleito pela aliança PSP-PSD, as duas legendas foram derrotadas, em número de votos partidários, para o Partido Democrata Cristão e o Movimento Trabalhista Renovador, associados a figura de Jânio Quadros (Schwartzman, 1975: 151).

A UDN também foi um partido que, apesar da pujança nacional, poucos adeptos conquistou em São Paulo. A agremiação na Assembléia Legislativa foi a maior opositora aos governos de Adhemar de Barros. "Coexistiram, na UDN, algumas teses liberais e progressistas, com outras ostensivamente reacionárias e anti-democráticas" (Benevides, 1981: 90).

A UDN começou a se configurar como uma frente, organizou-se como um partido político em 1945 e criou um movimento chamado de udenismo. "A UDN foi, de fato, um partido político. Embora tenha surgido como um *movimento*, a UDN organizou-se como partido, e não apenas como uma facção em luta pelo poder ou grupo de pressão" (Benevides, 1981: 93). Por ser um partido de representatividade nacional, a UDN participou de todas as eleições majoritárias e proporcionais de 1945 a 1965 nos Estados, ou concorrendo sozinha ou com alianças. "De maneira inequívoca o partido exprimia e, representava interesses de grupos vinculados à propriedade agrária, no que se opunha ao PTB, mas se identificava com o PSD" (Benevides, 1981: 94).

Tanto o PSP, quanto o PL e o PR eram partidos que surgiram e tinham a frente lideranças que fizeram parte da UDN. Perdendo apenas para o PSD em número de deputados, a UDN foi a segunda maior bancada da Câmara dos Deputados entre 1945 e 1962, defendendo o conservadorismo nacional.

Em São Paulo, precisamente no estado econômico e industrialmente mais avançado, o sistema partidário pré-1964 expunha sua fragilidade. Isso se traduzia, de um lado, na aguda debilidade dos grandes partidos nacionais PSD, PTB e UDN - cuja sobrevivência como entidades eleitorais autônomas esteve por um fio. Basta lembrar que, nas eleições de 1962, em São Paulo, estes três partidos submergem quase completamente na rede de alianças e coligações (Lamounier, 1975: 18).

Praticamente inexistentes no processo político aberto em 1945, as alianças e coligações foram entusiasmando os partidos políticos durante as eleições no pós-45, trazendo excelentes resultados. Em 1950 constituía-se em 20,3%, elevando-se para 27% em 54 e 35% em 1958 (Soares, 1964: 95). As coligações no período aumentaram proporcionalmente ao número de candidaturas partidárias.

Tornaram-se habituais no sistema político porque fortaleciam os partidos na disputa eleitoral e davam visibilidade às pequenas legendas. "A entrada ou não de um partido em uma aliança ou coligação obedece a uma avaliação das possibilidades eleitorais, bem como da distribuição dos votos dos candidatos entre os partidos" (Soares, 1964: 97). As coligações visavam a união de partidos com o objetivo de disputar e vencer as eleições, mesmo que os programas fossem incompatíveis.

Há que considerar, acima de tudo, que qualquer estudo de ideologia, e especificamente de ideologia partidária, exige separar o discurso da ação, a forma da substância, a "ideologia" dos interesses reais do partido. No discurso partidário deve ser levada em conta a utilização de instrumentos ideológicos para diversos fins, como: máscara para os reais interesses; critério de distinção ou auto-identificação em relação às outras forças políticas; questão de barganha política ou mobilização no momento eleitoral (Benevides, 1981: 104).

Apesar dos interesses eleitorais, nem sempre as coligações partidárias foram benéficas aos partidos políticos. Nas eleições majoritárias os resultados foram mais positivos para os candidatos cabeça de chapa, como para Adhemar de Barros em 1947 e 1962. O mesmo não se reproduzia, muitas vezes, nas proporcionais. "Entre os partidos maiores, predominantemente urbanos e apoiados predominantemente na classe trabalhadora, o PTB e o PSP, o que tem ideologia definida, o PTB, deve apresentar maior resistência às alianças e coligações" (Soares, 1964: 101).

Na maioria das vezes, a partir de pesquisas realizadas⁶⁰, indicou-se que o eleitor urbano tinha uma preferência em votar em partidos isolados a votar em coligações, exatamente por possuir um caráter ideológico que o diferenciaria dos demais votantes (Oliveira, 1973: 169).

A atomização das maiorias - diz Afonso Arinos - principalmente na Câmara, retira a qualquer partido a possibilidade de controlar a situação, seja nas comissões, seja em plenário. Os pequenos partidos podem adquirir uma importância desmesurada, muito maior do que seu peso numérico, sempre que o resultado das votações for apertado. Maiores flutuantes e precárias, integradas por grupos que se aproximam sem se juntar, impõem uma constante necessidade de transação, às vezes no pior sentido, isto é, no sentido de barganha, na troca de vantagens, até de chantagens e corrupções. Os líderes vivem numa dobadura [sic], recomendando sem cessar as cordas frágeis de suas redes partidárias, por cujas malhas arrebetadas escapam os peixes mais ariscos. Nada se pode fazer de durável, de impessoal, de construtivo. Depende tudo das circunstâncias, possibilidades e interesses (as mais das vezes pessoais) de cada dia. Esta situação repercute dentro dos partidos, cujas bancadas têm sempre fronteiras móveis, facilmente penetráveis pelos adversários (Santos, 1981: 259).

EVOLUÇÃO DAS COLIGAÇÕES E CANDIDATURAS PARTIDÁRIAS, SEGUNDO O NÍVEL DE URBANIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO

Região de Alta Urbanização e Industrialização			
Anos	Nº de Coligações	Nº Candidatos por Partido	%

⁶⁰ Para mais detalhes sobre o assunto ver: OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de. *Notas sobre o comportamento das coligações eleitorais no Brasil (1950-1962)*. Rio de Janeiro: Dados, nº10, 1973.

1950	5	37	14
1954	8	39	21
1958	10	40	25
1962	15	38	39
Região de Baixa Urbanização e Industrialização			
Anos	Nº de Coligações	Nº Candidatos por Partido	%
1950	13	29	45
1954	14	24	58
1958	14	28	50
1962	12	28	43

Fonte: OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de. *Notas sobre o comportamento das coligações eleitorais no Brasil*⁶¹.

Os partidos e candidatos, de acordo com a tabela, preferiam coligar-se nas regiões menos urbanizadas, principalmente rural. Mas é importante notar, no quadro, a indicação de que, apesar de serem menores, as alianças em regiões de maior urbanização e industrialização aumentaram continuamente - podendo isso ser explicado pelo número crescente de pequenos partidos que se aproveitavam da conjuntura e aliavam-se aos maiores. Nas outras áreas isso é visível entre 1950 e 1954, seguindo em decréscimo a partir de então.

A constituição de coligações entre os partidos, sejam nas eleições ou nos parlamentos, nem sempre garantiram a operacionalidade dos governos eleitos. Alguns políticos não conseguiram dar continuidade aos seus governos mesmo com uma base parlamentar sólida, enquanto outros, mesmo com um parlamento fragmentado, obtiveram êxito. Isso porque nem sempre as alianças ou coligações eleitorais se confirmavam no Legislativo, após o pleito. Essas coalizões são formadas após as eleições e podem

⁶¹ Idem.

envolver partidos que até então não estiveram unidos nas eleições⁶² - são os conhecidos blocos parlamentares.

Adhemar teve em vários momentos uma base parlamentar fragmentada, como veremos em outros capítulos quando trataremos especificamente sobre seus governos. Em alguns momentos com rompimento até mesmo dentro do próprio PSP. Mas nem por isso não soube negociar com os deputados nos momentos cruciais. "Quanto mais amplas as bases sociais dos partidos, maior a probabilidade de que tenham membros que concordem em vários pontos ideológicos com membros de outros partidos" (Soares, 1964: 114).

Nas composições políticas eleitorais sempre se tem grupos diferentes, que ao serem eleitos produzirão uma estrutura de poder, de certa forma, dissociada; ou, dependendo do líder político, amoldando sua base de forma a não perder a governabilidade.

A imagem dos partidos políticos no Brasil sempre esteve ligada ao clientelismo, e muito menos associada às questões ideológicas. "Essa visão, que se supõe 'realista', atribui tais mazelas à formação colonial do país e anseia pelo dia em que os partidos abrigarão somente homens íntegros, capazes, movidos somente pelo altruísmo e solidamente unidos em torno de programas coerentes" (Lamounier, 1975: 17).

Com o crescimento do eleitorado no país - de 7,7 milhões em 1947 para 18 milhões em 1962⁶³ - os partidos políticos procuraram segurar os correligionários que já eram adeptos à legenda, angariar os novos eleitores e ir atrás dos eleitores de outros partidos (Lima Junior, 1978: 33). O PSP cresceu no período e chegou a ser um dos cinco maiores partidos nacionais. A legenda se ampliou graças as mobilizações e acordos políticos de Adhemar de Barros.

Em nível nacional, no período de 1945 e 1950, PTB e o PRP foram favorecidos pelo aumento do número de eleitores; assim como

⁶² Muitas vezes o rompimento das alianças se dá por falta de tino político dos governantes de cargos majoritários que, ao chegarem ao poder, não cumprem com o acordado antes da eleição. Sobre o assunto ver KRAUSE, Silvana e SCHMITT, Rogério. *Partidos e coligações eleitorais no Brasil*.

⁶³ Dados obtidos e colhidos por Olavo Brasil de Lima Junior (citação na bibliografia).

ocorrei em 1950 e 1954, os conservadores PSD, UDN, PR e PL; e em 1958 e 1962 todos os partidos foram beneficiados, com exceção do PSP. (Lima Júnior, 1982: 370).

**Evolução da Força Eleitoral de Alguns Partidos Seleccionados:
Frequência com que Aparecem entre os Três Maiores Partidos nas
Eleições Estaduais, por Legislatura***

	1947	1950	1954	1958	1962	TOTAL
CONSERVADORES						
PSD/UDN/PR	2	3	2	3	5	15
PSD/UDN	15	17	12	14	13	71
PSD/PR	-	-	1	1	-	2
UDN/PR	1	-	2	-	-	3
PSD	2	1	4	2	2	11
UDN	1	-	-	-	1	2
PR	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL (n° de Estados)	21	21	21	20	21	-
POPULISTAS- REFORMISTAS						
PSP/PTB	-	3	1	1	4	9

PSP	3	4	4	3	3	17
PTB	10	10	12	14	12	58
SUBTOTAL (n° de Estados)	13	17	17	18	19	-

* Inclui alianças e coligações, sendo nesse caso a votação é atribuída a um dos partidos mencionados, na seguinte ordem: UDN, PSD, PTB, PR e PSP (Lima Junior, 1978: 37).

O modelo multipartidário vigente a partir de 1945 se esgotou em 1962, graças a crise institucional do governo federal e a perda de hegemonia das forças conservadoras no Congresso Nacional. Associado a isso, ainda havia um processo de mudança do perfil social que vinha acontecendo no país.

De 1947 a 1962, São Paulo tornou-se o primeiro colégio eleitoral do Brasil, seguido por Minas Gerais e Rio Grande do Sul; perdeu a Bahia a sua posição de quarto colocado. Esse processo mudou todo o perfil político daquele período, fortalecendo a idéia de que os partidos progressistas-populistas⁶⁴ ganhavam espaço no cenário nacional⁶⁵.

Durante o governo Goulart, os três maiores partidos (PSD, UDN e PTB) acreditavam na incerteza eleitoral e partiram para uma disputa partidária mais acirrada, favorecendo as coligações entre as legendas (Campello de Souza, 1990: 141). O eleitor também estava pouco interessado no processo partidário, reflexo disso era o crescente número de brancos e nulos nas eleições.

⁶⁴ Mais sobre o assunto ver: Campello de Souza, Maria do Carmo. *Estado e partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Alpha-Omega, 1990.

⁶⁵ "Desde a primeira metade dos anos cinqüenta, eram claros os indícios de declínio eleitoral dos dois principais partidos - PSD e UDN -, em benefício dos partidos mais nitidamente urbanos. Essa crescente igualização de forças não significa (...) um realinhamento a favor de partidos com real capacidade governativa, e sim uma fragmentação em partidos pouco expressivos e personalistas. (...) Nenhum dos 13 partidos com existência durante o período desenvolveu sua estrutura organizacional complexa e voltada para uma atuação permanente: eram, claramente, partidos de 'notáveis' ou agremiações comandadas por caciques populistas" (Lamounier e Meneguello, 1986: 48-49). Isso indica que os eleitores não votavam em partidos políticos e sim em lideranças partidárias, perfeitamente aplicável ao caso de Adhemar de Barros, que era eleito por sua figura política e não pelo que representava para o partido. Isso ficou claro em depoimentos de pessoas ligadas a ele, como Mário Beni, que dizia que se o partido lançasse alguém que não Adhemar para os cargos majoritários não elegeeria ninguém.

Diante desse quadro, Adhemar de Barros vai adotar um discurso, nos dois governos, de auto-designação como político de centro. Espertamente, pois ao estabelecer o centro como concepção ideológica ele anula as outras duas posições: direita e esquerda. À direita, os partidos mais conservadores, estavam o PSD e a UDN. À esquerda, mais radicais e apoiadores de um governo comunista, o PCB e parte do PTB (Lamounier e Meneguello, 1986: 44). Isso ficará mais claro quando falarmos sobre suas gestões no governo do Estado.

SEGUNDO CAPÍTULO

2. Governando sob o regime democrático

A eleição de 1947 marcou a volta de Adhemar de Barros ao cenário político paulista. Afastado por Getúlio do cargo de interventor, o pessepista buscou articular-se em uma legenda partidária para disputar o governo paulista.

O regresso de Adhemar ao cargo de governador foi marcado pela coligação com o Partido Comunista - o que lhe garantiu votos operários - e pela intensa campanha da Igreja Católica contra sua candidatura.

Eleito, o governador teve problemas na composição da base de governo, tendo de driblar permanentemente os diversos pedidos de *impeachment*. Foi imprescindível a costura e a reestruturação política feita pelo governador para se manter no poder.

2.1. ADHEMAR DE BARROS: UM POLÍTICO ASTUTO

Adhemar de Barros era um político astuto, hábil e negociador. Sabia os meandros da política, particularmente paulista, e conhecia seus verdadeiros aliados e inimigos. Apesar de ter tido alguns arrependimentos - como fora a indicação de Lucas Nogueira Garcez ao governo do Estado de São Paulo, em 1950, e com quem posteriormente rompeu a amizade⁶⁶.

Mas também não poupou aqueles que o criticavam. Se política é ter um adversário, Adhemar de Barros seguiu a risca essa máxima: "não adianta ter um lado e ficar em casa. Você tem um adversário e você luta contra ele. É preciso entender isso"⁶⁷. Sob esse ponto de vista, entendemos que a política é maniqueísta, uma relação de forças entre aqueles que são os seus aliados (do lado do bem) e os que são seus inimigos (do lado do mal). Adhemar se postulava sempre como o representante do bem, como o digno dirigente dos paulistas, o único que verdadeiramente poderia levar o Estado, ou em algumas ocasiões quando candidato à presidência, o país, "para frente e para o alto!".⁶⁸

Entendemos a política como o convívio entre adversários de diferentes vertentes partidárias, mas que muitas vezes precisam estar unidos para decidirem comumente. "Os profissionais do ramo (...) fazem entre si tantas acusações de defeitos, dizem tantas coisas incompatíveis com as próprias ações, que a política se reveste de um véu de mistérios e segredos" (Martinez, 1990: 31).

Na campanha à presidência da República em 1960, por exemplo, três eram os candidatos mais fortes para vencer o pleito: Jânio Quadros (o eleito), Adhemar de Barros e o Marechal Lott. As adversidades programáticas dos candidatos eram muito grandes e as acusações freqüentes. "Os meus inimigos são os inimigos do povo"⁶⁹, dizia Adhemar. Utilizava-se do símbolo dos outros dois candidatos,

66 Sobre o assunto ver: SAMPAIO, Regina. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo: Global Editora, 1982; e BENI, Mário. *Adhemar*. São Paulo: Grafikor, s/d.

67 A expressão foi utilizada pelo ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso ao se referir ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva, *Folha de S. Paulo*, 30/11/2004.

68 Uma espécie de slogan de campanha de Adhemar de Barros.

a vassoura e a espada, para caracterizá-los como representantes do mal. A vassoura era o ícone das feiticeiras do passado; a espada indicava prepotência e força. "É por isso que o povo já anda dizendo, com a sua sabedoria divina, que 'Entre a Força do Mal e o Mal da Força', simbolizados na vassoura e na espada, eu sou o caminho"⁷⁰, afirmava o candidato.

Em particular nessa campanha, Adhemar dizia ser a sua candidatura o protesto do povo, que era o único partidário que tinha um programa concreto para o Brasil e os outros postulantes eram uma ameaça à democracia. "Eu só tenho você, trabalhador espoliado do seu salário, que não lhe permite ter casa para morar, leite e escolas para seus filhos"⁷¹.

Ao tentar justificar quem eram os verdadeiros representantes da liberdade na política, os políticos populistas diziam que os seus reais representantes eram aqueles que serviam ao povo. Com isso, conquistavam a simpatia dos eleitores, transmitindo a eles a imagem de um representante popular humilde, sendo o único capaz de conduzir os serviços públicos em prol da comunidade. "A arte do possível é argumento muito usado em todos os escalões do poder público (...) para convencer as pessoas a se contentar com menos do que elas teriam direito num sistema justo de conciliação dos interesses de uns com a necessidade de outros" (Martinez, 1990: 29).

Na política há sempre uma liderança que sustenta a relação com seus liderados. O líder que possui carisma é o predestinado, é o vocacionado à missão (Giora, 1993: 7). No tipo de dominação carismática ao líder cabe o papel de herói⁷².

A palavra "carisma" (...) foi usada pela primeira vez pelo apóstolo Paulo para se referir a um dom sagrado do Espírito Santo, e continua possuindo até hoje esse caráter

⁶⁹ Minha candidatura é o protesto do povo. **O Cruzeiro**, 24/09/1960. Disponível em: <<http://www.memoriaviva.digi.com.br>>. Acesso em 25/10/2005.

⁷⁰ Idem.

⁷¹ Ibidem.

⁷² Concepção weberiana que discutiremos ao longo deste item.

espiritual e religioso. Cada um, segundo Paulo, teria de Deus o seu carisma particular. Para outro apóstolo, São Pedro, o carisma que cada um recebe, deve ser colocado a serviço dos outros, como bom intendente da graça de Deus (Giora, 1993: 8).

Ao possuírem dons políticos, é no serviço público que esses homens exercem seus ofícios, realizam suas tarefas excepcionais. São esses dons, segundo Weber, que explicam o surgimento da liderança carismática. Em um certo sentido, a personalidade carismática exerce sobre as outras pessoas uma atração incomum. Há uma devoção ao líder. "O carisma (...) supõe uma massa, mas esta não tem sentido senão pelas relações significativas dos indivíduos que a compõem e com o chefe ao qual estão prontos a se devotar" (Giora, 1993: 10).

Por dominação, Weber entendeu a devoção dos militantes políticos às qualidades do chefe. O poder das lideranças surge a partir do carisma e da submissão de seus liderados. O demagogo, na concepção de Weber, é um político por vocação (Weber, 1967: 58).

Se algumas pessoas se abandonam ao carisma do profeta, do chefe do tempo de guerra, do grande demagogo que opera no seio da ecclesia ou do Parlamento, quer isso dizer que estes passam por estar interiormente "chamados" para o papel de condutores de homens e que a ele se dá obediência não por costume ou devido a uma lei, mas porque neles se deposita fé (Weber, 1967: 58).

Adhemar sempre viveu a política. Fazia dela a sua profissão. O poder, para ele, era a fonte que o levava a satisfação plena. "Todo homem, que se entrega à política, aspira ao poder - seja porque o considere como instrumento a serviço da consecução de outros fins, ideais ou egoístas, seja porque deseje o poder 'pelo poder', para gozar do sentimento de prestígio que ele confere" (Weber, 1967: 56).

O chefe do Estado é quem detêm o poder de dominação, através de um instrumento legítimo (nesse caso o voto), para decidir sobre e pelo os outros homens. "O Estado só pode existir, portanto, sob condição de que os homens dominados se submetam à autoridade continuamente reivindicada pelos dominadores" (Weber, 1967: 57).

Logo, só existe política pela dominação legítima do Estado. A administração pública não se submete à política e nem mesmo à dominação, visto que possui meios burocráticos de organização, mas seus líderes são os representantes do povo no poder, possuindo legitimidade para influenciar nas decisões políticas do Estado. Podemos assim entender, que apesar de um poder burocratizado, é possível que o chefe de Estado burle algumas regulamentações para atender aos anseios de seu povo ou, na pior das hipóteses, aos seus próprios.

A autoridade do líder carismático, ou seja, seu prestígio, deriva de suas qualidades especiais. Tais líderes inspiram fé e confiança nos liderados, sentimentos de lealdade, devoção e amor nos seus seguidores; seja lá em que direção for. (...) A estrutura essencial de sua personalidade é a mesma, e consegue inspirar tais sentimentos, pois o fundamento de sua autoridade é puramente emocional e ele não conhece outra legitimidade a não ser aquela que advém de sua força pessoal (Giora, 1993: 13).

O líder carismático desenvolve habilidades que proporcionam aos liderados uma sensação de satisfação e dedicação pessoal. O líder, para Weber, é aquele que possui dominação carismática e faz acreditar a seus seguidores que é o predestinado. "E a satisfação que o líder consegue obter, é gerada pela própria sensação de poder, ou seja, saber que influencia pessoas, que participa no poder sobre elas e acima de tudo, o sentimento que tem em mãos uma fibra nervosa de acontecimentos historicamente importantes" (Giora, 1993: 14).

A força política de um líder ou de um partido não significa necessariamente o uso de meios violentos para se obter o poder de determinar sobre o comportamento de outras pessoas. Mas a força, particularmente política, busca canalizar a potência (Lebrun, 1981: 12). Disse Adhemar de Barros durante Convenção Regional do PSP, em 1962, quando da homologação de sua candidatura ao governo estadual:

Aqui estou, uma vez mais, na trincheira de luta de onde jamais fugi, quando os meus concidadãos, amigos e companheiros de jornada, exigiram a minha presença. Os que me conhecem, os que privam da minha intimidade, podem juntar o seu testemunho ao testemunho divino de Nosso Pai, do esforço que fiz nestes últimos meses para que nesta noite memorável, outro fosse o candidato, e não eu a vos falar em nome de centenas de milhares de homens e mulheres de todas as condições sociais, para juntos iniciarmos uma nova caminhada em favor de São Paulo, em favor do Brasil⁷³.

O poder pessoal do líder carismático e o seu lançamento a uma missão fazem com que seus liderados concedam a ele irrestrita obediência. O trecho acima evidencia bem isso, quando Adhemar, ao se colocar como o candidato reclamado pela massa partidária, se lançou ao governo do Estado. "(...) O demagogo bem sucedido é aquele que mais inescrupuloso se mostra no cortejar as massas" (Weber, 1974: 72).

O reconhecimento de líder carismaticamente qualificado é imediato. "É necessário que se observe, no entanto, que a missão, por sua vez, tanto no seu sentido, quanto no seu conteúdo, se dirige a um grupo de homens que são limitados etnicamente, geograficamente, socialmente e politicamente" (Giora, 1993: 14). Segundo Weber, ao assumir essa missão e ser reconhecido, o líder terá êxito na missão que abraça. O poder é, antes de tudo, "dispor

⁷³ Discurso proferido por Adhemar de Barros quando do lançamento de sua candidatura ao governo paulista, *Folha de S. Paulo*, 1962: 6.

de um capital de confiança tal que o grupo delegue aos detentores do poder a realização dos fins coletivos" (Lebrun, 1981: 14).

Não basta ser um líder carismático se não cumprir com a missão que lhe foi confiada. "Se o Governo desse tipo de dominação não trouxer satisfação e prosperidade para o povo, o risco de desaparecer o carisma do líder é muito grande" (Giora, 1993: 15). Para Jung, as massas precisam ser incitadas por um demagogo⁷⁴; só assim se sentirão designadas, ouvirão o chamado e conseqüentemente, obedecerão às leis e as ordens (Giora, 1993: 61). Afirmou Adhemar:

Sou homem de ideais democráticos, homem de postulados políticos. Sou candidato, mas não o sou por imposições pessoais ou de grupos. Luto sozinho. (...) Eu não tenho os apoios oficiais, nem os apoios particulares. Eu só tenho você, brasileiro. E, só com você, eu tenho, graças a Deus, mais do que os meus opositores, pois o que vale é o voto e não essa avalanche de dinheiro que pode comprar políticos, mas não compra a consciência cívica dos brasileiros⁷⁵.

"Jung observa que o prestígio é um poder que apresenta um aspecto positivo tanto para o prestigiado como para o grupo que lhe rende prestígio". O indivíduo prestigiado "se torna uma verdade coletiva, liberando a incerteza e a dúvida, permitindo que a massa caminhe" (Giora, 1993: 62). Pode-se dizer então que Adhemar de Barros alardeava ao povo seus compromissos eleitorais durante as campanhas políticas, mas nem por isso eles deveriam ser necessariamente cumpridos quando eleito fosse. "A ascendência carismática do líder político representaria uma reação salvadora do reinado autônomo dos burocratas" (Giora, 1993: 15).

⁷⁴ A definição junguiana para esse fenômeno pode ser melhor compreendida em: GIORA, Regina Célia Faria Amaro. *Alguns aspectos da liderança carismática de Getúlio Vargas*. Tese (doutorado em Psicologia). São Paulo: USP, 1993: 60.

⁷⁵ Minha candidatura é o protesto do povo. **O Cruzeiro**, 24/09/1960. Disponível em: <<http://www.memoriaviva.digi.com.br>>. Acesso em 25/10/2005. *O Cruzeiro*, 24/09/1960.

Necessariamente o governo do líder carismático precisa levar satisfação e prosperidade ao povo, caso contrário estará fadado ao insucesso.

Embora as relações entre líder e liderados sejam sempre pessoais, o primeiro permanece sempre acima dessa relação pela sua própria essência sobre-humana. Seus seguidores, ao seu contato, se sentem tocados pelo clima divino que dele emana, e os laços de amor para com ele se estreitam; ainda mais quando ele é aclamado pela multidão, com possibilidades de ser tocado, de ouvir sua voz, de ver seus gestos, de compartilhar de sua presença física e espiritual (Giora, 1993: 16).

Adhemar, como já dissemos, sempre buscou legitimar suas ações dentro da arena política, dentro de uma concepção legalista. O meio mais explícito para isso era o partido que criou. Essa esfera de movimentação era legal e institucional.

A democratização ativa de massa significa que o líder político não é mais proclamado candidato porque demonstrou seu valor num círculo honoratior, tendo-se tornado um líder por causa de suas proezas parlamentares, mas significa, sim, que ele adquire a confiança e a fé que as massas depositam nele e em seu poder com os meios da demagogia das massas (Weber, 1974: 75).

Na concepção weberiana dois elementos são fundamentais para a constituição do Estado: autoridade e legitimidade. A população obedece a autoridade daqueles que foram escolhidos para chefiar o Estado; mas é necessário que esses possuam a autoridade reconhecida legitimamente.

O líder carismático pode até se opor a ordem estabelecida, mas seus apelos precisam ser considerados legítimos por seus seguidores. É, de certa forma, reconsiderar algumas funções burocráticas que emperram, em alguns momentos, o desenvolvimento

de políticas públicas e, favor da comunidade. "A submissão assumida voluntariamente pelo amor ao líder, seria como uma forma de liberdade" (Giora, 1993: 17).

2.1.1 Comunicação: meio de viabilizar o líder carismático

Os veículos de comunicação proporcionaram ao político meios para difundir suas idéias e aumentar sua popularidade. Adhemar aproveitou a propaganda política, pelo rádio, jornais impressos e cinema. Defendia neles sempre a liberdade e a democracia, imprescindíveis, segundo ele, para a ascensão dos políticos brasileiros ao poder.

Durante alguns anos⁷⁶ o político financiou o programa *Bandeirante da Tela*, produção passada em algumas salas do cinema Serrador e outras da Paulista. Eram dois jornais diferentes por semana.

A política era foco principal do informativo. Se assemelhava muito ao modelo editorial do *Cine-jornal brasileiro*⁷⁷, instrumento de promoção pessoal do governo de Getúlio Vargas. Algumas notícias nacionais eram repassadas pela Agência Nacional ao *Bandeirante da Tela*, principalmente quando do segundo governo de Vargas.

Os filmes versavam sobre vários assuntos: entretenimento, saúde, beleza, esportes, variedades e, principalmente, política. Era o canal de divulgação do Partido Social Progressista e de seus correligionários. Adhemar sabia que ter um serviço de comunicação eficiente era fundamental para capilarizar sua imagem junto à população brasileira.

Adhemar era uma liderança que fazia questão de estar próximo ao povo, diferentemente de muitos políticos que não se sentiam a vontade no contato com seus eleitores. Em uma de suas visitas a

⁷⁶ Não se sabe ao certo por quanto tempo Adhemar de Barros financiou o *Bandeirante da Tela*. O material, entre 1949 e 1956, foi consultado na Cinemateca Brasileira.

⁷⁷ O *Cine-jornal brasileiro* foi criado pelo estado getulista durante a vigência do Departamento de Imprensa e Propaganda. Mais sobre o assunto ver: Dicionário

Belém do Pará, noticiada pelo Bandeirante da Tela, sem mesmo estar em campanha a um cargo público, Adhemar esteve nos bairros pobres e manteve o contato com a população da cidade. "As ruas e os lugares mais interessantes de Belém do Pará são percorridos por Adhemar de Barros em companhia dos principais homens da administração paraense" (Bandeirante da Tela, 1951: 372).

As imagens revelavam o que o texto produzia, com o enquadramento da câmera dando uma dimensão de milhares de pessoas nas ruas. Não que muitas pessoas não acompanhassem o líder populista, mas se dimensionava o evento.

Em outro Bandeirante da Tela, o assunto era a criança. Começava falando do nascimento do bebê, da assistência às mães, das alegrias dos pais, de crianças em parques infantis e do progresso da medicina no Estado de São Paulo; isso tudo entremeado com imagens de crianças e pais felizes. O texto tinha como objetivo evocar a imagem assistencialista e empreendedora do ex-governador: "A um homem, Adhemar de Barros, deve-se creditar o reconhecimento pelo início decisivo da batalha da saúde", completando, "e tendo no governo da República esses homens empreendedores, os resultados conseguidos em São Paulo poderão ser alcançados em todo o Brasil" (Bandeirante da Tela, 1951: 396).

A campanha à presidência da República seria realizada apenas em 1955, mas Adhemar acreditava que, com o apoio do Estado de São Paulo e principalmente de seu governador Lucas Nogueira Garcez, seria um forte candidato ao pleito. Só não contava com o rompimento do seu pupilo político, desfazendo todo o sonho e acarretando ao líder pessepista uma derrota para Juscelino Kubitschek. Em muitos momentos o programa evidenciava ao público as realizações de Adhemar na tentativa de fortalecer sua candidatura. O problema é que o programa não tinha dimensão nacional, estava restrito às salas de cinema paulistas.

O Bandeirante da Tela também cuidou muito bem de transmitir ao povo a imagem assistencialista de Adhemar e sua esposa, D. Leonor.

Na mensagem de Natal de 1951, imagens dela eram registradas quando distribuía presentes à população carente. Uma fila com várias crianças e pais era formada nos bairros por onde D. Leonor passava para a entrega de brinquedos, roupas e alimentos. Isso tudo associado ao texto narrativo exaltando a figura da ex-primeira-dama: "D. Leonor Mendes de Barros há muitos anos lidera esses movimentos filantrópicos desdobrando-se em atividades" (Bandeirante da Tela, 1951: 415). "A obra filantrópica iniciada há anos, gradativamente se reveste de vulto maior, tornando-se impressionante pelas proporções que já alcançou" (Bandeirante da Tela, 1951: 415).

Adhemar soube utilizar o programa em benefício próprio. O Bandeirante da Tela não durava mais do que dez minutos, era ágil, com várias informações e assuntos.

Em 1952, ao desembarcar no Rio de Janeiro em viagem de regresso da Europa, os partidários de Adhemar preparam uma recepção ao líder político: "carinho, apresenta-se de vulto impressionante. Mesmo vetado o acesso a quase todas as pessoas, ainda assim o avião foi envolvido por aqueles que vêm trazer seus cumprimentos ao amigo que volta" (Bandeirante da Tela, 1952: 501).

Faixas exaltando a figura do ex-governador, multidão no aeroporto e uma claque política eram mostradas nas cenas. "No meio do povo transparece da fisionomia de Adhemar de Barros o prazer de novamente encontrar-se em sua terra, com sua gente. A saudade da pátria aperta o coração de quem está longe (...)" (Bandeirante da Tela, 1952: 501).

Adhemar seguiu em direção a São Paulo, onde teve a mesma receptividade. Discursou em palanque montado no aeroporto de Congonhas: "Visitei uma dúzia de países na Europa em viagens de estudo e tive a oportunidade de verificar coisas importantes e que pode interessar a nossa terra" (Bandeirante da Tela, 1952: 501).

Já durante a campanha para a presidência da República, em 1955, os filmes do Bandeirante da Tela intensificaram a propaganda de Adhemar, já que o rompimento com Lucas Garcez, então governador de São Paulo, tornou-se público e notório. Falavam de suas realizações no governo paulista, como o aeroporto de Congonhas, escolas, hospitais, incentivo à lavoura, indústria e comércio (Bandeirante da Tela, 1955: 654). Em outra manifestação de apoio a sua candidatura, registrou o boletim do Bandeirante da Tela:

No aeroporto de Pampulha a chegada do sr. Adhemar de Barros era aguardada com grande antecendência. Acompanhado de sua esposa e de personalidades de prestígio da vida política nacional, o sr. Adhemar de Barros recebe expressivas manifestações de solidariedade e apreço. Adhemar de Barros visitava a capital de Minas Gerais a fim de participar da convenção do Partido Social Progressista e em seguida encontrar-se com o povo em praça pública em comício que mostraria sua popularidade nas alterosas. Os membros do PSP de Minas Gerais recebem com palmas o presidente nacional da agremiação partidária. Dois nomes de grande prestígio, senador Lúcio Bittencourt para governador e Arthur Bernardes Filhos para vice-governador são escolhidos por 436 diretórios municipais em convenção. O sr. Adhemar de Barros em oração entrecortada de aplausos analisou a oportunidade da indicação de nomes que produzem enorme receptividade no eleitorado mineiro. Tradicionalmente católico, o povo de Minas concentra suas preferências nos candidatos que defendem os princípios de Deus, pátria e família. A noite reuniu-se a população de Belo Horizonte em comício onde vários oradores assinalaram os pontos principais do programa pessepista. Um governo popular para combater a rotina da burocracia, para terminar de vez com a ilha de isolamento que mantém o centro de produção separado do centro de consumo, assistência às regiões pobres da Nação, combate ao analfabetismo, assistência à infância desvairada, extração imediata do petróleo, incentivar a

indústria e o comércio. Enfim, acelerar o progresso do Brasil (Bandeirante da Tela, 1955: 663).

As imagens mostravam vários correligionários, faixas exaltando o nome de Adhemar e a convenção. Assim aconteceu ainda, em 1955, com a passagem do candidato pessepista por vários Estados e cidades. Eram sempre mostradas imagens do líder junto aos apoiadores e a população, isso tudo com planos da câmera sobre as faixas de apoio e de saudações.

Quando da homologação da candidatura de Adhemar para presidente em 1955, o Bandeirante da Tela noticiou antes a convenção nacional do Lions Clube e, após o anúncio da escolha do partido pelo nome de Adhemar, notícias sobre a Páscoa, sobre Nossa Senhora e desfile de miss Brasil.

Era algo meio subliminar, para que o telespectador não ficasse saturado apenas de informações políticas e não soubesse que o Bandeirante era um órgão "oficial" da candidatura Adhemar. Disse o ex-governador durante a convenção que se realizou no Rio de Janeiro:

Senhores convencionais, iremos à luta com um programa popular e nacional agrupando ao nosso lado as forças populares e nacionalistas que, como nós, procuram uma solução brasileira para os problemas brasileiros. Sem chauvinismos nacionais e sem empreguismos mercenários, constituiremos a felicidade do povo. Trabalharemos pela expansão comercial e industrial do Brasil abrindo para os nossos produtos todos os mercados no mundo (Bandeirante da Tela, 1955: 674).

"Sedução e fascinação são características da liderança carismática, que por sua vez vai gerar fervor, confiança, fé e até amor nos liderados, tanto por ele como pela missão que defende" (Giora, 1993: 66). Weber afirmou que a dominação é um dos elementos mais importantes da ação social (Weber, 2004: 187). Acrescentaria aos escritos weberianos que a comunicação é

essencial para o político que exerce a dominação, como fora Adhemar de Barros.

(...) A dominação e a forma como ela é exercida são o que faz nascer, de uma ação social amorfa, uma relação associativa racional, e noutros casos, em que não ocorre isto, são, não obstante, a estrutura da dominação e seu desenvolvimento que moldam a ação social e, sobretudo, constituem o primeiro impulso, a determinar, inequivocamente, sua orientação para um "objetivo". (...) Dominação, no sentido muito geral de poder, isto é, de possibilidade de impor ao comportamento de terceiros a vontade própria (Weber, 2004: 187-188).

Se carisma pode ser entendido como ruptura da continuidade, colocando em risco a ordem estabelecida e as instituições, "os limites e as normas são os que o chefe fixa por sua própria autoridade, em virtude das exigências do que ele acredita ser sua vocação" (Freund, 2003: 169). A política carismática pode ser então uma aventura, não conhecendo suas lideranças o limite. "Momentos críticos exigem do orador mais que palavras adequadas. Exige que ele transmita vibração, exaltação, de tal forma que até seus adversários se sintam constrangidos em não aceitá-las" (Giora, 1993: 33).

Há duas maneiras de se fazer política. Ou se vive "para" a política ou se vive "da" política. (...) Muito ao contrário, em geral se fazem uma e outra coisa ao mesmo tempo, tanto idealmente quanto na prática. Quem vive "para" a política a transforma, no sentido mais profundo do termo, em "fim de sua vida", seja porque encontra forma de gozo na simples posse do poder, seja porque o exercício dessa atividade lhe permite achar equilíbrio interno e exprimir valor pessoal, colocando-se a serviço de uma "causa" que dá significação a sua vida. (...) Daquele que vê na política uma permanente fonte de rendas, diremos que "vive da

política" e diremos, no caso contrário que "vive para a política" (Weber, 1967: 65).

Portanto, o primeiro bem que a política concede é o sentimento de poder, de influir sobre outros seres humanos, que detêm nas mãos um elemento importante da história que se constrói (Weber, 1967: 105). "Há um inimigo vulgar, muito humano, que o homem político deve dominar a cada dia e cada hora: a muito comum *vaidade*. Ela é inimiga mortal de qualquer devoção a uma causa, inimiga do recolhimento e, no caso, do afastamento de si mesmo" (Weber, 1967: 107). A vaidade é algo que move os políticos no desejo pelo poder.

2.2. ELEIÇÕES DE 1947: ALIANÇA COM OS COMUNISTAS

Apesar de ter sido forçado a renunciar e a convocar as eleições, Getúlio Vargas⁷⁸ ainda exercia grande influência sobre o eleitorado brasileiro. A eleição de 1945, a primeira após a ditadura Vargas, polarizou a disputa entre dois candidatos: o brigadeiro Eduardo Gomes e o general Eurico Gaspar Dutra.

Foi uma eleição que despertou certo interesse da população, mobilizada em torno dos nomes que disputavam o pleito. O

⁷⁸ Sobre o governo de Vargas ver: Edgard Carone. *Revoluções do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Buriti, 1965; Roberto M. Levine. *O Regime Vargas: os anos críticos (1934-1938)*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1970; Ely Diniz. *Empresários, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro, Paz e

brigadeiro, apoiado pela UDN, era o político ideal para aquela campanha política. Militar de alta patente, empenhado em lutas democráticas e um nome sem contestação moral, saiu na frente na disputa. Recebeu apoio de intelectuais, de políticos e empresários; além de setores importantes da imprensa nacional.

A UDN abrigava grupos heterogêneos, muitos sem afinidade ideológica, mas que tinham em comum um ressentimento em relação a Vargas. Nomes como o de Adhemar de Barros⁷⁹, Júlio Prestes, Oswaldo Aranha, Evaristo de Moraes Filho, dentre outros.

Já como candidato do Partido Social Democrático, Dutra não deslanchava. Apesar da imprensa, dos intelectuais e de alguns políticos preferirem Gomes, algo não poderia ser desconsiderado: os trabalhadores brasileiros. E os trabalhadores queriam Getúlio⁸⁰.

A campanha só reverteu favoravelmente a Dutra quando Getúlio Vargas, às vésperas da eleição, declarou publicamente o seu apoio à candidatura do general. Surpresa para a oposição, pois indicava a força que Getúlio ainda detinha. Dutra foi eleito e o resultado também mostrou o poderio do recém criado PSD, estruturado sob bases políticas de interventores estaduais do então Estado Novo.

A eleição de Dutra para Adhemar de Barros não era nada boa, pois o paulista estava ligado a um partido de oposição e, além do mais, apoiou outro candidato.

Logo após a eleição do presidente da República e os representantes à Assembléia Constituinte, o pleito estadual foi marcado para janeiro de 1947. Era o momento da articulação em torno das candidaturas e do fortalecimento dos partidos políticos. A primeira disputa em período democrático após 1930.

São Paulo era o Estado mais importante da federação em razão do grau de urbanização e desenvolvimento econômico e, sendo assim,

Terra, 1978; Ângela Castro Gomes. *A Invenção do Trabalhismo*. Vértice-IUPERJ, 1988.

⁷⁹ Vale ressaltar aqui que Adhemar de Barros ainda estava filiado à UDN.

⁸⁰ Sobre o assunto ver: Maria Victoria de Mesquita Benevides. *A UDN e o udenismo. Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981; Lucília de Almeida Neves Delgado. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-*

merecia a atenção das agremiações partidárias. Para o PSD essa eleições era duplamente importante: além da conquista do maior estado do país, poderia se ter, também, um governador afinado com o presidente da República.

O partido articulou-se para lançar Gabriel Monteiro da Silva, chefe da Casa Civil de Dutra e apoiado pelo grupo liderado por Novelli Jr. Monteiro da Silva entusiasmava parte da UDN, do PR e do PTB. Mesmo Adhemar, em troca da legenda para senador, estava disposto a cerrar fileiras com o nome apresentado pelo PSD.

Sem sustentação política suficiente para prosseguir, os pessedistas resolveram substituir Monteiro da Silva por Mário Tavares, líder do partido em São Paulo e presidente do Banco do Estado.

Com a cisão, Hugo Borghi⁸¹ era o nome mais forte dentro do PTB, apesar da oposição à candidatura promovida por Vargas. Eleito deputado federal pela bancada petebista do Estado, com a segunda maior votação, Borghi era um político com projeção natural, o que poderia atrapalhar os planos de Vargas em manobrar o PTB em São Paulo. O ex-presidente também suspeitava que se Borghi fosse eleito governador viesse a compor com Dutra, tirando os getulistas do controle do maior Estado da nação (Pellegrino, 1989: 36). Para Vargas, o fortalecimento do diretório paulista era importante, desde que controlado por lideranças que fossem próximas a ele e não ao presidente Dutra.

Tanto fez que Vargas conseguiu interpor um recurso no Tribunal Superior Eleitoral para cancelamento da inscrição de Borghi como candidato do PTB. Borghi procurou outra legenda e saiu candidato pelo Partido Trabalhista Nacional.

Adhemar tentou se articular dentro da UDN. A legenda acolheu seus correligionários, mas não abriu o espaço necessário para a candidatura adhemarista ao governo do Estado.

1964). São Paulo, Marco Zero, 1989; Jorge Ferreira. *Trabalhadores do Brasil. O imaginário popular*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1997.

⁸¹ Sobre a trajetória política de Hugo Borghi ver: PELLEGRINI, Virginia Maria Cristina. *O PTB em São Paulo*. PUC: Dissertação de Mestrado, 1989.

Mesmo assim, Adhemar passou a fundar diretórios por todo Estado para consolidar sua liderança. Foram mais de 150 formados por amigos e políticos da época da interventoria. "Adhemar nasceu líder (...). Fazia, sábados e domingos, visitas ao interior tendo diálogos íntimos com a população (...). Visitou o Estado todo (...) os municípios mais humildes de São Paulo"⁸². Adhemar desenvolveu essa prática quando interventor em São Paulo, apresentando todas as noites um programa de rádio intitulado **Palestra ao Pé do Fogo**, quando conversava com a população paulista sobre diversos assuntos.

Mas o político pressentia que todo o seu esforço não teria o resultado esperado: a legenda para concorrer ao governo do Estado de São Paulo. "Foi numa reunião de amigos, em seu escritório na Praça Ramos de Azevedo que nos falou dos temores de não encontrar legenda para os objetivos que acalentava" (Beni, s/d: 177). Diante disso, seus companheiros sugeriram a criação de um novo partido, que não estivesse atrelado aos já existentes (como já foi ressaltado no Primeiro Capítulo). A UDN paulista acabou lançando o professor Antônio de Almeida Prado como candidato (Sampaio, 1982: 52).

Adhemar começou a percorrer o interior, mesmo sem estarem estabelecidos os prazos oficiais para comícios e campanhas eleitorais. "Ele tinha aquela conversa de caboclo, franca, não era discurso inflamado. Falava a linguagem deles [povo], falava errado até para agradar"⁸³. A candidatura de Adhemar era um azarão, já que, de certa forma, outros candidatos com estruturas partidárias mais consolidadas também concorriam.

Entendia isso e procurava alternativas. O processo eleitoral que se realizaria em janeiro de 1947 foi curto. As candidaturas definiram-se, oficialmente, apenas em dezembro de 1946, restando então pouco mais de um mês para os políticos irem às ruas e

⁸² Entrevista com Mario Beni em 20/06/1976 - Arquivo Regina Sampaio.

⁸³ Entrevista com Mario Beni em 20/06/1976 - Arquivo Regina Sampaio.

convencerem os eleitores. Nesse período, o eleitorado paulista estava dividido em 576.385 na Capital e 1.024.872 no interior.⁸⁴

O controle do governo estadual apresentava, para as principais forças políticas que o disputavam, importância fundamental, na medida em que os partidos encontravam-se em fase de estruturação (Sampaio, 1982: 51).

Lançados os postulantes - Almeida Prado (UDN), Hugo Borghi (PTN) e Mário Tavares (PSD) -, Adhemar de Barros aparecia como aquele político sem viabilidade eleitoral. A aliança com o Partido Comunista imprime então à candidatura adhemarista um verdadeiro risco eleitoral aos demais candidatos. Essa era a alternativa, estabelecer um acordo com um partido que agregasse os trabalhadores em torno da candidatura.

E o ponto chave da eleição de fato era o PCB. O partido não tinha candidato próprio, visto que já se cogitava o fechamento da legenda, mas estava, até então, legalizado e com permissão de disputar as eleições. Buscou então barganhar com um candidato que lhe garantisse trânsito político no Estado e ainda legenda para seus candidatos ao Legislativo, caso o partido fosse cassado (Sampaio, 1982: 54). Enquanto Adhemar tinha bases fortes no interior do Estado, a UDN angariava os votos da classe média e o PCB dos operários. Em dezembro de 1946, falando à imprensa, o senador e presidente do PCB, Luiz Carlos Prestes, relatou que a legenda apresentaria chapa completa para a Assembléia Legislativa de São Paulo e para o cargo de senador (Cândido Portinari), "quanto ao governo do Estado, apoiará a candidatura que oferecer maiores garantias de acatamento à Constituição e à democracia".⁸⁵

Em janeiro de 1947, o PCB declarou seu apoio. Para o governo do Estado de São Paulo estaria com a candidatura Adhemar de Barros. Hugo Borghi estava certo da aliança com Luiz Carlos Prestes e sua legenda. Ensaiaava até seu discurso e a possibilidade de concessão de benefícios ao PCB. Mas a coligação não logrou êxito. "A imprensa e a opinião geral, aliás, acreditavam nessa aliança, para a qual contribuíram declarações pouco veladas dos dirigentes de ambas as facções".⁸⁶

Alguns fatores foram decisivos para o abandono do PCB a candidatura de Hugo Borghi. Ao Partido Comunista restavam apenas duas alternativas, ou o apoio ao PTB ou ao PSP. Se de fato Getúlio Vargas tivesse legitimado a candidatura de Borghi ao governo e os

⁸⁴ *Correio Paulistano*, 18/12/1946, p. 3.

⁸⁵ "Realiza-se hoje em Itapetininga grande comício do Partido Social Democrático." *Correio Paulistano*, 22/12/1946, p. 3.

⁸⁶ "O Partido Comunista decidiu-se pelo ex-interventor Adhemar de Barros." *Correio Paulistano*, 5/01/1947.

petebistas varguistas entrassem firmemente na campanha pela eleição, o Partido Comunista não se aliaria a Adhemar. As propostas do PTB se assemelhavam muito as do PCB, mas a candidatura petebista só teria viabilidade de vitória com Borghi.

Além disso, a efetivação da candidatura Borghi ainda estava, na primeira semana de janeiro e a poucos dias da eleição, em discussão no Tribunal Superior Eleitoral. Contra o registro da candidatura e por determinação de Getúlio Vargas, o diretório nacional do PTB havia interposto um recurso no Tribunal Regional Eleitoral, que posteriormente seguiu para o TSE. "Esta solução afastaria toda a idéia de acordo entre os trabalhistas e os comunistas em torno do aventureiro do algodão [Borghi]"⁸⁷.

O PCB não tinha um nome forte para concorrer ao governo de São Paulo, mas tinha os votos suficientes para que em uma coligação pudesse alavancar um candidato.

A adesão oficial à campanha de Adhemar de Barros foi feita na última hora, quase perto do encerramento do prazo de registro de candidaturas. As primeiras negociações entre o PCB e o PSP já tinham sido veiculadas em meados de 1946, só que para os pessepistas ela só poderia se tornar pública às vésperas das eleições (Sampaio, 1982: 54).

Aliar-se ao PTB ou ao PSP ainda era razoável, mas uni-se à UDN parecia extrapolar os ideais e mancharia a história do Partido Comunista. Mas sangrar a história dos comunistas parecia que não era muito a preocupação de Prestes que, em coletiva aos jornalistas duas semanas antes das eleições, declarou que aguardava uma resposta dos udenistas paulistas⁸⁸.

Almeida Prado aceitaria o apoio desde que a colaboração se mantivesse dentro das normas democráticas. Ou seja, ofereceria a legenda para a próxima eleição estadual, mas isso não garantiria o apoio total e irrestrito ao PCB em futuros pleitos. O Partido Comunista ponderou demoradamente as conveniências e "decidiu

⁸⁷ "O caso político de São Paulo e as instituições democráticas." *O Estado de S. Paulo*, 3/01/1947, p. 3.

colocar-se ao lado do Partido Social Progressista pondo em pânico não só os espíritos mais reacionários, mas também os moderados, os conservadores, os tímidos e os indecisos"⁸⁹.

A nota oficial encaminhada pelo PCB a Adhemar de Barros formalizando a aliança, a quinze dias da eleição, dizia:

Nosso partido assume o compromisso de dar o mais ativo e entusiástico apoio à sua candidatura, se V.Exa concordar em aceitar este apoio e o compromisso declarado de defender a Constituição da República recentemente promulgada, a existência legal dos partidos políticos, inclusive a do PCB - empreender, como dissemos acima, a solução imediata do agudo problema da carestia e da inflação (Cannabrava Filho, 2004: 58).

Adhemar respondeu aos comunistas:

Essa deliberação do PCB, para nós sobremodo honrosa, vem ainda mais formar o nosso propósito de realizar o que prometemos em nossa plataforma eleitoral, dentro dos postulados doutrinários do PSP, isto é, um governo que defenderá intransigentemente a Constituição da República, reconhecendo a existência legal de todos os partidos - inclusive o Partido Comunista do Brasil - e promovendo medidas urgentes para a solução dos grandes problemas da carestia da vida e da inflação (Cannabrava Filho, 2004: 59).

O Correio Paulistano, jornal do Partido Republicano e contrário a Adhemar, enfatizou:

O sr. Adhemar de Barros, não há dúvida que se viu amplamente recompensado o sentido (sic) incansavelmente demagógico que imprimiu à sua campanha. O Partido Comunista

⁸⁸ "O caso político de São Paulo e as instituições democráticas." *O Estado de S. Paulo*, 3/01/1947, p. 3.

⁸⁹ "Um erro político." *Jornada da Democracia*, 7/01/1947, Capa.

do Brasil, que se rotula "defensor do povo e do proletariado", resolveu embarcar na canoa, conduzindo as suas apregoadas centenas de milhares de votos. A sua campanha de politização do povo, decidiu empregá-la em devolver aos Campos Elíseos o antigo, lealíssimo e prestativo delegado do Estado Novo em São Paulo.⁹⁰

Da mesma forma em que Adhemar de Barros ganhou a adesão do Partido Comunista, foi severamente criticado pela Igreja Católica. Poucos dias antes da eleição, o cardeal arcebispo de São Paulo dirigiu nota aos católicos do Estado criticando a aliança entre Adhemar, que era católico, e o PCB.

Deu-se uma aliança de um partido suposto cristão e brasileiro com outro, solidamente anti-cristão e antinacional, por isso que contra Deus e internacional. Portanto, como advertiram os bispos de São Paulo, os católicos não podem concorrer com os seus votos em benefício dessa conjuração de lesa-Divindade e de lesa-Pátria...Quem for católico e brasileiro cumpra o seu dever eleitoral - os votos dos fiéis cristãos são para os cristãos fiéis...⁹¹.

Mas Adhemar foi hábil. Ao estabelecer uma coligação com o Partido Comunista, não assumiu nenhum futuro compromisso político. O líder do PSP entendia que, como os candidatos getulistas e comunistas obtiveram votações expressivas em São Paulo, era o momento de aliar-se aos dois. Foi o que fez. Sobre o PCB, "potencialidades e limites eleitorais são plenamente observáveis em Pernambuco e São Paulo, onde o partido chegou, na redemocratização, a se tornar fiel da balança na luta entre facções oligárquicas" (Brandão, 1997: 185).

⁹⁰ "O Partido Comunista decidiu-se pelo ex-interventor Adhemar de Barros." *Correio Paulistano*, 5/01/1947. A referência ao Estado Novo se deve ao fato do então presidente Getúlio Vargas, em 1938, ter nomeado Adhemar como interventor federal em São Paulo.

⁹¹ "Os católicos não podem concorrer com os seus votos para prestigiar o conúbio do ex-interventor com o comunismo." *Correio Paulistano*, 7/01/1947, Capa; e "O eleitorado católico não pode votar no sr. Ademar de Barros." *Jornada da Democracia*, 10/01/1947, Capa.

Vargas, informalmente, convenceu alguns petebistas paulistas para que apoiassem Adhemar de Barros. O ex-presidente⁹² não pretendia enfraquecer o diretório estadual do PTB, mas queria um aliado⁹³ e defendeu, quando das primeiras articulações em torno de prováveis nomes que disputariam o pleito, a candidatura de Prestes Maia, ex-prefeito de São Paulo, que "possuía uma folha de serviços prestados a São Paulo absolutamente invejável" (Pellegrini, 1989: 43).

As notícias contrárias à candidatura de Adhemar chegavam de todos os lados. Um processo instaurado pelo ex-interventor de São Paulo, Fernando Costa, de acusação de desvio de dinheiro público por Adhemar de Barros foi enviado à Interventoria Paulista para que o candidato ao governo fosse responsabilizado civil e criminalmente. Dizia o *Correio Paulistano*:

Engana-se redondamente o candidato vermelho; erra lamentavelmente o borra-paredes inveterado; ilude-se irremediavelmente o ex-delegado do ditador Vargas! Desta vez ele irá não mais para os Campos Elíseos, mas para a frente de um tribunal a fim de prestar contas de sua calamitosa administração em negro período da vida nacional⁹⁴.

Nos meios políticos duvidava-se que Adhemar pudesse ser eleito. Delatava-se a sua administração como interventor federal, que "se caracterizou por um desperdício de dinheiro de que em São Paulo não se tem memória e por uma série de escândalos como ali nunca os houve"⁹⁵.

A aliança de Adhemar com o PCB foi repudiada até em discurso pelo presidente da República: "a boa fé de alguns levou-os a

⁹² A política é, efetivamente, um jogo de interesses. Mesmo com o rompimento entre Adhemar de Barros e Getúlio Vargas em 1941, não impediu que os dois se aliassem em 1947 e, posteriormente, em 1950.

⁹³ Hugo Borghi esteve sempre ao lado de Vargas, mas rompeu com o ditador quando Dutra foi eleito. Sobre esse assunto ver: PELLEGRINI, Virginia Maria Cristina. *O PTB em São Paulo*. PUC: Dissertação de Mestrado, 1989.

⁹⁴ "Ademar de Barros incurso em penas." *Correio Paulistano*, 11/01/1947.

⁹⁵ "A mula manca". *Correio Paulistano*, 12/01/1947, p. 6.

negociar o apoio de facção que, pela confissão pública de seus agentes no Brasil, não se julga incondicionalmente obrigada para com a pátria"⁹⁶.

Muitos articulistas de jornais criticaram a união partidária, como fez Rafael Corrêa de Oliveira, udenista convicto e jornalista de *O Estado de S. Paulo*. Para ele, era incompreensível a sustentação pelo PCB da candidatura de Adhemar. "Não é este um nome que se imponha ao respeito dos seus concidadãos, nem o seu passado, nem os atos de sua vida pública oferecem garantias de ordem moral e pública (...)"⁹⁷. Questionava quais foram os atos de Adhemar em favor das instituições democráticas, das liberdades públicas e dos direitos políticos. Afirmava que o então senador Luiz Carlos Prestes proclamava uma aliança das forças democráticas, "mas (...) que espécie de democracia pretendem os comunistas defender e preservar com Adhemar de Barros no governo de São Paulo?"⁹⁸

Para o *Diário Carioca*, a notícia política mais sensacional era a adesão dos comunistas à candidatura de Adhemar de Barros ao governo de São Paulo.

Esse acontecimento vem, mais uma vez, patentear a insinceridade do sr. Luis Carlos Prestes, quando prega a verdadeira democracia e combate os homens que (...)tem desmoralizado o regime republicano. (...) A aliança Ademar-Prestes é o que se pode chamar uma coligação satânica. E vem a propósito relatar aqui a mensagem do cardeal Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, arcebispo de São Paulo, condenando a aliança do sr. Ademar de Barros com os inimigos do cristianismo. Dessa mensagem destaca-se o trecho seguinte: "Deu-se a aliança de um partido suposto cristão e brasileiro com outro sabidamente anti-cristão e

⁹⁶ "O perigo comunista na palavra do presidente da República". *Correio Paulistano*, 14/01/1947, Capa.

⁹⁷ "Os comunistas e a Democracia." *O Estado de S. Paulo*, 7/01/1947, p. 3.

⁹⁸ Idem.

anti-nacional, por isso contra Deus e internacional (...)⁹⁹.

O jornal *Correio Paulistano* endureceu o discurso ao estampar na capa duas imagens: de um lado uma cruz e de outro a foice e o martelo. A manchete dizia: "A cruz de cristo ou a foice e o martelo da URSS". A matéria conclamava os paulistanos a, antes da votação, analisarem o perfil dos candidatos. Afirmava o periódico que de um lado estavam os "democratas" sinceros e que pretendiam fazer um governo para o povo; de outro aqueles que apenas ambicionavam o poder¹⁰⁰. Dizia ainda:

De um lado, homens de fé cristã e crença democrática; de outro lado indivíduos sem crença e que, dominados por um materialismo brutal, tentam destruir os fundamentos de nossa civilização cristão democrática, sob cujos signos o Brasil nasceu, cresceu, desenvolveu-se e quer e precisa viver. (...) De um lado, finalmente, os brasileiros sinceros, os democratas por índole e convicção; de outro, os asseclas do soviétismo indígenas aliados a um partido que, nascido da ambição e do egoísmo de um indivíduo, com eles concorrerá para o estabelecimento do totalitarismo vermelho (...)¹⁰¹.

Em comício organizado pelo PCB no Vale do Anhangabaú, mais de 100 mil pessoas compareceram. "(...) A massa presente no comício, embora numerosa, foi sensivelmente menor das reuniões anteriores do Partido Comunista do Brasil"¹⁰².

Mesmo com a Igreja contrária e candidatos fortes na disputa, Adhemar de Barros consagrou-se vencedor. O número de eleitores em São Paulo, para as eleições de 1947, teve um decréscimo de 246.621 pessoas em relação ao último pleito de 1945. Cogitava-se nos meios

⁹⁹ "A opinião da imprensa." *O Estado de S. Paulo*, 8/01/1947, p. 4.

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ Idem, *ibidem*.

¹⁰² "Comício do Partido Comunista para apresentação do candidato a governador." *O Estado de São Paulo*, 5/01/1947.

políticos e repercutido pela imprensa que se Adhemar ou Borghi fossem eleitos "o Exército está preparando um movimento para não dar posse"¹⁰³.

A dois dias das eleições, o jornal de campanha de Almeida Prado (*Jornada da Democracia*), que circulava como encarte de *O Estado de S. Paulo*, publicou um comparativo entre os candidatos e porque os paulistas deveria votar no udenista¹⁰⁴. Sobre o candidato da UDN dizia o impresso que a vitória dele seria o progresso, a solução dos problemas sociais, pelo combate ao comunismo¹⁰⁵.

Atenção, pois, paulistas! Não votar em Almeida Prado é dispersar votos, é impedir o progresso social, é querer a luta de classes, é desejar a volta as mais detestáveis formas do passado reacionário, ou, o que é igualmente indesejável, precipitar-se violentamente e revolucionariamente em uma ditadura da classe proletariada¹⁰⁶.

E se Adhemar de Barros vencesse as eleições? Segundo o impresso, o PSP não era uma legenda de projeção nacional, sem expressividade política. Acusava Adhemar, se eleito, de não contar com o apoio da igreja, do Exército e até do presidente da República, porque estava aliado ao Partido Comunista. Chamava o líder pessepista de oportunista¹⁰⁷.

Adhemar de Barros foi expressivamente votado na Capital e em algumas cidades do interior, onde dividiu muitos votos com os outros candidatos. Venceu em grandes sedes e distritos eleitorais como Araçatuba, Barretos, Mogi das Cruzes, Ribeirão Preto, Santos. Na Capital obteve 211.063 votos e 182.554 no interior.¹⁰⁸

¹⁰³ "O momento político." *O Estado de S. Paulo*, 9/01/1947, p. 3.

¹⁰⁴ Destaquei apenas as referências feitas a Prado e Adhemar.

¹⁰⁵ Como a UDN não obteve sucesso na coligação com o PCB, partiu para o ataque ao partido e aos comunistas.

¹⁰⁶ "Se Almeida Prado vencer..." *Jornada da Democracia*, 17/01/1947, Capa.

¹⁰⁷ "Se Ademar de Barros vencer..." *Jornada da Democracia*, 17/01/1947, Capa.

¹⁰⁸ Tribunal Regional Eleitoral. *Boletim Eleitoral*, 22/01/1974.

Votação obtida pelos candidatos em cada zona da Capital e em cada distrito e zona do interior¹⁰⁹

ZONAS	SEDES E DISTRITOS	ADHEMAR PEREIRA DE BARROS
1 ^a , 2 ^a , 3 ^a , 4 ^a , 5 ^a e 6 ^a	Capital	211.083
11 ^a	Araçatuba - Sede	3.525
17 ^a	Avaré - Sede	2.245
21 ^a	Barretos - Sede	2.506
35 ^a	Campos do Jordão - Sede	1.053
42 ^a	Cruzeiro - Sede	2.081
51 ^a	Iguape - Sede	1.904
69 ^a	Lucélia - Sede	715
74 ^a	Mogi das Cruzes - Sede	3.676
102 ^a	Presidente Venceslau - Sede	1.157
106 ^a	Rancharia - Sede	1.210
108 ^a	Ribeirão Preto - Sede	4.590
118 ^a	Santos - Sede	23.863
119 ^a	Santos - Distrito	3.305
125 ^a	São José do Rio Preto - Sede	3.051
129 ^a	São Manoel - Sede	1.733
130 ^a	São Pedro - Sede	670
132 ^a	São Sebastião - Sede	629
137 ^a	Sorocaba - Sede	8.024
146 ^a	Valparaíso	1.399
147 ^a	Votuporanga	1.944

Mesmo depois da eleição, Adhemar ainda não sabia se poderia mesmo assumir o governo. Informações davam conta de que o presidente da República havia determinado a remessa à justiça de São Paulo o processo instaurado para apurar acusações feitas ao governador eleito quanto à aplicação de dinheiro público durante o período em que foi interventor federal em São Paulo. Mas nada ainda estava muito certo, as questões se encontravam nebulosas. Disparou o *Correio Paulistano*:

¹⁰⁹ Idem, pp. 81 - 94.

Não é o candidato vitorioso, não é o demagogo vulgar que está em causa, é o futuro governador de São Paulo. Se este homem fosse dócil à sensibilidade moral, seria o primeiro a exigir que tudo se esclarecesse, só aceitando a investidura do cargo depois julgado e se obtivesse plena absolvição das acusações feitas à sua honrabilidade. Sim, porque nenhum respeito poderá impor aos subordinados, nenhum rigor lhes poderá exigir no trato dos negócios e dos dinheiros do Estado, um chefe sobre quem pesam imputações tão graves¹¹⁰.

De fato o presidente Dutra havia encaminhado o processo contra Adhemar para a Procuradoria Judicial do Estado, sendo o procedimento administrativo instaurado pelo então procurador-chefe da Procuradoria Judicial do Estado, José Edgard Pereira Barreto. Tinha assim 13 dias para o governador eleito formalizar a sua defesa. Era o início do estremecimento das relações entre o presidente Dutra e o recém-eleito governador do Estado.

Ficou a cargo do advogado Miguel Reale a defesa de Adhemar de Barros. Reale dizia que, antes mesmo do pleito, o governador eleito já tinha estado com o presidente Dutra e prestado conta das denúncias, que dizia serem inverdades. "Dessa forma, o presidente já conhece a defesa do acusado. Viu os três mil documentos que comprovam, com abundância, a maneira como foi gasta a verba (...) da interventoria paulista"¹¹¹.

Miguel Reale entregou a documentação de defesa no Ministério da Justiça, como deveria ser feito. Foram protocolados documentos relativos à prestação de contas de Adhemar como ex-interventor federal no Estado, no período de 30 de abril de 1938 a 31 de maio de 1941. Elencou-se todas as despesas e suas justificativas.

Em toda a triste celeuma suscitada pelo processo contra a administração do sr. Adhemar de Barros, há um grande ludibriado: o povo. Este jamais foi esclarecido a respeito

¹¹⁰ "Já vai tarde". *Correio Paulistano*, 13/02/1947, Capa.

¹¹¹ "O sr. Miguel Reale esboça a defesa do sr. Ademar". *Correio Paulistano*, 15/02/1947, Capa.

de tudo quanto ocorreu no período em que aquele cidadão ocupou o governo de São Paulo, pela razão bem simples de que a ditadura dispunha de censura, não só para proteger-se, mas também para uso e gozo dos seus prepostos nos Estados. O povo ignorava tudo quanto se passava nas altas esferas da administração federal, estadual e municipal¹¹².

Defendia ainda o jornal:

A sua [de Adhemar] ascensão à Interventoria resultou de vários episódios ignominiosos. Como prêmio de algumas tarefas pouco nobilitantes [sic] veio a receber, de presente, o posto para o qual absolutamente não estava preparado. Faltava-lhe não apenas tirocínio, mas acima de tudo equilíbrio moral. Os três anos em que ocupou os Campos Elíseos foram tumultuosos¹¹³.

Duas eram as preocupações do Adhemar: o processo de improbidade administrativa e a composição do governo.

2.3. GOVERNO DEMOCRÁTICO: O POVO QUER EXPLICAÇÃO

¹¹² "O grande ludibriado". *Correio Paulistano*, 21/02/1947, Capa.

¹¹³ *Idem*.

Ainda não existiam garantias para a posse de Adhemar de Barros. Tanto o PSD quanto a UDN estavam em intensa movimentação para impedir a festa da vitória do líder pessepista. Vários recursos foram interpostos na justiça eleitoral com o objetivo de impugnar a eleição de Adhemar, alegando irregularidades na apuração dos votos e ilegalidade no registro da candidatura (Sampaio, 1982: 57). Na UDN, o então vereador no Distrito Federal, Carlos Lacerda, fazia discursos vibrantes contra Adhemar de Barros e a sua posse no governo paulista (Beni, s/d: 184).

As questões judiciais foram dirimidas e o Tribunal Regional Eleitoral, não atendendo as denúncias oferecidas pelos partidos contra o pleito de 1947, diplomou o líder do PSP. Adhemar ainda tinha contra si o processo de improbidade administrativa que fora encaminhado ao presidente Dutra.

Logo que assumiu o governo, Adhemar disparou contra o ex-interventor paulista Macedo Soares. Afirmava que era preciso rever os atos do interventor, como a de contratação de mais de 20 mil funcionários públicos, ocasionando uma despesa de 83% do orçamento estadual¹¹⁴.

Ao levantar as dificuldades financeiras do Estado, Adhemar ganhava fôlego para, em um primeiro momento, não ter que colocar em prática as inúmeras promessas que fizera durante a campanha eleitoral que, ele bem sabia, não seriam realizáveis com um orçamento apertado que dispunha.

As dificuldades também se aplicavam ao campo político. Apesar de não ser um partido tão representativo em São Paulo, mas a legenda do presidente da República, o PSD resolveu opor-se ao governador. Seus partidários incentivavam as acusações de Adhemar ser um político corrupto, sem escrúpulos e populista. Parte do PSD paulista forçava o presidente Dutra a acatar as denúncias de improbidade contra o governador.

Adhemar entendia que se disparasse contra o PSD paulista, poderia atingir o presidente da República. Apesar de não ter

apoiado a eleição de Dutra, sabia que dependia do governo federal para conduzir o Estado.

O governador foi hábil. Iniciou negociações com o PSD paulista, prometendo - mas não cumprindo - ingressar no partido e, mais ainda, que a legenda participaria do seu governo. Parte do acordo foi efetivado com a indicação do pessedista Novelli Jr para a Secretaria da Educação. Era uma forma de encerrar as críticas no início da gestão.

A indicação de Novelli Jr tinha dois propósitos, diminuir o temor dos partidos conservadores a seu governo - pois esses acreditavam que o Partido Comunista teria grande influência sobre o governador -, e patrocinar uma aproximação com o presidente Dutra. Para agradar as diversas classes sociais, indicou conservadores para seu secretariado, como na Agricultura, com Alkindar Junqueira, proprietário rural, e na Fazenda, Oscar Muller Caravellas, um líder industrial.

Evidenciava-se o rompimento do governador que apenas contou com os votos dos comunistas para se eleger, não precisando mais deles para a condução do governo.

As revelações de que Adhemar pretendia fazer parte do grupo pessedista foram feitas pelo então deputado e ex-ministro da Justiça do governo Dutra, Benedito Costa Neto. Em sessão plenária, o deputado paulista disse que Adhemar, logo depois de ter ganho as eleições, o procurou e "declarou-me s. exa. que ele e seu partido desejavam incorporar-se ao Partido Social Democrático"¹¹⁵. O deputado disse ao governador eleito que positivasse a sua declaração ao presidente do partido, Nereu Ramos, o que aconteceu posteriormente.

Como a convenção do Partido Social Democrático estava marcada para maio de 1947 o sr. governador eleito - e ainda não empossado - pedia ao sr. Nereu Ramos que transferisse

¹¹⁴ "Serão revistos os últimos atos do interventor Macedo Soares". *Correio Paulistano*, 19/03/1947, primeira página.

¹¹⁵ "As manobras políticas do governador de São Paulo". *O Estado de S. Paulo*, 2/04/1949, p.3.

aquela convenção para junho, porquanto a do seu partido ia realizar-se precisamente no mês de maio e s.exa. queria obter do seu partido, como certamente conseguiria, a sua integral adesão ao PSD. (...) Desde aquele momento, porém, o PSD deveria colaborar na constituição do seu governo¹¹⁶.

Mas a afinidade com o PSD não duraria muito. Adhemar substituiu todos os prefeitos nomeados pelo então interventor Macedo Soares, causando um racha na base aliada pessedista, que então mantinha apadrinhados políticos nos executivos municipais. A legenda exigiu o afastamento de Novelli Jr da secretaria, que assumira o cargo a pouco mais de um mês.

Os dirigentes do diretório estadual do PSD se reuniram e duas correntes se apresentaram com discursos exaltados e apaixonados. Uma preconizava o rompimento imediato com o governador. A outra, liderada por Novelli Jr, era porta-voz de uma carta de Adhemar que sugeria ao PSD a indicação de alguns prefeitos no interior¹¹⁷. Mas em se tratando de Adhemar de Barros, todos tinham as suas suspeitas. No Rio de Janeiro, o governador chegou a declarar, depois da reunião do diretório do PSD, que quem era o chefe do Executivo era ele e não os pessedistas, causando ainda mais tumulto entre os deputados e partidários¹¹⁸.

O vice-presidente da República e presidente nacional do PSD, Nereu Ramos, esteve em São Paulo para uma reunião extraordinária do partido para discutir os últimos acontecimentos, particularmente no que dizia respeito ao afastamento dos prefeitos. Depois de acalorados debates, uma nota oficial da legenda dizia:

O Partido Social Democrática, seção de São Paulo, atendendo aos superiores interesses de São Paulo e do Partido,

¹¹⁶ Declaração de Benedito Costa Neto. "As manobras políticas do governador de São Paulo". *O Estado de S. Paulo*, 2/04/1949, p.3.

¹¹⁷ "O PSD prosseguirá nos entendimentos com o governador". *Correio Paulistano*, 27/03/1947, primeira página.

¹¹⁸ "Careceu de importância a sessão de ontem na Assembléia Constituinte". *Correio Paulistano*, 30/03/1947, p. 5.

resolve retirar a colaboração ao governo do Estado a que se dispusera na conformidade (...), cessando em consequência os entendimentos que vinha mantendo com o referido governo. Partido nacional que, pelos seus sufrágios, elevou à presidência da República o exmo. Sr. general Eurico Gaspar Dutra, continuará a dar todo o apoio ao governo federal e a agir no sentido de que a Assembléia Constituinte promulgue uma Constituição que mantenha íntegra a estrutura democrática da nação e, posteriormente, vote uma legislação dentro da qual possa São Paulo trabalhar como sempre o fez para maior engrandecimento do Brasil¹¹⁹.

O governador lamentou o rompimento e, em nota oficial, afirmou que a colaboração do PSD no governo não estava associada a concessão de cargos estaduais, bem como de nomeação de prefeitos. Concluía a nota: "O governo pode reafirmar os seus propósitos de promover a administração do Estado com a colaboração de todos os Partidos e de todas as classes, empenhados no dever comum de bem servir a São Paulo e ao Brasil"¹²⁰.

Na Assembléia Constituinte, um bloco parlamentar de oposição foi formado pelo PSD, pela UDN, PRP e os adeptos do grupo borghista.

O PTB ensaiava uma aproximação, quando verificou o caminho aberto após a debandada dos pessedistas.

Já na UDN declarações de suas lideranças, notas partidárias e conversas de deputados com o governador confundiam a militância. O diretório estadual, presidido por Waldemar Ferreira, propôs a participação da legenda no governo estadual, totalmente rechaçado pelo diretório nacional, que sugeriu a destituição em São Paulo da executiva estadual.

Paulo Nogueira Filho, chefe de um bloco independente de lideranças que se formava na UDN, chamada Ação Popular Renovadora, visitou o governador e manteve prolongada conferência sobre as

¹¹⁹ "O PSD rompeu". *Correio Paulistano*, 8/04/1947, p. 2.

¹²⁰ "O governador esclarece a sua posição em face da nota pessedista". *Correio Paulistano*, 8/04/1947, primeira página.

questões políticas do Estado. Em seguida foi publicado, em todos os meios de comunicação, um manifesto da Ação Popular Renovadora, liderada por Paulo Nogueira Filho, rompendo todos os laços que a prendiam à UDN:

Nossa atitude é clara e positiva. Fiel aos pontos programáticos da UDN (...) e fiel também às coordenadas políticas assentes pelo seu supremo diretório. E nosso propósito é, antes de tudo, trabalhar para o benefício dos trabalhadores e das camadas progressistas pelo amor de São Paulo e pela grandeza do Brasil. Somos não pela luta das classes, mas pela íntima e substancial cooperação de todas elas (Beni, s/d: 187).

O jornal Diário Popular¹²¹, logo em seguida, reforçava o rompimento de uma ala de políticos com a UDN. Lembrava o diário que a Ação Popular Renovadora estava limitava a São Paulo, tendo como uma de suas linhas de discussão partidária a abertura da legenda às "massas populares". Não escondia, como recordava a matéria, a simpatia dos membros dessa ala partidária ao governador eleito e que nutriam a vontade de cooperação política, sustentada pelos discursos permanentes de Adhemar de justiça social (Beni, s/d: 188).

Qualquer tipo de apoio que partisse da ala estadual do partido fora rechaçado em âmbito nacional. Diziam as lideranças da agremiação que a UDN era uma legenda nacional e não uma simples federação de partidos estaduais. Esse imbróglio todo levou ao afastamento dos membros da Ação Popular Renovadora, liderados por Paulo Nogueira Filho, e o ingresso dos políticos à base de sustentação do governo estadual e ao Partido Social Progressista.

A UDN manteve-se no campo oposicionista e a todo momento denunciava Adhemar, defendendo o seu afastamento do cargo. Dos 75 deputados estaduais, apenas nove foram eleitos por Adhemar.

¹²¹ "Ação Popular Renovadora rompeu todos os laços que a prendiam à UDN". *Diário Popular*, 26/07/1947, primeira página.

Diversos eram os discursos dos deputados, estaduais e federais, contra o líder pessepista e seu governo.

O fantasma da intervenção federal rondava o governo paulista. "Em fins de abril, a partir de um pronunciamento do General Flores da Cunha - deputado federal pela UDN do Rio Grande do Sul - é levantada a questão da possibilidade de ser decretada a intervenção em São Paulo" (Sampaio, 1982: 59).

Foi o estopim para que se iniciasse no Estado uma campanha agressiva da oposição contra o governador e pela votação de uma Constituição provisória (a Polaquinha), contendo um dispositivo que facilitasse o pedido de *impeachment* pela Assembléia Legislativa. Adhemar foi rápido nas negociações com a bancada situacionista, conseguindo agregar contra a proposta até membros dissidentes dos partidos que lhe faziam oposição. Contra a reformulação da Constituição se colocaram os deputados dos partidos: PSP, PR, PDC, PTB, PCB e alguns da UDN e PSD.

Adhemar tinha outra decisão que precisava ser tomada, a escolha do candidato à presidência da Assembléia Legislativa. O PTB paulista convocou uma reunião suprapartidária, com a exclusão somente do PSD, na sede de seu diretório. Compareceram ao encontro 49 deputados. A reunião contou com a presença de lideranças do PSP, PTB, UDN e PC que, depois de diversas discussões, indicaram o nome de Mario Beni para o cargo (Beni, s/d: 193). Faltava avisar apenas o maior interessado, Adhemar de Barros.

O governador era uma liderança que não gostava das coisas impostas, e sim de que as melhores idéias e a forma como conduziria as negociações políticas partissem dele mesmo. Sendo assim, logo Beni comunicou a Adhemar a decisão da maioria dos deputados, só que o governador, informalmente, negociava com alguns deputados do PSD a indicação do presidente do Legislativo.

Dito e feito. Pela imprensa, as lideranças pessepistas souberam que o partido havia feito um acordo com o PSD para a indicação de Valentim Gentil, que fora colega de Adhemar na Assembléia Legislativa. Além do nome de Gentil, os pessedistas encaminharam outros quatro nomes ao governador: Diógenes Ribeiro

de Lima, Joviano Alvim, Lincoln Feliciano e Brasílio Machado Neto¹²². Coube a Beni a primeira secretária (Beni, s/d: 194).

Isso indicava que, para Adhemar, acima das amizades estavam os acordos políticos. Semanalmente os deputados situacionistas se reuniam na Secretaria da Justiça, que tinha a frente Miguel Reale, para estudarem a pauta da Assembléia Legislativa e quais deveriam ser as providências a serem tomadas (Reale, 1987: 204).

Na Assembléia, a oposição foi implacável. Todos os projetos encaminhados tinham que ser exaustivamente discutidos. "(...) Quase sempre ou mais repetidas vezes, conflitavam com o interesse público ou com o campo de competência rigorosamente constitucional do Executivo" (Beni, s/d: 196). A sustentação política, como afirma Beni, passava pela indicação de apadrinhados políticos de deputados a cargos públicos em troca de aprovação das matérias de interesse do Executivo.

Ante a falta de uma maioria substancial na bancada do governo, (até os coligados tornavam-se em certas ocasiões francos atiradores, desrespeitando os próprios compromissos de acordo partidário), era comum, basearem-se as aprovações de projetos para a boa marcha da administração ao atendimento de reivindicações, em princípio justas, embora não pertinentes à urgência ou à prioridade impostas pela natureza da proposição (Beni, s/d: 196).

Somado a isso, várias eram as mudanças partidárias dos deputados. Muitos porque discordavam da posição programática dos partidos, outros porque procuravam espaço em agremiações simpáticas ao governador. Adhemar também teve a sorte de contar com parte do PSD que, "com sua habitual plasticidade, passou a cooperar com o PSP, ou melhor, com o Adhemarismo" (Reale, 1987: 208).

Sob as ameaças constantes do grupo oposicionista, perigando perder o cargo de governador, Adhemar voltou-se ao presidente da

¹²² "Instala-se hoje a Assembléia Constituinte do Estado". *Correio Paulistano*,

República, buscando estreitar a relação entre o Estado de São Paulo e o Catete. Dutra não tinha apreço por Adhemar, sendo a recíproca também verdadeira. O presidente repudiava os métodos centralistas do governador e de displicência com os gastos do orçamento público. Mas, para afastar de vez o fantasma da intervenção, nada melhor do que ser amigo do presidente da República.

E foi isso que fez Adhemar. Estreitou ainda mais a relação com o genro de Dutra, Novelli Jr, o apoiando para a eleição de vice-governador em novembro de 1947. A declaração de Adhemar em favor de Novelli Jr provocou uma cisão no PSD, que lançou Cirilo Jr como candidato em aliança com o PTB. O investimento da máquina do governo sobre o candidato Novelli Jr o elegeu.

Tendo o vice-governador, a oportunidade se tornava ainda maior para o PSD que poderia investir contra Adhemar e obter o controle do Estado. Parcela do partido continuou a campanha contra o governador. Vendo o PSD contra o seu governo, e não contando com o apoio do vice-governador para desestimular o ofensiva da legenda, Adhemar não vislumbra outra alternativa senão a de rompimento com Novelli Jr, em 1948 (Sampaio, 1982: 61).

Com a oposição do vice-governador e o trabalho dos partidos oposicionistas defendendo o impeachment do governador, Adhemar foi ficando acuado. Novelli Jr tratou de buscar guarida no ministro da Justiça, Adroaldo Mesquita da Costa. Com esses acontecimentos, os jornais estampavam manchetes prognosticando a saída do governador do cargo. Sobre uma dessas notícias, Adhemar declarou: "Querem me depor? É fácil, cinco homens são suficientes: um para atirar e quatro para o transporte do meu corpo" (Beni, s/d: 200). Declaração clara, do Palácio dos Campos Elíseos só sairia morto.

Tentando desmoralizar o vice-governador, que promovia a conspiração contra Adhemar para assumir o Estado, o líder do PSP distribuiu carta nos meios políticos com a seguinte declaração:

Prezado amigo dr. Adhemar de Barros: nos termos da palestra que hoje mantivemos no Palácio dos Campos Elíseos, em companhia do cel. Vieira de Melo e do Dr. Erlindo Salzano, passo às suas mãos a presente carta, que tem por finalidade reafirmar o compromisso de, se eleito vice-governador do Estado, continuar, a seu lado, a luta pela renovação dos costumes políticos em nossa terra. Dentro do pensamento contido no manifesto por mim lançado e hoje apoiado pelo

"Movimento Democrático Renovador", com o sentido alto de criar valores novos no cenário político paulista, poderá o ilustre amigo contar com o meu apoio, bem como ter a certeza de que colaborei com todo esforço, na tarefa de realizar o programa de seu governo. Atenciosos cumprimentos do amigo, colega e admirador: Novelli Júnior. São Paulo, 8 de outubro de 1947 (Beni, s/d: 201).

Apesar da possibilidade de se contestar a veracidade da carta pelos partidários de Novelli, o sentido de traição causou constrangimentos no meio político, ainda mais quando comprovadamente Adhemar havia se empenhado na campanha para eleger o vice-governador, fazendo mais de 250 comícios na campanha.

O governador ainda tinha um trunfo, estava acima dos partidos políticos e contava com o apoio dos paulistas, principalmente da classe média e de industriais. "O governo dele era baseado em composição política estável e transitória"¹²³.

Mas continuavam as várias denúncias contra a política financeira danosa ao governo, causadora de déficits à economia de São Paulo. "A administração é fundamentalmente centrada na realização de grandes obras públicas e na ampliação dos serviços oferecidos pelo Estado, dentro de uma perspectiva de bem-estar social(...)"(Sampaio, 1982: 62). Essa política assistencialista atendia aos interesses da base aliada, mas principalmente do partido do governador (Sampaio, 1982: 62).

Dispondo de um dispositivo constitucional, o governador, para contornar as dificuldades e não comprometer seu programa

assistencial, emitiu títulos - os chamados bônus rotativos. Era possível a emissão de até 25% da receita estadual orçada (Sampaio, 1982: 62). Os recursos extras permitiram que Adhemar continuasse esbanjar dinheiro público em grandes obras estaduais, que dependiam de um volume astronômico de dinheiro público e aumentasse a sua popularidade, dificultando assim uma efetivação da intervenção no Estado. "O Adhemar era um realizador e baseava a sua política na execução de obras públicas, não atentando para a questão financeira. Executava [as obras] com ou sem dinheiro"¹²⁴.

As bancadas da oposição (PSD, UDN, PTB e PR) da Assembléia Legislativa, em desagravo, solicitam ao presidente da República providências em relação aos abusos cometidos no Estado de São Paulo. São 45 os deputados signatários do manifesto-denúncia que pediam a intervenção federal com base nos descabros financeiros pelos quais passava o Estado de São Paulo.

A denúncia tinha como base um dossiê especialmente preparado por Correia e Castro, ministro da Fazenda do governo federal. Adhemar era acusado de solicitar ao Export-Import Bank moratória por seis anos de promissórias, "no valor aproximadamente de US\$ 9,4 milhões, emitidas pela Estrada de Ferro Sorocabana, com o endosso do Estado, em favor da Electrical Export Corporation" (Cannabrava Filho, 2004: 61).

No mesmo dia o governador telegrafou ao presidente Dutra desmentindo a informação e achando estranho que o ministro havia feito um relatório sem informações prestadas pelo Estado (Cannabrava Filho, 2004: 61). Na convocação da imprensa, o líder do PSP desmentiu o fato:

Não é verdade que o Estado haja solicitado uma moratória, por seis anos, ao Export-Import Bank. O documento que temos em nosso poder da Electrical Export Corporation, em resposta a uma carta de 8 de abril de 1948, firmada pelos secretários da Viação e Fazenda, é o mais completo

¹²³ Entrevista com Lucas Nogueira Garcez em 04/05/1978 - Arquivo Regina Sampaio.

¹²⁴ Idem.

desmentido à leviana afirmativa do ministro. Reptamos sua excelência a contraditar-nos.

Ela se refere apenas a um dos compromissos assumidos pela interventoria Fernando Costa, referente à compra de material, que não foi entregue dentro dos prazos que condicionaram os pagamentos. Esses prazos foram excedidos de mais de um ano. O que o nosso governo pleiteou, em defesa da economia paulista, é coisa de técnica comercial corriqueira, isto é, o reajustamento dos vencimentos, por um ano, a fim de ficarem de acordo com a execução do contrato.

É falsa, portanto, a primeira afirmativa daquele titular. A segunda inverdade está na afirmativa de que o déficit orçamentário de 1947 é estimado em Cr\$ 1,4 bilhão, ignorando-se, porém, qual efetivamente tenha sido, pois as contas do exercício ainda não se encerraram, em virtude do atraso em que se encontra a escrita contábil do Tesouro.

As contas do Tesouro paulista estão em dia. Foram encerradas dentro do prazo constitucional, isto é, em 30 de março do ano corrente (...) (Cannabrava Filho, 2004: 62).

A investida da oposição não surtiu os efeitos desejados. Dutra não interveio em São Paulo e afirmou ainda que a competência para utilizar desse dispositivo era da Assembléia Legislativa. O general Dutra respeitou a Constituição, "não procurou nenhuma brecha para agir dentro do nepotismo, natural em política, favorecendo o genro, que, vice-governador, seria o lucrador no afastamento de Adhemar de Barros" (Beni, s/d: 203). Mas é possível também fazer uma outra análise. Dutra percebeu que ao intervir em São Paulo estaria indo em desencontro com a opinião pública e, naquele momento, ter os paulistas contra o seu governo poderia não ser uma boa idéia. E pesava também o que Adhemar fez para que seu genro fosse eleito vice-governador.

Mesmo com as alegações e suspeitas sobre irregularidades administrativas em São Paulo e as possíveis perseguições políticas patrocinadas pelo governador, nada disso configurava motivo

constitucional para que o governo federal interviesse em São Paulo¹²⁵.

As acusações da oposição eram veementes. Alguns jornais publicaram um anúncio em defesa de Adhemar de Barros¹²⁶. Dizia o texto que os homens de boa vontade estavam unidos em torno de Adhemar, pelo bem de São Paulo e grandeza do Brasil. Afirmava que quem escolheu o governador foi o povo humilde de São Paulo, então quem governava São Paulo era o próprio povo. Garantia que a oposição pretendia um golpe rasteiro contra o líder pessepista e aquilo iria em confronto com a vontade popular.

As relações de Adhemar com os comunistas também não eram mais as mesmas da campanha ao governo, mas era preciso ampliar a base de apoio para evitar outras manifestações em prol de uma intervenção no Estado. Algumas concessões são feitas aos comunistas, como garantias pessoais de não perseguição a Luís Carlos Prestes. O PC, então na clandestinidade, lançou um manifesto antiintervencionista e em favor do governador (Sampaio, 1982: 65).

A partir de então, as esperanças dos intervencionistas voltam-se para o Senado Federal. As denúncias referentes à situação financeira de São Paulo, constantes do manifesto enviado ao presidente Dutra, haviam sido encaminhadas ao Ministério da Fazenda, para as devidas apurações.

Em junho do mesmo ano o Ministro Corrêa e Castro enviou seu relatório ao Presidente, que o remete ao Senado para apreciação e julgamento das medidas cabíveis. O relatório concluía pela procedência das denúncias e assinalava que a própria preservação da ordem interna estava ameaçada pela "desordem financeira e econômica" reinante em um dos maiores Estados da Federação. Em fins de julho, contudo, o Senado aprovou os pareceres das Comissões de Justiça e Finanças, contrários à determinação da intervenção pelo Legislativo, decisão que marcou o encerramento da campanha intervencionista (Sampaio, 1982: 65).

Adhemar, sem ameaças vindas do Distrito Federal, conseguiu agregar ao seu governo parte do PTB e firmou um acordo com um grupo do PSD, a quem foi oferecido as secretarias da Fazenda,

¹²⁵ Entrevista com Lucas Nogueira Garcez em 04/05/1978 - Arquivo Regina Sampaio.

¹²⁶ Dizia que aquela publicação era custeada por industriais e comerciantes sem ligações com o governo. Correio Paulistano, 10/08/1947, p. 6.

Trabalho e da Justiça. Controlando parte do PTB e do PSD, as mobilizações contrárias a seu governo foram desfeitas.

Restava agora se preparar para aquilo que sempre sonhou na vida pública, ser presidente da República. Sem muitos problemas de governança e com os ventos soprando a seu favor, não restava ao governador, que tinha apoio dos paulistas, uma outra alternativa senão pleitear uma vaga nas eleições presidenciais em 1950.

Era para isso que Adhemar se preparava. Apesar de Dutra ter garantido a não intervenção em São Paulo, o governador paulista mantinha com o presidente apenas uma relação cordial e administrativa. Não era dos sonhos de Adhemar entrar em uma campanha apoiando um candidato indicado pelo presidente, ainda mais quando Dutra lançou Cristiano Machado ao pleito.

Para Adhemar, as chances aumentavam. O presidente da República rachou a aliança PSD-PTB ao lançar um pessedista como cabeça de chapa sem consultar a sua base de apoio. Uma única candidatura apenas poderia atrapalhar as pretensões do governador de São Paulo, a de Getúlio Vargas. Era quase certa a sua inclinação para pleitear o cargo de presidente da República novamente. A UDN lançou novamente o brigadeiro Eduardo Gomes, sem sucesso, apesar do apoio maciço de um dos principais jornais do país, *O Estado de S. Paulo*.

A estrutura política do PSP no estado estava muito bem organizada. Os diretórios se capilarizaram por todo o interior, os prefeitos tinham sido nomeados pelo chefe do Executivo e, o principal, São Paulo era o maior ente da federação.

Tudo a favor e talvez o melhor momento para Adhemar ser candidato. Mas tinha um agravante, a possibilidade de deixar o governo nas mãos de seu vice, então um dos principais rivais políticos. Assim como o presidente da República, Novelli Jr, do PSD e genro de Dutra, também apoiaria Cristiano Machado. Para

Adhemar seria péssimo, a máquina estatal estaria voltada à campanha de Machado, atrapalhando a sua candidatura¹²⁷.

Talvez uma das maiores frustrações políticas do líder pessepista. Dessa vez, não poderia concorrer ao cargo de presidente do país. Quais seriam as saídas? Caminhar ao lado de Novelli Jr em torno da candidatura Cristiano Machado? Muito improvável, já que Novelli e Adhemar estavam rompidos e o governador pouco espaço teria dentro do PSD para impor suas condições políticas, tais como indicação do candidato a vice-presidente. Apoiar o candidato da UDN? Jamais, visto o trabalho que o partido lhe deu na Assembléia Legislativa. Restava apenas seguir a candidatura mais forte, de Getúlio Vargas.

A única forma de derrotar o governo Dutra e barrar o crescimento da UDN era a aliança entre os dois (CannabravaFilho, 2004: 63). "O que Adhemar sempre aspirou foi ser presidente da República e ameaçou renunciar ao governo do Estado para isso. Depois verificou as dificuldades que teria porque o PSP era fraco naquela época"¹²⁸.

Após a desistência de Adhemar, o ex-presidente Getúlio Vargas, habilmente, lhe enviou uma carta:

Meu prezado amigo: depois de um longo exame da situação do Brasil e da minha posição na política nacional, resolvi aceitar o lançamento da minha candidatura. Está o meu amigo autorizado a lançar o meu nome onde e como julgar mais conveniente. Estou disposto à luta. Ela será árdua, mas espero que se desenvolva dentro de um campo elevado de patriotismo. Estamos unidos para a redenção do Brasil (Beni, s/d: 222).

Muitos dos que conheciam Adhemar não acreditavam nessa reviravolta em favor de Getúlio. Os dois tiveram graves problemas políticos após o afastamento do pessepista da interventoria

¹²⁷ Vale lembrar também que para Adhemar de Barros disputar a presidência da República era preciso se desincompatibilizar do cargo de governador.

¹²⁸ Entrevista com Lucas Nogueira Garcez em 04/05/1978 - Arquivo Regina Sampaio.

paulista e, desde então, não estavam mais ligados politicamente, apesar do apoio velado de Vargas a sua eleição como governador. O que pesou foi a manutenção do grupo político adhemarista, que não aconteceria com nenhum outro candidato. Além do PSP indicar o candidato a vice, Café Filho.

A costura política do acordo entre Adhemar e Vargas foi feita por duas lideranças, Erlindo Salzano, representando o primeiro, e Danton Coelho, o segundo. O lançamento da candidatura getulista em São Paulo aconteceu em julho de 1950, em comício realizado por Adhemar de Barros em frente ao Museu do Ipiranga, firmando assim a aliança PTB-PSP (Cannabrava Filho, 2004: 64).

O apoio se consolidou e Vargas foi eleito presidente da República. O PSP, além da vice-presidência, ainda garantiu os ministérios da Viação e Obras Públicas e da Fazenda, além da direção do Banco do Brasil.

Mas só isso não bastava ao líder do PSP. Era preciso também efetivar a vitória no Estado de São Paulo. Dentro do partido as disputas pela candidatura à sucessão de Adhemar eram grandes. De um lado o grupo do jurista Miguel Reale, e de outro o grupo de Erlindo Salzano e Barone Mercadante.

Adhemar chegou até a conversar com Reale, estimulando-o a lançar a sua candidatura a governador pelo PSP. Disse Lucas Nogueira Garcez, então secretário de Viação do governo Adhemar: "O professor Reale foi para a convenção candidato e lá o Adhemar me lançou. Por que ele me lançou se nunca me aproximei, já que não fazia política e não tinha nenhum diretório? Exatamente por isso, tinha que escolher alguém que pudesse ser tolerado pelos outros"¹²⁹. Garcez disputou e venceu, pela coligação PSP/PTB, contra Hugo Borghi e Francisco Prestes Maia¹³⁰.

Com o rompimento político com o governador Garcez¹³¹, a ascensão de Jânio Quadros¹³² e a morte de Vargas, Adhemar só voltou

¹²⁹ Entrevista com Lucas Nogueira Garcez em 04/05/1978 - Arquivo Regina Sampaio.

¹³⁰ Sobre o governo Garcez ver: SAMPAIO, Regina. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo: Global, 1982.

¹³¹ Idem.

ao cenário político nos anos 60, quando novamente se elegeu governador do Estado.

¹³² Sobre o assunto ver: CHAIA, Vera. *A liderança política de Jânio Quadros (1947-1990)*. Ibitinga: Humanidades, 1991.

TERCEIRO CAPÍTULO

3. Práticas políticas e cotidiano do poder

As eleições de 1962 marcaram a última trajetória política de Adhemar de Barros. Afastado de um cargo majoritário desde meados dos anos 50, o líder pessepista travou o maior embate político talvez da sua história, contra o seu desafeto, o ex-presidente Jânio Quadros, que acabara de renunciar à presidência da República.

Foi uma eleição dura e com acusações mútuas, consagrando a vitória a Adhemar. O pleito também foi dividido entre as forças políticas do então governador Carvalho Pinto - que fora, anteriormente, eleito governador com o apoio de Jânio Quadros - mas que naquele momento apoiava José Bonifácio, seu secretário de Agricultura. Adhemar foi eleito na cisão entre Carvalho Pinto e Quadros.

Ao compor seu secretariado, o pessepista configurou seu governo com a distribuição de cargos e secretarias à base aliada. Isso não impediu, porém, denúncias contra seu secretário de Educação, abalando as estruturas políticas do governo estadual.

As relações de Adhemar com o presidente Goulart não foram das melhores. Por diversos momentos ensaiou um rompimento, até efetivá-lo quando apoiou o golpe dos militares em 1964.

3.1. "A META É O HOMEM": CAMPANHA ELEITORAL DE 1962

A campanha de 1962 marcou a acirrada disputa eleitoral, vinda de outros tempos, entre as forças políticas adhemaristas e janistas. Os dois líderes paulistas se encontravam na Europa: Jânio Quadros em Londres e Adhemar de Barros em Paris.

Coube aos correligionários políticos dos dois grupos convencerem seus líderes a participarem da eleição estadual que se realizaria em outubro de 1962. Quintanilha Ribeiro, coordenador do grupo janista, desembarcou em Londres e comunicou ao ex-presidente as negociações políticas que começavam a ser feitas no Estado de São Paulo (Chaia, 1991: 375).

Já do "staff" adhemarista, encarregou-se Mário Beni de viajar a Paris, em nome da bancada federal do PSP, e sondar seu líder sobre a possibilidade desse disputar o governo do Estado nas eleições de 1962.

Os deputados e correligionários pessepistas, em contrapartida a aceitação da candidatura, estavam dispostos a reestruturar o partido em São Paulo, com o propósito mesmo de fortalecer as bancadas da Assembléia Legislativa paulista e da Câmara Federal e, conseqüentemente, eleger seu candidato ao governo.

As pesquisas eleitorais indicavam que mesmo se Adhemar apoiasse qualquer candidato, o partido não obteria sucesso eleitoral para o Legislativo. Assim, a insistência do PSP em que Adhemar fosse mesmo o candidato. O quadro abaixo mostra exatamente essa comparação. O candidato apoiado por Carvalho Pinto, teria uma ligeira vantagem sobre o apoiado pelo PSP.

COMPARAÇÃO DE RESULTADOS

Influência de políticos sobre a eleição para governador do Estado

Para governador do Estado, prefeririam votar em um candidato apoiado por

<i>Em</i>	<i>Adhemar de Barros</i>	<i>Carvalho Pinto</i>	<i>Jânio Quadros</i>	<i>João Goulart</i>	<i>Juscelino Kubitschek</i>
<i>Capital</i>	20%	33%	16%	4,0%	13%
<i>Bauru</i>	22	29	14	5,0	16
<i>Campinas</i>	22	33	12	8,0	11
<i>Presidente Prudente</i>	24	34	14	3,0	14
<i>Ribeirão Preto</i>	13	28	15	7,0	15
<i>Santo André</i>	19	24	18	12	13
<i>Santos</i>	17	29	26	3,0	10
<i>São Bernardo</i>	16	24	14	9,0	18
<i>São Caetano</i>	22	24	21	7,0	15
<i>São José do Rio Preto</i>	28	30	14	3,0	12
<i>Sorocaba</i>	26	23	13	9,0	14

IBOPE - Pesquisas Especiais¹³³

¹³³ IBOPE, Pesquisas Especiais, 1962, vol. 4. Pesquisa de Opinião Pública realizada em 11 cidades do Estado de São Paulo (12 a 25/janeiro/1962). Cidades: São Paulo, Bauru, Campinas, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Santos, São José do Rio Preto, Sorocaba. Entrevistas: São Paulo (1.135), Bauru (300), Campinas (400), Presidente Prudente (30), Ribeirão Preto (300), Santo André (400), São Bernardo do Campo (300), São

Adhemar, irritado, recebeu a sugestão para ser candidato:

Vocês querem levar-me a uma nova aventura? Referia-se ao pleito em que disputou a presidência da República e perdera distante para Jânio Quadros e para o General Henrique Teixeira Lott. Ponderei, em nome dos companheiros, que havia tempo. Apenas desejávamos saber se poderíamos iniciar o trabalho em nossas bases (Beni, s/d: 298).

A liderança política de Jânio Quadros, mesmo após a renúncia, não era desprezível, particularmente junto ao eleitorado de São Paulo. O prestígio no Estado permitia que um candidato apoiado por Quadros ocupasse a terceira colocação em preferência do eleitorado paulista¹³⁴. Certamente o grupo adhemarista considerava este aspecto. Não poderia colocar seu líder em uma campanha fracassada, sepultando assim politicamente Adhemar de Barros e o próprio PSP.

Carvalho Pinto, então governador e indicado por Jânio às eleições paulistas de 1958, contrariou o grupo e lançou como candidato José Bonifácio¹³⁵, o que beneficiava Adhemar. O governador sabia que a divisão eleitoral poderia ocasionar o insucesso do seu candidato e também de Jânio, mesmo assim bancou o desafio.

De acordo com Mário Beni, então deputado pelo PSP e que mantinha uma interlocução com o governador, Carvalho Pinto o chamou aos Campos Elíseos, dias antes de sua viagem à Europa, para propor uma aliança com Adhemar de Barros, mas avisou, não poderia abrir mão do seu candidato.

Adhemar, antes de saber da proposta de Carvalho Pinto, recebeu a notícia e enviou ao governador uma contraproposta pelo líder pessepista, indicando os nomes de Ernesto Leme, Miguel Reale

Caetano do Sul (300), Santos (400), São José do Rio Preto (300) e Sorocaba (300).

¹³⁴ Idem. O candidato apoiado por Jânio Quadros, como mostra o quadro acima, teria 16% da preferência eleitoral.

¹³⁵ José Bonifácio era secretário de Agricultura do governo do Estado, nome no qual Carvalho Pinto insistia em ser o candidato a governador. "Tudo indica, o motivo para tamanha teimosia residia no fato de ser esse nome o que melhor aglutinava o poder econômico fixado em São Paulo". PELLEGRINI, Virginia Maria Cristina. *O PTB em São Paulo*. São Paulo: Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais, PUC-SP, 1989, p. 146.

e do deputado Ciro Albuquerque ao governo. As indicações foram rechaçadas por Carvalho Pinto (Beni, s/d: 297). Adhemar também exigira, para abrir mão de concorrer às próximas eleições, a concessão da Secretaria da Educação ao PSP e uma vaga ao Senado na coligação, sendo o seu nome o indicado (Pelegrini, 1989: 146).

Adhemar de Barros articulava a sua candidatura para deputado federal, mantendo contato com dirigentes partidários para a formação de uma coligação forte em São Paulo que garantisse a eleição de um governador apoiado por esse grupo. Não via dificuldades em apoiar o candidato do governador, José Bonifácio Nogueira, desde que suas exigências fossem atendidas. Nesse caso, com a força da coligação partidária, abandonaria a idéia de concorrer à Câmara Federal e lançaria-se ao Senado. Adhemar também acompanhava as pesquisas de intenção de voto e monitorava seu prestígio junto aos paulistas.

Carvalho Pinto desfez a costura política e resolveu partir para as negociações com outros partidos, particularmente com o PR, PDC, UDN, PTB e PRP (Chaia, 1991: 376).

(...) Tínhamos em mente fazer com que Adhemar viesse realmente a disputar, nas eleições de outubro de 1962, o governo do Estado. Tudo favorecia nossos objetivos, principalmente quando, com a passagem do tempo, o divórcio a que nos referimos se concretiza e, conforme prevíamos, Jânio saiu candidato contra o candidato de seu então chefe político em São Paulo, o governador Carvalho Pinto (Beni, s/d: 298).

Mas alguns partidário do PSP insistiam, com o consentimento de Adhemar, em restabelecer contatos com o governador. Para isso, ficou incumbido Teotônio Monteiro de Barros, vice-presidente do diretório paulista, de propor a constituição de um único bloco situacionista. Adhemar insistia em ser candidato a deputado federal, chegando até a estimular as muitas lideranças pessepistas a marcharem em apoio a José Bonifácio.

Enquanto isso, Carvalho Pinto saiu para o ataque em relação à possível candidatura de Jânio Quadros. Declarou que não ficaria omissa ao pleito de outubro e participaria em todo o Estado da campanha de seu candidato. Disse: "Se o povo compreender o nosso esforço, não tenho dúvida de nossa vitória nas urnas. O sr. José Bonifácio Nogueira é padrão de honestidade, competência, honradez e discernimento (...); disposto, como nós, a sepultar (...) os processos de demagogia e do personalismo político".¹³⁶

Em declaração feita em fevereiro de 1962, Adhemar de Barros admitiu, a jornalistas, que sua intenção, além de pleitear uma vaga na Câmara Federal, era ser primeiro-ministro ou simplesmente ministro do governo João Goulart. O PSP, nesse momento, era da base aliada ao governo.

Sobre a possível candidatura de Jânio Quadros a governador, declarou: "como um homem que teve seis milhões de votos e abandonou tudo e todos, queira ser ainda candidato ao governo do Estado"¹³⁷.

Acrescentou ainda que o seu objetivo, naquele momento, era pregar a união política contra os janistas no Estado. Dizia que tinha apresentado aos partidos políticos de São Paulo nomes que julgava serem de candidatos idôneos e poderiam representar com dignidade a população paulista: Ernesto Leme, Miguel Reale e Ciro Albuquerque. "São Paulo é o Estado onde reina a maior confusão política no momento. Basta dizer que é o único lugar no Brasil onde funcionam catorze partidos políticos, o que dificulta composições (...)"¹³⁸.

Já que postulava o cargo de primeiro-ministro, Adhemar aproveitou para defender o parlamentarismo. Segundo ele, "o regime não está funcionando nem bem nem mal e eu culpo o governo por isso, pois é composto de presidencialistas convictos, portanto, sem nenhum amor pelo parlamentarismo"¹³⁹.

¹³⁶ "CP: demagogia e personalismo não renascerão em São Paulo!". *Última Hora*, 20/02/1962, p. 4.

¹³⁷ "Adhemar prega união para derrotar Jânio". *Última Hora*, 26/02/1962, p. 4.

¹³⁸ Idem.

¹³⁹ Ibidem.

Até abril de 1962 a luta pela sucessão ficou polarizada entre Jânio Quadros e José Bonifácio. Mesmo porque, em nenhuma reunião extraordinária do PSP, havia sido formalizada a candidatura de Adhemar de Barros a governador. O grupo dirigente do partido, formado pelos deputados Broca Filho, Arnaldo Cerdeira e Carvalho Sobrinho; pelo presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Helio Mota; e pelos representantes do diretório estadual, Teotônio Monteiro de Barros e Cantídio Nogueira Sampaio, disseram que nenhuma decisão política poderia ser adotada com a ausência de Adhemar de Barros e, depois, julgavam que todo o eleitorado paulista estava dividido entre as candidaturas de Jânio Quadros e José Bonifácio¹⁴⁰. Confirmava a nota divulgada pelo partido:

O Diretório Regional do Partido Social Progressista, reunido hoje, resolveu confirmar a realização da Convenção Regional do partido, conforme deliberação anteriormente tomada, para o dia 24 de maio de 1962, quando serão escolhidos os candidatos às próximas eleições de outubro. Resolveu mais o Diretório regional que tendo em vista a necessidade imperiosa de orientar os convencionais sobre as conveniências eleitorais e partidárias para a referida convenção, convocar reunião extraordinária para o dia 30 de abril, quando, depois de ouvido o seu candidato natural, sr. Adhemar de Barros, estará apto a decidir a indicação dos nomes que fará a convenção para que o povo paulista decida, afinal, sobre seus candidatos a governador e vice-governador do Estado¹⁴¹.

Para os pessepistas, o resultado de outubro indicaria os rumos das eleições presidenciais de 1965 e como seriam as composições políticas, visto que São Paulo representava o Estado mais importante da federação. Mas, apesar de saber disso, o PSP confirmava que lançaria candidato ao governo mediante o resultado das pesquisas de opinião.

¹⁴⁰ "PSP não lançou Adhemar: Jânio e JB polarizam luta sucessória". *Última Hora*, 10/04/1962, p. 4.

Uma corrente dentro do PSP inclinava-se em apoiar mesmo a candidatura de José Bonifácio. Como Adhemar de Barros vinha se declarando favorável a uma composição partidária em torno de um nome em comum e que se lançaria a deputado federal, os defensores de candidatura própria eram minoria naquele momento.

Nos encontros ocasionais de adhemaristas e janistas, principalmente na Assembléia Legislativa de São Paulo, estes últimos não deixavam de dizer que em consultas junto ao eleitorado das respectivas zonas de influência, a posição de Adhemar seria excelente¹⁴².

Mantinha, o PSP, contato também com Auro de Moura Andrade, presidente do Senado Federal, candidato ao governo de São Paulo e que estava interessado no apoio do partido. Por sinal, Auro ocupava uma posição destacada nas pesquisas estaduais.

Receptividade eleitoral de candidatos ao governo do Estado

Para governador do Estado votariam em			
<i>Em</i>	<i>Auro</i>	<i>José Bonifácio</i>	<i>Não sabem</i>
<i>Capital</i>	31%	38%	31%
<i>Bauru</i>	31	42	27
<i>Campinas</i>	38	39	23
<i>Presidente Prudente</i>	32	39	29
<i>Ribeirão Preto</i>	40	30	30
<i>Santo André</i>	44	26	30
<i>Santos</i>	25	41	34
<i>São Bernardo</i>	43	27	30
<i>São Caetano</i>	38	28	34
<i>São José do Rio Preto</i>	35	37	28
<i>Sorocaba</i>	31	39	30

IBOPE - Pesquisas Especiais¹⁴³

¹⁴¹ Idem.

¹⁴² "PSP denunciará manobras janistas: reunião extraordinária dia trinta". *Última Hora*, 21/04/1962, p. 4.

¹⁴³ IBOPE, Pesquisas Especiais, 1962, vol. 4. Pesquisa de Opinião Pública realizada em 11 cidades do Estado de São Paulo (12 a 25/janeiro/1962). Cidades: São Paulo, Bauru, Campinas, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Santos, São José do Rio Preto, Sorocaba. Entrevistas: São Paulo (1.135), Bauru (300), Campinas (400), Presidente Prudente (300), Ribeirão Preto (300), Santo André (400), São Bernardo do Campo (300), São Caetano do Sul (300), Santos (400), São José do Rio Preto (300) e Sorocaba (300).

Diante dos acontecimentos eleitorais e do crescimento político da sua candidatura, Adhemar de Barros, em reunião extraordinária convocada pelo partido em 8 de maio e perante a parlamentares das bancadas federal, estadual e municipal, aceitou a indicação para concorrer ao governo paulista. Salientou o deputado Carvalho Sobrinho que a candidatura própria do PSP era contra a "ameaça que representa a presença do sr. Jânio Quadros na disputa eleitoral" ¹⁴⁴.

Frisou ainda que o partido precisava trabalhar a fim de impedir a efetivação do propósito do sistema situacionista estadual, de eleger José Bonifácio. Convocou "as forças vivas do Estado para se unirem em torno do sr. Adhemar de Barros e contra a tentativa de retomada do poder por parte de político que desmereceu a confiança do povo, renunciando à presidência da República"¹⁴⁵. Adhemar, em carta enviada aos deputados Rubens Ferreira Martins, Artur Audrá, Mário Beni e Paulo Lauro, disse:

Confio a vocês o meu desejo de que se faça, em todo o país, um Movimento Renovador Social Progressista que deverá abranger não apenas os nossos ilustres parlamentares, mas toda a massa progressista, e não somente os nossos partidários, mas elementos de todas as correntes da opinião pública. Temos que dinamizar o Partido, com uma reforma programática capaz de o atualizar. O nosso povo tem demonstrado anseios da nacionalidade como pela marcha dos acontecimentos internacionais (Beni, s/d: 300).

As primeiras pesquisas eleitorais indicavam crescimento da candidatura de Adhemar, apesar de ainda estar em segundo lugar e atrás de José Bonifácio. Para a opinião pública o líder do PSP não seria candidato ao governo do Estado, pleiteava uma vaga na Câmara Federal. Sendo assim, fica evidente a preferência do eleitor pelo

¹⁴³ Idem. O candidato apoiado por Jânio Quadros, como mostra o quadro acima, teria 16% da preferência eleitoral.

¹⁴⁴ "Adhemar aceita candidatura: 'não fugirei à convocação para a luta". *Última Hora*, 8/05/1962, p. 4.

¹⁴⁵ Idem.

candidato do governo. Situação que será revertida na pesquisa posterior, quando Adhemar já havia declarado ser candidato.

Receptividade eleitoral dos candidatos ao governo do Estado

Para governador do Estado, votaria em						
Em	Adhemar de Barros	Auro Moura Andrade	Cid Franco	Jânio Quadros	José Bonifácio	Não sabem
<i>Capital</i>	27%	4,0%	3,0%	26%	31%	9,0
<i>Bauru</i>	26	3,0	1,0	34	21	15
<i>Bebedouro</i>	18	4,0	1,0	26	43	8,0
<i>Campinas</i>	23	5,0	1,0	27	29	15
<i>Pindamonhangaba</i>	41	3,0	1,0	22	24	9,0
<i>Piracicaba</i>	31	3,0	1,0	21	33	11
<i>Presidente Prudente</i>	23	2,0	-	22	36	17
<i>Ribeirão Preto</i>	29	3,0	1,0	22	30	15
<i>Rio Claro</i>	32	3,0	1,0	17	34	13
<i>Santo André</i>	29	5,0	2,0	26	29	9,0
<i>Santos</i>	19	3,0	1,0	31	38	8,0
<i>São João da Boa Vista</i>	28	4,0	-	11	39	18
<i>São José do Rio Preto</i>	31	4,0	1,0	23	32	9,0

IBOPE - Pesquisas Especiais¹⁴⁶

Mesmo quando a pesquisa restringia o número de candidatos a três - Adhemar de Barros, Jânio Quadros e José Bonifácio -, o líder do PSP ainda perdia. A população acreditava que Adhemar pleitearia mesmo uma vaga no Legislativo.

Receptividade comparativa entre Adhemar Barros, Jânio Quadros e José Bonifácio

¹⁴⁶ IBOPE, Pesquisas Especiais, 1962, vol. 5. Pesquisa de Opinião Pública realizada em 13 cidades do Estado de São Paulo (2 a 14/maio/1962). Cidades: São Paulo, Bauru, Bebedouro, Campinas, Pindamonhangaba, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Rio Claro, Santo André, Santos, São João da Boa Vista, São José do Rio Preto. Entrevistas: São Paulo (1.000), Bauru (300), Bebedouro (200), Campinas (400), Pindamonhangaba (200), Piracicaba (300), Presidente Prudente (300), Ribeirão Preto (300), Rio Claro (300), Santo André (400), Santos (400), São João da Boa Vista (200), São José do Rio Preto (300).

¹⁴⁶ Idem. O candidato apoiado por Jânio Quadros, como mostra o quadro acima, teria 16% da preferência eleitoral.

**Para governador do Estado,
dentre estes candidatos,
votaria em**

Em	<i>Adhemar de Barros</i>	<i>Janio Quadros</i>	<i>José Bonifácio</i>	<i>Não sabem</i>
<i>Capital</i>	29%	28%	34%	9,0%
<i>Bauru</i>	28	34	23	15
<i>Bebedouro</i>	22	27	46	5,0
<i>Campinas</i>	24	29	30	17
<i>Pindamonhangaba</i>	44	23	26	7,0
<i>Piracicaba</i>	32	22	36	10
<i>Presidente Prudente</i>	23	27	36	14
<i>Ribeirão Preto</i>	30	24	33	13
<i>Rio Claro</i>	35	18	35	12
<i>Santo André</i>	32	28	32	8,0
<i>Santos</i>	20	39	31	10
<i>São João da Boa Vista</i>	31	12	40	17
<i>São José do Rio Preto</i>	32	23	35	10

IBOPE - Pesquisas Especiais¹⁴⁷

No quadro comparativo entre as candidaturas de José Bonifácio e Adhemar de Barros, a situação se agravava ainda mais pois o pessepista só ganharia, se a eleição se realizasse naquele momento, na cidade de Pindamonhangaba.

Receptividade Comparativa entre José Bonifácio e Adhemar de Barros

Para governador do Estado,

¹⁴⁷ IBOPE, Pesquisas Especiais, 1962, vol. 5. Pesquisa de Opinião Pública realizada em 13 cidades do Estado de São Paulo (2 a 14/maio/1962). Cidades: São Paulo, Bauru, Bebedouro, Campinas, Pindamonhangaba, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Rio Claro, Santo André, Santos, São João da Boa Vista, São José do Rio Preto. Entrevistas: São Paulo (1.000), Bauru (300), Bebedouro (200), Campinas (400), Pindamonhangaba (200), Piracicaba (300), Presidente Prudente (300), Ribeirão Preto (300), Rio Claro (300), Santo André (400), Santos (400), São João da Boa Vista (200), São José do Rio Preto (300).

**dentre estes candidatos,
votaria em**

Em	<i>Adhemar de Barros</i>	<i>José Bonifácio</i>	<i>Não sabem</i>
<i>Capital</i>	35%	48%	17%
<i>Bauru</i>	37	45	18
<i>Bebedouro</i>	27	62	11
<i>Campinas</i>	34	44	22
<i>Pindamonhangaba</i>	47	36	17
<i>Piracicaba</i>	40	48	12
<i>Presidente Prudente</i>	31	53	16
<i>Ribeirão Preto</i>	34	48	18
<i>Rio Claro</i>	39	46	15
<i>Santo André</i>	38	44	18
<i>Santos</i>	30	51	19
<i>São João da Boa Vista</i>	38	45	17
<i>São José do Rio Preto</i>	40	47	13

IBOPE - Pesquisas Especiais¹⁴⁸

A candidatura de Adhemar foi ratificada pelo partido em convenção regional de 25 de maio de 1962. Procurou o líder pessepista aproximar-se dos partidos conservadores¹⁴⁹. Diferentemente da campanha anterior ao governo do Estado, em 1947, a desse ano se processou num período mais longo. Adhemar sabia que dentro do PSP não havia outro nome tão forte quanto o seu para concorrer e derrotar Jânio.

Assim indicava a pesquisa eleitoral em 11 cidades do Estado de São Paulo:

Comparação dos resultados (Totais de todas as cidades)

¹⁴⁸ Idem.

¹⁴⁹ Os partidos chamados de conservadores eram aqueles que abrigavam a oligarquia nacional, com grande penetração urbana e tinha em seus eleitores a população de classe média e industriais. Seis partidos, no período de 1946 e 1964, eram tidos como conservadores: União Democrática Nacional (UDN), tendo sua base eleitoral essencialmente no Rio de Janeiro; o Partido Republicano (PR), com base em Minas Gerais; o Partido Libertador (PL), mais conhecido no Rio Grande do Sul; o Partido da Representação Popular (PRP), de extrema direita; o Partido Democrata Cristão (PDC), de centro-direita; e o Partido Social Progressista (PSP). Sobre o assunto ver: SCOTT, Mainwaring, MENEGUELLO, Rachel, POWER, Timothy. Partidos Conservadores no Brasil contemporâneo. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 21.

Receptividade eleitoral dos candidatos ao governo do Estado

Para governador do Estado, dentre estes candidatos, votaria em

Na cidade de	Adhemar de Barros	Auro Moura Andrade	Cid Franco	Jânio Quadros	José Bonifácio	Renato Costa Lima	Indecisosos
Capital	31,9%	2,4%	2,8%	26,2%	27,2%	0,5%	9,0%
Araçatuba	26,4	4,2	0,7	21,5	30	1,3	15,9
Assis	28,4	2,6	-	30,1	21,8	-	16,9
Barretos	29,7	2,7	0,3	33,7	18	1,0	14,6
Bragança Paulista	37,9	5,0	-	19,9	23	1,6	12,6
Catanduva	26,4	2,4	-	40,2	16,1	-	14,9
Franca	39,2	9,8	1,0	18,6	18,3	-	13,1
Itapetininga	34,2	3,9	0,4	26,5	22,2	0,4	12,4
Jaú	43,4	3,5	0,4	9,8	23,4	-	19,5
Limeira	40,3	2,8	0,8	17,7	13,3	0,8	24,3
Taubaté	39,3	4,6	1,0	23,3	18,7	1,0	12,1

IBOPE - Pesquisas Especiais¹⁵⁰

Os dados já apontavam uma virada de Adhemar de Barros logo após ter declarado ser candidato a governador do Estado. Durante a convenção do partido fez a seguinte afirmação:

Aqui estou uma vez mais, na trincheira de lutas de onde jamais fugi, quando os meus concidadãos, amigos e companheiros de jornada, exigiram a minha presença. Os que me conhecem, os que privam da minha amizade, podem juntar o seu testemunho ao testemunho divino de Nosso Pai, ao esforço que fiz, nesses últimos meses, para que nesta noite memorável, outro fosse o candidato, e não eu, a vos falar em nome de centenas de milhares de homens e mulheres de

¹⁵⁰ IBOPE, Pesquisas Especiais, 1962, vol. 5. Pesquisa de Opinião Pública realizada em 11 cidades do Estado de São Paulo (17 a 26/maio/1962). Cidades: São Paulo, Araçatuba, Assis, Barretos, Bragança Paulista, Catanduva, Franca, Itapetininga, Jaú, Limeira e Taubaté. Entrevistas: São Paulo (1.000), Araçatuba (300), Assis (250), Barretos (300), Bragança Paulista (250), Catanduva (250), Franca (300), Itapetininga (250), Jaú (250), Limeira (250) e Taubaté (300).

todas as condições sociais, para juntos iniciarmos uma nova caminhada em favor de São Paulo, em favor do Brasil. Quiseram os fatos e as circunstâncias, porém, que novamente coubesse a mim a tarefa árdua de seguir à frente, e aqui estou disposto a cumprir a parte que me cabe,. Tenho plena consciência do grave momento que vivemos e dos perigos que nos assaltam¹⁵¹.

Adhemar disse também que a caminhada seria em prol dos paulistas. Em seu discurso procurou ressaltar que ouvia-se falar que "a revolução está em marcha. Só se for a revolução desenvolvimentista, a revolução para libertar os espoliados (...), a revolução pelos (...) direitos dos trabalhadores. (...) Que se faça essa revolução pela valorização do homem (...)"¹⁵². O pessepista adotou o slogan "Ordem e Tranqüilidade", propositalmente para desqualificar a candidatura janista (Chaia, 1991: 246).

A campanha de Jânio Quadros pautou-se na idéia de que o grande líder havia renunciado às "forças terríveis", identificadas com os trustes internacionais, com os opositores à sua política externa e com os comunistas, que desejavam a sua queda do poder. Para esclarecer a opinião pública, Jânio Quadros expôs, em cadeia de rádio e televisão, as razões de sua renúncia (Chaia, 1991: 246).

Dois dias após a efetivação da candidatura adhemarista, Jânio Quadros também se lançou à disputa dos Campos Elíseos. O senador Lino de Matos entrou para o grupo janista, reforçando a candidatura e afastando qualquer possibilidade de reaproximação entre o governador Carvalho Pinto e Jânio¹⁵³. Jânio Quadros confirmou sua participação na eleição como candidato majoritário do PTN.

¹⁵¹ "Adhemar: Estou na trincheira de luta de onde jamais fugi'." *Folha de S. Paulo*, 25/5/1962, p. 6.

¹⁵² *Idem*.

¹⁵³ "PSP contra as prévias eleitorais". *Última Hora*, 15/05/1962, p. 4.

Ao desembarcar em Santos, em março de 1962, Jânio fora recebido por dez mil pessoas em uma festa organizada por seus correligionários, em movimento talvez de resgate da popularidade do ex-presidente, que havia recentemente renunciado. Jovens e integrantes do Movimento 25 de Agosto, reuniram-se em torno da candidatura com manifestações em prol do ex-presidente, que ganharam as ruas de cidades como Santos e Goiânia (Chaia, 1991: 243). As pesquisas indicavam um cenário relativamente positivo para a volta de Jânio a São Paulo e, conseqüentemente, a disputa pelo governo, sendo 37% da população favorável ao seu regresso (Chaia, 1991: 244).

Já o PSP enfrentou sérias dificuldades para encampar a candidatura de Adhemar de Barros. Faltava organização política no interior, resultado do desânimo provocado pelas últimas campanhas perdidas; lideranças estaduais voltadas para o apoio ao candidato governista, entusiasmados com a campanha de José Bonifácio; e, principalmente, problemas econômicos. "Programa e planos eram estabelecidos e feitos com antecedência. O próprio Adhemar (...) ao terminar uma campanha lançava desde logo as bases de outras" (Beni, s/d: 301), mas isso não era o suficiente:

(...) A campanha de Adhemar de Barros, além de enfatizar a "Ordem e Tranqüilidade", pautou-se também na defesa da iniciativa privada e na promessa de respeitar as "tradições cristãs do povo brasileiro, em oposição ao comunismo e ao sindicalismo de esquerda", identificados com o presidente João Goulart. Adhemar assumiu uma postura anticomunista, o que lhe valeu o apoio de alguns setores da Igreja Católica mais tradicional e dos grandes proprietários de terra, temerosos com as ameaças de reforma agrária de Goulart. Também contou com o apoio de Juscelino Kubitschek e de Carlos Lacerda, que pretendiam esvaziar a candidatura de José Bonifácio, pois caso este fosse vitorioso o Governador Carvalho Pinto se fortaleceria e seria importante adversário político nas eleições presidenciais de 1965 (Chaia, 1991: 378-379).

Nos anos 60, uma outra vertente de estudiosos redimensiona as discussões sobre o populismo, particularmente em São Paulo¹⁵⁴, partindo de uma noção elaborada pelo senso comum de que a sua manifestação como um fenômeno surgiu como uma relação estreita entre um líder e a população que ele comanda. "Assim, é fácil perceber que janistas e ademaristas apenas se distinguem, como setores diversos da opinião política, através das imagens pelas quais se identificam com seus líderes respectivos" (Weffort, 1965: 42).

O líder populista não representava toda a política, mas sim um segmento populacional e eleitoral que lhe conferia o direito de representá-los. "Para o senso comum é ponto de chegada esta relação líder-massa que é o nosso ponto de partida, pois tem do populismo uma concepção difusa centrada na idéia indefinida de demagogia" (Weffort, 1965: 42).

Entendemos, não obstante, que o janismo e o ademarismo são fatos estratégicos, pois expressaram, de maneira crua, elementos da ideologia popular que projetam com clareza os limites da consciência pequeno-burguesa que servem ao enquadramento do próprio nacionalismo. (...) É evidente que as condições de emergência do populismo de Adhemar de Barros e de Jânio Quadros são específicas de uma grande cidade industrial que ocupa posição única no Brasil (Weffort, 1980: 30).

O Estado de São Paulo por ter sido, desde os anos 30 com a efetivação do processo de industrialização no país, o carro-chefe desse movimento, também consolidou-se como cenário propício para a atuação das duas figuras populistas do país - Adhemar de Barros e Jânio Quadros.

¹⁵⁴ Buscamos ter como base de reflexão as indicações feitas por Weffort sobre o populismo. WEFFORT, Francisco C. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

Ao entrar de fato na eleição em São Paulo, apoiando uma das candidaturas, o presidente João Goulart procurou federalizar o pleito e garantir o apoio dos paulistas - aqui entendidos como o setor econômico empresarial do Estado -, às reformas de base. Aliou-se a Carvalho Pinto na defesa da candidatura de José Bonifácio. Via como a única alternativa para obter a adesão dos paulistas e agregar o seu partido, além do que o candidato governista transitava com facilidade e obtinha a simpatia da classe industrial (Pellegrini, 1989: 147).

As mudanças sócio-econômicas, compromissos do presidente João Goulart quando assumiu e que contou com o apoio amplo dos grupos políticos, tardavam em se concretizar, impulsionando a pressão popular, principalmente da classe média e empresarial. As Reformas de Base tinham como meta as mudanças bancária, fiscal, urbana, agrária e universitária, assim como a legalização do Partido Comunista. "Incluía, também, políticas nacionalistas que iam desde o controle sobre o capital estrangeiro até a nacionalização e o monopólio estatal de setores específicos da economia" (Figueiredo, 1993: 66).

3.1.1 Manobras: as coligações partidárias

As discussões políticas amadureciam do lado governista. Dirigentes da UDN e do PR paulista estiveram reunidos com o governador Carvalho Pinto comunicando o apoio a candidatura José Bonifácio. Como a candidatura a governador do Estado estava consolidada e já contando oficialmente com o apoio do Partido Republicano e da UDN, José Bonifácio buscou garantir novas adesões a sua campanha, tais como do PTB, PTN, PDC, PRT e PST. Permaneceu em contato com lideranças dissidentes do PSP e do PSD.

Adhemar solicitou relatórios sobre a posição dos diretórios do partido no interior e na capital paulista, assim como várias pesquisas de opinião pública a respeito dos índices dos seus potenciais rivais ao governo.

Quatro meses antes das eleições, o jornal *Última Hora* realizou uma pesquisa junto à opinião pública da Capital. Foram entrevistados 1.034 eleitores, ficando Jânio Quadros com 352 votos, José Bonifácio com 304 e Adhemar de Barros com 256, o restante foi distribuído entre os demais candidatos¹⁵⁵.

Revelava a pesquisa a tendência janista na cidade de São Paulo, se confrontando com a feita pelo IBOPE no mesmo período (como já foi mostrado) e que colocava Adhemar sempre a frente de Jânio. "Os 3 principais aspirantes ao governo estadual (...) não defenderam, durante a campanha, as idéias nacionalistas então em voga, no país, e que tanto temor causavam ao status quo" (Pellegrini, 1989: 144).

Asseverou Mário Beni:

Nos primórdios da campanha sentíamos que o próprio Adhemar, homem incapaz de desistir de alguma coisa, demonstrava, embora tênue, inegável sintoma de desânimo. O mesmo sucedia conosco, seus companheiros de caravana majoritária. Mas, privilegiado como sempre, foi no fabuloso comício de Araçatuba que se revigorou, adquiriu novos ímpetos, passando a roçar de perto a vitória. Viu-a Adhemar na noite

¹⁵⁵ "Prévia de UH revela tendência do paulistano a 4 meses do pleito". *Última Hora*, 18/05/1962, p. 4.

do "meeting" de Barretos ao dizer, no exórdio de seu discurso, confiante no êxito das urnas, que "o eleitorado já havia decidido, que a represa transbordara" (Beni, s/d: 302).

Adhemar de Barros buscou no PSD apoio a sua campanha. Só que os pessedistas estavam fechados com Auro de Moura Andrade, o que deu margem a especulações diversas, cindindo a candidatura do senador ao governo do Estado. Apesar das insistentes afirmativas do presidente do Senado, circulavam rumores sobre a retirada de seu nome do campo sucessório, até mesmo entre os próprios correligionários de Auro de Moura Andrade corria a notícia de que o senador estava se compondo com Adhemar de Barros, visando lhe oferecer maior substância eleitoral nas suas pretensões ao governo de São Paulo.

Nas pesquisas de opinião realizadas, o presidente do Senado já não ocupava a mesma posição privilegiada do início do ano quando o IBOPE realizou a pesquisa. Auro figurava sempre em quarto lugar, atrás de Adhemar, José Bonifácio e Jânio Quadros, tendo uma média de 4,0% em todo o Estado.

Naquele momento, era preferível garantir sua reeleição ao Senado e apoiar um dos três primeiros colocados ao governo do Estado. Qualquer acordo tenderia a garantir a legenda ao senador Auro Moura Andrade. Desta forma, o PSP, que tinha dois candidatos a senador - Mario Beni e Teotônio Monteiro de Barros - embora ainda não efetivamente lançados pelo partido, excluiria de seus planos pelo menos um, Monteiro de Barros, para ceder lugar ao senador Auro de Moura Andrade. Firmava-se o acordo PSP-PSD. Nas negociações, como de fato aconteceu, o ex-presidente e então senador Juscelino Kubitscheck (PSD) também expressou sua preferência a Adhemar de Barros.

A convenção do PSD, em 6 de agosto de 1962, e apesar das manifestações contrárias de algumas lideranças do PSP, ratificou o apoio à candidatura de Adhemar de Barros. A intermediação do acordo foi feito pelo deputado pessedista Juvenal Rodrigues de

Morais, visando reforçar a posição eleitoral dos postulantes do PSD às cadeiras do Legislativo mediante a elaboração de uma chapa conjunta. O senador Moura Andrade renunciou à posição agradecendo apoio até então recebido. Alguns preferiram não comparecer à convenção manifestando-se favoráveis ao apoio a candidatura José Bonifácio.

Em reunião partidária, Adhemar asseverou que se o quadro eleitoral se mantivesse sua eleição para os Campos Elíseos, sede do governo paulista, estava praticamente garantida¹⁵⁶.

Adquiriu novo rumo e fôlego a campanha adhemarista. O pleito ficou centrado nas candidaturas de Adhemar de Barros, de Jânio Quadros e José Bonifácio, sendo o último recebendo maior atenção da imprensa paulista.

A campanha de Adhemar para o governo priorizava o homem, enfatizando uma política de bem-estar social e sob a responsabilidade do Estado (Sampaio, 1982: 101). Nas regiões mais industrializadas, o eleitorado tinha preferência por partidos trabalhistas-reformistas¹⁵⁷; diferentemente do que acontecia nas regiões não industrializadas, onde o voto concentrava-se em partidos conservadores-tradicionais¹⁵⁸ (Lamounier, 1975: 21).

São Paulo possuía, como mostra o quadro abaixo, 3.822.235 eleitores inscritos para o pleito de 1962.¹⁵⁹

Compareceram efetivamente às urnas 3.303.350 votantes¹⁶⁰, sendo que Adhemar de Barros obteve 1.249.414 votos e Jânio Quadros 1.125.941 votos (Chaia, 1991: 247).

Movimento Eleitoral

Eleitorado inscrito nas eleições para os poderes

¹⁵⁶ "Dirigentes da UDN e PR comunicam a CP: Candidatura JB será homologada este mês". *Última Hora*, 2/02/1962, p. 4.

¹⁵⁷ Eram partidos trabalhistas-reformistas, dentro outros: o PTB, o PSB, o PCB e o PSB.

¹⁵⁸ Eram partidos conservadores-tradicionais, dentro outro: o PR, o PSD, o PTN e a UDN.

¹⁵⁹ Dados coletados na Fundação Seade. Pesquisa realizada no Anuário Estatístico do Brasil, da Fundação IBGE, 1964, p. 386.

¹⁶⁰ Idem, p. 387.

Executivo e Legislativo

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	NÚMERO DE ELEITORES INSCRITOSOS NAS ELEIÇÕES FEDERAL E ESTADUAL (7-X-62)
<i>Minas Gerais</i>	2 565 505
<i>Espírito Santo</i>	307 009
<i>Rio De Janeiro</i>	1 115 176
<i>Guanabara</i>	1 198 588
<i>São Paulo</i>	3 822 235

Anuário Estatístico do Brasil, Fundação IBGE, 1964, p. 386¹⁶¹.

Estado de São Paulo, apesar de ser o maior da Federação, apresentava problemas como de saneamento básico, de saúde, educação, dentre outros. Em relação ao salário mínimo estabelecido para os municípios brasileiros, os paulistas continuavam sendo os que melhor recebiam, com a média mensal de Cr\$ 42.000 e diária de Cr\$ 1.400. Cerca de 43% do salário era gasto em alimentação, 33% em habitação, 14% em vestuário, 65 em higiene e 4% em transporte.¹⁶²

O próximo governante teria que priorizar certos aspectos e programas sociais como meta de governo. E isso que Adhemar de Barros procurou enfatizar durante a sua campanha, ou seja, privilegiar investimentos em programas sociais: saúde, educação, habitação. Prioridades possíveis de serem realizadas, visto que o governador eleito teria o maior orçamento da União, de cerca de Cr\$ 226 milhões.¹⁶³

Dentro do PTN a candidatura de Jânio Quadros não era consenso. O diretório estadual do partido foi quem lançou o ex-

¹⁶¹ Ibidem. Privilegiei nesta tabela apenas os Estados formadores, atualmente, da região Sudeste.

¹⁶² Idem, p. 275.

presidente, provocando descontentamento de vários setores, principalmente na Assembléia Legislativa, na Câmara Federal e no interior do Estado, com numerosos prefeitos subscrevendo um manifesto contra o comportamento da direção regional e favorável à candidatura de José Bonifácio¹⁶⁴.

A renúncia de Jânio e a crise dos 14 meses subseqüentes, deram o ritmo da campanha eleitoral. O ex-presidente: "não ousou propor outra saída para a crise que sua candidatura ao governo de São Paulo. Ele vinha da renúncia para reconquistar um posto de governo de onde pudesse ter atuação decisiva na luta política" (Ferreira, 1962: 195). Era um candidato potencial e, apesar de desgastado com a crise política gerada em 1961, ainda possuía um eleitorado fiel, principalmente em São Paulo.

O eleitorado paulista, desde 1954, vem manifestando preferência por candidatos que personifiquem soluções de alteração do "status quo" econômico-social (sem chegar à transformação da Ordem de que a sociedade global retira a legitimidade de suas instituições), tendentes a propiciar uma melhor distribuição das possibilidades de ascensão social e participação na riqueza, e ao mesmo tempo se identifiquem com um ideal de organização administrativa. (...) Toda a vez, porém, que dois candidatos da mesma origem disputam sua preferência, o eleitorado sufraga em maior proporção aquele que se identifica mais com os ideais "reformistas", preferindo-o a quem, embora formalmente identificado com esses mesmo ideais, representa, no entanto, por sua mentalidade, os aspectos mais propriamente administrativos de suas aspirações (Ferreira, 1962: 205).

Isto posto, justificava a vantagem obtida por Jânio Quadros sobre José Bonifácio. Já o crescimento da candidatura de Adhemar era resultado de um trabalho realizado pelo partido de constituição de grupos de técnicos que estudavam e apresentavam

¹⁶³ Idem, *ibidem*.

propostas sobre os mais diversos assuntos relativos ao Estado. Salientavam assim os adhemaristas ao eleitorado que, por maiores que fossem as denúncias contra seus governos, Adhemar era o único com experiência administrativa acumulada. "(...) Sufragaram o ex-interventor, único candidato a opor-se frontalmente aos grupos reconhecidos por esses eleitores como orquestradores da crise que ameaçava o regime" (Ferreira, 1962: 205).

O PSP, em meio à crise que envolvia a candidatura Jânio Quadros, também não escapava ileso das dissidências. Vários foram os que migraram para a candidatura de José Bonifácio. Dirigentes do partido, com o intuito de fortalecer Adhemar, mantiveram contatos com outras legendas, como o PTB, onde reuniram-se com a deputada Ivete Vargas, presidenta do Diretório Regional de São Paulo. Visavam a participação dos petebistas na chapa pessepista. O PTB afastava qualquer possibilidade de lançar candidatura própria ao governo de São Paulo. Restava decidir quanto às candidaturas existentes: Jânio Quadros, Adhemar de Barros ou José Bonifácio.

Só que parte do Diretório Estadual do PTB já tinha firmado acordo com Bonifácio, ficando praticamente descartada a hipótese de aliança com o PSP.

A possibilidade de união do PTB com Adhemar de Barros ganhou repercussão nacional e o presidente da República, João Goulart, intermediou diretamente o apoio dos petebistas ao candidato do governador Carvalho Pinto. Definiu-se a seção paulista do partido, através de pronunciamento da Comissão Executiva, quanto ao problema sucessório, apoiando a candidatura de José Bonifácio e integrando-se na campanha da Frente Popular. A decisão foi tomada após uma série de conversações mantidas pelos principais líderes partidários¹⁶⁵. Em pronunciamento, o partido afirmou que apoiava José Bonifácio pelas seguintes razões:

¹⁶⁴ "Ganha maior substância a dissidência petenista:2 ingresso em outro partido". *Última Hora*, 14/06/1962, p. 4.

Por se tratar de brasileiro íntegro, que patenteou sua capacidade e talento na gestão da pasta da Agricultura [governo Carvalho Pinto]; pela identidade com o programa do partido, da plataforma de governo apresentada (...); pelo bom entendimento que vem reinando entre os governos da União e do Estado; pela segurança da participação do PTB na participação da chapa majoritária, uma cadeira de Senador, cujo candidato será indicado em convenção partidária¹⁶⁶.

Estava assim selado o acordo entre o PTB e José Bonifácio e rompido os entendimentos com Adhemar de Barros. No PSP, entretanto, os parlamentares se revoltaram em razão da aliança entre a direção do partido e o PSD. Para dar autenticidade ao acordo PSP-PSD no plano da sucessão estadual, dirigentes pessepistas confirmaram a fórmula da chapa conjunta destinada também à disputa de cadeiras na Assembléia Legislativa e na Câmara Federal. A idéia, porém, não satisfez aos parlamentares do PSP, que se sentiram prejudicados com a inclusão de elementos do PSD na mesma chapa.

Reuniões foram realizadas pelo grupo parlamentar pessepista com o fim de analisar o assunto sob todos os ângulos. Em nenhuma ocasião encontraram vantagem no esquema. Ao contrário, foram levados à conclusão de que a chapa conjunta proporcionaria benefícios apenas aos candidatos do PSD, exigindo o sacrifício dos partido.

Parlamentares do PSP manifestaram o propósito de procurar outra legenda para postular a reeleição caso se efetivasse, como aconteceu, o acordo. Paralelamente, a bancada do PSD realizou reunião na Assembléia Legislativa para examinar o problema da chapa conjunta. Aos pessedistas interessou o conhecimento das vantagens que a iniciativa poderia oferecer para os candidatos à reeleição¹⁶⁷.

¹⁶⁵ "PTB na Frente Popular: Jango e CP na linha da continuidade paulista". *Última Hora*, 4/07/1962, p. 4.

¹⁶⁶ Idem.

¹⁶⁷ "Rebelião no PSP: parlamentares repelem chapa comum com PSD". *Última Hora*, 12/07/1962, p. 4.

Líderes do PSP apresentaram ao candidato Adhemar de Barros um ultimato querendo integrar, com exclusividade partidária, a chapa de candidatos a deputado estadual e federal. Diziam os partidários que a campanha de Adhemar de Barros não possuía um slogan para a sucessão, tão pouco um programa de governo que sensibilizasse a opinião popular. Reclamavam também da falta de atenção por parte do líder pessepista¹⁶⁸.

Apesar do apoio do PSD, o apoio a candidatura de Adhemar ainda sofria com as dissidências comandadas pelo ex-presidente do partido José Barone Mercadante, ativo no trabalho de arregimentação eleitoral em prol de José Bonifácio¹⁶⁹. O movimento dissidente justificava sua luta no sentido de evitar o crescimento da candidatura de Jânio Quadros. Afirmavam que não eram contrários a Adhemar de Barros, mas que o ex-governador não tinha condições políticas para ganhar as eleições.

3.2. A CAMPANHA COMEÇA A ESQUENTAR: O DEBATE POLÍTICO

¹⁶⁸ "Crise no PSP: candidato (sem programa) convocado para explicar chapa conjunta". *Última Hora*, 17/07/1962, p. 4.

¹⁶⁹ Aqui é importante ressaltar que a divergência não se centrava no campo ideológico, já que Mercadante fora presidente com o apoio adhemarista. Mas sim, com o descrédito de algumas lideranças do PSP em relação ao potencial da candidatura de Adhemar. Vale ressaltar, como foi explicitado no texto, que o líder pessepista até cogitou não sair candidato ou mesmo pleitear uma vaga no Senado, o que acabou dissipando algumas lideranças da legenda que já haviam firmado compromissos eleitorais com Bonifácio.

Aos poucos, segundo relatava o jornal *Última Hora*, os indecisos iam se definindo pelas candidaturas apresentadas à sucessão estadual. Apenas 40 dias antes da eleição, o paulista voltou-se para a disputa estadual, visto que a população estava mais preocupada com os acontecimentos e crises patrocinadas pelo governo João Goulart em âmbito nacional¹⁷⁰.

Do lado situacionista, José Bonifácio Coutinho conquistava novos apoios, sendo sua campanha fortalecida pela articulação promovida por João Goulart. Apesar de não se declarar favorável a Frente Popular, devido ao cargo que ocupava, o presidente manobrava o PTB para aderir à candidatura paulista. José Bonifácio também se beneficiava do apoio dos dissidentes pessepistas e pessedistas. Barone Mercadante percorria o interior do Estado e bairros da Capital conclamando os diretórios e grupos de base do PSP para ingressarem na Frente Popular.

As propostas políticas de Adhemar de Barros¹⁷¹ priorizavam, além das questões sociais, o conservadorismo, com ênfase na preservação das instituições democráticas e na defesa da iniciativa privada e das tradições cristãs do povo brasileiro, em oposição ao comunismo e ao sindicalismo de esquerda (Sampaio, 1982: 100).

Se, em 1947, Adhemar contou com o apoio do PCB, em 1962 ele os combatia. Características da sua figura política, a contradição. Adhemar contou também com o apoio do PRP; enquanto

¹⁷⁰ "Sorte da sucessão nas mãos dos indecisos: programas definem tendências das massas!". *Última Hora*, 28/08/1962, p. 4.

¹⁷¹ Adhemar de Barros foi categórico nas críticas ao Plano de Ação, conjunto de medidas previstas para serem tomadas pelo governador Carvalho Pinto. O Plano definia ações para o governo que se encerrava e o que iria se iniciar - já que o governador tinha certeza de que José Bonifácio seria eleito. Adhemar afirmou que o Plano havia esquecido do Homem, também respondeu às críticas de ser idoso e por isso não deveria pleitear o governo paulista, alegando que a experiência havia salvo a humanidade do comunismo e do nazismo, buscando se identificar com os presidentes Roosevelt, Churchill e De Gaulle. "Cioso de suas raízes populistas, deu-lhes nova forma: 'Soluções caboclas, verde-amarelo, soluções de Garrincha, Pelé. Num governo há muito de planejamento, mas muito também de improvisação baseada na experiência. Digo-lhes que é preciso pão. Dizem-me que é preciso desenvolvimento. Desenvolvimento sem pão é a mesma coisa que democracia sem liberdade. Não falo em realizações, porque todos sabem que Deus, nosso pai, permitiu que eu realizasse o sentido humano e democrático de meu governo". FERREIRA, Oliveiros. "A crise de poder do sistema e as eleições paulistas de

que José Bonifácio foi apoiado pela UDN, PTB, PDC, PR, e pequenos partidos; e Jânio Quadros pelo PTN e MTR (Sampaio, 1982: 100-101).

Adhemar focou sua campanha sobre o aspecto da "paz", do "amor", da "tranqüilidade", ajustando-se perfeitamente à imagem patriarcal que o líder pessepista buscava passar aos eleitores (Weffort, 1980: 31). "O típico seguidor de Barros (...) vislumbra (...) por trás desta imagem patriarcal um Estado assistencial, protetor, ao qual se possa recorrer em caso de dificuldades, sem os impedimentos de uma burocracia racional e impessoal" (Weffort, 1980: 31).

Com efeito, nossas observações permitem a formulação de uma hipótese ampla, segundo a qual Jânio Quadros tenderia a expressar politicamente os setores assalariados - operários e classe média assalariada - mais integrados no desenvolvimento capitalista, diversamente de Adhemar de Barros que daria expressão a camadas marginais a este processo, em particular pequenos proprietários e setores assalariados (Weffort, 1965: 51).

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, na campanha os adhemaristas remetiam para a candidatura de Jânio Quadros sua posição favorável ao "comunismo, às manifestações populares".¹⁷² O jornal também ressaltava que grande parte dos votos em Adhemar de Barros provinha da classe média, lembrando que essa representava mais de 60% do eleitorado paulista.¹⁷³

Aprofundava-se a cisão dos adhemaristas à medida que se aproximava o pleito de outubro. Os pessepistas acreditavam no crescimento da candidatura José Bonifácio, o que acabava por agregar lideranças do PSP no interior e, em parte, na Capital. A dissidência, que se intitulou pacífica, pregava o voto útil em

1962". Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte: UMG, 1962, p. 209.

¹⁷² "Ademar de Barros: luta direta contra o comunismo." *Folha de São Paulo*, 29/8/1962, p. 2.

¹⁷³ Idem.

José Bonifácio. A imprensa noticiava insistentemente a adesão dos partidários.

A confiança de ganhar as eleições era tamanha que José Bonifácio desafiou Jânio e Adhemar para uma mesa-redonda com o intuito de debater, em público, os planos de governo. Ressaltou o candidato:

São Paulo não pode voltar atrás depois de ter alcançado o ritmo do progresso e a evolução política que lhe imprimiu Carvalho Pinto, com a moderna técnica administrativa que constitui em planejar para executar satisfatoriamente, em benefício do povo, e de acordo com a poupança que a guarda dos dinheiros públicos impõe a um administrador pobo, integro e austero. (...) Minha campanha é baseada em planos efetivos de governo, rigorosamente elaborados e minuciosamente estudados, de tal forma que cada capítulo, compreendendo um setor administrativo, representa um todo uniforme, e vou cumpri-los porque representam pontos de honra irrecorríveis. E os outros, que fizeram? Prometeram e continuam prometendo, através de linguagem vã, como se o nosso povo não tivesse discernimento para comparar programa sério com palavras inconseqüentes. Desafio a ambos para um debate (...)¹⁷⁴.

Era um grande desafio, ainda mais promovido por um novato na política, contra duas raposas velhas. O debate não foi realizado por recusa dos dois candidatos.

A campanha de José Bonifácio atacava as propostas de Jânio e Adhemar. Jânio Quadros era tido como covarde pelos situacionistas, porque renunciou à presidência da República, "demonstrando fraqueza e impotência política" (Chaia, 1991: 248). Adhemar de Barros¹⁷⁵ era associado ao governante desonesto.

¹⁷⁴ "JB desafia Jânio e Adhemar: mesa-redonda para debater em público planos de governo". *Última Hora*, 28/09/1962, p. 4.

¹⁷⁵ Tornou-se fundamental nesta campanha a renúncia do senador Auro de Moura Andrade à candidatura ao governo do Estado e a aprovação do apoio do PSD a Adhemar. Vale ressaltar que Moura Andrade chegou a presidir o Conselho de Ministros do governo João Goulart, mas renunciou posteriormente. O senador

As frentes adhemaristas buscaram apoio no eleitorado mais conservador, que não era afeito às manifestações e movimentos populares habituais do governo do presidente João Goulart. "Os adhemaristas identificavam seu líder como o 'patriarca acessível, generoso e bom', enquanto os janistas viam Jânio Quadros como um 'homem duro, o moralista enérgico, solitário e ríspido, quase inacessível', qualidades essas avaliadas positivamente" (Chaia, 1991: 249).

Na Capital paulista, Adhemar tinha índices satisfatórios de votos nas classes C (pobre) e D (pobre-inferior)¹⁷⁶. Dentre os eleitores da classe A (rica), Adhemar perdia para José Bonifácio tanto na Capital quanto no interior - respectivamente 52% a 21% e 32% a 38%.

I - Receptividade eleitoral dos candidatos ao governo do Estado

Por categorias sócio-econômicas

	Classe A Rica	Classe B Média	Classe C Pobre	Classe D Pobre- Inf.
Jânio Quadros	17%	32%	37%	39%
Adhemar de Barros	21	24	33	34
José Bonifácio	52	30	17	10
Cid Franco	2,0	1,0	1,0	1,0
Em branco	4,0	4,0	3,0	3,0
Não sabem	4,0	9,0	9,0	13

IBOPE - Pesquisas Especiais¹⁷⁷

No interior do Estado, Adhemar buscava aumentar sua margem em todas as categorias:

pleiteou uma vaga à reeleição. Ganhou, pela coligação PSD-PRP-PSP, com 1.060.677 votos. A segunda vaga ficou com Lino de Matos, pelo PTN-MTR, com 966.163 votos.

¹⁷⁶ IBOPE, Pesquisas Especiais, 1962, vol. 7. Pesquisa de Opinião Pública realizada no Estado de São Paulo (3 a 14/setembro/1962). O IBOPE não conceitua em suas pesquisas o que seja classes A (Rica), B (Média), C (Pobre) e D (Pobre-inferior), o que seria importante para podermos melhor identificar os eleitores.

¹⁷⁷ Idem. O eleitorado da Capital representava 36,3% e do Interior 63,7%. O IBOPE, em pesquisa ampla, mensurou o eleitorado em cidades de até 5 mil e com mais de 50 mil, sempre em uma escala de 10 mil. Transferir todos os dados para o texto o tornaria prolixo.

I - Receptividade eleitoral dos candidatos ao governo do Estado

Por categorias sócio-econômicas				
	<i>Classe A Rica</i>	<i>Classe B Média</i>	<i>Classe C Pobre</i>	<i>Classe D Pobre- Inf.</i>
<i>Adhemar de Barros</i>	32%	32%	38%	41%
<i>Jânio Quadros</i>	23	32	34	31
<i>José Bonifácio</i>	38	28	19	16
<i>Cid Franco</i>	2,0	1,0	1,0	-
<i>Em branco</i>	2,0	3,0	2,0	3,0
<i>Não sabem</i>	3,0	4,0	6,0	9,0

IBOPE - Pesquisas Especiais¹⁷⁸

A pesquisa de setembro indicava a preferência eleitoral a Adhemar de Barros, perdendo apenas para Jânio Quadros na Capital, mas derrotando os demais no interior, onde estava concentrado a maioria do eleitor.

CAPITAL (36,3% DO ELEITORADO)

I - Receptividade eleitoral dos candidatos ao governo do Estado

Para governador do Estado, votaria em	Total da Capital
<i>Jânio Quadros</i>	35,2%
<i>Adhemar de Barros</i>	29,9
<i>José Bonifácio</i>	20,1
<i>Cid Franco</i>	1,2
<i>Em branco</i>	3,7
<i>Não sabem</i>	9,9

IBOPE - Pesquisas Eleitorais¹⁷⁹

INTERIOR DO ESTADO (63,7% DO ELEITORADO)

¹⁷⁸ Ibidem.

¹⁷⁹ Ibidem.

I - Receptividade eleitoral dos candidatos ao governo do Estado

<i>Para governador do Estado, votaria em</i>	<i>Interior do Estado</i>
<i>Adhemar de Barros</i>	37,6%
<i>Jânio Quadros</i>	32,2
<i>José Bonifácio</i>	20,8
<i>Cid Franco</i>	0,6
<i>Em branco</i>	2,3
<i>Não sabem</i>	6,5

IBOPE - Pesquisas Eleitorais¹⁸⁰

O Estado, para os adhemaristas, identificava-se como aquela instituição que deve prestar assistência, fornecer pequenas concessões. Acreditavam na flexibilidade da administração a partir atuação pessoal do líder Adhemar de Barros. Reconheciam que seriam poucos os privilegiados pela política adhemarista, crendo porém que seu líder procuraria não piorar a situação política e econômica. Para essa concepção, a representação do Estado implicaria um tipo de política conservadora, associada a uma política protetora (Chaia, 1991: 249).

Horas antes do término da propaganda falada, fixado pela Justiça para 5 de outubro, os três principais candidatos ao governo de São Paulo participaram de comícios, marcados pela grande presença popular, realizados na região central da Capital paulista. Na Praça da Sé, Jânio Quadros; na Praça da República, José Bonifácio; e na Praça Princesa Isabel, Adhemar de Barros. Em seu discurso de encerramento de campanha Adhemar afirmou:

Volto de uma longa caminhada. Palmilhei todos os caminhos de São Paulo. Dialoguei com o homem do campo e o operário de todos os quadrantes desta terra bendita. Ouvi os jovens, observei as crianças! Coloquei os meus ouvidos de médico no coração da terra paulista. Das classes trabalhadoras à

¹⁸⁰ Ibidem.

classe média, dos mais humildes aos mais poderosos, ouvi o clamor das multidões que anseiam, acima de tudo, paz para trabalhar, tranqüilidade para progredir.¹⁸¹

Ressaltou o sentimento cristão dos homens, que permeou toda a campanha eleitoral, assim como os princípios democráticos. Foi incisivo e duro nas críticas aos comunistas e na afirmação de que os paulistas deveriam consagrar o candidato que lhes trouxesse tranqüilidade política. "Irei buscar, entre os melhores de São Paulo, sem olhar a procedência partidária, a equipe que nos ajudará a governar na direção do povo. Só não aceitarei aqueles que professem ideologias contrárias à evolução do nosso povo sob a égide da democracia"¹⁸².

Povo Paulista!

Esta é a hora da decisão. Pela democracia ou pelo caos, o seu voto valerá. Confio, serenamente, na vitória do bom senso sobre o desvario dos extremismos adventícios.

Confio na vocação cristã do nosso povo que irá votar, maciçamente, na paz e na tranqüilidade.

Paulistas!

Por São Paulo e pelo Brasil, para a frente e para o alto, sob a inspiração de Deus!¹⁸³

Adhemar usou palavras de ordem contra seu adversário, exatamente para imputar a Jânio o "desvario dos extremismos", o "caos", a "falta de bom senso". Que um governo janista seria marcado pela instabilidade, como ocorreu, como dizia, quando este fora presidente da República.

Juscelino Kubitschek, através de cadeia de rádio e televisão, fez um pronunciamento à população paulista em apoio a Adhemar. Entendia que as bases do desenvolvimento nacional deveriam ser

¹⁸¹ Discurso proferido durante encerramento da campanha política ao governo do Estado em 4/10/1962. Documento do Arquivo do Estado de São Paulo, ainda não catalogado mas como registro dos documentos pessoais de Adhemar de Barros cedidos à entidade.

¹⁸² Idem.

¹⁸³ Ibidem.

fixadas em São Paulo, com a destinação de recursos à infraestrutura e à expansão das atividades determinadas pelo seu Plano de Metas. Ressaltou o apoio obtido do povo paulista enquanto governou o país, suportando as crises políticas e administrativas que caracterizaram o período. Disse ainda:

Nessas condições, o próximo pleito eleitoral adquire uma expressão excepcional. Nenhum brasileiro pode negar a importância de que se reveste para a nação as eleições de 7 de outubro neste Estado; para a continuidade do surto de desenvolvimento; para a paz e tranqüilidade públicas e para a sobrevivência do próprio regime. Exatamente por estas circunstâncias, tenho a convicção de que nesta grave e decisiva opção que se impõe aos paulistas o Dr. Adhemar de Barros, candidato do meu partido, será vitorioso. (...) O Dr. Adhemar de Barros evidenciou-se consciente das responsabilidades deste Estado em face das exigências nacionais de ordem social e econômica que, na verdade, são os desdobramentos da política trabalhista do grande brasileiro, que tem no presidente João Goulart o seu continuador (...) ¹⁸⁴.

Na mesma edição em que o jornal Última Hora lançava a mensagem do ex-presidente JK, denúncia, de quase página inteira, recaía sobre a campanha adhemarista. Lembrava a matéria de quando Adhemar foi candidato a governador em 1947, a Igreja Católica recomendou não votar no pessepista, já que tinha o apoio recebido do Partido Comunista. Também denunciava o aumento de impostos promovido quando foi prefeito de São Paulo, além dos buracos que deixou em vias públicas da cidade. A matéria, nitidamente paga, evidenciava o intuito para a derrubada da candidatura ¹⁸⁵.

Os eleitores não estiveram indiferentes ao sentido das eleições, que visaram a sucessão estadual, a composição da Assembléia Legislativa, do Senado e da Câmara dos Deputados. Pelo

¹⁸⁴ "Mensagem do senador Juscelino Kubitschek ao povo paulista". *Última Hora*, 3/10/1962, p. 3.

comparecimento maciço às urnas, na Capital e no Interior, ficou claro o interesse em torno da solução dos problemas políticos. A sucessão estadual, em si, envolvendo o objetivo de ordem doméstica (administração de São Paulo por quatro anos) e o fundo nacional (preparação dos esquemas para o pleito presidencial em 1965), alcançou especial consideração, por parte dos paulistas.

Em meio ao nervosismo crescente dos candidatos, com alguns adhemaristas já demonstrando certa apreensão e janistas mantendo a esperança, deram início a apuração das eleições. Paulo Lauro, falando em nome do PSP, revelou que ainda mantinha-se cauteloso quanto ao resultado final das eleições. "Só terei certeza de que o sr. Adhemar de Barros venceu, no momento em que ele for diplomado"¹⁸⁶. Algumas opiniões se dividiam em otimistas e pessimistas em relação a eleição de Adhemar. Por outro lado, os janistas retomaram uma certa esperança na vitória do ex-presidente afirmando sempre que a apuração ainda não tinha terminado¹⁸⁷. Acreditavam nos votos que vinham da Capital.

Na "paz e na tranqüilidade", Adhemar venceu as eleições e permaneceu no governo até 1966. A coligação PSP-PSD ainda elegeu dezessete deputados federais, numa bancada paulista representada por 59 parlamentares. Perdeu apenas a união entre o PDC-PRT-UDN, que fez 19 deputados. Em relação a eleição anterior, em 1958, o PSP diminuiu o índice de votos em todo o país, passando de 291.761 para 124.337. Teve resultados positivos apenas no Rio de Janeiro e em Rondônia.¹⁸⁸

A deputada Ivete Vargas, presidenta do PTB, lamentou o resultado das eleições afirmando que o único erro de Carvalho Pinto foi ter se dedicado apenas ao cargo administrativo, criticando a falta de empenho do governador na campanha de José

¹⁸⁵ "A verdade. Somente a verdade!". *Última Hora*, 3/10/1962, p. 10.

¹⁸⁶ "Venceremos as eleições". *Última Hora*, 10/10/1962, p. 4.

¹⁸⁷ Idem.

¹⁸⁸ *Tribunal Superior Eleitoral. Dados Estatísticos, vol. 6, 1964.*

Bonifácio. "Todo o esforço deste jovem e valoroso líder que é JB foi invalidado pela falta de compreensão do povo de São Paulo¹⁸⁹".

Ao conceder a primeira entrevista, Adhemar de Barros traçou os planos para seu governo e definições em torno de problemas econômicos e políticos de São Paulo. Ressaltou: "Eleito governador, não terei contas a acertar com ninguém (...)"¹⁹⁰. Disse ainda: "Veja como são as coisas. O sr. Jânio Quadros, por exemplo, tentou perseguir-me e me transformou em exilado, durante seis meses e vinte e cinco dias. Eleito presidente da República, só governou exatamente seis meses e vinte e cinco dias"¹⁹¹.

Adhemar frisou que interpelaria, se fosse preciso, judicialmente o então candidato José Bonifácio por este o tê-lo chamado de ladrão. Respondeu então José Bonifácio: "Se não chamei o sr. Adhemar de Barros de ladrão, durante a minha campanha, foi única e exclusivamente por uma questão de cavalheirismo e educação"¹⁹².

Qualquer político de bom senso, à vista dos resultados do pleito de outubro de 1962, com a eleição de líderes como Adhemar de Barros, em São Paulo, Ildo Meneghetti, no Rio Grande do Sul, ou Ney Braga, no Paraná, reforçando o quaro representado por Magalhães Pinto, em Minas Gerais e Carlos Lacerda, no Estado da Guanabara, teria fácil percepção de que o País, longe de inclinar-se para a esquerda, assumia nítida posição, não digo conservantista, mas pelo menos da que poderíamos denominar "centro progressista", se é que esse alinhamento das tendências políticas, da extrema esquerda à extrema direita tem algum sentido. De qualquer forma, era uma barreira levantada contra qualquer tentativa de desviar o Brasil do legado liberal e democrático, quaisquer que fossem as reformas necessárias e justas no plano social (Reale, 1987: 91).

¹⁸⁹ "Ivete: 'Resultado das urnas é lamentável para São Paulo'". *Última Hora*, 9/10/1962, p. 2.

¹⁹⁰ "JB e Adhemar: 'Não o chamei de ladrão por cavalheirismo'". *Última Hora*, 11/10/1962, p. 4.

¹⁹¹ Idem.

¹⁹² Ibidem.

A vitória de Adhemar de Barros na eleição de 1962 explicitou a sua liderança em São Paulo frente à de Jânio Quadros, desgastada com a renúncia, "que o teria feito perder alguns setores do eleitorado que interpretavam o gesto do presidente como uma incapacidade de reagir às situações adversas, demonstrando fraqueza e impotência política" (Chaia, 1991: 380).

Mas não deixou de surpreender os estudiosos do comportamento político do eleitorado paulista, haja visto os pleitos realizados em 1954 e 1958, nos quais Adhemar de Barros fora derrotado por Jânio Quadros e Carvalho Pinto, respectivamente (Ferreira, 1962: 179). "As sucessivas derrotas do sr. Adhemar de Barros (...) eram elemento tendente a descartá-lo do pleito, acrescentando o tipo de campanha que contra ele sempre se moveu, a qual chegou a calar fundo em amplos setores populares durante algum tempo" (Ferreira, 1962: 180).

A eleição do sr. Adhemar de Barros assume toda a sua importância, no contexto da crise de poder do "sistema", quando se percebem os contornos da evolução dos acontecimentos depois do pleito de outubro de 1962. Ele não era o que se poderia exatamente chamar um candidato contra o "sistema"; a força das circunstâncias deu-lhe, no entanto, o papel de representar, no plano estadual, este estado de espírito que é predominantemente de classe média, a saber: é preciso por ordem no país, estabelecer a hierarquia salarial, jugular a inflação, impedir o "poder" sindical de comandar a economia nacional e fazer pressão sobre o Congresso (Ferreira, 1962: 211).

Com a vitória nas urnas, Adhemar de Barros entendia que o PSD era o ponto nevrálgico dentro do esquema que este elaborava para 1965. Os pessedistas já tinham como pré-candidato o senador Juscelino Kubitschek. No entanto, em vários setores do PSD, já eram nítidos os primeiros receios quanto ao funcionamento de tais planos. Adhemar de fato foi apoiado pelo PSD a fim de eleger-se

governador de São Paulo, mas dentro de um acordo que se concretizou através da chapa conjunta, concedida pelo PSP, para eleição de deputados federais e estaduais, e com o ingresso de um candidato do PSD ao Senado, o então senador Auro de Moura Andrade. Qualquer compensação corria no plano regional, como a entrega de secretarias no futuro governo.

A presença de JK, em São Paulo, na campanha de Adhemar apenas indicou a impressão de entrosamento no esquema que levaria o senador de volta à presidência da República. Não se escondia, dentro até do PSP, a vontade de Adhemar em disputar o pleito presidencial, como já vinha fazendo em outras eleições.

Adhemar chegou a declarar sobre o apoio que recebeu do ex-presidente às vésperas das eleições que não se prendia a qualquer tipo de vinculações que pudessem comprometê-lo a apoiar JK em 1965¹⁹³. A próxima etapa era compor o seu governo frente às questões nacionais e estaduais.

3.3. RUPTURAS: INFIDELIDADE POLÍTICA

Após a eleição de 1962, que o consagrou como candidato eleito a governador, Adhemar de Barros tinha quatro questões prioritárias a resolver: apresentar as linhas gerais da Aliança Brasileira para o Progresso; estruturar o secretariado; eleger o seu candidato à presidência da Assembléia Legislativa; e se posicionar - e também o seu PSP - sobre a emenda parlamentarista.

O apoio do governador de São Paulo ao sim, ou seja, a volta do regime presidencialista, estava condicionado à reforma do ministério do presidente João Goulart, no qual o PSP pleiteava a participação¹⁹⁴.

As relações políticas entre o governador e o presidente da República não eram das melhores. Adhemar tentou, durante a eleição para governador, atrair o PTB e, conseqüentemente, o presidente João Goulart para a sua campanha. Não conseguiu, pois Jango liberou os petebistas, apoiadores de José Bonifácio.

Adhemar foi eleito exatamente na cisão entre Jânio Quadros e Carvalho Pinto e na indefinição do PTB de João Goulart. "Dividiu o janismo e o carvalhismo e o Adhemar entrou pelo meio, ganhando a eleição"¹⁹⁵. A debandada petebista foi geral em direção ao candidato do governador Carvalho Pinto, o ex-secretário José Bonifácio. Por isso, Adhemar já começou seu governo com uma dose de desconfiança em relação ao presidente da República, mas tudo dependia ainda de como Jango trataria o PSP na reforma ministerial.

Já em outubro, logo após a efetivação do resultado eleitoral do pleito daquele ano, adhemaristas trataram de articular a composição política do governo, objetivando atrair e contar com o apoio do vice-governador eleito Laudo Natel, que não compôs a mesma chapa eleitoral de Adhemar, e tentar segurar o PSD, parceiro

¹⁹³ "Adhemar visita o TER e promete ao povo paulista um bom governo". *Última Hora*, 16/10/1962.

¹⁹⁴ Sobre o assunto ver no item 3.4.

¹⁹⁵ Entrevista concedida ao autor por Enio Pesce em 14/07/2004.

de coligação. "O Laudo ninguém levava a sério. Era um homem ligado ao futebol, ao Bradesco. Não tinha peso político"¹⁹⁶.

O PSD entendia que as pretensões políticas de Adhemar eram de utilizar o governo estadual para projetar sua candidatura a presidente da República. Portanto, o acordo político dos pessedistas na esfera estadual, elegendo Adhemar de Barros, não seria repetido em nível nacional, já que a legenda já possuía candidato próprio às eleições presidenciais de 1965: Juscelino Kubitschek.

Adhemar entendia que o acordo com os partidos que não o apoiaram na eleição seria fundamental para permitir a governabilidade. Na nova legislatura eleita, aumentou-se em 24 o número de vagas de deputados estaduais, em acordo com dispositivo constitucional atendendo ao crescimento populacional do Estado. Logo, Adhemar teria mais problemas nas composições políticas, haja visto o número de deputados saltou de 91 para 115. Dos 79 parlamentares que pleitearam a reeleição, 54 foram reconduzidos¹⁹⁷.

A aliança partidária PSD-PSP elegeu 20 deputados. Já a coligação PTN-MTR fez dez representantes. O PR, do vice-governador, conduziu 13 deputados. O PDC e o PTB, 12 representantes; a UDN, 11; o PST, 10; o PRT 9; o PRP, 7; e o PSB, 2; outros partidos 21. Das legendas apoiadoras da candidatura ao governo, Adhemar só poderia contar na Assembléia com uma minoria de 27 deputados; isso sem excluir alguns dissidentes, particularmente do PSD. O PTN e o MTR apoiaram Jânio Quadros, o PSB Cid Franco, e os demais - PR, PDC, UDN, PRT, PST e PTB - José Bonifácio. A composição política não seria tarefa fácil, como de fato não foi.

Na fase de transição de governo, as relações entre o então governador Carvalho Pinto e Adhemar de Barros foram amistosas. "Recebi dois emissários credenciados do sr. Adhemar de Barros, que, através deles, solicitou a manutenção de um contato estreito de membros de sua equipe de administração com os principais

¹⁹⁶ Idem.

setores do governo"¹⁹⁸, afirmou o governador Carvalho Pinto. Entendia-se, portanto, que Adhemar estava, a princípio, bem intencionado e deveria assegurar a continuidade dos projetos administrativos.

Carvalho Pinto, porém, ressaltava que a união entre ele e Adhemar, nessa fase de transição de governo, era apenas administrativa e nada além disso. Qualquer atrelamento - leia-se apoio político - com a administração eleita estava fora de cogitação.

A alternativa para Adhemar obter maioria no parlamento e conseguir governar sem maiores problemas era aproximar-se dos partidos políticos, prometendo cargos e secretarias. As negociações eram feitas, muitas vezes, por ele próprio. As legendas mais suscetíveis a um acordo eram o PR e o PDC.

Os jornais especulavam que a pasta da Agricultura seria ofertada aos republicanos e da Educação aos pedecistas. Ainda era muita cogitação e nada efetivado. "Adhemar, com seus erros e acertos, foi sem dúvida um dos mais expressivos líderes que São Paulo conheceu"¹⁹⁹, afirmou um dos seus maiores opositoristas, o deputado estadual Araripe Serpa (PTN). "Atuante e carismático, com a mesma facilidade que conquistava simpatizantes, gerava também adversários", completou²⁰⁰.

O governador eleito sabia que ao não constituir uma maioria na Assembléia, teria dificuldades de governabilidade e ainda de eleger o presidente da Casa. Sem uma base parlamentar e sem a presidência do parlamento, o governo estaria fadado ao insucesso.

Destacou alguns deputados de seu partido, aqueles que mais confiava, para iniciarem as conversações com as bancadas partidárias e a constituição de uma maioria parlamentar. O PSP lançou o nome do deputado Ciro Albuquerque como candidato a presidente do Legislativo. Era um teste para verificar a

¹⁹⁷ Idem.

¹⁹⁸ "Colaboração CP-Adhemar para continuidade administrativa". *Última Hora*, 6/11/1962, p. 4.

¹⁹⁹ Entrevista concedida ao autor por Araripe Serpa, em 23/10/2004.

²⁰⁰ Idem.

receptividade. A oposição não se sensibilizou e ameaçou emplacar outro candidato. Dava-se início às articulações parlamentares na Assembléia, e para eleger a mesa valia tudo, até composição com adversários políticos. Sobre as articulações dos pessepistas, asseverou Adhemar:

Vocês podem ter algum entendimento com os carvalhistas [aqueles ligados ao governador Carvalho Pinto]. Há naquela ala gente boa, que deve encontrar ambiente em nosso meio. Muito me têm procurado, e eu os tenho recebido. Tenho certeza de que irei enfrentar dois anos difíceis de governo, no início do mandato. O povo passa fome e a fome provoca desordem. Há desordem nas ruas. O problema é sério e nós estamos tendo cuidado de não tripudiar sobre os vencidos²⁰¹.

Aproveitando o entusiasmo político dos paulistas e a consagração de sua liderança no Estado, Adhemar procurou também projetar-se politicamente no país. Estava clara a sua intenção de candidatar-se, em 1965, ao pleito federal e disputar a vaga para presidente da República. Antes mesmo de assumir o governo, os partidários do PSP lançaram, em convenção, Adhemar para a presidência da República. Era o sinal claro de que o governador eleito não permaneceria os quatro anos a frente de São Paulo.

Apesar do apoio do PSP ao governo federal e, conseqüentemente, a João Goulart, o governador eleito não deixava de disparar sua metralhadora giratória contra o presidente, acusando-o de receber a sustentação dos comunistas e dos que considerava "subversivos", como Leonel Brizola e Miguel Arraes. Isso foi uma constante nos discursos do líder do PSP. No dia da diplomação como governador eleito, disse Adhemar: "Finda a democracia, todos seremos tragados pela voragem da reação do povo

²⁰¹ "Adhemar: desespero dos desajustados poderá liquidar a nossa democracia". *Última Hora*, 16/11/1962, p. 4.

que a inteligência de uma minoria aguerrida que vem procurando organizar a desordem e o caos"²⁰².

Ainda durante discurso na solenidade de diplomação, salientou que a democracia era o único regime capaz de propiciar o desenvolvimento nacional. Apesar de ter sido lançado candidato pelos partidários, ressaltou que o momento não era propício para sucessão presidencial: "o dia de hoje e o de amanhã já são por demais perigosos para que deixemos de pensar neles"²⁰³.

No período em que governou o Estado de São Paulo, nos anos 60, Adhemar sempre falava na defesa da democracia, contrário a radicalização social e partidária. O que torna-se intrigante, haja visto o seu apoio aos militares em 1964.

Conservar-me-ei no caminho delineado em minhas afirmações categóricas, sem concessões aos extremismos. Não o farei, entretanto, no combate ostensivo, na bravata ou nas represálias. Realizarei um programa capaz de mostrar aos solapadores da democracia que, dentro do regime, podemos resolver os problemas do Estado e da nação com eficiência e realismo²⁰⁴.

Apesar da recusa em assumir sua candidatura a presidente do país, a Aliança Brasileira para o Progresso reafirmava sua intenção de governar o Brasil. Projeto idealizado ainda na campanha, teve suas linhas gerais concretizadas depois da eleição.

Pretendia Adhemar cumprir o papel de auxiliador dos Estados menos favorecidos, principalmente do Nordeste brasileiro. Partiria de São Paulo a ajuda para os nordestinos: "São Paulo (...) estará presente nos fenômenos e nos problemas do país através da Aliança para o Brasil. Estendemos a mão (...) aos Estados menos favorecidos"²⁰⁵.

²⁰² Idem.

²⁰³ "Adhemar: 'quero um São Paulo unido em torno de princípios'". *Folha de S. Paulo*, 16/11/1962.

²⁰⁴ Idem.

²⁰⁵ "Ademar reitera o plano de Aliança para o Brasil; Lomanto: 'Vem a Tempo'". *Folha de S. Paulo*, 13/11/1962, p.5.

O objetivo era amparar os Estados mediante a cessão de técnicos, créditos, financiamentos e equipamentos para as atividades industriais e agropecuárias. São Paulo seria o intermediador desse aporte financeiro e estrutural. Teria o apoio dos governadores do Sul e Sudeste.

Adhemar viajou para os Estados Unidos, em novembro de 62, para se encontrar com o presidente John Kennedy. Tentou, sem sucesso, firmar um convênio com o norte-americano para aporte financeiro ao seu projeto de Aliança Brasileira para o Progresso.

Em audiência com Kennedy, além de manifestar o apoio aos Estados Unidos e à democracia, Adhemar também atacou os comunistas²⁰⁶.

A ausência de governador do país começava a repercutir nos primeiros sinais negativos das articulações promovidas pelo PSP. O Partido Republicano, em meados de dezembro de 62, declarou o desinteresse em participar do secretariado do governador. "O PR não conversará com intermediários, no caso da fixação de sua posição política, em face do futuro governo de São Paulo"²⁰⁷, afirmou o deputado Francisco Franco, que também era presidente regional da sigla.

Mesmo contando com o vice-governador, o partido se manifestava contrário à participação política no Executivo, talvez uma estratégia de valorização do seu passe na volta do governador e na formulação efetiva do secretariado.

A atitude do PR desencadeou a decisão no mesmo sentido de outros partidos, como o PDC. Os partidos procuravam ganhar posição política frente ao novo governo. Comentava-se, na ausência de Adhemar, o esvaziamento do plano adhemarista de formação de uma maioria parlamentar. A atitude dos partidos antecipou a chegada de Adhemar ao Brasil para o final de dezembro.

Passado o ano novo, o governador eleito procurou definir as diretrizes básicas para o Estado de São Paulo. "Política é lutar

²⁰⁶ "Adhemar a Kennedy: segurança total para a livre empresa em São Paulo". *Última Hora*, 30/11/1962, p. 4.

por um ideal que não se pode negociar. Vamos à luta", declarou, ressaltando que aqueles que tivessem interesses particulares nem deveriam o procurar. "Todos aqueles que alimentarem pretensões que não a de servir à coletividade, que procurem outros caminhos"²⁰⁸.

Falando sobre a constituição do seu secretariado, disse Adhemar de Barros que seu governo teria consciência partidária, eminentemente político e dentro dos marcos do PSP. "Estendo as mãos a todos os partidos políticos com o sentido de passar uma esponja no passado. Devemos unir São Paulo para salvar a democracia"²⁰⁹. Era um recado aos partidos, não hesitaria em implantar seus projetos com ou sem apoio da maioria.

Pressionado principalmente por seu partido, o PSP, Adhemar de Barros deixou claro que os critérios para a escolha de seu secretariado seriam o da união, ou seja, uma composição primeiramente entre as forças apoiadoras de sua candidatura. "Na organização do governo que vamos instalar, ninguém deve ter pretensões. Todos devem dar; ninguém deve pedir"²¹⁰.

A estruturação do secretariado sempre foi feita pessoalmente por Adhemar. O governador eleito sabia das dificuldades a serem enfrentadas, principalmente porque contava com uma oposição firme de forças remanescentes do janismo, do carvalhismo e do petebismo. A escolha dos nomes seguia critérios políticos e administrativos determinados pelo líder pessepista. "Era um poder autocrático. Claro que ele tinha líderes em que confiava e que provavelmente consultaria em caso de dúvida, mas a montagem do secretariado o Adhemar fazia pessoalmente"²¹¹, disse Hilário Torloni, então líder do governo na Assembléia Legislativa.

A oposição a Adhemar buscou articular-se. O PR encaminhou proposta à UDN e ao PDC no sentido de formação de um bloco em linha de oposição. Nem todos os partidários dessas legendas eram

²⁰⁷ "PR não tem interesse em participar do secretariado do novo governador". *Última Hora*, 14/12/1962.

²⁰⁸ "Adhemar anuncia diretrizes básicas: governo partidário, duro e austero!". *Última Hora*, 02/01/1963, p. 4.

²⁰⁹ Idem.

²¹⁰ "Ademar quer liberdade para organizar o secretariado". *Folha de S. Paulo*, 03/01/1963, p. 3.

favoráveis ao oposicionismo a Adhemar; grande parte queria aderir. Assim, os contrários ao novo governador tinham dificuldades em agilizar a articulação da oposição. Afirmou Francisco Franco, então do PR e promotor da claqué oposicionista: "isto não quer dizer que pretendemos fazer oposição intransigente ao sr. Adhemar de Barros. Vamos manter distância e toda a vez que forem tomadas iniciativas em consonância com as teses que defendemos (...) daremos nosso apoio"²¹².

O deputado Roberto Cardoso Alves, vice-presidente do PDC paulista, respondeu a proposta de Franco dizendo que esperaria a formalização pelo PR de um protocolo oposicionista, para assim encaminhar a seu partido. Era evidente a expectativa do partido em relação a composição do governo adhemarista. Qualquer tomada de decisão antecipada poderia frustrar as negociações. Assim, também o fora com a UDN. O partido adotou posição de independência e expectativa em relação ao governo Adhemar de Barros.

Ao se aproximar a sucessão estadual, as negociações para a efetivação dos nomes do secretariado e para a constituição da Mesa da próxima legislatura da Assembléia Legislativa se intensificaram. A candidatura de Ciro Albuquerque fortaleceu-se. Os partidos oposicionistas concordaram em apoiar Ciro, ressaltando que a tomada de posição, na eleição da Mesa, nada teria que ver com o apoio ao governador. AS negociações visavam a distribuição dos cargos na Mesa diretora, proporcionalmente às bancadas legislativas²¹³.

Os partidários do PR, que queriam a adesão ao governo, forçavam os oposicionistas dentro da legenda a aceitarem a proposta de Adhemar para uma composição por meio de uma secretaria. Posicionavam-se em independência ao governo o PDC e a UDN, enquanto que o PTN colocava-se em oposição.

²¹¹ Entrevista concedida ao autor por Hilário Torloni em 08/07/2004.

²¹² "Primeira iniciativa concreta de oposição ao futuro governo através do PR-UDN-PDC". *Última Hora*, 07/01/1963, p. 4.

²¹³ "Mesa da Assembléia: o PSP tem o esquema fortalecido". *Folha de S. Paulo*, 17/01/1963, p. 10.

Durante a composição do secretariado uma denúncia abalou as hostes políticas de Adhemar de Barros. O jornalista Ricardo Amaral, do *Última Hora*, dizia que o presidente do PRP, deputado Plínio Salgado, havia recebido dinheiro para apoiar a candidatura de Adhemar. Identificava Amaral o cheque, o valor e o banco²¹⁴. Evidenciava assim o esquema financeiro que envolvia a campanha adhemarista.

A informação foi confirmada pelo presidente do diretório regional do partido, Damiano Gullo, dizendo que o tipo de transação era natural e usada por aqueles partidos coligados.

Em nota, o partido afirmava:

Quanto ao cheque estampado por UH, ele realmente existiu, assinado pelo sr. Adhemar de Barrosa favor do nosso presidente. Em uma das prestações da insignificante contribuição de 3 milhões com que participava das despesas de mais de 8 milhões, feitas pelo comitê. O sr. Plínio Salgado limitou-se a endossá-lo e entregá-lo a comissão de homens de alto nível moral constituídos em comitê²¹⁵.

A ala do PR que pretendia aderir ao governo estadual, liderada pelo vice-governador eleito Laudo Natel, conseguiu dobrar os opositoristas e hipotecou apoio a Adhemar, com a condição de o partido compor o quadro de secretários. Com isso, cinco partidos não deram de fato o apoio ao governador: PDC, PTN, PSB, UDN e PRT. "Eleito Adhemar, do lado da oposição, não houve necessidade de nenhum esforço para organizar a luta ao novo governo"²¹⁶, disse Araripe Serpa. Completou ainda: "Era um estado de espírito, para muitos de nós, uma necessidade permanente de lutar contra os métodos políticos de Adhemar que, ao nosso ver, comprometiam a dignidade de São Paulo, envolto em atos nebulosos, cheirando a corrupção e à arbitrariedade"²¹⁷.

²¹⁴ "Plínio: apoio na base do 'tutu'". *Última Hora*, 19/01/1963, p. 3.

²¹⁵ Idem.

²¹⁶ Entrevista concedida ao autor por Araripe Serpa em 23/10/2004.

²¹⁷ Idem.

Como não conseguiu fazer a maioria parlamentar, a negociação política pessoal, deputado a deputado, era a forma mais garantida de Adhemar começar seu governo sem ter problemas. "O que se costumava fazer era constituir uma base de apoio na Assembléia atraindo legendas menores, nomeando secretários, fazendo composição na base de cargos. A coisa era feita na divisão do bolo"²¹⁸.

Em janeiro de 63, ao anunciar seu secretariado, o governador Adhemar de Barros disse que se dedicaria exclusivamente em aproximar São Paulo do governo federal, afastando as especulações de que já iniciaria seu governo rompido com o presidente da República; apesar de assumir que esteve afastado de Jango há algum tempo.

Ao levar para a sede do PSP o anúncio dos nomes dos secretários, findava uma batalha que vinha travando com o seu partido, que queria mais espaço dentro do governo. Alfinetou o governador: "Quis deixar claro que sou homem de partido, que acredito no fortalecimento do regime através dos partidos. Tenho horror aos homens que não se definem, que têm medo de empunhar a bandeira partidária. Aos partidos estendo minhas mãos, desde o PSD ao PRP"²¹⁹. Para o PSP foram distribuídos os cargos de autarquias estaduais.

No dia de sua posse, o jornal de propriedade de Adhemar de Barros anunciava: "Volta o povo aos Campos Elíseos". Em seu editorial o jornal exaltava a figura política de Adhemar de Barros. "Depois de muitos anos, é o povo que volta aos Campos Elíseos. Através de seu grande líder, peneira ele neste jardim, destinado a ser a barricada cristã da democracia, para retomar majestoso e sereno os seus próprios direitos"²²⁰.

Dizia ainda: "Foi ele dali banido [do governo do Estado] por muito tempo. Doze anos se passaram desde o instante em que verdadeira muralha começou a ser construída paulatinamente entre

²¹⁸ Entrevista concedida ao autor por Enio Pesce em 14/07/2004.

²¹⁹ "Secretariado de alto gabarito para reconduzir São Paulo à república". *O Dia*, 27/01/1963, primeira página.

os seus eventuais ocupantes e as massas populares"²²¹. Afirmava o periódico que a jornada foi cheia de ciladas e traições, de calúnias e perseguições. "Os sofrimentos do líder simbolizaram, condensaram os sofrimentos do povo (...). Olhos postos no seu líder, o povo retorna aos Campos Elíseos"²²².

Mas também não faltaram críticas ao novo governador empossado:

São exatamente os mais fervorosos admiradores do senhor Adhemar de Barros que o colocam num plano político ultrapassado e ainda hoje têm por ele aquela devoção de que no interior desfrutavam os velhos "coronéis", donos de terras e de almas por direito divino. Há milhares de pessoas em São Paulo que receberam favores, diretamente, do "grande Adhemar". Isso concorreu para fazer do antigo interventor o líder populista típico de uma era pré-industrial em que as benesses particulares desempenhavam importante papel nas urnas²²³.

Ao receber a transmissão do cargo de Carvalho Pinto, Adhemar de Barros fez discurso ressaltando os doze anos em que ficou afastado do poder, dizendo que fora perseguido pelos adversários políticos. Eram declarações diretas a Jânio Quadros e seu grupo político que, desde 1954, dirigiam o Estado de São Paulo.

Segundo ele, o período foi marcado pela dor e incompreensão: "só Deus sabe das horas amargas que vivemos em nossa pátria e sob o céu de terras estranhas"²²⁴. Acentuou o que já dizia na campanha política, que seu governo seria a de valorização do homem, nas cidades e no campo. "Deixamos, no entanto, uma lição depois de tantos anos de sofrimento. Uma lição de pertinácia, de constância

²²⁰ "São Paulo recomeça!". *O Dia*, 31/01/1963, primeira página.

²²¹ *Idem*.

²²² *Ibidem*.

²²³ "O pesado fã-clube". *Última Hora*, 1/02/1963, primeira página.

²²⁴ "Adhemar ao assumir o governo: a meta é a valorização do homem". *Folha de S. Paulo*, 1/02/1963.

no ideal de fé profunda e de certeza de que todos os sacrifícios devem ser enfrentados com ânimo forte quando a causa é boa"²²⁵.

Em uma parte do seu discurso, se eximiu de qualquer responsabilidade pelos erros do passado. Era uma clara indicação de que tentaria cumprir suas promessas, mas caso não as cumprisse o problema não seria seu, mas das condições financeiras do Estado. Isso fica claro quando mais a frente, ao ressaltarmos as críticas de Adhemar a Carvalho Pinto e as denúncias de que o governo não estava saneado.

Cutucou o presidente da República ao dizer que a política econômica regional não poderia se furtrar à nacional, impondo assim a Goulart uma união que talvez ele não quisesse, mas que pelas circunstâncias políticas teria que fazer. "Defendemos e defenderemos sempre a política e a economia do bem-estar social e econômico que deve ser cuidado dia-a-dia, hora a hora, contra a dos planos majestosos, e tão grandiosos, e tão vastos que toda a energia se consome em forjá-los e discuti-los"²²⁶.

Em relação aos grupos de esquerda defensores de Cuba, União Soviética e China, Adhemar foi categórico: "Deus permitiu-nos retornar, pela terceira vez, ao comando dos paulistas. Desta feita com maiores responsabilidades porque as agitações internacionais se refletem em nossa pátria, de que São Paulo há de ser um reduto inexpugnável das liberdades essenciais à elevação da criatura humana"²²⁷.

Ao falar de fé, Deus e família Adhemar se identifica com mais de 90% da população brasileira formada, naquele período, de católicos. Isso não quer dizer que todos os católicos votassem em Adhemar ou que somente os católicos elegeassem o político. Mas é um discurso que repele qualquer manifestação de apoio aos comunistas, o que amedrontava os brasileiros²²⁸. O que vale ressaltar ainda é que Adhemar esquece o passado e as eleições de 1947 quando firmou

²²⁵ "Adhemar: 'somente a fé nos trouxe de volta ao governo de São Paulo'". *O Dia*, 1/02/1963.

²²⁶ Idem.

²²⁷ Ibidem.

acordo exatamente com o Partido Comunista. "O Oponente [Adhemar] tem como ator as `forças do mal`" (Debert, 1979: 56).

O populismo adhemarista também se manifestava nas declarações que buscam identificá-lo com o povo. Ao dizer, por exemplo, que chegou ao poder depois de muito esforço, muita "peleja", e a população deveria se espelhar nele. "O Objeto de valor é o bem-estar social do povo, que aparece aí como Destinário" (Debert, 1979: 56).

Adhemar se colocava como o responsável pelas transformações ocorridas no Estado, sendo suas relações com os indivíduos diretas, sem intermediações de instituições (partidárias ou não) ou de pessoas. Se dizia o único capaz de resolver os problemas da população, fora ele ninguém mais o faria.

Conto convosco para, auxiliando-nos mutuamente, levarmos ao Brasil e ao mundo livre a certeza de que, neste solo bendito, nesta terra sacrossanta, nós fazemos do trabalho a oração cotidiana que a Providência há de receber como a mais sublime das ofertas e reverter em bênçãos de paz e de entendimento para todos²²⁹.

Encerrada a solenidade, foi dada posse aos secretários estaduais, sendo o primeiro o da Justiça, Miguel Reale²³⁰. Foram os seguintes nomeados: Zeferino Vaz (Saúde)²³¹, Juvenal Rodrigues de Moraes (Governo)²³², general Aldevio Barbosa de Lemos (Segurança Pública)²³³, Humberto Monteiro (Fazenda)²³⁴, Oscar Thompson Filho (Agricultura)²³⁵, Silvio Fernandes Lopes (Viação)²³⁶, Damiano Gullo

²²⁸ O período foi marcado pelo medo das classes média e alta de aproximação do presidente Goulart dos comunistas.

²²⁹ "Adhemar ao assumir o governo: a meta é a valorização do homem". *Folha de S. Paulo*, 1/02/1963.

²³⁰ Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

²³¹ Professor universitário e médico, diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto.

²³² Político do PSD, onde era secretário-geral da seção paulista.

²³³ General reformado do Exército, fez parte da FEB.

²³⁴ Presidente da Ford do Brasil.

²³⁵ Engenheiro agrônomo.

²³⁶ Engenheiro e ex-prefeito de Santos, membro do PSP.

(Trabalho)²³⁷ e padre Januário Baleeiro de Jesus e Silva (Educação)²³⁸.

3.3.1 O governo: Adhemar no centro das atenções

Apenas dois dias após assumir o governo, Adhemar denunciou Carvalho Pinto acusando-o de deixar uma dívida para São Paulo de 110 bilhões de cruzeiros. Isso caiu como uma bomba entre os carvalhistas. O ex-governador, ao prestar contas em sua saída do Executivo, garantiu que São Paulo possuía um superávit. O que se comentava nos meios políticos era que com apenas dois dias de governo, Adhemar não teria condições de avaliar, a fundo, as contas do Estado. "Circunstâncias diversas me obrigam a enfrentar um assunto; tal seja o da situação financeira e econômica do Estado"²³⁹, declarou o governador.

Talvez Adhemar soubesse que muitas das promessas feitas em campanha não conseguiria realizar de imediato, como aconteceu quando assumiu o governo em 1947. Carvalho Pinto também era um empecilho a sua candidatura à presidência da República, pois, apesar de não eleger seu sucessor, o ex-governador era reconhecido entre os paulistas como austero e honesto. Já se cogitava também a possibilidade de Carvalho Pinto ser ministro de Jango, nome forte até mesmo para suceder o presidente da República, atrapalhando os planos de Adhemar. "Estou preocupado porque quero que o povo saiba como eu encontrei o Tesouro do Estado!"²⁴⁰, dizia Adhemar.

Os técnicos do governo anterior, previram no orçamento uma taxa de crescimento da receita do Estado em 30%. A arrecadação prevista passaria de 210 bilhões de cruzeiros em 1962, para 273 bilhões em 1963. "Os números apresentados pelo sr. Adhemar de Barros em sua análise da situação financeira do Estado não

²³⁷ Dirigente do PRP paulista.

²³⁸ Reitor-geral dos Oblatas.

²³⁹ "Carvalho Pinto deixou dívidas de mais de 110 bilhões de cruzeiros". *O Dia*, 3/02/1963, p. 3.

²⁴⁰ Idem.

correspondem com a realidade", respondeu de imediato o ex-secretário da Fazenda, Humberto Monteiro²⁴¹.

Carvalho Pinto também se pronunciou afirmando que Adhemar tinha feito apreciações precipitadas da realidade econômica do Estado, com dados inexatos e argumentos tendenciosos. Lembrou que "denegrir o governo antecedente, desfigurando a situação encontrada, tem sido o lamentável e habitual processo dos que, não confiando na sua própria ação, procuram previamente se acobertar dos erros e deficiências"²⁴².

As oposições adhemaristas se articularam em defesa de Carvalho Pinto. O deputado Araripe Serpa (PTN) foi imediatamente indicado como líder da bancada contrária ao governo recém empossado²⁴³. O pronunciamento do governador sobre a crise financeira do Estado apenas acirrou os ânimos dos carvalhistas e janistas. Serpa garantiu que colheria os dados sobre a posição orçamentária, a fim de verificar a real situação²⁴⁴.

Nos meios políticos, dizia-se que os deputados estaduais Hilário Torloni e Américo Marco Antonio estavam subsidiando o governador com relatórios sobre a situação financeira do Estado. Foram do bloco de oposição ao governador Carvalho Pinto, por isso tinham dados reais e atualizados. "Na campanha de governador produzi alguns folhetos sobre o governo Carvalho Pinto. (...) Era fruto de discursos que fazia freqüentemente na Assembléia"²⁴⁵.

Outro que entrou na defesa de Carvalho Pinto foi o candidato derrotado ao governo, José Bonifácio Nogueira, ressaltando que ao dirigir seus ataques ao governo anterior, Adhemar queria "justificar-se perante o povo paulista pelo fracasso que o aguarda"²⁴⁶.

As declarações de Adhemar tiveram péssimas repercussões nos meios políticos, afetando até a sua base de apoio. Como queria constituir um governo sólido e de maioria no Legislativo, contando

²⁴¹ "Ex-secretário contesta". *Folha de S. Paulo*, 5/02/1963, p. 4.

²⁴² "As declarações do ex-governador do Estado". *O Estado de S. Paulo*, 03/02/1963, p. 15.

²⁴³ Entrevista concedida ao autor por Araripe Serpa em 23/10/2004.

²⁴⁴ "Polêmica entre Adhemar e CP vai agitar Assembléia dia 11". *Última Hora*, 05/02/1963, p. 4.

²⁴⁵ Entrevista concedida ao autor por Hilário Torloni em 08/07/2004.

²⁴⁶ "José Bonifácio: Ademar prepara-se para o recuo". *Folha de S. Paulo*, 07/02/1963, p. 10.

até com a presença de janistas e carvalhistas, precisava reverter a situação. Mesmo aqueles partidos que foram da base situacionista dos governos Jânio e Carvalho Pinto, e que estavam dispostos a migrar para a sustentação do governo Adhemar de Barros, ficaram em posição desconfortável com as denúncias do governador.

Convicto que cometera dois erros - um administrativo e outro político - Adhemar tratou de rearticular sua base parlamentar e impediu que deputados do PSP fizessem qualquer referência na Assembléia sobre os últimos acontecimentos. Hilário Torloni e Américo Marco Antonio não deram mais declarações a respeito do déficit orçamentário do Estado. Adhemar percebeu sua acolhida precipitada a proposta.

O governador resolveu, então, recorrer ao próprio Carvalho Pinto e o visitou em sua residência. Adhemar buscou restabelecer um contato com o ex-governador, visto as repercussões negativas do anúncio do déficit orçamentário. A briga Carvalho Pinto e Adhemar de Barros racharia de vez a base política, já tão fragilizada. Durante o encontro discutiram os aspectos administrativos do Estado e econômico-financeiros. O governador disse a seu antecessor que as divulgações dos meios de comunicação sobre suas declarações eram superdimensionadas e não correspondiam com a realidade.

Espertamente, Adhemar mais uma vez utilizava de um estilo político sagaz. Disse o chefe da Casa Civil de seu governo sobre o principal objetivo da visita: "estabelecer uma velha praxe paulista, há anos interrompida, de o governador eleito e empossado visitar em sua residência ao governador que o antecedeu"²⁴⁷. Completou: "com essa atitude, pretende o governador Adhemar de Barros, não apenas dar uma demonstração de sua fé na democracia mas na sua esperança de união, entendimento, paz e tranqüilidade

²⁴⁷ "Adhemar visita CP: mesma linha administrativa no seu governo!". *Última Hora*, 08/02/1963, p. 4.

na família paulista"²⁴⁸. Carvalho Pinto observou em entrevista aos jornalistas que com aquela visita encerrava-se a polêmica.

O jornal *Última Hora* registrou que as declarações de Adhemar repercutiram negativamente entre a população paulista. Dizia também o periódico que a ofensiva tinha o objetivo de arruinar o prestígio do ex-governador e eliminá-lo como competidor na luta pela sucessão presidencial em 1965²⁴⁹.

De fato - observa-se, com insistência em todos os meios - o sonho do sr. Adhemar de Barros, até hoje irrealizado, tem sido a presidência da República. Duas vezes tentou conquistas esse poder e duas vezes malogrou. Com São Paulo à sua disposição, agora, como governador, todos os seus atos serão reflexos da causa fundamental que ainda o move qual seja a de chegar à chefia da Nação. (...) Entre os problemas que se deparam ao novo governador e candidato em potencial às eleições de 1965, ressalta principalmente a projeção política do sr. Carvalho Pinto no plano estadual e, também, no nacional, alcançada através de uma administração objetiva, austera e progressista. (...) CP surgiu como obstáculo extremamente difícil, portanto, ao esquema eleitoral do sr. Adhemar de Barros, para o ano de 1965²⁵⁰.

Adhemar continuou recebendo severas críticas na Assembléia Legislativa, em virtude das contraditórias declarações feitas à imprensa a respeito da situação financeira do Estado. Dois deputados estaduais - Arruda Castanho (UDN) e Farabulini Junior (MTR) - garantiram que, ao afirmar que São Paulo possuía um déficit, Adhemar visava a emissão de títulos da dívida pública²⁵¹,

²⁴⁸ "Adhemar dá explicações a CP em inesperada visita". *Folha de S. Paulo*, 9/02/1963, p. 3.

²⁴⁹ "Ofensiva de Adhemar contra CP visa aniquilar candidato à presidência!". *Última Hora*, 8/02/1963, primeira página.

²⁵⁰ "Adhemar tentou destruir CP para sair candidato em 1965". *Última Hora*, 9/02/1963, p. 4.

²⁵¹ Título emitido e garantido pelo governo (União, Estado, município). É um instrumento de política econômica e monetária que pode servir para financiar um déficit do orçamento público, antecipar receita ou garantir o equilíbrio do

dando margem ao endividamento do Estado e financiando as obras que o governador desejava. Disparou Castanho:

O fanfarrão, o leviano, o mesmo que ontem mostrou nos atos de governo o seu tipo de desgoverno, após formular a alarmante denúncia foi visitar o solitário do Jardim Guedala, o ex-governador Carvalho Pinto, para dizer que não disse que existe déficit, que a imprensa informou mal, que suas palavras foram deturpadas. Este é o governador que São Paulo vê nos seus primeiros dias de governo: fanfarrão, mentiroso, leviano, pezinho p'ra diante, pezinho p'ra trás²⁵².

Cogitou-se até a constituição de uma comissão especial para estudar o caso. Adhemar precisava acelerar as negociações com os partidos. A formação do secretariado não era definitiva, por isso estava aberta para o loteamento. Dois partidos ficavam sempre na eminência do apoio ao governo, declaravam e recuavam: UDN e PTB.

Mais uma vez a imprensa anunciava o encontro entre o governador e os líderes da UDN. O local seria a residência do deputado José Costa. O parlamentar, ao convidar seus companheiros de partido para a reunião, disse-lhes que foi o governador quem desejava o encontro. O acordo parecia algo secreto. Muitos udenistas não queriam atrelar seus nomes ao de Adhemar. "A prática de lotear cargos no governo foi muito usado por Adhemar (...), ia além da conta. Lógico que esses arranjos enfraqueciam as hostes oposicionistas e ajudavam a dar sustentação ao governo"²⁵³.

Uma crítica pesada do jornal *Folha de S. Paulo* à aproximação entre Adhemar e a UDN, asseverava que se a aliança fosse concretizada seria oportunista. Renegaria o passado do partido e seus princípios que sempre jurou defender, merecendo o descrédito

mercado do dinheiro. De acordo com suas características, pode ter a forma de apólice, bônus ou Obrigação do Tesouro Nacional. SANDRONI, Paulo. *Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo: Best Seller, 2002, p.604.

²⁵² "CPI para esclarecer posição de Adhemar e evitar derrame de bônus em São Paulo". *Última Hora*, 12/02/1963, p. 4.

²⁵³ Entrevista concedida ao autor por Araripe Serpa em 23/10/2004.

público. Foi a UDN que "procurou personificar nele [Adhemar] a corrupção política e administrativa, enquanto, paralelamente, carregava (ou fingia carregar?) a bandeira da moralidade"²⁵⁴.

Apesar de muitos deputados estarem tentados a aderir ao governo, participando até do secretariado, as críticas da sociedade e dos meios de comunicação eram incisivas e decisivas para reverter esse posicionamento. Isso propiciou o adiamento do encontro da UDN com o governador. Mas, nos bastidores, membros do partido vinham tentando firmar um acordo com Adhemar, articulados por Herbert Levy (presidente nacional da legenda) e Ferraz Egreja (presidente estadual).

Os encontros oficiais e públicos evitavam: repercussões negativas no equilíbrio do atual situacionismo estadual, organizado à base de acordos pluripartidários; e desentendimentos nos setores municipais da UDN, cuja maioria não admitia a aproximação com o governador²⁵⁵. Adhemar procurou Carlos Lacerda, líder máximo do partido, para intermediar o acordo.

A idéia de Adhemar era nomear o ex-presidente da Assembléia Legislativa, Abreu Sodré, como secretário da Justiça. O acordo já estava até alinhavado com Miguel Reale, então na pasta.

Depois de muita conversa de bastidor, a UDN resolveu não aderir ao bloco situacionista. Isso não impediu que alguns parlamentares votassem a favor do governo em matérias que interessavam a Adhemar de Barros.

Em convenção estadual, realizada em março de 63, a seção paulista da legenda definiu sua posição ante o governo do Estado. Após muito debate, decidiram por uma linha de independência política, de não colaboração administrativa e de fiscalização rigorosa dos atos do governo, na defesa do bem público. Destacou o deputado Arruda Castanho: "É possível respeitar a posição ideológica que o sr. Adhemar de Barros assumiu, mas, do ponto de

²⁵⁴ "Aliança espúria". *Folha de S. Paulo*, 15/02/1963, p. 3.

²⁵⁵ "Reforma do secretariado: primeiro passo para concretizar a aliança Adhemar-UDN". *Última Hora*, 14/03/1963, p. 4.

vista administrativo, continua sendo o mesmo que a Justiça qualificou de 'improbo'"²⁵⁶. Assim ocorreu com o PDC.

Na contramão, o PR, que não tinha conseguido uma secretaria, emplacou a presidência do CEASA, centro de distribuição de frutas e verduras, e de importância estratégica no Estado. O PTB foi um caso a parte. Tudo certo e divulgado para a adesão ao governo, o partido recebeu um comunicado do próprio presidente abortando a operação. Confirmou-se a entrega para a legenda da secretaria do Trabalho.

Adhemar não conseguia estabilizar seu governo. As reclamações agora vinham dos aliados: PSD e PSP. Os pessedistas esperavam exercer uma espécie de dominação administrativa em São Paulo. O mesmo entendia o PSP, partido do governador. Quando escolheu o secretariado, Adhemar prometeu ao PSD mais uma pasta. Só que o chefe do Executivo sabia das pretensões políticas de Juscelino Kubitschek e, com toda certeza, não contaria com os pessedistas para as suas pretensões como candidato a presidente. Buscando exatamente enfraquecer os pessedistas, lhes foi entregue a Secretaria de Governo, pouco expressiva.

Apesar do rateio político entre os partidos para a composição das secretarias estaduais, nada estava definido ainda em relação a eleição para a mesa diretora na Assembléia Legislativa. Um rompimento com o PSD naquele momento e o descontentamento do PSP impediria a eleição do candidato do governo à presidência da Mesas. Mesmo Ciro Albuquerque tendo trânsito político em todos os partidos, nada estava garantido para a sua eleição.

Mesmo tendo declarado independência política em relação ao governo, a bancada da UDN foi uma das primeiras a aderir a chapa Ciro Albuquerque, sendo seguida por PSD e PDC. Disse Mário Telles, deputado estadual pela UDN: "o Ciro era um homem digno, honrado e merecia o respeito de todos. (...) Era um homem de primeiríssima ordem, logo não havia constrangimento em apoiá-lo, pelo contrário,

²⁵⁶ "Posição da UDN: independência, não-colaboração e fiscalização". *O Estado de S. Paulo*, 24/03/1963, p. 4.

era uma satisfação”²⁵⁷. Adhemar escolheu pessoalmente Ciro, como revelou o deputado estadual e posteriormente líder do governo, Hilário Torloni²⁵⁸.

Participar da Mesa proporcionava aos partidos o rateio dos cargos na Assembléia, assim como a projeção das agremiações nas decisões parlamentares. As reuniões das bancadas prosseguiram para a definição e a escolha do candidato. “A conquista da Mesa significa, praticamente, o controle do Legislativo e poder junto ao Executivo. A elaboração da ordem do dia, a participação dos projetos e resoluções na pauta de votações, é atributo (...) da Mesa”²⁵⁹.

Apoiadores dos governos Jânio Quadros e Carvalho Pinto, o PTN e o MTR apresentaram posicionamentos diferentes. Os petenistas pretenderam apoiar uma chapa oposicionista a de Ciro Albuquerque, enquanto o MTR caminhava para o apoio. “As eleições no Legislativo nunca foram por unanimidade. Defendíamos na disputa os nossos candidatos, e lutávamos por eles com empenho e garra, mas nas eleições na Casa das Leis a regra é (...) quem tem mais votos!”²⁶⁰.

O MTR ficou fora da chapa de Ciro porque definiu-se muito tarde pelo situacionismo. O difícil foi arrumar um candidato oposicionista e forte. Estava praticamente afastada a possibilidade de formação de uma chapa para derrotar a encabeçada pelo deputado Ciro Albuquerque, “pois os partidos que se colocaram fora do esquema não encontraram (...) a fórmula de compor um plano de luta”²⁶¹.

A derrocada final da oposição ocorreu dois dias antes da eleição da mesa, quando o PTB decidiu apoiar a chapa situacionista. “Nenhum compromisso foi ou será assumido com o governo estadual ou qualquer facção que seja, decorrente do acordo ora celebrado com outras legendas visando a eleição da Mesa da Assembléia”, ressaltou a deputada federal Ivete Vargas (PTB-SP).

²⁵⁷ Entrevista concedida ao autor por Mário Telles em 03/08/2004.

²⁵⁸ Entrevista concedida ao autor por Hilário Torloni em 08/07/2004.

²⁵⁹ Entrevista concedida ao autor por Araripe Serpa em 23/10/2004.

²⁶⁰ Idem.

Com a adesão, Ciro Albuquerque foi eleito²⁶². "A oposição sempre pretendeu derrubar a chapa governista. É da índole da democracia. As minorias alargarem-se em maioria e as maiorias retraírem-se em minorias"²⁶³.

Na abertura do ano legislativo na Assembléia, indignação com a mensagem do governador: Adhemar reafirmou o déficit deixado por Carvalho Pinto de 100 milhões de cruzeiros. Depois de toda as negociações, sua ida ao ex-governador Carvalho Pinto e praticamente o pedido de desculpas feito; Adhemar revelava, mais uma vez, suas contradições políticas.

Reconhecia o governo que previa-se no ano um excesso de arrecadação, mas que não garantiria cobrir as despesas. Indicava a mensagem que os serviços utilizados pelo Estado seriam ajustados também de acordo com a inflação, proporcionando um orçamento deficitário.

Motivo mais do que suficiente para o acirramento da luta política no Estado. De um lado os oposicionistas, de outro Adhemar de Barros. Liderados pelo PTN, o bloco oposicionista ganhava, com a reafirmação das declarações de Adhemar, novos adeptos. Juntava-se a ela as dissidências de outras agremiações. Os partidos da base aliada começaram a desconfiar das promessas políticas de Adhemar. Então, em menos de três meses, a pressão política já era intensa.

Agravou-se a situação quando o deputado Araripe Serpa defendeu o *impeachment* do governador. Adhemar tinha mandado o secretário de Justiça sustar nos órgãos da administração a execução de numerosas leis promulgadas pelo poder Legislativo, resultado de vetos rejeitadas pelos deputados. Serpa salientava que o procedimento correto do governador seria, ao julgar inconstitucional qualquer lei promulgada pelo Legislativo,

²⁶¹ "Chapa de esforço' na Assembléia Legislativa". *Folha de S. Paulo*, 06/03/1963, p. 3.

²⁶² Ciro Albuquerque foi reeleito em 1964 como presidente da Assembléia e, em 1965, perdeu a disputa para Francisco Franco (PR). Naquele ano o líder do governo, deputado Hilário Torloni, também pleiteava a vaga de presidente da Assembléia, mas não contou com o apoio de Adhemar, que pretendia novamente reconduzir Ciro. Os governistas se dividiram entre as duas candidaturas.

representar à Procuradoria Geral da República, para que, provocado o Supremo Tribunal Federal, fosse declarada a inconstitucionalidade do dispositivo legal e, posteriormente, o Senado mandaria sustar sua aplicação²⁶⁴.

O deputado ressaltou que os parlamentares adhemaristas aceitaram, na legislatura anterior, numerosos vetos e rejeitaram outros. Dizia que Adhemar foi consultado pelos seus líderes, portanto sabia dessa questão política. Por isso cogitou-se o *impeachment*.

Esses pedidos não eram comuns na Assembléia, mas houve pelo governador uma transgressão grave da Constituição, lesionando prerrogativa exclusiva do Supremo Tribunal Federal e do Senado Federal, "que poderia ter ensejado o pedido de *impeachment* do Governador, conforme foi aventado à época por mim e por outros parlamentares, embora a medida se mostrasse inócua pela grande maioria que Adhemar tinha no plenário da Assembléia"²⁶⁵. Disse ainda:

O gesto irreverente de menosprezo à independência do Poder Legislativo de São Paulo praticado pelo Governador Adhemar de Barros, foi veementemente verberado em meu discurso, com o apoio de expressiva plêiade de parlamentares oposicionistas. Se o pedido de *impeachment* tivesse sido feito não teria condições de prosperar²⁶⁶.

A inconsistência de uma base parlamentar sólida na Assembléia Legislativa impedia o desenvolvimento dos projetos do governo e dificultavam as pretensões de Adhemar de Barros.

O governador era uma liderança com projetos mirabolantes, assustando tanto os partidos que o apoiavam quanto os oposicionista. Um dos primeiros atos do governador fora a estruturação do grupo de trabalho para a criação da Aliança

²⁶³ Entrevista concedida ao autor por Araripe Serpa em 23/10/2004.

²⁶⁴ "Adhemar ameaçado de 'impeachment' pelos deputados: não cumpre leis!". *Última Hora*, 20/03/1963, p. 4.

²⁶⁵ Entrevista concedida ao autor por Araripe Serpa em 20/10/2004.

Brasileira para o Progresso. O Instituto de Assistência Técnica e Planejamento constituía-se como um grupo a fim de organizar e administrar programas de assistência técnica e atividades de produção, bem como preparar projetos de desenvolvimento econômico e social, tanto para o Estado de São Paulo como para os demais estados do país, dentro de políticas de integração nacional que caracterizava a Aliança.

De acordo com o governador, o objetivo do movimento era contaminar o Norte e Nordeste pelo processo de desenvolvimento que acontecia no Sul e Sudeste; promovendo a integração sócio-econômica de todo o território brasileiro.

"Todos sabem que é do programa de Adhemar de Barros, de muitos anos, uma Aliança Brasileira para o Progresso, isto é, o estímulo à iniciativa privada de maneira a fomentar as possibilidades das zonas menos favorecidas do país (...)"²⁶⁷, declarou o deputado federal Mário Beni (PSP). O objetivo fundamental era transferir recursos, por meio de um fundo a ser criado, e técnicos especializados para dirimir problemas sociais e econômicos dos estados do Norte e Nordeste. Para isso, era preciso o empenho e a colaboração das unidades da federação mais desenvolvidas.

A Aliança foi mais um balão de ensaio, pois não contou com a adesão dos governadores; nem mesmo do presidente da República. Havia uma desconfiança dos políticos locais de que o projeto servisse para trampolim político de Adhemar as custas da população do Norte e Nordeste.

Acreditava na necessidade de um organismo que refletisse um esforço nacional em prol dos estados menos desenvolvidos economicamente. Como idéia central, São Paulo participaria com 10% do seu capital, com ajuda do capital empregado pelas classes produtoras. Esses recursos seriam aplicados no Banco Paulista de Integração Nacional, a ser criado, e que arrecadaria todos os

²⁶⁶ Idem.

²⁶⁷ Anais da Câmara dos Deputados, vol II, ano 1962-1963, p. 220.

recursos particulares em um fundo econômico²⁶⁸. Foram feitas algumas investidas de Adhemar junto ao setor produtivo de São Paulo, mas nada que entusiasmasse.

A crise política e econômica do Brasil também voltaram mais a atenção de Adhemar para esses aspectos. A Aliança não passou de mais um órgão técnico apinhado de burocratas. Medida tomada pelo presidente da República encerrou de vez o sonho de Adhemar de ver a Aliança ser implantada. Toda obtenção de ajuda econômica de governos ou agências estrangeiras deveria ser feita pelo Ministério das Relações Exteriores (Sampaio, 1982: 104). Criticando o governo Goulart como vinha fazendo, jamais o governador conseguiria qualquer tipo de empréstimo.

²⁶⁸ "O governador reúne em almoço a bancada de S. Paulo no Congresso". *O Estado de*

3.4. PRESIDENCIALISMO: COMPOSIÇÕES NO GOVERNO

Ao ganhar a eleição para o governo de São Paulo, Adhemar deixou de lado as desavenças políticas e declarou estar disposto em participar da base de apoio ao presidente João Goulart. Disse que conversaria com outros governadores na busca de um entendimento sobre as principais questões que afligiam o país.

Ao mesmo tempo, Adhemar não confiava no presidente da República; apesar do PSP colaborar com Goulart no Congresso Nacional. Para Jango era fundamental atrelar o PSP a seu governo, o que para Adhemar era visto com certa desconfiança. Para ser da bancada situacionista, o PSP precisava ser contemplado com um ministério. "É evidente que nutre o governador eleito desconfianças acerca dessa aliança. Depois de esclarecer que pessoalmente não é contrário a ela, afirmou (...) que não sabe o que há por trás ou virá depois disso"²⁶⁹.

Instado a apoiar a volta do sistema presidencialista, Adhemar deu as primeiras indicações de que ele e o seu PSP seguiriam as

S. Paulo, 12/03/1963, p. 3.

²⁶⁹ "O governador eleito desconfia da aliança com o sr. Goulart". *O Estado de S. Paulo*, 11/01/1963, p. 4.

orientações do presidente Goulart; mas sempre condicionando o apoio a participação no Executivo²⁷⁰.

A passagem de João Goulart pela presidência da República foi bastante tumultuada desde o seu retorno da China, onde estava em missão especial, depois da renúncia do então presidente Jânio Quadros. O artigo 79 da Constituição de 1946 era categórico em dizer que na vacância da presidência da República, a substituição seria feita pelo vice-presidente. Mas a questão não era tão fácil de ser resolvida. João Goulart era tido como um político de esquerda, uma ameaça aos conservadores.

Com a renúncia de Jânio e a ausência do vice no país, o presidente da Câmara dos Deputados, como representante legal, estava na linha sucessória. Ranieri Mazzilli assumiu o governo, mas o poder efetivo estava nas mãos dos três ministros militares: o general Odílio Denys (da Guerra), o brigadeiro Moss (da Aeronáutica), e o almirante Sílvio Heck (da Marinha).

Os militares criaram uma situação de impedimento de posse de Goulart, gerando uma convulsão social no país em defesa da democracia e da legalidade. "Constituíam estes últimos de militares, políticos e homens públicos em cuja opinião o sucessor legal fosse ele qual fosse, deveria ser imediatamente empossado" (Skidmore, 2003: 255).

Nota encaminhada ao presidente do Congresso Nacional, senador Auro de Moura Andrade (PSD-SP), explicitava a opinião dos militares sobre a conturbada situação do país:

Tenho a honra de comunicar a V.Exa que, na apreciação da atual situação política criada pela renúncia do presidente Jânio Quadros, os ministros militares, na qualidade de chefes das Forças Armadas responsáveis pela ordem interna, manifestaram a absoluta inconveniência, por motivo de segurança nacional, do regresso ao país do vice-presidente

²⁷⁰ Declarações feitas pelo deputado federal e líder da bancada na Câmara dos Deputados, Arnaldo Cerdeira. "Colaboração CP-Adhemar para continuidade administrativa". *Última Hora*, 8/11/1962, p. 4.

da República, João Belchior Marques Goulart (Pinheiro, 2001: 179).

As declarações dos ministros militares eram categóricas, Goulart ameaçava a segurança nacional e sua volta ao país, conseqüentemente assumindo a presidência da República, traria graves problemas políticos ao Brasil. Na visão dos militares, "Jango simbolizava tudo aquilo que havia de "negativo" na vida política brasileira: demagogo, subversivo e implacável inimigo da ordem capitalista" (Toledo, 1982: 12).

Deputados e senadores partiram para o embate, recusando a estratégia de suposto golpe apresentada pelos ministros. Defendiam a volta de João Goulart, que naquele momento já era constitucionalmente presidente do país.

A população foi mobilizada e manifestações eclodiram em todo o país em prol de Jango. No Rio Grande do Sul, o governador Brizola dava início à mobilização política e popular pela posse de Goulart organizando a Campanha da Legalidade - formou uma rede de 150 estações de rádio e transmitia para todo o país e para o exterior a resistência do movimento.

O Comando Geral de Greve (CGG), representando os trabalhadores, e a UNE (União Nacional dos Estudantes), decretaram greves nacionais em apoio a Jango. Em discurso na Câmara dos Deputados, Almino Affonso refletiu sobre a ausência de seu companheiro e presidente do PTB do país: "Não estando em território nacional neste instante, assume, de acordo com a ordem vocacional, o presidente da Câmara dos Deputados em caráter interino. Mas o dr. João Belchior Marques Goulart - embora esteja nos confins da China - é o novo presidente da República" (Affonso, 1988: 24).

As negociações políticas eram tensas, mesmo porque os ministros militares não cediam. Jango esticou sua viagem de regresso da China porque ainda não era certa a sua chegada com segurança no país. Ao descer aqui poderia ser preso, alternativa não descartada pelos ministros.

O presidente em exercício, Ranieri Mazzili, convocou uma reunião com os líderes de partido para explicitar a crise política. "Relatei que Jango, já em Paris, me havia telefonado afirmando considerar-se legitimamente o presidente da República e que estava regressando ao país, indiferente aos riscos que pudesse correr" (Affonso, 1988: 27).

Os partidos estavam mobilizados e contrários ao veto dos militares à posse de Goulart, mesmo a UDN e os congressistas mais conservadores do PSD, sempre opositores a Jango, recusavam a ruptura institucional (Figueiredo, 1993: 38). Até o próprio marechal Henrique Lott, candidato derrotado à presidência em 1960 (PSD-PTB), insubordinou-se aos ministros militares e declarou-se pela legalidade da posse. Foi preso.

Subitamente a dissensão [do marechal Lott] veio a público. O General Machado Lopes, comandante do Terceiro Exército, no Estado natal de Jango, o Rio Grande do Sul, declarou apóia-lo totalmente. Uma declaração tão clara parecia uma ameaça de guerra civil. Sem essa deserção da parte de um comandante regional, a "frente legalista", provavelmente, não teria tido chance de contrariar o veto dos ministros militares (Skidmore, 2003: 257).

Jango estava disposto a unir os partidos em um governo de coalizão, mas queria efetivamente tomar posse (Markun e Hamilton, 2001: 254). Manifesto divulgado pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Sérgio Magalhães (PTB-GB), enterrava por vez qualquer pretensão dos militares ao golpe:

Na defesa da Constituição, que rege a legalidade democrática, não entro em conchavo e não transijo da presidência, ainda que eventual. Não receberei, não darei prosseguimento, não despacharei qualquer emenda constitucional. A Constituição, segundo seu próprio texto, não se reforma em regime de anormalidade ou de crise. Prefiro a guerra civil à desmoralização do Poder

Legislativo, que é a viga mestra do regime democrático (Markun e Hamilton, 2001: 258).

Estava fadado ao insucesso o golpe engendrado pelo militares. "A partir daquele momento, a tentativa de levar às últimas conseqüências o veto à posse de João Goulart implicaria na deflagração da guerra civil" (Affonso, 1988: 39). Um grupo político, liderado pelo governador da Guanabara, Carlos Lacerda, redigira uma emenda permitindo ao Congresso eleger, indiretamente, o presidente e o vice, em caso de vacância. Pretendia-se, com isso, o *impeachment* de Goulart (Markun e Hamilton, 2001: 261). A tese foi derrubada imediatamente pelos congressistas.

Uma comissão nomeada no Parlamento ficou responsável pelos estudos da melhor solução para a posse de Jango, recomendando a criação de uma emenda constitucional instituindo o sistema parlamentarista. Para os partidos conservadores, a mudança de regime "impedia a ruptura constitucional que ameaçava o processo eleitoral, ao mesmo tempo em que reduzia os riscos de implementação de políticas contrárias a seus interesses, caso Goulart contasse com plenos poderes presidenciais" (Figueiredo, 1993: 46).

A emenda parlamentarista interessava muito mais ao PSD do que a outros partidos. Excluído do governo Jânio Quadros, a legenda teria, por ser então a maior bancada do Congresso, um papel importante no gabinete parlamentarista. Jango no governo não poderia ser candidato a presidente em 1965, abrindo o caminho livre para Juscelino Kubitstchek pleitear novamente ao cargo. Em pronunciamento, a deputada Ivete Vargas leu um pronunciamento do ex-presidente JK, então senador por Goiás, defendendo a posse de Goulart (Markun e Hamilton, 2001: 265).

Parte do PTB não concordava com a alternativa política. "Do ponto de vista constitucional a Emenda Parlamentarista não deveria prosperar. A Constituição Federal de 1946, em seu artigo 217, parágrafo 5, expressamente vedava a reforma da Lei Maior na vigência do Estado de Sítio" (Affonso, 1988: 39).

Apesar de terem sido contrariados, os militares não acompanhavam passivamente os acordos políticos no Congresso. Mas também não poderiam ignorar as manifestações populares. Em 2 de setembro, o Congresso aprovou a emenda instituindo o parlamentarismo. Os ministros militares apoiaram o compromisso parlamentar, com algumas condições (Skidmore, 2003: 260). Não aceitavam que o presidente pudesse dissolver o Congresso, conseqüentemente promovendo novas eleições; sendo aderido no texto parlamentarista. Outra emenda seria se a gestão do presidente causasse "risco para a segurança nacional", poderia ser pedido o *impeachment* de Goulart.

A Bancada Trabalhista na Câmara Federal, considerando que seus deveres transcendiam a figura de Jango, reafirmou sua posição contrária à Emenda Parlamentarista por 30 votos contra 19. Mas no Congresso Nacional venceu o "golpe branco". A partir do instante em que se torna pública a aceitação da Emenda por Jango, foi impossível conter a debandada (Affonso, 1988: 42).

As atribuições do presidente e do primeiro-ministro acabavam se sobrepondo com o parlamentarismo. Cabia ao primeiro-ministro o encaminhamento de projetos e o orçamento do governo, bem como decretar intervenção federal ou estado de sítio. Ao presidente, nomear os ministros do Conselho de Ministros, vetar projetos de lei, nomear cargos públicos federais (Figueiredo, 1993: 49). Goulart recebeu do Congresso "um poder mutilado, enfraquecido, quando a situação do Brasil mais exigia um governo forte, centralizado, para efetuar as mudanças que o desenvolvimento do capitalismo reclamava" (Bandeira, 2001: 65).

Resolvida a questão que impedia o retorno de Jango, em 5 de setembro o presidente voltou ao Brasil, passando antes por Porto Alegre, onde foi recebido pela multidão que o esperava e, posteriormente, seguindo para Brasília. Na tarde do dia anterior, uma segunda-feira, Ranieri Mazzilli encaminhou ao Congresso uma

carta garantindo o desembarque de Goulart no país e sua posse como presidente (Markun e Hamilton, 2001: 338).

Jango tornou-se presidente, "não em virtude da pressão da esquerda, mas, sim, graças à divisão entre os militares, combinada com uma ampla base da opinião do centro, ansiosa por garantir a obediência ao processo constitucional"(Skidmore, 2003: 262).

Goulart iniciava seu governo contrariado, pois pessoalmente não aceitava ser tolhido dos direitos de presidente da República. Mesmo assim buscou articular o gabinete ministerial, pensando em nomes para primeiro-ministro, dentre os quais cogitou os de Francisco San Tiago Dantas (PTB), Juraci Magalhães (UDN), Amaral Peixoto (PSD), Auro Moura Andrade (PSD) e Tancredo Neves (PSD).

No dia 7 de setembro, um domingo de 1963, João Goulart foi empossado presidente da República, aos 42 anos de idade. De setembro de 1961 a janeiro de 1963, Jango mobilizou suas forças no Congresso a fim de derrubar o Ato Adicional parlamentarista; apesar da emenda prever a realização de um plebiscito nove meses antes do fim do mandato do presidente (Casalecchi, 2002: 94). Jango tornou-se presidente "sob gravíssima crise militar, com as contas públicas descontroladas, tendo que administrar um país endividado interna e externamente, além de delicada situação política" (Ferreira e Delgado, 2003: 348).

O primeiro gabinete militar foi integrado pela maioria dos partidos: PSD, UDN, PTB e PDC; cabendo ao primeiro a indicação do primeiro-ministro. Nesse período o governo obtivera maioria parlamentar contando com 85% dos votos no Congresso Nacional. O PTB encaminhou à direção do PSD uma lista tríplice com os nomes de Moura Andrade, Tancredo Neves e Gustavo Capanema para o cargo de primeiro-ministro. Em votação, os pessedistas escolheram Tancredo Neves (Affonso, 1988: 52). Era um gabinete de conciliação nacional. "Sob um parlamentarismo 'híbrido', o governo não tinha instrumentos que dessem a ele eficiência e agilidade" (Ferreira e Delgado, 2003: 348).

Contudo, também nas semanas iniciais de seu governo, começou a conspiração civil-militar articulada pelos grupos políticos mais conservadores e direitistas. Os três ministros militares de Jânio Quadros, logo que entregaram os cargos, passaram a tramar a destituição de Goulart, sobretudo o marechal Odílio Denys, com o apoio, inclusive, de um grupo de empresários cariocas. A eles juntaram-se os generais Cordeiro de Farias e Olímpio Mourão. Em São Paulo, entraram em contato com vários coronéis, a exemplo de Jaime Portela, e políticos conservadores, como Herbert Levi e Abreu Sodré (Ferreira e Delgado, 2003: 349).

Tancredo Neves encontrou o país, nas suas palavras, "numa situação já bastante difícil, com uma reforma cambial drástica, iniciada, cuja implementação, segundo a sistemática do tratamento de choque da economia, impunha medidas ainda mais drásticas" (Bandeira, 2001: 66). O primeiro-ministro não conseguiu conter a elevação dos preços e a inflação, gerando inquietação nos meios políticos e sociais.

Foi o gabinete de maior duração, governando o país até junho de 1962. O parlamentarismo não contava com muito entusiasmo do presidente, por isso, como já foi dito, buscou costurar a sua derrubada, contando com o apoio do senador e ex-presidente Juscelino Kubitschek. O interesse de Goulart era o mesmo de lideranças políticas e membros da UDN, tais como Juraci Magalhães, governador da Bahia, e Magalhães Pinto, de Minas Gerais; até mesmo Carlos Lacerda combateu o regime parlamentar (Figueiredo, 1993: 57).

Junto a população, o entusiasmo também não era grande pelo novo sistema de governo. Tendo como princípios básicos o desenvolvimento, estabilidade, integração e justiça social, o plano apresentado pelo primeiro-ministro, em setembro de 1961, ao Congresso "combinava medidas destinadas a controlar a crescente inflação com políticas visando remover obstáculos estruturais ao desenvolvimento" (Figueiredo, 1993: 65).

Sem contar com o apoio popular e tendo muitos dos membros do governo, inclusive o primeiro-ministro, candidatos às eleições de outubro de 1962, o Gabinete Tancredo Neves renunciou em junho daquele ano. Considerando o momento oportuno para reconquistar os poderes presidenciais, "Jango se reaproximou do movimento operário e das correntes nacionalistas. Procedeu a um reaquecimento do populismo" (Gorender, 1998: 48).

Lideranças da UDN e do PSD consultaram suas bases e os militares sobre a possibilidade de retorno ao presidencialismo. Asseveraram que se continuassem defendendo o sistema de governo vigente, teriam baixas parlamentares nas eleições de outubro (Affonso, 1988: 60).

Coube ao presidente indicar outro primeiro-ministro, sendo escolhido o deputado por Minas Gerais Clementino de San Thiago Dantas, aceito por lideranças sindicais, estudantis e políticos progressistas, mas rechaçado pela UDN e PSD. O PSP marcou também posição contrária à indicação de San Thiago Dantas (Sampaio, 1982: 103).

Destituído da idéia, Goulart reivindicou ao Congresso o nome do senador Auro Moura Andrade, com trânsito parlamentar - era o presidente do Congresso Nacional. "Levei ao presidente a inconformidade da Bancada Trabalhista, argumentei exaustivamente, mostrei a contradição entre a campanha pelas reformas de base (...) e o perfil político de Moura Andrade...Tudo em vão" (Affonso, 1988: 62).

Nomeado, Auro precisou renunciar uma semana depois por não conseguir formar o gabinete ministerial e por pressão do PTB e dos movimentos sociais (Pinheiro, 2001: 186). Parte do problema enfrentado pelo senador ocorreu com a decretação de greve pelo Comando Geral de Greve, que "foi praticamente completa nos serviços públicos, nas empresas estatais, no setor bancário, mas parcial, embora com elevados percentuais, em outros setores da empresa privada" (Gorender, 1998: 48).

Jango pediu aos partidos a liberdade de então escolher uma pessoa de sua confiança, fora do Congresso Nacional. Foi então

cogitado o nome do professor Francisco Brochado da Rocha, do PSD gaúcho, mas com trânsito no PTB e outras legendas. Nomeado, era de fato o gabinete de transição, já que se intensificava o debate para a volta do presidencialismo.

O Conselho de Ministros foi formado por técnicos e por partidos de esquerda. Brochado da Rocha, como primeiro-ministro, ficou menos tempo à frente do governo - apenas dois meses - e teve como mérito obter a aprovação da lei que estabelecia o 6 de janeiro de 1963 como data para a realização do plebiscito que decidiria entre a manutenção do parlamentarismo ou a volta ao presidencialismo.

"Da direita vieram os ataques - de Lacerda e do radicalismo udenista. Acusavam o regime de Jango de estar comprometido com os comunistas e de tramar um golpe" (Skidmore, 2003: 270). A grande maioria das legendas concordava com o retorno ao presidencialismo, entendiam que o país precisava de um governo forte. Nas ruas, a população pressionava o Executivo por melhores condições sociais, tanto na economia quanto no campo. Em comunicado ao presidente, o general Jair Dantas Ribeiro, comandante do III Exército, afirmava que não tinha como garantir a lei, a ordem, o sossego público e a propriedade privada no Rio Grande do Sul (Bandeira, 2001: 78).

O gabinete Brochado da Rocha foi bombardeado pelos conservadores. O último gabinete parlamentarista já tinha data para terminar, janeiro de 1963, quando seria realizado o plebiscito. "As eleições parlamentares, a realizarem-se no dia 7 de outubro, forçosamente esvaziaram o Congresso Nacional. Todos estavam em campanha eleitoral" (Affonso, 1988: 71).

Realizaram-se as eleições para a nova composição do Congresso, das Assembléias Legislativas estaduais, das Câmaras de Vereadores e para os governos de alguns Estados, como do Acre, Amazonas, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Já em novembro de 1962, os partidos começaram os entendimentos para a supressão do referendo. PSP, UDN e PSD

estavam unidos para a aprovação de uma emenda constitucional que anulasse o Ato Adicional e instituísse o presidencialismo²⁷¹.

O PSP era um partido que historicamente defendia o parlamentarismo e, assim como em outras legendas, havia uma certa dificuldade em convencer alguns de seus membros. Como o presidente Goulart vinha intensificando sua campanha pelo presidencialismo, iniciada logo que assumiu a presidência, o PSP entendia que aquela era a oportunidade para pleitear um ou mais ministérios.

Essa era a condição: apoio ao presidencialismo em troca de lugar no governo. Os entendimentos, inclusive, eram mantidos pelo deputado federal e líder da bancada na Câmara Federal, Arnaldo Cerdeira²⁷².

(...) Jango, nos bastidores, negociou a recuperação dos poderes presidenciais com as forças conservadoras e reacionárias. É notório o apoio que lhe deu Magalhães Pinto, Governador de Minas Gerais e maior acionista do Banco Nacional. Não só Jango estava interessado na derrota do parlamentarismo. Também o desejavam os candidatos às eleições presidenciais de 1965: o próprio Magalhães Pinto e ainda Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e Adhemar de Barros. Mais importante, porém, é que várias frações da classe dominante ansiavam por um governo forte, capaz de aplicar a política de estabilização antiinflacionária (Gorender, 1998: 49).

Em novembro de 1962, o PSP, em convenção nacional, reuniu partidários para um exame da conjuntura política nacional. O item principal da ordem do dia dizia respeito à fixação de diretriz do PSP quanto ao plebiscito de 6 de janeiro. "O PSP é um partido cuja base filosófica é parlamentarista, desde a sua fundação. (...) O que está em vigor na República não é um regime parlamentarista, porque se assim fosse o PSP de maneira nenhuma abriria mão do seu

²⁷¹ "Partidos iniciam gestões para supressão do referendo". *Folha de S. Paulo*, 8/11/1962, p. 6.

ponto de vista", disse Adhemar, lembrando que uma comissão dentro do partido vinha estudando o tema²⁷³.

O diretório partidário aprovou nota pela realização do plebiscito marcado para 6 de janeiro; que os parlamentares do partido votariam pelo presidencialismo, como uma melhor solução política e social; que deveria haver um disciplinamento econômico do país; que uma comissão cuidaria de examinar os problemas nacionais; e, talvez, a mais importante, "com esta resolução, manifesta-se o partido à Nação brasileira sua mensagem de confiança no futuro, com o resguardo da nossa paz interna e bem-estar de nossa gente, com a defesa intransigente da instituição da democracia"²⁷⁴.

Adhemar criticou severamente os gabinetes ministeriais parlamentaristas, dizendo que suas lideranças não foram capazes de darem um rumo político ao país. Salientou que o regime parlamentarista foi adotado em um momento de pressão "psicológica" de um momento "dramático" para o país. "O nosso partido é parlamentarista e vem procurando preparar homens para um Parlamento real, verdadeiro e, não, o parlamentarismo que já denominaram de regime híbrido"²⁷⁵.

As negociações entre Adhemar e o presidente Jango caminhavam bem, tanto que o governador constantemente convocava a população para votar no "não", ou seja, pelo fim do regime parlamentarista. Afirmava ele: "O fermento das agitações periódicas que tem sido a forma de governo não servirá mais para os áulicos dos extremismos levantarem sua bandeira revolucionária"²⁷⁶.

João Goulart, como presidente da República, sempre se dividiu entre as reivindicações de grupos nacionalistas e de esquerda, e

²⁷² "O PSP fixará posição sobre o referendo de 6 de janeiro". *Folha de S. Paulo*, 10/11/1962, p. 2.

²⁷³ "Presidencialista o PSP: convencionais lançam Adhemar para a sucessão em 65". *Última Hora*, 15/11/1962, p. 4.

²⁷⁴ "Supressão do referendo: manifesta-se Goulart". *Folha de S. Paulo*, 15/11/1962, p. 3.

²⁷⁵ "Adhemar: "Quero um São Paulo unido em torno de princípios". *Folha de S. Paulo*, 16/11/1962, p.4.

²⁷⁶ "Adhemar prega a união dos paulistas para a luta pela sobrevivência da nacionalidade!". *O Dia*, 03/01/1963, p. 3.

os conservadores. Os primeiros cobravam do presidente as reformas de base, visando alterações nas estruturas econômicas, sociais e políticas. Clamava-se pelas reformas bancária, fiscal, urbana, tributária, administrativa, agrária e universitária; assim como o controle do capital estrangeiro e o monopólio do setor energético. Eram lideranças, principalmente parlamentares, que pressionavam, e muitas vezes colocavam em situação difícil o presidente da República. Os conservadores exigiam a ordem pública, o rompimento das relações com os comunistas e a estabilidade econômica.

Mesmo durante o parlamentarismo, João Goulart nunca deixou de defender as reformas de base. Mas sabia que sua implantação definitiva ocorreria quando ele recuperasse os poderes presidenciais. "Ele mostrava impaciência com as amarras do parlamentarismo que tolhiam suas ações, sobretudo impedindo-o de realizar as reformas de base" (Ferreira e Delgado, 2003: 356).

Os brasileiros decidiram pela restauração do sistema presidencialista. Adhemar de Barros garantiu que votou de acordo com suas convicções pessoais, pelo "não". Aproveitou a ocasião para dizer que o ministério a ser formado pelo presidente Goulart seria político, podendo contar com a participação do PSP, moeda de troca da bancada da legenda para sustentar a volta do regime presidencialista.

Aos jornalistas ressaltou que o partido não indicaria o ministro da Justiça, pois era uma pasta política e como Jango não pertencia ao seu partido, não havia como ocupá-la. Contemporizou, dizendo que o PSP não pleiteava ministérios²⁷⁷, mas poderia colaborar com a governabilidade²⁷⁸.

A formação do governo obedeceu a um critério político, constituído na sua maioria por nomes dos gabinetes parlamentaristas: João Mangabeira (Justiça); Hermes Lima (Relações Exteriores); Antônio Balbino (Indústria e Comércio); Gabriel

²⁷⁷ Segundo Regina Sampaio, o conflito entre Adhemar e o presidente Goulart se intensificou com a escolha do novo ministério sob o regime presidencialista. O PSP nomeou apenas o titular da pasta da Educação e Cultura (Teotônio Monteiro de Barros), mas pleiteava também os Ministérios da Indústria e Comércio e Minas e Energia.

Passos (Minas e Energia); José Ermírio de Moraes (Agricultura); Hélio de Almeida (Viação e Obras Públicas); San Thiago Dantas (Fazenda); Celso Furtado (Planejamento); Amaral Peixoto (Reforma Administrativa); Amaury Kruel (Guerra); Araújo Suzano (Marinha); Reynaldo de Carvalho Filho (Aeronáutica); Almino Affonso (Trabalho/PTB-AM); Teotônio Monteiro de Barros (Educação e Cultura/PSP-SP); Paulo Pinheiro Chagas (Saúde/PSD-MG) e Evandro Lins e Silva (Casa Civil).

Desde o começo, tanto políticos conservadores e de esquerda, quanto a maioria da imprensa, julgavam o ministério como pouco representativo (Pinheiro, 2001: 179). De janeiro a junho, o presidente buscou resolver os problemas sociais exigidos pela nação; parecia até mesmo que o Congresso trabalhava a favor do governo. Dizia Adhemar: "fui o primeiro a falar em reformas de base, eu irei dar o exemplo de trabalho. Ofereço aos que me seguem apenas uma oportunidade: a de trabalhar por São Paulo e pelo Brasil"²⁷⁹.

Concomitante a isso, o ministro Celso Furtado, lançou o Plano Trienal, que "caiu como uma ducha de água gelada sobre os partidários da reforma de base. Não só nada tinha a ver com elas, como oferecia mais uma versão da estabilização financeira recessiva, desta vez combinada com certa dose de desenvolvimentismo" (Gorender, 1998: 60).

O Plano Trienal propunha: manutenção da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto do período 1957/1961, ou seja 7% ao ano; contenção progressiva da inflação; correções na distribuição da renda tanto pessoal quanto regional; rescalonamento da dívida interna; realização das reformas de base. "A rigor, o Plano Trienal tentava conciliar a política de estabilização, à maneira do Fundo Monetário Internacional, com a política desenvolvimentista" (Affonso, 1988: 85).

²⁷⁸ "Participação do PSP no futuro ministério". *Folha de S. Paulo*, 08/01/1963.

²⁷⁹ "Adhemar aos jornalistas: 'No direito de divergir repousa a beleza da democracia!'" . *O Dia*, 13/01/1963, p. 3.

Goulart, cuja posição era crucial para o movimento pró-reformas que se estruturava, vacilava entre a necessidade de consolidar o apoio parlamentar para as reformas e a necessidade de reter a liderança da ampla coalizão de esquerda pró-reformas. Ele oscilava entre um maior comprometimento com as demandas de esquerda e as tentativas de tranqüilizar o temor dos conservadores, garantindo que seus direitos de propriedade e os canais institucionais de decisão política fossem respeitados (Figueiredo, 1993: 88).

A radicalização dos discursos de alguns apoiadores do governo assustava os mais conservadores, como ficava evidente nos pronunciamentos de Leonel Brizola. Os jornais anunciavam, em fevereiro de 1963, que os líderes partidários estavam receosos de uma ampla "campanha subversiva". Diziam que Goulart, ao se engajar em torno do plebiscito, assumiu responsabilidades e promessas talvez impossíveis de serem realizadas. Essas forças subversivas estariam espalhadas por todo o governo, detendo posições-chave e que estariam prestes a dominar o governo por inteiro²⁸⁰.

O líder do PSP na Câmara Federal, Arnaldo Cerdeira, chegou a dizer que as declarações de cunho revolucionário de Brizola revelavam claramente "o espírito doentio e os recalques de agitador frustrado do ex-governador gaúcho". Afirmou ainda que o Congresso deveria colocar Brizola sob observação, impedindo declarações estapafúrdias²⁸¹.

O PSP estava preocupado com os rumos do governo e com a presença dos nacionalistas e esquerdistas ao lado do presidente. Diante disso, Adhemar de Barros promoveu alguns encontros com líderes conservadores, como o governador da Guanabara, Carlos Lacerda.

Em março de 1963 os dois estiveram juntos e discutiram os problemas de segurança nacional e de ordem pública. Depois da

²⁸⁰ "Crêem os líderes que a campanha contra o Congresso é parte de um plano subversivo. *O Estado de S. Paulo*, 06/02/1963, p. 3.

reunião, Adhemar declarou sua intenção não de constituir um eixo político São Paulo-Guanabara, mas sim um do Oiapoque-Chuí, "para fortalecimento do regime democrático no país"²⁸²

Que Lacerda era seu inimigo e desse não espera conciliação, Jango já sabia. Já Adhemar de Barros, acreditava o presidente, que poderia estar a seu lado, já que o PSP integrava o Executivo com a pasta da Educação e Cultura. Que lado permanecer, dos nacionalistas ou dos conservadores?

Para tentar obter novamente o apoio de Adhemar, o presidente marcou um comício em Marília, no interior do Estado de São Paulo. Em discurso, Jango foi duro nas críticas aos comunistas. O presidente afirmou que acreditava no Brasil, em um país onde a paz e tranqüilidade jamais seriam quebradas. Criticou aqueles que queriam criar crises artificiais²⁸³. "Aqui estou (...) para dizer a São Paulo que o Brasil quer a paz e terá a paz pela força de seu governo"²⁸⁴. Disse ainda: "Repudiamos - afirmou com veemência - qualquer doutrina contrária aos nossos sentimentos cristãos e católicos. Repudiamos o extremismo comunista, mas também não aceitamos a insubordinação, parta de onde partir"²⁸⁵.

As relações políticas pareciam estar firmes e estabelecidas. Salientou a defesa da lei e da ordem. Adhemar declarou que estava novamente integrado ao esquema político de Goulart e que o presidente se distanciava dos grupos de esquerda²⁸⁶. Posteriormente, o governador recebeu João Goulart na sede do governo paulista e proferiu novamente um discurso de apoio.

"No meio da arenga típica de orador de direita, elogios derramados ao Governador paulista Adhemar de Barros e defesa do

²⁸¹ "No Norte o governador paulista; o líder do PSP critica Brizola". *O Estado de S. Paulo*, 24/03/1963.

²⁸² "Eixo político para preservação do regime democrático no país". *O Estado de S. Paulo*, 20/03/1963, p. 3.

²⁸³ Destacaram a presença do presidente em Marília os jornais: *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Última Hora* e *O Dia* (dentre os consultados).

²⁸⁴ "Presidente: 'Repudiamos o extremismo comunista'. Governador: 'S. Paulo de pé em defesa da lei'". *O Dia*, 5/04/2005, p. 3.

²⁸⁵ Íntegra do discurso pronunciado em Marília pelo presidente João Goulart. *O Estado de S. Paulo*, 5/04/1965, p. 5.

²⁸⁶ "A. de Barros declara-se integrado novamente no esquema de Goulart". *O Estado de S. Paulo*, 5/04/1963, p. 3.

Plano Trienal" (Gorender, 1998: 61). O governador, por sua vez, agradeceu a presença do presidente da República, um cidadão que "é o orgulho do nosso Estado"²⁸⁷.

Mas as negociações políticas pareciam não ir tão bem assim. Goulart achava que era fácil dobrar Adhemar e conseguir seu apoio sem nada dar em troca. O PSP pressionava por mais cargos no governo federal e defendia o afastamento do presidente dos líderes nacionalistas e esquerdistas.

Sobre o governo de Jango, em outra ocasião, Adhemar foi categórico em afirmar que havia infiltração comunista e que o presidente precisava urgentemente substituí-los. Ao falar sobre Jango, lembrou que seus discursos eram contraditórios, ora repudiando os nacionalistas, ora apoiando seus projetos²⁸⁸. "Enquanto o Presidente procurava uma recomposição de centro-direita, o Plano Trienal caminhava para o fracasso" (Gorender, 1998: 61).

No mesmo mês em que declarou apoio ao presidente, circulou na imprensa a notícia de que Adhemar articulava uma frente em defesa do Congresso, do regime democrático e do sistema federativo no país. O governador paulista considerava que o Parlamento estava sendo pressionado e poderia ser fechado. Ao anunciar que de fato estava a frente de um manifesto em favor do regime democrático, Adhemar garantiu que aquele documento não era endereçado a ninguém em especial, mas era um nítido recado ao presidente. "Se a carapuça servir para alguém, paciência"²⁸⁹.

O chefe da Casa Civil de Adhemar, Álvaro Teixeira de Assumpção, declarou:

Realmente foi redigido um documento com apoio de vários governadores , cujo objetivo fundamental é manifestar a decisão dos seus signatários de manter a qualquer custo o

²⁸⁷ "Presidente: 'Repudiamos o extremismo comunista'. Governador: 'S. Paulo de pé em defesa da lei' ". *O Dia*, 5/04/2005, p. 3.

²⁸⁸ "O governador afirma: infiltração vermelha no governo federal". *O Estado de S. Paulo*, 09/04/1963, p. 5.

²⁸⁹ "O governador anuncia o manifesto a favor do regime democrático". *O Estado de S. Paulo*, 16/04/1963, p. 5.

regime democrático em nossa terra. Posso adiantar o trecho básico desse pronunciamento que afirma: "devem ser assegurados ao Presidente da República e ao Poder Legislativo o apoio e a solidariedade precisos para o exato cumprimento de suas atribuições do bem-estar da coletividade e do aprimoramento do regime²⁹⁰."

Na área militar Jango era tido como um homem fraco, sem autoridade para implantar uma política positiva em seu governo (Skidmore, 2003: 311). Era essa brecha que os conservadores aproveitavam para pressionar o governo federal. "Jango era tido geralmente pela esquerda e pela direita como incapaz de governar" (Skidmore, 2003: 311).

O jornalista Pedro Leite, fez duras críticas ao governador quando citou o manifesto que ele encabeçava.

Nasce de duas imposturas grosseiras: anticomunismo e auxílio a outros Estados. Fiel, no fundo, às clássicas linhas do seu cinismo político, o governador de São Paulo tenta as duas chantagens para fazer média como candidato à presidência da República da forças conservadoras (...) e dos populosos estados pobres²⁹¹.

As discussões em âmbito nacional dificultavam as intenções políticas de Jango, sem apoio dos trabalhadores e dos sindicatos, descontentes com a inflação galopante, com as esquerdas denunciando a política de conciliação, e os conservadores apostando no quanto pior, melhor.

Ainda no mês de abril, o líder do PTB na Câmara, Bocaiúva Cunha, apresentou a proposta de reforma agrária, através de uma emenda constitucional que alterava o artigo 146 da Constituição. Goulart queria desapropriar terras pagando-as com títulos da dívida pública, e não com indenizações em dinheiro, como garantia

²⁹⁰ "Ademar confirma existência do 'Manifesto dos Governadores'". *Folha de S. Paulo*, 16/04/1963, p. 3.

²⁹¹ "Manifesto de Ademar, extorsão ao quadrado". *Folha de S. Paulo*, 18/04/1963, p. 4.

o texto constitucional. A UDN radicalizou na oposição. Já o PSD aceitava a proposta, desde que o governo utilizasse a correção monetária dos títulos para os titulares das terras desapropriadas.

Brizola liderava o grupo de esquerda, que contava com sindicalistas, operários e estudantes, para pressionar o Congresso a votar a proposta de reforma agrária do governo. Ameaçou os parlamentares a votarem ou seria encontrado outro meio para a implantação da proposta (Ferreira e Delgado, 2003: 367). Diziam os ruralistas que as desapropriações de terras seriam um atentado ao princípio da propriedade privada.

Adhemar foi radicalmente contrário à proposta do governo. "Com a questão das reformas de base e especialmente da reforma agrária dominando o debate político, o governador paulista se vê forçado a uma definição contra o Governo Federal" (Sampaio, 1982: 104). Em longa carta, lida no Senado e na Câmara Federal, dirigida aos parlamentares, o governador refletiu sobre as implicações constitucionais se a reforma agrária fosse aprovada naqueles termos. O senador Miguel Couto e o deputado Antonio Mendes de Barros foram os responsáveis pela leitura do documento.

Iniciava Adhemar o texto dizendo que, como governador do Estado, não poderia se omitir em relação ao projeto de reforma agrária encaminhado pelo presidente. Defendeu a democracia, sugerindo que o projeto romperia com os preceitos democráticos. "O Governo que dispuser do direito de desapropriação enfeixa em suas mãos uma soma de poderes tais, que os demais Direitos ficam anulados", ressaltou Adhemar²⁹².

Alertou os deputados e senadores de que a substituição da indenização em dinheiro por títulos da dívida pública acabava com o direito de propriedade. "Basta que se registre que a emissão de títulos nas quantidades exigidas para fazer a redistribuição de

²⁹² "Adhemar: legislação agrária sem o sacrifício dos direitos democráticos". *O Dia*, 21/04/1963, p. 3.

terra, desvaloriza-os, deixando-os sem cotação no mercado de títulos, seja qual for o regime de resgate”²⁹³.

Salientou que na própria Constituição, em seu artigo 156, parágrafos 1º, 2º e 3º, já era assegurada a reforma agrária. Na visão de Adhemar, reformar era fixar o operariado no campo, garantindo-lhe um salário compatível com suas necessidades; e tudo isso era possível sem a necessidade de lhes dar terras. Nessa hipótese, cada propriedade deveria ter dimensões reduzidas para que não tivessem necessidade de mão-de-obra auxiliar, pois se exigisse auxiliares, estes continuariam na situação de sem-terras²⁹⁴.

Sobre as terras a serem distribuídas, caracterizou-as de “cadáveres”, o que prejudicaria os futuros proprietários pois não teria como recuperá-las. Como proposta de solução, Adhemar sugeriu a venda de terras devolutas do Estado aos pequenos produtores com prazos de pagamento que variavam de 5 a 10 anos (Sampaio, 1982: 104). Caso o arrendatário não conseguisse fazer suas terras produzirem, daí aplicaria-se a desapropriação com o pagamento de títulos da dívida pública.

Ficava clara a posição conservadora do governador e a contrariedade em relação ao projeto federal. Adhemar era um grande latifundiário paulista. Os sinais apontavam que o rompimento não tardaria em acontecer entre o governador e o presidente.

A proposta de reforma apresentada pelo PTB era muito vaga e dava a entender que poderia desapropriar propriedades urbanas, o que assustava ainda mais os conservadores.

O PSD até aceitava apoiar a proposta do deputado Bocaiúva Cunha, mas desde que se modificasse o texto no que se referia a correção dos títulos públicos, fixados em no máximo 10%. Os petebistas foram intransigentes na defesa do projeto. Perderam na votação da comissão.

Não tardou e Adhemar reforçou os laços políticos com Lacerda. Preparava-se a divulgação do manifesto dos governadores. No dia 1º

²⁹³ Idem.

de maio foi veiculada a Carta de Princípio, subscrita por nove governadores. Manifestou-se Adhemar de Barros: "se São Paulo é a encruzilhada por onde passam todos os caminhos da nacionalidade, daqui deverá partir os brados de alerta para prevenir os incautos, avisar os inocentes úteis, advertir os indiferentes das falazes promessas de dias melhores"²⁹⁵.

No momento da divulgação do documento, uma frase dava a entender que os governadores estavam conspirando com os militares. Afirmou Adhemar: "estamos confiantes [os governadores que assinaram o documento] de que as gloriosas Forças Armadas jamais faltarão ao povo, (...) mantendo suas tradições de honra e de devotamento, tantas vezes provadas através da história"²⁹⁶.

A Carta reafirmava a posição dos governadores em defesa do regime democrático; a independência dos poderes; e que as reformas pretendidas pelo governo federal deveriam ser apoiadas por toda a sociedade. Apesar de não ser um documento agressivo ao presidente da República, as duras palavras de Adhemar de Barros, em seu discurso de apresentação, mostravam que aqueles nove governadores não tolerariam as "graves ameaças que pairam sobre a nação, inquieta diante da perspectiva de desordens em articulação e subversões em marcha, promovidas por falsos patriotas"²⁹⁷.

Jango ficou preocupado com a divulgação do documento pelo governador paulista. Três dias depois foi a São Paulo, mais especificamente a cidade de Monte Alegre. Adhemar o recebeu no aeroporto de Congonhas e acompanharia o presidente a cidade, mas desmarcou devido a morte do deputado federal Miguel Bahury (PSP-MA). Seguindo o velho ditado, Adhemar batia e depois assoprava.

²⁹⁴ Ibidem.

²⁹⁵ "Ademar divulga 'Carta de Princípios' assinada por 9 governadores estaduais". *Folha de S. Paulo*, 1/05/1963, p. 3.

²⁹⁶ "O Brasil de São Paulo e de todos os brasileiros deseja e exige que vivamos sob a égide da Justiça". *O Dia*, 1/05/1963, p. 3. Assinaram a Carta de Princípios os seguintes governadores: Adhemar de Barros (São Paulo), Ildo Meneghetti (Rio Grande do Sul), Luiz Cavalcanti (Alagoas), Francisco Lacerda de Aguiar (Espírito Santo), Carlos de Lacerda (Guanabara), Fernando Correa da Costa (Mato Grosso), Pedro Gondim (Paraíba), Virgílio Távora (Ceará), Seixas Dória (Sergipe) e Lomanto Junior (Bahia).

²⁹⁷ "O governador adverte sobre os perigos que ameaçam a Nação". *O Estado de S. Paulo*, 1/05/1963, p. 4.

Continuava mantendo contatos com Jango na tentativa de negociar cargos federais para seu partido, mas não deixava de alfinetar.

O PSP pressionava Adhemar para articular mais um ministério ou trocar o que o partido detinha por outro. Alegavam os pessepistas que a pasta de Educação e Cultura não rendia eleitoralmente para a legenda, uma vez que a ação do ministro estava sendo boicotada pelo presidente da República.

Em reunião com os membros do partido, Adhemar disse que o compromisso com o presidente não era ideológico, mas político. Essa condição não vinculava o PSP a aprovação das reformas de base.

O presidente já tinha idéia de reformar o ministério, não estava satisfeito com o seu desempenho. As notícias circulavam em Brasília da substituição dos ministros mais afinados as posições de Jango do que atrelados aos partidos, ou seja, o presidente queria compor as pastas com pessoas ligadas a ele, não necessariamente pensando na base de sustentação de seu governo.

Sabendo disso, Adhemar recorreu a Jango. O partido poderia até não ganhar mais ministérios, mas não queria perder o de Educação e Cultura. O governador paulista estava ciente das críticas que fizera ao governo e de ter recusado apoiar a votação da reforma agrária; mas também entendia que governava um Estado forte e decisivo na sustentabilidade dos projetos do governo federal.

João Goulart não só tirou o ministério do PSP, como nomeou para a Fazenda o ex-governador Carvalho Pinto, tudo o que Adhemar não queria e um nome que atrapalharia suas pretensões como candidato à presidência em 1965. A irritabilidade do governador e do partido foram gerais.

Ao apagar das luzes, o PSD ainda apresentou, com o apoio de Tancredo Neves e Juscelino Kubitschek, um outro projeto de reforma agrária. A proposta limitava a 50% a correção monetária dos títulos do governo, mas impunha limites para as terras a serem desapropriadas, "como latifúndios improdutivos ou com menos de 55% de área economicamente explorada. (...) Nas desapropriações, o

proprietário asseguraria metade da terra expropriada até o limite de 500 hectares" (Ferreira e Delgado, 2003: 369). Goulart hesitou em apoiar o projeto, bem como também parte do PTB.

O governo dava sinais de desgaste junto à base de sustentação e, além disso, Jango fora intransigente na reformulação de seu ministério. Sua aproximação aos nacionalistas e parlamentares de esquerda deu a tônica do final de seu mandato.

3.5. CRISE: ENTRE AS ESQUERDAS E OS CONSERVADORES

Adhemar de Barros, diante do lançamento das candidaturas de Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda, também se colocou oficialmente na corrida ao pleito eleitoral de 1965, um ano depois de assumir a cadeira de governador. O quadro já estava praticamente traçado: Lacerda seria lançado pela UDN; Adhemar amealharia os votos dos partidos marginais; e Juscelino conseguiria o apoio de parte dos conservadores, principalmente do seu partido, o PSD, e de parte do PTB. Seria um páreo duro para o governador paulista.

O bloco da situação na Assembléia Legislativa, diante desse novo quadro e a pretensão de Adhemar de ser candidato, queixava-se quanto a falta de orientação do governo para o plano

administrativo. Entre o PSP e as bancadas situacionistas, estava ocorrendo verdadeira ausência de coordenação devido à omissão do governador. O abandono seria a prática comum para quem estava constantemente em viagens pelo país.

Em nível nacional, as relações de Adhemar com o presidente da República pioravam a cada dia. "Após a reforma ministerial de junho, ficou evidente que Jango perdera o interesse pelos problemas centrais de estabilização e crescimento econômico continuado" (Skidmore, 2003: 316). A reforma ministerial começou a afastar o PSP do governo federal.

No mês de maio de 1963, Adhemar concedeu uma entrevista ao jornal *O Globo*, marcando seu discurso pela defesa do regime democrático e colocando-se candidato à sucessão presidencial. Criticou novamente a proposta de reforma agrária do governo com modificações na Constituição. "Não sou contra o sentido de progresso, das reformulações do povo. O que não considero oportuno é modificar-se a estrutura democrática a qualquer pretexto nem mesmo o das reformas de base"²⁹⁸.

Analisando a situação nacional, o governador dizia existir um quadro de agitação de elementos que estavam ligados ao presidente. Afirmou que o momento político era propício para medidas que desafogassem "o povo e afastar as nuvens de agitações que melhor se desenvolvem em momentos assim"²⁹⁹.

Sobre as Forças Armadas salientou: "acredito na tradição luminosa das gloriosas Forças Armadas brasileiras, que sempre se mantiveram firmes na defesa do regime". E completou ainda, como um prenúncio do golpe dos conservadores: "na hora das grandes decisões, os sargentos, que têm sido motivo de tantas preocupações, ouvirão as suas esposas, as suas filhas e terão na lembrança os horrores por que inocentes úteis de outras nações, como Cuba, passaram"³⁰⁰.

²⁹⁸ Anais da Câmara dos Deputados, vol VIII, ano 1963, pp. 239-240.

²⁹⁹ Idem.

³⁰⁰ Ibidem.

Os militares estavam impedidos de concorrer a cargos eletivos, mas descumprindo a lei alguns se candidataram e foram eleitos em 1962. Em 11 de setembro do ano seguinte, o Supremo Tribunal Federal julgou e considerou inelegíveis os sargentos eleitos, causando agitação nas Forças Armadas.

Após a entrevista de Adhemar ao jornal carioca, a reação foi imediata. O deputado Bocayuva Cunha, líder do PTB na Câmara dos Deputados, preparou um discurso com críticas severas ao governador de São Paulo. Salientou que o Brasil estava atravessando uma nova fase e essa seria para melhor, e que o presidente, por meio da ordem e da disciplina, estava vencendo todas as etapas difíceis, tanto políticas quanto econômicas. Defendeu as reformas:

O país já não suporta mais a atual estrutura econômica, que asfixia o nosso desenvolvimento. O país já sentiu a necessidade urgente de reformular esse arcabouço jurídico, que está obsoleto, cuja manutenção apenas equivale à permanência dos grupos privilegiados que não permitem acesso à imensa maioria do povo brasileiro, que não tem ainda aquele mínimo de condições de vida compatíveis inclusive com a dignidade humana³⁰¹.

Diante das mudanças políticas, sociais e econômicas - apregoadas em discurso pelo líder do partido -, era inconcebível que o governador de São Paulo se tornasse o principal foco de agitação no país. "O governador Adhemar de Barros é hoje o agitador número um deste país"³⁰², disse o petebista. A frase gerou revolta no plenário do Legislativo e os deputados adhemaristas contestaram a declaração. Dizia Bocayuva Cunha:

O sr. Governador de São Paulo, hoje, conspirador e agitador, não tem feito outra coisa em seus pronunciamentos públicos, senão intranquilizar o País, pregando a ameaça de uma guerra civil, pregando a ameaça de uma república

³⁰¹ Anais da Câmara dos Deputados, vol VIII, ano 1963, pp. 278-279.

³⁰² Idem.

sindicalista, andando com um documento no bolso, uma segunda Carta Brandi de apoio a uma república sindicalista. E não se limitou a fazer esses pronunciamentos em São Paulo, mas também em diversas capitais de nosso País, em diversas cidades (...) tornando-se o arauto de um imaginário plano de subversão. Mas, bem sabemos o intuito do Senhor Adhemar de Barros, que quer se transformar nesse agente n° 1 da reação, agente n° 1 das forças que desejam a manutenção dos privilégios odiosos, das forças que desejam a manutenção das condições obsoletas de nosso país³⁰³.

O líder do PSP, deputado Arnaldo Cerdeira, tomou o microfone de apartes de sobressalto, promovendo um momento de tensão e discussão entre os dois parlamentares. "É tão absurda a posição de V.Exa. nessa tribuna, tão inconsciente e tão incoerente a análise da posição de um governador de Estado que tem a resguardá-lo a autonomia do seu cargo, do seu Estado, e a liberdade de pensamento de suas manifestações (...)"³⁰⁴.

Cerdeira destacou que os deputados do PTB, apesar de defenderem as reformas de base, não queriam reformular absolutamente nada e torciam para o quanto pior, melhor. Bocayuva Cunha rebateu as críticas afirmando que o PSP, mesmo participando da base de apoio ao governo, votava contra o presidente da República. "Faço um desafio de honra a V.Exa. para provar o que diz. V.Exa está faltando com a verdade"³⁰⁵, contradisse o líder pessepista.

O petebista afirmara que o governador, além de ser o principal fator de intranquilidade nacional, vinha se reunindo com empresários de São Paulo a fim de arrecadar recursos para a compra de armamento para defender o Estado contra o presidente da República e os comunistas. Afirmação que posteriormente não foi confirmada. "Em face da gravidade das declarações e das reuniões, dos movimentos que tem praticado o governador Adhemar de Barros,

³⁰³ Ibidem.

³⁰⁴ Ibidem.

³⁰⁵ Ibidem.

me perguntei se devíamos encarar com seriedade qualquer coisa que partia do Senhor Adhemar de Barros"³⁰⁶.

Em resposta, o governador afirmou que as declarações do líder do PTB eram tendenciosas, com a intenção de confundir e desorientar a opinião pública. "Não me apanharão de surpresa e nem farão desordens em São Paulo"³⁰⁷, lembrou o chefe do Executivo paulista.

Ressaltou ainda aos que chamava de agitadores e desordeiros: "causa espécie sentir que algumas unidades da Federação estão alertas e preparadas para se defenderem, dentro das normas constitucionais, pois a Carta Magna é explícita nesse ponto: a segurança interna depende dos Estados e dos Governadores"³⁰⁸.

O PSP ensaiou, novamente, um rompimento com o governo federal. Acreditavam os deputados que o presidente estava sabendo antecipadamente das declarações do líder de seu partido na Câmara. Adhemar procurou temporizar. Perguntado sobre suas relações com o governo de Jango, disse que não havia uma crise entre os dois. "O que há realmente é uma crise ideológica. Mas não se pode ser inflexível em política"³⁰⁹.

Asseverou não ser contrário às reformas, mesmo porque enviou um pronunciamento ao Congresso Nacional indicando seu posicionamento. Adhemar também lembrou reunião do PSP logo após o pronunciamento de Bocayuva Cunha, onde foi proposto o rompimento com o governo, que havia conversado com o presidente da República e esse garantiu que desaprovava o discurso do petebista.

Depois das declarações do líder do PTB na Câmara, Adhemar esteve com o presidente da República. Os jornais afirmavam que no encontro Jango o responsabilizou pela inquietação no país, deixando clara a possibilidade de rompimento entre os dois.

O deputado e líder do PSP Arnaldo Cerdeira estava presente e contestou as afirmativas lembrando que o governo federal negava

³⁰⁶ Ibidem.

³⁰⁷ "Não me apanharão de surpresa e nem farão desordens em S. Paulo". *O Dia*, 31/05/1963, primeira página.

³⁰⁸ Idem.

colaboração financeira ao Estado de São Paulo. Goulart rebateu as críticas argumentando que tais questões levantadas eram injustas.

Adhemar já tinha se encontrado, em Brasília, com deputados da sua bancada antes de estar com João Goulart, avisando que estava em curso no país um processo de subversão comandado pelo então governador Miguel Arraes e pelo ministro do Trabalho, Almino Affonso.

Posteriormente ao encontro, Adhemar disse a jornalistas que havia estabelecido uma trégua com o presidente. Mas nos bastidores articulava para desestabilizar o governo, intensificando suas críticas.

Posteriormente a reunião com Jango, o líder Arnaldo Cerdeira, em discurso na Câmara em defesa de Adhemar, foi duro nas críticas. Disse que o deputado Bocayuva, ao disparar contra o governador paulista e os membros do PSP infringiu todos os princípios de ética de uma coligação de partidos³¹⁰. Reafirmou a intenção da bancada em se desligar do bloco majoritário e entregar os cargos no governo. Defendeu os pessepistas ressaltando que seus deputados nunca pleitearam postos no governo em troca de apoio na Câmara.

Não impusemos condições para solicitar do Bloco da Maioria Parlamentar, nesta Casa, que nos fosse entregue qualquer Ministério, qualquer Pasta, exigimos apenas dos companheiros de trabalho, sobretudo, que se desse um passo à frente para a pacificação da família brasileira e para se por em ordem o País, tão agitado, tão convulsionado e tão atingido pela incompreensão e pelo impatriotismo de muitos³¹¹.

Cerdeira endureceu o discurso ao afirmar que seu partido "tem arcado com o ônus verdadeiramente pesado de ter que defender e sustentar o arcabouço do regime que aí está"³¹². Perante o discurso

³⁰⁹ "Apenas 'crise ideológica' entre o PSP e o governo federal, segundo Ademar". *Folha de S. Paulo*, 01/06/1963, p. 4.

³¹⁰ Anais da Câmara dos Deputados, vol VIII, ano 1963, p.468.

³¹¹ Idem.

³¹² Ibidem.

de Cunha, restava ao PSP, segundo Cerdeira, a oposição. Levar o partido para uma linha de independência. O deputado relatou que o presidente da República o havia comunicado que ele mesmo desconhecia o teor do discurso do líder do seu partido da Câmara. "S.Exa. declarou-me que não só não tivera ciência, como ainda condenava o discurso proferido (...) por aquele Deputado nesta Casa, acrescentando que o líder do PTB não falara pelo Governo da República"³¹³, nem mesmo pelo presidente ou pelo bloco majoritário.

Tentando contemporizar, o deputado pessepista Cantídio Sampaio destacou:

Leva-me a concluir que toda aquela agressão que (...) sofreu o Presidente do nosso partido, o preclaro Governador Ademar de Barros (sic), o nosso próprio partido e a nossa própria bancada, perdeu muito de sua estatura, porque se o Líder do PTB não falou em nome do Presidente da República, que é também Presidente do PTB, não falou em nome de sua própria bancada, então deu uma opinião pessoal, exclusivamente dele. (...) Nestas condições, creio que o incidente se reduziu praticamente a coisa alguma; perdeu substância, proporção e estatura e deve desaparecer no vácuo³¹⁴.

As falas do pessepistas em plenário foram de indignação em relação aos últimos acontecimentos. Apesar do presidente negar seu envolvimento no discurso proferido pelo deputado Bocayuva Cunha, os pessepistas suspeitavam de Jango. Tanto isso se evidenciava que, apesar da repreensão do presidente ao que falara o líder do PTB na Câmara, Bocayuva voltou a plenário para defender a intervenção federal em São Paulo. Para ele o governador estava preparando um golpe armado³¹⁵. Falou da reunião de Adhemar com a sua bancada na Câmara dos Deputados e que esse afirmara que no país se

³¹³ Ibidem.

³¹⁴ Ibidem.

³¹⁵ "PTB pedirá a intervenção em São Paulo". *Última Hora*, 06/06/1963, p. 6.

vivia um complô contra a democracia, com a subversão da ordem e a implantação do comunismo³¹⁶.

Respondendo a Arnaldo Cerdeira sobre a possibilidade de seu discurso ter sido orientado pelo presidente, Bocayuva afirmou:

(...) Se fosse o Líder do Partido Trabalhista Brasileiro fazer desta tribuna em nome do Senhor Presidente da República, aquelas acusações que dirigi ao Governador de São Paulo, não ficariam aí o episódio. Seria muito mais grave, porque, ao ter conhecimento oficial da irresponsabilidade com que se tem portado o Governador paulista, o Sr. Presidente da República teria talvez até o dever de intervir no Estado de São Paulo, para impedir que um Governador viesse a perturbar a ordem democrática do País³¹⁷.

Prosseguiu o líder Bocayuva Cunha advertindo o governador de São Paulo para que não continuasse a pregar a inquietação, a desordem, em fazer com que o clima político se agravasse no país, porque "seremos nós, do Partido Trabalhista Brasileiro que iremos pedir ao sr. Presidente da República que use dos poderes constitucionais que tem para que faça calar a voz de um governador de Estado que está fazendo com que lavre a inquietação em todo o território nacional"³¹⁸.

Em resposta disse, novamente ocupando a tribuna, Arnaldo Cerdeira:

Venho, entretanto, antes de mais nada, acudir à advertência que S.Exa. faz ao Governo do meu Estado, de ameaça de intervenção em São Paulo. E o faço porque a advertência foi do PTB. Se S.Exa. entende que nós, o povo ativo de S. Paulo, o seu Governo e os seus representantes, podemos ser intimidados dessa forma tão impatriótica, que arquem ele e o

³¹⁶ Anais da Câmara dos Deputados, vol IX, ano 1963, p.133.

³¹⁷ Idem.

³¹⁸ "O líder do PTB na Câmara ameaça o sr. A. de Barros". *O Estado de S. Paulo*, 06/06/1963, p. 3.

seu Partido com a responsabilidade dessa advertência, porque São Paulo responde prontamente pela minha palavra: intervenção em São Paulo não se fará. E não se fará, antes e sobretudo, pela própria dignidade, pelo próprio brio e pela compreensão patriótica de todos os seus filhos, de toda a gente bandeirante³¹⁹.

A posição do governador de São Paulo em relação ao Planalto estava caracterizando-se por uma constante oscilação, traduzida em declarações divergentes. Ora reiterava o seu apoio e do seu partido, ora pregava o rompimento. Contrário à reforma da Constituição, defendida pelo presidente, reivindicava dele pastas ministeriais e cargos para o PSP. Adhemar de Barros buscava apenas um objetivo: compensações político-eleitorais.

As divergências no plano nacional afetaram também as conversações entre Adhemar e o PTB no Estado. Por ordem do próprio presidente da República, deveriam ser suspensas quaisquer negociações com o governador do Estado.

Os pessepistas, então, diante dos últimos acontecimentos, resolveram declarar independência no Congresso Nacional. Adhemar chegou a defender o não rompimento com o presidente da República, mas a independência já dava sinais de afastamento.

O governador paulista passou a articular uma campanha oposicionista contra Jango, aliando-se a Carlos Lacerda. Encontros entre os dois governadores tornaram-se mais freqüentes e incomodavam o presidente João Goulart.

Adhemar continuava reafirmando sua defesa pelos preceitos democráticos e cristãos, repudiando os extremismos de esquerda e também dos partidos conservadores. Refutou as declarações, principalmente do PTB, de que era um conspirador. "Bendita conspiração se o que fiz em defesa das liberdades democráticas e das tradições cristãs foi conspirar. Convido o povo a conspirar

³¹⁹ Anais da Câmara dos Deputados, vol IX, ano 1963, p.311.

comigo em defesa da Constituição e das liberdades humanas (...)”³²⁰, ressaltou o governador de São Paulo.

Aproveitando o momento de fragilidade do país e as comemorações de uma das datas mais importantes do calendário paulista, o dia 9 de julho, Adhemar reforçou o lançamento da sua candidatura à presidência do Brasil. Helicópteros sobrevoaram a Capital jogando volantes de propaganda adhemarista, ao mesmo tempo que muros apareceram pichados com a seguinte frase: “Trabalhemos com afinco, Adhemar 65”.

A candidatura presidencial constrangia os partidos da base aliada no Estado. A aliança firmada com o PSD em 1962 estava prestes a ser rompida, já que o partido tinha um candidato, Juscelino Kubitschek. Lacerda também era postulante ao pleito e, apesar da aproximação com Adhemar, tudo indicava ser por pouco tempo.

O governador da Guanabara por diversas vezes esteve em São Paulo. Buscava cooptar Adhemar em prol da sua candidatura, oferecendo ao paulista a legenda de vice. Os dois nomes juntos seriam imbatíveis e angariariam o apoio de todos os partidos de direita.

A aliança com Lacerda não era muito bem vista pelos membros do PSP. Depois do rompimento de Adhemar com o presidente da República, o líder pessepista na Câmara dos Deputados, Arnaldo Cerdeira, tratou de reaproximar Jango do governador e afastá-lo do chefe do Executivo da Guanabara. Sobre suas relações com Lacerda, Adhemar disse: “Ele continua com o seu pensamento e eu com o meu e do meu partido. Nossas conversações continuam como sempre se faz entre dois governadores democratas e educados”³²¹.

Dessa vez era o presidente da República que não queria a reaproximação. Jango procurou abrir uma frente política em São Paulo contra Adhemar de Barros. A idéia era utilizar o PTB paulista para aglutinar forças oposicionistas no Estado contra o

³²⁰ “‘Governo de São Paulo está atento na defesa das liberdades e fé cristã’”. *O Dia*, 2/07/1963, p. 3.

³²¹ “PSP: Cerdeira ganha primeiro ‘round’”. *Última Hora*, 27/07/1963, p. 5.

governador. Mas o PTB em São Paulo era fraco e constantemente cooptado por Adhemar, uma ala do partido ensaiava, permanentemente, adesão ao governo. Os opositores pessepinistas contavam com o apoio do ministro da Fazenda, Carvalho Pinto, e do ex-candidato a governador, José Bonifácio. Mesmo assim não lograram êxito.

Os deputados petebistas estavam em face de um dilema: ou defendiam a posição eleitoral, mediante a adesão ao governo estadual; ou aderiam ao oposicionismo e arcavam com as conseqüências. Era uma situação difícil já que a legenda tinha as suas fragilidades no Estado e seus representantes dependiam essencialmente dos cargos governamentais para manterem-se na política.

Sabendo dos planos do presidente da República, Adhemar voltou sua metralhadora giratória novamente para o governo. Afirmou que a situação nacional era muito grave, condenando a forma como o presidente queria aprovar as reformas de base, em especial a agrária. O governador sabia que o rompimento traria desvantagens políticas e econômicas aos paulistas, mesmo assim seguiu em frente.

O mês de setembro foi tenso no cenário político do Brasil. Foi na primeira quinzena que estourou o movimento de 500 sargentos, suboficiais, cabos e praças da Marinha e Aeronáutica, em protesto à decisão do Supremo Tribunal Federal que negara recurso do sargento Aimoré Zoch Cavalheiro, então eleito deputado estadual no Rio Grande do Sul, mas não pode ser diplomado (Pinheiro, 2001: 199).

Ainda no mesmo mês, Carlos Lacerda fez declarações bombásticas ao jornal *Los Angeles Times*, defendendo a intervenção das Forças Armadas para depor o presidente da República (Gorender, 1998: 63). O governador da Guanabara acusava Jango de permitir a infiltração de comunistas nos sindicatos e no governo. Disse Lacerda ao jornal norte-americano:

Os militares discutem, no momento, o que fazer de Jango: se é melhor tutelá-lo, patrociná-lo, colocá-lo sob controle até o término do mandato ou destruí-lo. Estou convencido de que o único motivo pelo qual Goulart ainda está na Presidência é porque os militares procuram evitar uma confusão nacional ainda maior que o atual torvelinho econômico de inflação galopante, dívidas estrangeiras maciças e lutas pelo poder político. (...) A administração federal pode ser comparada a um veículo que vai montanha baixo, sem freios. (...) Prefiro ver raiar um novo dia, mais cedo ou mais tarde (Pinheiro, 2001: 2004).

Adhemar aproveitou o momento de instabilidade política para alfinetar Jango. Em convenção nacional do PSP, no mesmo mês e realizada no Rio, o governador de São Paulo disse que a política econômica adotada pelo governo federal agravaria a crise da miséria e da fome. Ressaltou que João Goulart tinha muitas falhas por não conseguir manter o equilíbrio entre as forças políticas. "Deus é brasileiro, já que perdoa as gritantes falhas do nosso governante, cuja única ação se restringe em deixar o tempo passar, mergulhando a Nação num clima de angustiosa espera para a solução de sua crise"³²², afirmou o paulista durante a convenção do PSP.

Em carta enviada ao Congresso Nacional, após a convenção, Adhemar referiu-se ao momento histórico como sombrio, com as instituições democráticas correndo perigo³²³.

As declarações de Adhemar e Lacerda vinham tumultuando os círculos políticos do país. Indignado com os ataques dos governadores, o presidente Goulart enviou ao Congresso um pedido de aprovação de estado de sítio, acompanhado por uma justificativa dos ministros militares (Figueiredo, 1993: 135). Nota encaminhada pelos ministros dizia:

³²² "Brado de alerta à nação: governador de São Paulo prepara documento". *O Dia*, 18/09/1963.

³²³ Anais da Câmara dos Deputados, vol XXIV, ano 1963, p.280.

Jornal norte-americano publica em primeira mão entrevista do Governador da Guanabara, concedida ao Sr. Julian Hart, correspondente no Brasil do "Los Angeles Times", em que, a par de suas costumeiras injúrias ao Governo brasileiro o referido entrevistado procura apresentar nosso País como qualquer republiqueta subcolonial, mendigando esmolas, o nosso povo, um povo desfibrado, incapaz de orientar-se sem tutelas estrangeiras, entregue a um bando de saqueadores comunistas³²⁴.

Comentava ainda:

Em toda esta vastíssima campanha de agitação que esta sendo conduzida para levar o País a desorientação e à desordem, inclusive com ameaça de lockout, com a paralisação de setores da vida econômica do País, fechamento da indústria e do comércio, inclusive de medicamentos e de gêneros alimentícios, e que o Governo já vem denunciando à opinião pública, sentia-se que estava faltando o fecho, isto é, o estopim que o faria explodir. Eis que o fecho revelou-se e revelou-se de maneira mais lamentável, inesperada e impatriótica, ferindo os brios do povo e atingindo a própria dignidade das Forças Armadas, exatamente no instante em que o Ministério da Fazenda desempenha em Nação amiga missão da maior importância para os interesses nacionais³²⁵.

E finalizaram:

Neste momento em que a Nação, confiando no patriotismo e na dedicação de seus verdadeiros filhos, orientada pela clarividência e espírito público de Sua Excelência o Senhor Presidente da República - o brasileiro que é o Presidente de todos os brasileiros e não apenas o porta-voz de pretensas elites nacionais - clama ansiosamente por paz e

³²⁴ Anais da Câmara dos Deputados, vol XXV, ano 1963, p.210.

³²⁵ Idem.

harmonia para trabalhar e progredir, os Ministros Militares, a par de repudiar totalmente a ação deste mau cidadão [Lacerda], conclamam as forças vivas da Nação a cerrar fileiras em torno das autoridades constituídas, da Lei e da ordem, para que possamos ser dignos das gerações que nos sucederão e que viverão, num grande país, sob uma civilização verdadeiramente cristã³²⁶.

Assinavam o pedido de decretação de Estado de Sítio: general Jair Dantas Ribeiro (ministro da Guerra), almirante Silva Motta (ministro da Marinha) e brigadeiro Anísio Botelho (ministro da Aeronáutica). A Assembléia Legislativa de São Paulo reagiu no mesmo instante. "O que não admitimos (...) é a ameaça de intervenção que se contém na (...) nota dos srs. Ministros militares"³²⁷, rebateu Hilário Torloni, líder do PSP no Parlamento estadual. "E São Paulo que se une, mais uma vez, acima de suas divergências partidárias para condenar a interferência (...) do poder militar no poder civil", completou o pessepista.

Vários outros deputados se pronunciaram. O presidente da Assembléia, Ciro Albuquerque, assim se manifestou sobre o assunto: "Causou surpresa ao povo paulista a nota dos ministros militares em pretendendo também alcançar o governador de São Paulo nas críticas que formularam contra o governador da Guanabara"³²⁸.

Uma moção foi votada imediatamente na Assembléia Legislativa paulista e encaminhada ao Congresso Nacional condenando a nota assinada pelos três ministros militares.

Adhemar aproveitou e se pronunciou, ressaltando que ficou surpreso com tal medida. "Não somos os responsáveis pela vastíssima campanha de agitação que está sendo conduzida para levar o país à desorientação e à desordem", respondeu Adhemar, completando: "mas vem ela de há muito, sendo produzida e alimentada por indivíduos e grupos, a soldo de ideologias

³²⁶ Ibidem.

³²⁷ "Os governadores dos dois Estados recebem apoio na Assembléia". *O Estado de S. Paulo*, 02/10/1963, p. 8.

³²⁸ Idem.

exóticas, gozando da complacência (...) dos que vem traindo a confiança e as derradeiras esperanças do povo brasileiro"³²⁹.

Havia uma necessidade urgente de aprovação da proposta, evitando assim que as manifestações de protesto ganhassem força (Skidmore, 2003: 318). Mas o presidente não recebeu o apoio nem do seu partido, o PTB, que aliou-se ao PSD e a UDN contra o pedido de estado de sítio (Ferreira e Delgado, 2003: 372).

Para os ministros de Jango, "não era possível governar o país com governadores de estado conspirando e desafiando, a exemplo de Ademar de Barros, e insultando freneticamente, como fazia Carlos Lacerda, o presidente da República" (Ferreira e Delgado, 2003: 373).

No dia 7 de outubro o presidente Goulart retirou a mensagem do Congresso. Sem apoio dos conservadores e muito menos dos seus aliados, não havia alternativa a João Goulart. "A esta altura, Jango percebeu que se esgotara seu crédito junto às forças conservadoras, uma vez ter demonstrado incapacidade de conter o descalabro financeiro e subjugar as forças de esquerda" (Gorender, 1998: 63). Assim, teve que continuar convivendo com "o governador de São Paulo que o desafiava abertamente, declarando que dispunha de 60 mil homens armados para enfrentar o seu governo, bem como Lacerda que (...) utilizava a televisão para insultá-lo" (Ferreira e Delgado, 2003: 373).

3.5.1 O rompimento: Adhemar se afasta de Jango

Jango ainda tentou um acordo no último momento com o governador paulista. Em meados de outubro de 1963, enviou o senador José Ermírio de Moraes para uma missão de paz junto a Adhemar, que não descartou a possibilidade de reaproximação, desde que o presidente se afastasse dos partidos de esquerda e contemplasse, é claro, o seu partido com cargos no Executivo

³²⁹ "Adhemar responde!". *O Dia*, 02/10/1963, p. 3.

federal. Para tentar barrar Lacerda, o presidente precisava neutralizar São Paulo.

Cada vez mais Goulart afastava-se do governador paulista e, conseqüentemente, do Estado de São Paulo. Não atendia as reivindicações de Adhemar, que não eram poucas, e buscava manobrar com os industriais paulistas para que se voltassem contra o governo do seu Estado. Disse o governador sobre o assunto:

Eles fecharam tudo para São Paulo, que foi excluído da família. São Paulo não é mais tratado como filho e sim como enteado. Enquanto meu Estado estiver sendo tratado dessa maneira, não há qualquer possibilidade de entendimento (...) Não posso entender-me com quem me agride e me insulta³³⁰.

Adhemar revelou que o líder do PSP na Câmara dos Deputados, Arnaldo Cerdeira, chegou a propor à UDN o *impeachment* do presidente, mas que os udenistas acharam a providência prematura. Logo, articulava-se já em 1963, pelo governador de São Paulo, a derrubada de Goulart; mas como ele não tinha, sozinho, força política para isso, resolveu esperar a melhor oportunidade. Ressaltou que o presidente armou um plano para acabar com as instituições democráticas do país. "Com tudo isso, como poderia reaproximar-me desse homem?"³³¹.

Na convenção nacional do PSP em outubro de 63, os membros do partido repudiaram a idéia de *impeachment* do presidente, mas reafirmaram a posição de independência ao governo federal. Era o abandono e o fim da possibilidade de cooperação com Goulart. Adhemar foi categórico: se qualquer membro do partido expressasse apoio ao presidente, seria expulso. "Porque esse governo nada resolve e não faz nada"³³².

³³⁰ "Não posso entender-me com quem me agride e me insulta". *O Dia*, 18/10/1963, p. 3.

³³¹ "O governador reitera seu afastamento do presidente". *O Estado de S. Paulo*, 18/10/1963, p. 4.

³³² "O governador reitera que o PSP não vai cooperar com Goulart". *O Estado de S. Paulo*, 27/10/1963, p. 8.

Diante dos últimos acontecimentos, o deputado federal Cantídio Sampaio denunciou na Câmara a possibilidade de intervenção federal em São Paulo. Adhemar disse aos jornais que tinha informes de que se articulava um plano de invasão do Palácio dos Campos Elíseos. Em nota, a Secretaria da Casa Civil ressaltou que a intenção era a de deter o governador. "Preferiu [Adhemar] - dizia a nota - conforme tem reiterado tantas vezes arcar pessoalmente com qualquer risco, a concorrer para aumentar a exacerbação dos ânimos e precipitar a tensão reinante"³³³. A intervenção em São Paulo mais pareceu um boato do que uma verdadeira intenção, mesmo porque nunca se confirmou.

Candidato à presidência da República, Adhemar articulou-se nacionalmente. Para isso, exigiu definição dos partidos que o apoiavam, particularmente o PSD. O governador buscou estreitar aliança com Magalhães Pinto, então chefe do Executivo mineiro, para sua campanha. Supunha-se até uma chapa Adhemar-Magalhães Pinto para o pleito de 65. A situação política ainda estava muito indefinida, com apenas três candidatos declarados a presidente: Juscelino Kubitschek, Carlos Lacerda e Adhemar de Barros.

Por ocasião de sua visita a Vitória, em dezembro de 63, o governador paulista disse que a sua candidatura à presidência da República era um imperativo nacional que repudiava, de um lado o candidato da esquerda - no caso seria Juscelino, mas que angariava votos também junto a partidos conservadores - e, do outro, o candidato da direita - Lacerda, pela UDN. "É uma candidatura dos que repudiam os extremismos em nossa terra"³³⁴, dizia Adhemar. Afirmava que era o postulante que atenderia as grandes reivindicações populares.

São Paulo (...) está vigilante na defesa das instituições e na salvaguarda das nossas mais caras tradições. São Paulo elegeu um governador genuinamente democrata, um governador

³³³ "Esclarece a Casa Civil as declarações do governador". *O Estado de S. Paulo*, 08/11/1963, p. 3.

³³⁴ "Minha candidatura é imperativo dos que repudiam os extremos". *O Dia*, 03/12/1963, p. 3.

que proclamou, alto e bom som, durante a sua campanha de candidato, defender intransigentemente a linha ideológica de centro, a única compatível com os ideais e a vocação da esmagadora maioria do povo brasileiro! O governador de São Paulo repudia os dois extremos, o governador de São Paulo apoiado pelo povo não permitirá que a (...) bandeira alviverde mude de cor³³⁵.

Na verdade os encontros entre Adhemar de Barros, Magalhães Pinto e Carlos Lacerda eram um pano de fundo para definir as estratégias de ação frente à aproximação do governo federal e do presidente Goulart dos partidos de esquerda.

As candidaturas já estavam postas e o embate político entre os candidatos ficaria para 1965. Naquele momento as definições eram outras. "O Adhemar deixou o Jango solto à sorte dele quando percebeu que haveria um movimento para tirá-lo do poder. (...) Chegou um momento em que o Adhemar teve certeza que o Jango não chegaria até o fim"³³⁶.

Adhemar fazia um movimento de resistência em São Paulo. Sabia da articulação de alguns setores militares, tinha trânsito livre junto às Forças Armadas. "Ele estava assessorado por alguns militares"³³⁷.

O sonho mirabolante da presidência era comum a Adhemar que nunca abandonou esse propósito; e a Carlos Lacerda. (...) O primeiro sem força para tanto, o segundo, (...) brilhante tribuno, figura ímpar, jornalista, político, desgraçadamente foi um demolidor, nota constante na sua vida. (...) Se Jango pretendeu dar um golpe, ou se ia ser levado por um golpe de esquerda, os dois ajudaram e muito no contra-golpe de 31 de março (...) ³³⁸.

³³⁵ "O governador afirma que é definitiva sua candidatura em 1965". *O Estado de S. Paulo*, 21/12/1963, p. 6.

³³⁶ Entrevista concedida ao autor por Enio Pesce em 14/07/2004.

³³⁷ Entrevista concedida ao autor por Hilário Torloni em 08/07/2004.

³³⁸ Entrevista concedida ao autor por Araripe Serpa em 23/10/2004.

Em 24 de dezembro de 63, atendendo as reivindicações das esquerdas, Jango decretou o monopólio da Petrobrás na importação de petróleo e derivados, contrariando investidores norte-americanos. Aproveitando o impacto da medida, permitiu a desapropriação de vinte quilômetros de cada lado das rodovias federais, ferrovias, açudes e rios navegáveis, para utilização da reforma agrária (Decreto Supra). Diante dos acontecimentos e receoso com um possível golpe por parte do presidente, o senador Auro de Moura Andrade - presidente do Congresso - convocou a Câmara Federal e o Senado durante o recesso parlamentar.

O governador de São Paulo protestou contra o decreto SUPRA, pois parte das suas fazendas seriam desapropriadas. Inconformado com a medida tomada por João Goulart, Adhemar defendeu os latifundiários. Convocou os proprietários de terras a recorrerem à Justiça contra o que considerava atentado ao direito legítimo de propriedade³³⁹. O paulista já tinha até um plano preparado onde aviões seriam deslocados com policiais do Estado para o interior onde estivessem ocorrendo invasões de terra³⁴⁰.

O ano de 1964 anunciava uma crise eminente, com negociações políticas duras e intensas entre o governo federal e o Congresso Nacional. "A radicalização política assumiu proporções preocupantes para a manutenção da ordem democrática, particularmente com o anúncio da realização de um comício (...) na Central do Brasil, no Rio de Janeiro" (Ferreira e Delgado, 2003: 382).

Logo em janeiro, o governador de São Paulo se pronunciou dizendo que o Estado estava armado para impedir que o país caísse nas mãos dos comunistas. Era uma declaração que agitava o cenário político.

Adhemar estava empenhado também em consolidar sua liderança em nível nacional e buscar, antes dos outros pré-candidatos, apoios partidários em troca de favores administrativos. Um exemplo típico de mais essa manobra política do governador foi a

³³⁹ "AB reitera: vai defender latifúndios". *Última Hora*, 16/03/1964, p. 3.

declaração de apoio individual por parte de Juvenal Rodrigues de Moraes, membro do PSD e secretário de Adhemar³⁴¹. A reforma do secretariado do governo paulista definiria bem quem estava ou não ao lado da candidatura adhemarista ao pleito federal.

As divergências políticas entre o governador paulista e o presidente da República se intensificavam. Não havia possibilidade de acordo, apesar de um grupo de deputados federais do PSP, liderados por Bento Gonçalves (MG) e favoráveis às reformas de base, defenderem a adesão novamente do partido ao governo. Tanto que o deputado Henrique Laroque (MA) fora convidado pelo presidente da República para assumir a pasta da Educação, mas foi desautorizado por Adhemar³⁴².

Em 17 de janeiro, o Estado da Guanabara amanheceu paralisado com greves em setores essenciais. Lacerda, em telegrama enviado ao governador de São Paulo, denunciava o "golpe comunista" e a intenção do governo federal de intervir no Estado. Dizia:

(...) Venho comunicar-lhe que a situação da Guanabara, criada pelo comunistas, como primeira fase da guerra revolucionária, se agrava de momento a momento. Acabam de entrar em greve os funcionários do Arsenal e Ministério da Marinha, também da Estação Central do Departamento dos Correios e Telégrafos. Tudo indica que está em andamento o plano de intervenção de fato na Guanabara, para estender-se depois ao Estado de São Paulo, numa reprodução adaptada do golpe comunista na Tchecoslováquia. Fazendo esta comunicação antes que se interrompam as comunicações telegráficas, solicito a v.exa. comunicar ao povo de São Paulo que o governo da Guanabara resistirá a qualquer tentativa de deposição pela força, com todos os meios ao seu alcance, que são poucos, mas, espera sejam suficientes para dar tempo a uma resistência generalizada no país³⁴³.

³⁴⁰ "Tropas de AB para defender latifúndios". *Última Hora*, 23/03/1964, p. 3.

³⁴¹ "AB quer furar vários partidos". *Última Hora*, 14/01/1964, p. 5.

³⁴² "PSP formaria no novo Ministério (Educação)". *Folha de S. Paulo*, 15/01/1964, p. 6.

De imediato o secretário de Segurança Pública de São Paulo, general Aldevio Barbosa de Lemos, colocou em prontidão a polícia paulista. Nos bastidores entendia-se que a greve na Guanabara poderia ser estendida para São Paulo.

O governador não estava tão preocupado com as picuinhas políticas. Estava rompido com o governo federal, sabia que não poderia contar com o apoio do presidente Goulart - e também não queria - e não confiava em líderes nacionais como Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek. Por isso tratou de acelerar a estruturação de sua candidatura à presidência da República.

O PSD paulista estava dividido. Se declarasse apoio a JK, imediatamente perderia cargos no governo do Estado. Porém, se seguisse com Adhemar, estaria contrariando o diretório nacional. "Infelizmente tenho adversários dentro do meu próprio Estado, mas São Paulo há de voltar à presidência, para que tudo melhore", declarava Adhemar³⁴⁴. Fora o PSP, o único partido que declarou apoio à candidatura de Adhemar, mais de um ano antes das eleições, foi o PR.

A estratégia eleitoral já estava montada. Os coordenadores preparavam-se para uma grande campanha nacional. A máquina do partido vinha sendo lubrificada com carinho especial, com o reaparelhamento dos diretórios do PSP espalhados pelo país e a criação de outros nas regiões que acreditavam de interesse eleitoral. Seria uma campanha dispendiosa, mas estavam dispostos a correr o risco em nome do partido.

O coordenador da campanha era Artur Audrá, então chefe da Casa Civil do governo paulista. A intenção dos adhemaristas passava pela reestruturação do secretariado; estreitar o relacionamento com governadores de outros Estados; intensificação da implantação de projetos administrativos do governo; dentre outros. Buscava-se também o apoio da Igreja Católica, já que Adhemar era declaradamente católico e não estava mais ligado aos

³⁴³ "Lacerda: golpe teve início". *Folha de S. Paulo*, 17/01/1964, p. 6.

³⁴⁴ "AB: é preciso que São Paulo volte ao poder". *Folha de S. Paulo*, 01/02/1964, p. 5.

comunistas. A idéia era a de conquistar o eleitorado conservador, mas não deixar de lado o progressista³⁴⁵.

Adhemar pretendia ter como vice em sua chapa o deputado federal João Calmon (PSD-ES). Manteve com ele negociações e encontros de bastidores, mas em São Paulo, se fosse para indicar um vice, os pessedistas preferiam Auro de Moura Andrade.

As declarações do deputado Juvenal Rodrigues de Moraes, secretário de Governo e dirigente estadual do PSD no sentido de que a seção paulista do seu partido lutaria pela vitória da dobradinha Adhemar-Auro, provocaram a primeira quebra no esquema político do governador, que preferia João Calmon. Era também uma dissensão nas hostes políticas de JK.

Auro tratou logo em costurar politicamente, não para ser candidato a vice-presidente, mas governador de Estado em 1966. Sua vitória no Senado como presidente do Congresso Nacional, o credenciava a disputar as eleições em São Paulo. A intenção de Auro, com o apoio de Adhemar, era deixar livre o governador para decidir na escolha do seu vice-presidente e, em troca, Adhemar determinaria o apoio dos diretórios pessepistas ao senador.

Em fins de fevereiro, a convenção nacional do PSP confirmou o que já se sabia desde o segundo semestre do ano anterior, Adhemar seria o candidato do partido às eleições presidenciais de 1965. Antes da convenção, assessores do governador paulistas alardearam um discurso bombástico de Adhemar, o que não ocorreu. Apenas afirmou que sua candidatura era para salvar o país. Criticou também a criação da Frente Progressista pelo deputado San Tiago Dantas³⁴⁶.

No Congresso Nacional, tentou-se ainda a articulação de uma Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base, liderada pelo deputado San Tiago Dantas e tendo como apoiadores políticos moderados do PTB e de outros partidos e que, certamente, não estavam agrupados na Frente de Mobilização Popular, liderada pelo

³⁴⁵ " 'Staff' de AB prepara-se para a 'grande batalha' ". *Folha de S. Paulo*, 09/02/1964, p. 3.

³⁴⁶ " Lançada ontem candidatura de AB ao Alvorada ". *Última Hora*, 25/02/1964, p. 3.

deputado Leonel Brizola. O objetivo principal era barrar o processo de radicalização nacional defendido por Brizola.

Estava tudo preparado para alavancar os projetos sociais do governo federal. Jango queria revitalizar o Executivo, ganhar apoio da população brasileira. O comício na Central do Brasil seria o primeiro de uma série a serem realizados pelo país.

Jango precisava do apoio popular para sustentar as medidas que, para o Congresso, contrariavam os mais conservadores. Sindicalistas, políticos e operários foram mobilizados para o comício, que ocorreria na sexta-feira, 13 de março. O local era propício para afrontar o maior adversário político de Jango, o governador da Guanabara Carlos Lacerda.

Um aparato militar foi deslocado para a região, a fim de proteger o presidente. Lacerda aproveitou e decretou feriado para os empregados do Estado da Guanabara, na tentativa de esvaziar o comício.

Mesmo assim, cerca de 200 mil pessoas participaram. Era a força popular do presidente que o Congresso Nacional não considerava e desconhecia? Estava ali a grande maioria de pessoas que queriam as reformas e eleições presidenciais em 1965; uma população politizada e com pensamento legalista (Ferreira e Delgado, 2003: 384). Isso estarreceu os opositoristas. O discurso de Jango versou sobre a desapropriação de terras para a reforma agrária; a supressão da vitalidade da cátedra universitária; o direito de voto aos analfabetos; a legalização do Partido Comunista; a permissão de reeleição para cargos executivos; dentre vários outros assuntos.

Debochando da organização do evento, Adhemar de Barros, após determinar prontidão da polícia paulista, saiu pelo centro da cidade para comprar camisas e gravatas e acabou tomando sorvete em uma das ruas da Capital.

"Derrubar Jango antes da reforma", era o slogan utilizado entre um grupo de parlamentares udenistas associados aos adhemaristas, liderado por Arnaldo Cerdeira e um pequeno núcleo pessedista, tendo à frente Armando Falcão. Pensava-se até no

impeachment do presidente, idéia lançada anteriormente por Adhemar³⁴⁷. Estava ligado aos grupos o senador Auro de Moura Andrade, que mantinha contato com os militares antijanguitas desde 1961, quando o presidente assumiu.

Na semana seguinte ao comício da Central do Brasil, em São Paulo e organizada por diversas entidades religiosas, realizou-se a *Marcha da Família, com Deus pela Liberdade*. Iniciada na Praça da República e encerrada na Praça da Sé, mobilizou cerca de 500 mil pessoas. Era mais do que o dobro e o recado claro de uma sociedade conservadora e do Estado mais forte da federação. Seus objetivos versavam sobre "o fortalecimento da família, a defesa da Constituição, da religião, das instituições políticas democráticas e o repúdio à legalização do PC e à reforma agrária nos termos desejados pelo governo" (Pinheiro, 2001: 233). Indicava um golpe duro e inesperado contra o governo, ainda mais vindo do Estado de onde Jango precisava do apoio político.

Os membros do governo não acreditavam em um golpe. Em 20 de março, Castelo Branco, então Chefe do Estado-Maior do Exército, expediu memorando aos subordinados analisando o quadro nacional, mas sem tomar uma posição contra o governo. Dizia o memorando:

Os meios militares, nacionais e permanentes, não são propriamente para defender programas de governo, muito menos a sua propaganda, mas para garantir os poderes constituídos, o seu funcionamento e a aplicação da lei. Não estão instituídos para declarar solidariedade a este ou aquele poder. Se lhes fosse permitida a faculdade de solidarizar-se com programas, movimentos políticos ou detentores de altos cargos haveria, necessariamente, o direito de também se oporem a uns e a outros. Relativamente à doutrina que admite o seu emprego como força de pressão contra um dos poderes, é lógico que também seria admissível voltá-la contra qualquer um deles (Pinheiro, 2001: 234).

³⁴⁷ "Oposição quer derrubar Jango antes da reforma". *Última Hora*, 17/03/1964, p. 2.

Era o aviso prévio de que o golpe estava sendo articulado, não pelas esquerdas, mas pelas Forças Armadas. Em 23 de março, Adhemar de Barros participou do programa de televisão "Pinga Fogo", do canal 4, e deu uma declaração intrigante. Alegou que poderia ser presidente da República ainda em 1964; desmentiu angariação junto aos empresários de São Paulo de recursos financeiros para militarizar o Estado contra as ameaças do governo Jango³⁴⁸.

Em pleno domingo de Páscoa e um dia antes do golpe militar, a capital da República viveu cercada de boatos. As informações davam conta de que os governadores de São Paulo e da Guanabara estavam prontos para apoiar a derrubada do presidente da República. O que de concreto se sabia era que o marechal Mendes de Moraes havia conferenciado com o general Aldevio Barbosa, secretário de Segurança de São Paulo.

Entendia-se que o governo paulista atuaria como ponto de apoio, uma espécie de porto seguro no caso de insucesso da movimentação militar. "Se falhasse o sistema militar no Rio e em Minas, poderia se transferir o governo da República para qualquer lugar de São Paulo e aqui se fazer a resistência"³⁴⁹.

A questão central para os golpistas era convencer o comandante do II Exército, general Amauri Kruehl a aderir ao movimento. O comandante era amigo pessoal e compadre de Jango, de quem havia sido chefe da Casa Militar e ministro da Guerra. Os dois estiveram em contato na noite do golpe, assim registrado pelo deputado Hércules Correia (do PTB e CGT):

Kruehl: - Presidente, o senhor terá todo o apoio e continuará no governo. Mas é preciso dissolver o CGT e prender todos os seus dirigentes. Essa é a nossa condição última e única.

³⁴⁸ "Adhemar na TV: poderei ser presidente ainda este ano". *Última Hora*, 23/03/1964, p. 3.

³⁴⁹ Entrevista concedida ao autor por Hilário Torloni em 08/07/2004.

Jango respondeu: - Krueel, isso eu não faço. Toda a minha carreira política está vinculada aos trabalhadores. Prefiro ser destituído (Pinheiro, 2001: 254).

O próprio CGT tinha conhecimento das articulações do golpe, tanto que emitiu nota denunciando o movimento marcado para 2 de abril (Skidmore, 2003: 362). O ministro da Guerra, Jair Dantas Ribeiro, estava hospitalizado e, portanto, as Forças Armadas estavam sem nenhum comando.

Disse Krueel à imprensa:

Apelei com veemência e em tom incisivo para que o presidente reconsiderasse sua ação política de estímulo aos movimentos reivindicatórios contrários aos princípios basilares em que se assentam as organizações militares, por isso que as Forças Armadas têm destinação constitucional de características peculiares, diversas daquelas que se afiguram como classistas. As minhas refletidas e repetidas ponderações, infelizmente, não tiveram acolhida. A pretexto de apoio às reformas de base, violentas agressões se fizeram aos princípios de autoridade e de disciplina (Pinheiro, 2001: 255).

No dia do golpe, Adhemar declarou a um grupo de industriais paulistas: "A luta está engajada. Vai chover grosso. Mas não tenham medo, quase posso prometer que daqui a 3 ou 4 meses, não sei bem, estaremos aqui para comemorarmos a vitória"³⁵⁰.

Krueel autorizou as tropas do II Exército a seguirem para o Rio de Janeiro, onde encontrariam os militares pertencentes ao I Exército. Unidades do III Exército situadas no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, aderindo ao movimento, seguiram as ordens do general Krueel. Dentro do Palácio das Laranjeiras, Carlos Lacerda permaneceu entrincheirado. A adesão dos três comandos do Exército e, particularmente do II Exército, foram fundamentais para a derrubada do governo.

Adhemar assumiu toda a articulação política. Na madrugada do dia 1º de abril declarou em uma rede de comunicação montada dentro do Palácio dos Campos Elíseos: "Neste instante anuncio ao povo brasileiro que em 6 Estados estamos sublevados, mas para defender a Constituição, para defender os princípios sagrados à nossa tradição histórica"³⁵¹.

Dizia que o Estado de São Paulo, juntamente com o II Exército, resolveu restabelecer a ordem pública e a segurança nacional. "Tudo fizemos, tentamos todas as soluções conciliatórias", declarou Adhemar³⁵².

Durante meses, em 63, não fizemos outra coisa senão pedir às autoridades federais, especialmente ao ex-presidente João Goulart, que o país não poderia se tornar este estado de agitação permanente, esta desvalorização dos valores, sobretudo a inflação, ao que há de mais sagrado que é a quebra diária do princípio da política espiritual, disciplina, hierarquia e autoridade. Povo de São Paulo e brasileiros de toda a pátria: aqui está a palavra do governador do Estado, falando em seu nome, do seu governo, do seu povo, para lhes afirmar que somos um só homem, com uma única preocupação, o restabelecimento da política tradicional do Brasil no setor externo e no setor interno, esta política conservadora e evolucionista³⁵³.

Adhemar não era mais de centro, a palavra de ordem era conservadorismo. O típico camaleão político, se adequando ao movimento e ao cenário que melhor lhe conviesse. "Acabamos de demonstrar ao mundo que no Brasil há dirigentes democráticos que não toleram o jugo político"³⁵⁴, afirmou o governador paulista ao

³⁵⁰ "Adhemar: 'quem tiver armas que me mande'". *Última Hora*, 31/03/1964, p. 3.

³⁵¹ "Ademar de Barros anuncia sublevação em seis Estados". *Folha de S. Paulo*, 1º/04/1964, p. 3.

³⁵² *Idem*.

³⁵³ *Ibidem*.

³⁵⁴ "Ademar a "Il Messagero": a limpeza começa agora". *Folha de S. Paulo*, 04/04/1964, p. 2.

jornal italiano *Il Messagero*. Defendeu a iniciativa de se prender os comunistas, governadores, prefeitos e deputados.

Falando como apoiador ao movimento, disse que a ocupação militar vinha de encontro ao anseio dos brasileiros. "A revolução representou a própria vontade soberana do povo. O povo quer atos e não palavras"³⁵⁵.

Abril de 1964 representou, de um lado, um golpe contra as reformas sociais que eram defendidas por amplos setores da sociedade brasileira e, de outro, representou um golpe contra a incipiente democracia política que nascera em 1945, com a derrubada da ditadura do Estado Novo (Toledo, 2004: 67).

Jango saiu do Rio de Janeiro, onde estava, e deslocou-se para Brasília. Verificando que a situação não lhe dava condições de resistir, seguiu para Porto Alegre. De lá refugiou-se no Uruguai.

³⁵⁵ "AB: revolução representou a própria vontade do povo". *Folha de S. Paulo*, 09/04/1964, última página.

CONCLUSÃO

Se Adhemar de Barros foi um dos pilares de sustentação do golpe militar de 1964, também foi um dos injustiçados durante esse período. Único político a governar São Paulo por três vezes³⁵⁶, passando por uma legislatura na Assembléia Legislativa, uma como prefeito da Capital paulista e por várias experiências como candidato à presidência da República.

Para quem militou por 36 anos na política, o seu fim foi trágico. Adhemar não suportou ser alijado do processo de decisões pelos militares, particularmente pelo presidente Castelo Branco. O

³⁵⁶ Até o ano de 2007, de conclusão da pesquisa, nenhum outro político havia governado São Paulo por três vezes. Mário Covas foi reeleito mas não terminou o mandato, e Geraldo Alckmin foi governador por quase dois mandatos.

comando do Exército não queria atrelar a sua imagem a de um político corrupto e sem escrúpulos. Interessou o apoio adhemarista no momento de mobilização dos paulistas, depois, com a revogação dos direitos políticos e partidários dos brasileiros, cabia tão somente aos militares designarem e conduzirem os destinos do Brasil.

Durante todo o período pré-golpe, Adhemar acusava Jango de permitir que os comunistas dominassem a política nacional e que, naquele momento, o que salvaria o país era a mobilização dos partidos políticos de centro direita, apoiados pelos militares. Durante o período pós-golpe, criticava o governo por não ser democrático e não garantir os direitos dos cidadãos.

É possível destacar o discurso dúbio do político. Os militares são democráticos a partir do momento em que garantem ao governador um espaço de maior mobilidade na política, que não vinha acontecendo com Jango como salientamos; mas que deixam de ser democráticos quando não atendem mais os seus interesses políticos.

E quais interesses eram esses? Eram os interesses de se manter na política e de ter liberdade de implantar os seus projetos gastando o dinheiro público da forma que achasse conveniente. Claramente os de gastos insaciáveis em obras públicas. São notórias as acusações de desvio de dinheiro público e os processos impetrados contra o governador por essas acusações; apesar do líder político nunca ter sido condenado.

A presença política de Adhemar em um cargo eletivo incomodava muito os militares. Sabiam eles que o líder pessepista não era de confiança, mas o suportaram como forma de gratidão por ter ajudado no golpe.

A mobilização para a cassação do governador de São Paulo se iniciou ainda em 1964. Os militares assumiram o poder e preservam os direitos políticos dos eleitos. Para Adhemar, Castelo Branco instauraria a ordem política, que para ele vinha sendo ameaçada pelos comunistas e pelo governo Jango, e convocaria eleições presidenciais para 1965, como estava previsto. Não teve dúvidas,

manteve a sua candidatura a presidente da República, sem mesmo consultar o governo militar.

Durante várias vezes reafirmou essa condição de candidato, o que deixava o governo federal receoso e incomodado. Com isso, as pressões militares sobre o seu governo aumentavam. Pesava contra ele a antipatia do ministro da Guerra, general Costa e Silva. O general mandou convocar vários assessores do governador de São Paulo para depoimentos em inquéritos militares.

O cerco se fechada e a pressão era intensa contra o governador. No mês de novembro de 1964, Adhemar fez um discurso acusatório, contra aqueles que tentavam desestabilizar o poder paulista. Dizia: "Não nos perturbem as legiões de Mefistófeles com o alarido de suas ambições desçaçaimadas. O ódio nos arrastará a todos ao supremo dos dilúvios, em que não ficará pedra sobre pedra"³⁵⁷. Era um recado claro ao governo federal de que ele, enquanto governador, não incitaria a população paulista a se rebelar contra os militares, mas tinha uma condição, a de que atrapalhassem seu governo.

No mesmo discurso tratou de condenar a política econômica do governo Castelo Branco, de controle monetário. Adhemar não limitava os gastos do Estado e o corte no orçamento federal atrapalhava seus planos. Defendia os ideais de ordem, confiança e segurança, os mesmos dos militares, mas que população nenhuma suportava a inflação, a carestia e o aumento de tributos³⁵⁸. Foi bastante claro no recado aos militares: "São Paulo não tem vocação para cordeiro de Panurgo. Se jogarem alguém pela amurada, este - tenham certeza - não será São Paulo"³⁵⁹.

O disparo, por enquanto, vinha apenas de Adhemar. No governo, as articulações para desgastar o governador eram feitas nos bastidores, com discursos acusatórios de lideranças políticas, tanto na Câmara Federal quanto na Assembléia Legislativa, atreladas ao governo.

³⁵⁷ "Ademar: o ódio nos arrastará ao supremo dos dilúvios". *Folha de S. Paulo*, 21/11/1964.

³⁵⁸ Idem.

No início de 1965 Adhemar deu os primeiros sinais de que não se enquadrava mais na linha política dos militares. Crítico de João Goulart, naquele momento o inocentava, dizendo que o ex-presidente era um coitado³⁶⁰.

As críticas permanentes e a insistência de que São Paulo não se curvaria aos desmandos federais minaram a resistência dos militares. Como candidato a presidente, Adhemar também viajou aos Estados para angariar apoios políticos, já que o ano de 1965 marcou as eleições diretas em 11 Estados brasileiros. Alguns deles - como a Guanabara, Minas Gerais, Santa Catarina e Mato Grosso - elegendo grupos de oposição ao governo federal, o que acendeu o sinal de alerta nos meios militares.

Pressionado pelos militares e diante das últimas eleições, Castelo Branco baixou o AI-2, em outubro de 1965, estabelecendo que as próximas eleições presidenciais seriam realizadas pela maioria absoluta do Congresso Nacional. Estabelecia também a extinção dos partidos políticos existentes, o que na prática forçou a organização de apenas duas legendas: a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), que agregava os partidários do governo; e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro).

Foi uma facada nas costas de Adhemar de Barros, que não esperava ser traído pelos militares, pelo contrário, acreditava que seria ungido como a grande liderança nacional e apoiado por Castelo Branco como candidato a presidente. Ledo engano.

Mesmo assim Adhemar abriu uma frente de campanha pelas eleições diretas. Reunia permanentemente deputados, assessores e secretários para a discussão. Fez vários pronunciamentos pela revogação do AI-2 e a convocação das eleições. "Não estamos interessados em filiação a nenhuma das agremiações criadas, ARENA ou MDB. (...) Nós guiamos, não somos guiados por ninguém e por nenhuma agremiação"³⁶¹.

³⁵⁹ Ibidem.

³⁶⁰ "Ademar afirma que não se enquadra mais na Revolução". *Folha de S. Paulo*, 23/04/1965.

³⁶¹ "Adhemar diz que vai lutar pela formação de 3º e 4º partidos". *Folha de S. Paulo*, 26/01/1966.

O rompimento com Castelo Branco ainda não era declarado. Tanto que Adhemar ainda foi convidado para ingressar na ARENA, para onde caminhou a maioria dos pessepistas, mas não aceitou. Foi oferecido a ele a legenda para o Senado, declinando ao convite. Queria mesmo é ser presidente da República. "Não nos curvamos diante de nenhuma ameaça, não transigimos quando os destinos da pátria estiverem em jogo, não cedemos a qualquer forma de despotismo"³⁶², dizia o governador.

A crise se acentuou quando o governador de São Paulo sugeriu ao presidente Castelo Branco renunciar ao cargo de presidente. Foi o bastante para os meios políticos se agitarem. Em manifesto, Adhemar garantia que acreditou nos militares e que esses deveriam restaurar a democracia no país, e não endurecer e centralizar o poder³⁶³.

Adhemar foi ficando cada vez mais isolado. Incitou os brasileiros a restauração das liberdades políticas. Sem sucesso. Tentou recorrer ao Supremo Tribunal Federal para continuar candidato, também não conseguiu.

Os que Adhemar apoiou foram os que lhe viravam as costas. Dizer que o líder pessepista obteve garantias dos militares para ser apoiado como o candidato do governo a presidente da República em troca de liderar os paulistas para derrubar Jango é uma inverdade. Adhemar queria usufruir do governo federal e, se lhe dessem a chance, disputaria a presidência.

Com Jango, a sua posição política estava desgastada. Acreditava que poderia obter mais espaço político com o novo governo, que de certa forma trazia no bojo do seu discurso um viés de ordem e de combate aos comunistas.

Se enganou. Depois de tantos anos que usufruiu do poder e liderou grandes campanhas políticas, fracassadas ou não, naquele momento estava sendo usado. Um político com tamanha experiência foi passado para traz. Sabia, já em fins de 1965, que o jogo

³⁶² "Única fonte de poder é o povo, diz Ademar". *Folha de S. Paulo*, 01/02/1966.

³⁶³ "Divulgado no Rio manifesto atribuído a Ademar de Barros". *Folha de S. Paulo*, 15/03/1966.

estava perdido. Talvez pretendesse contar com o apoio de políticos paulistas e da própria população para a realização do pleito federal. Mas nem com alguns pessepistas pode contar, pois foram omissos.

Como se afirmou, o governo federal utilizou os bastidores da política para minar a resistência de Adhemar. Estava tudo preparado para a cassação do mandato do governador, tanto que o vice-governador Laudo Natel já havia se reunido com o presidente Castelo Branco para finalizar as últimas tratativas. Em 5 de junho de 1966 Adhemar de Barros foi cassado. Ameaçado de prisão, deixou o país.

Tentou ingressar no MDB como sinal de afronta ao governo, mas tendo os direitos políticos cassados por dez anos recuou da decisão.

Em nota, a presidência da República afirmou que a cassação foi em virtude da necessidade de moralização da administração e da política paulista. Que o governador enveredava-se "numa fase de desvario administrativo caracterizado por medidas destinadas a tumultuarem a vida no Estado. Dentre estas, além das que prejudicariam substancialmente a economia (...) ³⁶⁴".

Encerravam-se a estrutura política do PSP, pois, Adhemar foi o único líder político do PSP, nunca permitindo que algum de seus companheiros se projetasse a ponto de ameaçar a sua hegemonia. Talvez um grande erro. Não oxigenou a legenda, não deu a oportunidade para que outros fossem testados nas esferas públicas.

Buscou apenas uma ambição na vida, querer ser presidente da República. Essa obstinação atrapalhou muito o PSP. As negociações políticas - cargos públicos, ministérios, ingresso de deputados e senadores na legenda - em alguns momentos foram prejudicadas. O partido não tinha vida própria, ele só possuía movimento quando queria o seu líder, impedindo que o PSP se tornasse um partido

³⁶⁴ "Nota da presidência diz que suborno ameaçava SP". *Folha de S. Paulo*, 07/06/1966.

forte nacionalmente. Muitos políticos deixavam de ingressar na legenda para não se submeterem as imposições adhemaristas.

Alguns políticos ainda podem ser comparados com o pessepista, tais como Paulo Maluf e Jânio Quadros. Os três governaram São Paulo, os três foram acusados de desvio de dinheiro público e os três perseguiram a ambição da presidência da República, sendo apenas Jânio eleito.

Adhemar e Maluf, apesar do apelo popular que tiveram em São Paulo³⁶⁵, foram impedidos de realizar um projeto mais amplo pela não projeção nacional.

Adhemar e Maluf tiveram um estilo próprio, o que talvez incomodasse a população de outros estados. A maneira arrogante de falar, a imposição de suas idéias e a recusa de idéias dos outros, e a disputa política com lideranças que tiveram um papel mais predominante naquele momento. Pode-se até dizer que as acusações de corrupção nunca foram um empecilho eleitoral³⁶⁶.

Mesmo se tentasse disputar as eleições em 1965, Adhemar teria sérias dificuldades com os concorrentes: Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek. Da união Lacerda/Adhemar os resultados poderiam ser outros. Mas a história não se faz de suposições, principalmente a política.

Em 1969, na Europa, Adhemar sofreu um infarto e morreu. Os correligionários pessepistas, com o AI-2, se dividiram entre a ARENA e, pequena parte, foi para o MDB. Com a morte do líder do PSP, terminava o adhemarismo.

³⁶⁵ Maluf foi eleito deputado federal, depois do seu afastamento da política desde 1996 quando ocupou o último cargo público como prefeito de São Paulo, com mais de 600 mil votos. Foi a maior votação nacional.

³⁶⁶ Adhemar sempre foi acusado de corrupto e eleito governador por duas vezes. Maluf foi eleito prefeito e, em 2006, deputado federal mais votado do país com 739.827 votos.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Sérgio F. Adorno de. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo*

Liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

AFFONSO, Almino. *Raízes do golpe: da crise da legalidade ao parlamentarismo*. São Paulo: Marco Zero, 1988.

ALBUQUERQUE, J. A . Guilhon. *Instituição e poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

ALMEIDA, Lúcio Flávio de. *Ideologia nacional e nacionalismo*. São Paulo: EDUC, 1995.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil: 1964 - 1984*. Petrópolis: Vozes, 1984.

- AMARAL, Azevedo. *O estado autoritário e a realidade nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.
- Anais da Câmara dos Deputados.
- ANDRADE, Auro Moura. *Um Congresso contra o arbítrio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- Anuário Estatístico do Brasil, da Fundação IBGE, 1964
- AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa e estado autoritário (1968/1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: Edusc, 1999.
- ARENDETT, Hannah. *O que é política?*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- AUGUSTO, Maria Helena Oliva. *Intervencionismo estatal e ideologia do desenvolvimentista*. São Paulo: Símbolo, 1978.
- AURELIANO, Liana. *No limiar da industrialização*. Campinas: UNICAMP, 1999.
- BAER, Werner. *A industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1960.
- _____. *A economia brasileira*. São Paulo: Nobel, 1996.
- BAFFA, A. *Nos porões do SNI*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1989.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart - as lutas sociais no Brasil: 1961- 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- Bandeirante da Tela. Cinemateca Brasileira.
- BARROS, Frederico Ozanam Pessoa de Barros. *Adhemar de Barros na Assembléia Constituinte e na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (1935-1937)*. São Paulo: Editora Nacional, 1986.
- _____. *Adhemar de Barros - discursos e entrevistas*. São Paulo: Plenário Social Progressista, s/d.
- BASTOS, Humberto. *O pensamento industrial no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1952.
- BELOCH, Israel & ABREU, Alzira A de. 1984. *Dicionário histórico biográfico brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, FGV/CPDOC.

- BENEVIDES, Maria Vitória. *A cidade ativa*. São Paulo: Ática, 1996.
-
- _____. *O governo Kubitschek - Desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956/1961)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
-
- _____. *A UDN e o udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
-
- _____. *O velho PTB paulista*. São Paulo: CEDEC, 1988.
-
- _____. "A União Democrática Nacional". In: FLEISCHER, David. *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: Editora da UNB, 1981.
- BENI, Mário. *Adhemar*. São Paulo: Grafikor, s/d.
- BENTANCUR, Arturo Ariel. *Introducción al Estado populista brasileño: orígenes y trayectoria (1930-1945)*. Montevideo: Universidad de la Republica, Departamento de Publicaciones de la Facultad de Humanidades y Ciencias, 1988.
- BERBEL, M. Regina. *Partido dos trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira*. São Paulo: dissertação de mestrado, USP, 1991.
- BETTO, F. *Batismo de sangue*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- BOITO JR, Armando. *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade - lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor/Edusp, 1987.
- BOLLÈME, Geneviève. *O povo por escrito*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *Clássicos do pensamento político*. São Paulo: EDUSP, 2004.
-
- _____. *A vitalidade de um pensamento*. São Paulo: UNESP, 1998.
-
- _____. *A esquerda positiva (as duas almas do Partido Comunista 1920-1964)*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- BRASIL, Olavo. *Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- BRUM, Argemiro J. *Desenvolvimento econômico*. Ijuí: Vozes, 1997.
- BRUNO, Lúcia & SACCARDO, Cleusa. *Organização, trabalho e tecnologia*. São Paulo: Atlas, 1986.

- BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. (Trad. de Magda Lopes). São Paulo: Unesp, 1992.
- CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.
- CALDAS, A. *Tirando o capuz*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.
- CAMARGO, José Márcio & RAMOS, Carlos Alberto. *A revolução indesejada*. Rio de Janeiro: Campus. 1988.
- CAMPELLO, Maria do Carmo de Souza. *Estado e partidos políticos no Brasil (1939-1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- CANNABRAVA FILHO, Paulo. *Adhemar de Barros: trajetória e realizações*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2004.
- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1977.
- _____. *Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional*. Campinas: Unicamp, 1993.
- CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista (1920-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. *Imprensa e a História do Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo (s/d).
- _____ & PRADO, Maria Lígia. 1980. *O bravo matutino - imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega.
- _____. "Populismo latino-americano em discussão". In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.
- CARONE, Edgard. *O pensamento industrial no Brasil (1880-1945)*. São Paulo: DIFEL, 1977.
- _____. *A Terceira República*. São Paulo: DIFEL, 1976.
- _____. *A Quarta República*. São Paulo, DIFEL, 1980.
- _____. *O PCB*. São Paulo: DIFEL, 1982.
- CARVALHO, Maria Izabel Valladão. "A atuação dos partidos no legislativo". In: FLEISCHER, David. *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: Editora da UNB, 1981.
- CASALECCHI, José Ênio. *O Brasil de 1945 ao golpe militar*. São Paulo: Contexto, 2002.

- CASO, A. *A esquerda armada no Brasil 1945/1964*. Lisboa: Moraes, 1976.
- CASTELO BRANCO, Carlos. *Retratos e fatos da história recente*. Rio de Janeiro: Revan, 1994.
- _____. *A renúncia*. Rio de Janeiro: Revan, 1996.
- _____. *Os militares no poder, vol 1*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- _____. *Os militares no poder, vol 2*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- ANDRADE, Régis de Castro. "Perspectiva no estudo do populismo brasileiro". In: *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- CARDOSO, Fernando Henrique, LAMOUNIER, Bolívar. *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Buri, 1965.
- CAVALCANTI, Marly. *Max Weber e a social-democracia*. Dissertação (Mestrado - Filosofia), São Paulo, 1992.
- CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *A "questão social" no Brasil: crítica do Discurso político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.
- CHACON, Vamireh. *Estado e povo no Brasil: as experiências do Estado Novo e da democracia populista (1837-1964)*. Rio de Janeiro: José Olympio/Brasília, Câmara dos Deputados, 1977.
- _____. *História dos partidos brasileiros: discursos e práxis dos seus programas*. Brasília: Editora da UnB, 1981.
- _____. *História das idéias socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- CHAGAS, Carlos. *Guerra nas estrelas (1964/1984). Os bastidores das sucessões presidenciais*. Porto Alegre: L&PM, 1985.
- CHAIA, Vera Lúcia Michalany. *A liderança política de Jânio Quadros (1947 a 1990)*. São Paulo: Tese de doutorado, Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1991.
- _____. *A liderança política de Jânio Quadros (1947 a 1990)*. São Paulo: Humanidades, 1991.
- CHAIA, Miguel. *Sociedade, Cultura e Política: ensaios críticos*. São Paulo: EDUC, 2004.

- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência - aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 1989.
- _____ & FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro, Paz e Terra/Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1978.
- CHAVES NETO, Elias. *Sentido dinâmico da democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- COUTO, Ari Marcelo Macedo Couto. *Greve na Cobrasma - uma história de luta e resistência*. São Paulo: Annablume, 2003.
- DAHER, Maria del Carmen González. *Pronunciamentos presidenciais de 1º de maio uma abordagem discursiva do mundo do trabalho*. São Paulo: Tese (Doutorado), PUC/SP (s/d).
- DANTAS, S.T. *Política externa independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- D'ARAÚJO, M.C. & SOARES, G.D. *Os anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- _____. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- DAVALLE, Regina Aparecida. *A Frente Ampla: um fenômeno de crise e deslocamento de representação (1966-1968)*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 1987.
- DELGADO, Lucília Neves. *O comando geral dos trabalhadores do Brasil - 1961/1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- DEBERT, Guita Grin. *Ideologia e populismo: Adhemar de Barros, Miguel Arraes, Carlos Lacerda, Leonel Brizola*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- DEWEY, John. *Liberalismo, liberdade e cultura*. São Paulo: Nacional, 1970.
- Diário Oficial do Estado de São Paulo.
- DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.
- DIAS, L. N. *Esquerda armada*. Vitória: Edições do leitor, 1979.
- Dicionário Larousse Cultural. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30. Rio de Janeiro:
FGV, CPDOC, 2001.

DINIZ, Eli. *Empresário, estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*.
Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DIRCEU, José & PALMEIRA, Vladimir. *Abaixo a ditadura*. Rio de
Janeiro: Espaço e Tempo, Garamond, 1998.

Discurso proferido durante encerramento da campanha política ao
governo do Estado em 4/10/1962. Documento do Arquivo do Estado de
São Paulo, ainda não catalogado, mas como registro dos documentos
pessoais de Adhemar de Barros cedidos à entidade.

DREIFUS, René Armand. *1964: a conquista do estado. Ação política,
poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

DULLES, John W.F. *Getúlio Vargas - biografia política*. Rio de
Janeiro: Renes s/d).
_____. *Castelo Branco - o caminho para a presidência*.
Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 30: historiografia e história*. São
Paulo: Brasiliense, 1975.

_____. "El populismo en la vida política brasileña".
Revista do Ocidente. Espanha, Programa Internacional de Estudo
Hispanicos Latinoamericanos y Europeos en Toledo, 1995.

_____. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo:
Bertrand Brasil, 2000.

FÁVERO, M. de L. *A UNE em tempo de autoritarismo*. Rio de Janeiro:
UFRJ, 1995.

FERNANDES, Florestan. *Revolução burguesa no Brasil: ensaio de
interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERRANTE, Vera L. *FGTS: ideologia e repressão*. São Paulo: Ática,
1978.

FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e
crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *Brasil Republicano, vol. 3*. Rio de
Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____, DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O
Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de
Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Oliveiros. "A crise de poder do sistema e as eleições
paulistas de 1962". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*.
Belo Horizonte: UMG, 1962.

- FIGUEIREDO, Marcus. *Legitimidade e coação no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1978.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- FLEISCHER, David V. *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UnB, 1981.
- _____. *As bases socioeconômicas do recrutamento partidário (1945-1965)*. Brasília: UnB, Departamento de Ciências Sociais, 1979.
- _____. *Da distensão à abertura: as eleições de 1982*. Brasília: UnB, 1988.
- FORGET, Danielle. *Conquistas e resistências do poder (1964 - 1984): emergência de um discurso democrático no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1994.
- FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- FURTADO, Celso. *Análise do modelo brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- GALBRAITH, J.Kenneth. *Anatomia do poder*. São Paulo: Pioneira, 1986.
- GARCIA, Nelson Jahr. *Estado Novo: ideologia e propaganda política (a legitimação do estado autoritário perante as classes subalternas)*. São Paulo: Loyola, 1982.
- GERMANI, Gino, DI TELLA, Torcuato, IANNI, Octavio. *Populismo y contradicciones de clase en latinoamerica*. México: ERA, 1973.
- GIORA, Regina Célia Faria Amaro. *Alguns aspectos da liderança carismática de Getúlio Vargas*. Tese (doutorado em Psicologia), São Paulo: USP, 1993.
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, 1994.
- _____. *O Estado Novo - ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- _____. & D'ARAÚJO, Maria Celina. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. "O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito". In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas - a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1998.
_____. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- GORZ, André. *Adeus ao proletariado. Para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- HAYASHI, Marli Guimarães. *A gênese do ademarismo (1938-1941)*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.
_____. *Adhemar de Barros no parlamento paulista*. São Paulo: Acervo Histórico - Divisão de Acervo Histórico da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, 2005.
- HIPPOLITO, Lucia. *PSD: de raposas e reformistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968.
_____. *A formação do estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
_____. *O processo político e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- JAGUARIBE, Hélio. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
_____. *Brasil: crise e alternativas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.
_____. *Que é o ademarismo?* Rio de Janeiro: Cadernos do Nosso Tempo, vol 2, 1954.
- JUREMA, Abelardo. *Juscelino & Jango: PSD & PTB*. Rio de Janeiro: Artenova, 1979.
- LABAKI, Amir. *1961 - A crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LACERDA, Cláudio. *Carlos Lacerda e os anos sessenta: oposição*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
_____. *Carlos Lacerda: 10 anos depois*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
- LAFER, Celso. *Desafios: ética e política*. São Paulo: Siciliano, 1995.
- LAMOUNIER, Bolívar e MENEGUELLO. *Partidos políticos e consolidação*

- democrática: o caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. *Da independência a Lula: dois séculos de política brasileira*. São Paulo: Augurium Editora, 2005.
- _____ e CARDOSO, Fernando Henrique. *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- LEBRUN, Gerard. *O que é poder?* São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LEME, M. S. *A ideologia dos industriais brasileiros: 1919-1945*. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Unicamp, 1986.
- LEVINE, Roberto M. *O regime Vargas: os anos críticos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.
- LIMA JUNIOR, Olavo Brasil. *Evolução e crise do sistema partidário brasileiro: as eleições legislativas estaduais de 1947 a 1962*. Rio de Janeiro: Dados - Publicação do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, n° 17, 1978.
- _____. *Realinhamento político e desestabilização do sistema partidário: Brasil, 1945-1962*. Rio de Janeiro: Dados - Publicação do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, n° 25, 1982.
- LOPES, Juarez Brandão. *Crise do Brasil arcaico*. São Paulo: Difel, 1967.
- MAIA NETO, J. *Brasil - guerra-quente na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- MAINWARING, Scott, MENEGUELLO, Rachel, POWER, Timothy. *Conservadores no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- MARKUN, Paulo e HAMILTON, Duda. *1961: que as armas não falem*. São Paulo: SENAC, 2001.
- MARONI, Amnéris. *A estratégia da recusa*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MARTINS, E. C. *Brasil - EUA: dos 60 aos 70*. São Paulo: CEBRAP, 1975.
- MARTINS RODRIGUES, Leôncio. *Transparência, o preço da vida pública. Folha de S. Paulo*.
- _____. *Partidos, ideologia e composição social*. São Paulo: Editora da USP, 2002.
- MARTINEZ, Paulo. *Política: ciência, vivência e trapaça*. São Paulo:

- Moderna, 1990.
- MATOS, Maria Izilda. *Trama e poder*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- Memóriaviva.com.br
- MENEGUELLO, Rachel. *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- MOISÉS, José Álvaro. *Reflexões sobre os estudos do populismo na América Latina*. Milão: Instituto Feltrinelli, 1973.
- MOORE, Barrington. *Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- NORONHA, Eduardo. *Greves e transição democrática*. Campinas: Dissertação (Mestrado-Ciência Política), Unicamp, 1991.
- OLIVEIRA, I. Ribeiro de. *Trabalho e política*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- _____. *Notas sobre o comportamento das coligações eleitorais no Brasil (1950-1962)*. Rio de Janeiro: Dados - Publicação do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, n° 10, 1973.
- OLIVEIRA, Maria Lúcia Lippi. "O Partido Social Democrático (PSD)". In: FLEISCHER, David. *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: Editora da UNB, 1981.
- PARANHOS, Adalberto. *Dialética da dominação (dominação ideológica e consciência de classe)*. Campinas: Papirus, 1984.
- _____. *O roubo da fala - origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- PELLEGRINI, Virginia Maria Cristina. *O PTB em São Paulo*. São Paulo: Dissertação (Mestrado-Ciências Sociais), PUC-SP, 1989.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. *O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber*. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- PINHEIRO, Luiz Adolfo. *JK, Jânio, Jango: três jactas que abalaram o Brasil*. Brasília: Letrativa, 2001.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e trabalho no Brasil*. Rio de

- Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PORTELLA DE MELLO, Jayme. *A revolução e o governo Costa e Silva*. Rio de Janeiro: Guavira, 1979.
- POULANTZAS, N. *Fascismo e ditadura*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- PRADO JUNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- PRADO, Maria Ligia. *O populismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- RAGO FILHO, Antonio. *A ideologia 1964: os gestores do capital atrofico*. São Paulo: Tese (Doutorado-História), PUC-SP, 1998.
- REALE, Miguel. *Memórias*. São Paulo: Saraiva, 1987.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *1968: a paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- _____. *A revolução faltou ao encontro - os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. "O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita". In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- RIDENTI, Marcelo Siqueira. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.
- _____. *Partidos e sindicatos. Estudos de sociologia política*. São Paulo: Ática, 1990.
- _____. *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo: Edusp, 2002.
- SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.
- _____. *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____. *Estado e classes sociais no capitalismo brasileiro dos anos 70/80*. Campinas: Unicamp, 1987.
- _____. *Estado e democracia: ensaios teóricos*. Campinas: Unicamp, 1994.
- SAMPAIO, Regina. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo: Global

- Editora, 1982.
- SANDRONI, Paulo. *Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo: Best Seller, 2002.
- SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2001.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- _____. *Crise e castigo: partidos e gerais na política brasileira*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987.
- _____. *As razões da desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- _____. "Coalizões parlamentares e instabilidade governamental: a experiência brasileira (1961-1964)". In: FLEISCHER, David. *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: Editora da UNB, 1981.
- SCHILLING, P. *Como se coloca a direita no poder*. Global Editora, 1979.
- SCHMITT, Rogério e KRAUSE, Silvana. *Partidos e coligações eleitorais no Brasil*. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 2005.
- SCHWARTZMAN, Simon. *São Paulo e o Estado nacional*. São Paulo: Difel, 1975.
- SEVERINO, Antonio Joaquin. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez Editora, 1980.
- SILVEIRA, Joel. *Viagem com o presidente eleito*. São Paulo: Mauad, 1996.
- SINGER, Paul. *Economia política e urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1975.
- _____. *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- _____. *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- SOARES, Gláucio Ary D. *Sociedade e política no Brasil*. São Paulo: Difel, 1973.
- _____. "Alianças e coligações eleitorais: notas para uma teoria". In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Minas Gerais: Universidade de Minas Gerais, 1964.
- _____. "A experiência pluripartidária". In:

- FLEISCHER, David. *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: Editora da UNB, 1981.
- _____. *Brasil: a política do desenvolvimento desigual*. Belo Horizonte: Revista Brasileira de Estudos Políticos, n° 22, 1967.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- _____. *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- SODRÉ, Roberto de Abreu. *No espelho do tempo - meio século de política*. São Paulo: Best Seller, 1995.
- SOLA, Lourdes. *O estado da transição: política econômica na Nova República*. São Paulo: Vértice, 1988.
- SOUZA, Vivaldo de. "O comportamento das coligações eleitorais entre 1954-1962: pleitos majoritários coincidentes com proporcionais". In: SCHMITT, Rogério e KRAUSE, Silvana. *Partidos e coligações eleitorais no Brasil*. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 2005.
- SOUZA, Maria do Carmo C. *Estado e partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1990.
- SOUZA, Marina de, NETO, Antenor, LOURENÇO, Leandro. *Crepúsculo - o comunismo como pretexto para o golpe de 1964*. Trabalho de Conclusão de Curso. Osasco: UNIFIEO, 2005.
- STEPAN, Alfred. *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- STEWART, Angus. "As raízes sociais do populismo". In: TABAK, Fanny. *Ideologias - populismo*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.
- SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- TELLA, Torcuato di. *Para uma política latino-americana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- TELLES, Vera da Silva. *Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70. Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado - história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

- TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. "1964: o golpe contra as reformas e a democracia". In: Reis, Daniel Aarão. *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois*. Bauru: Edusc, 2004.
- TRAGTEMBERG, Maurício. *Burocracia e ideologia*. São Paulo: Ática, 1977.
- _____. *Max Weber: textos selecionados*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- Tribunal Superior Eleitoral. *Dados Estatísticos*, vol. 6, 1964.
- VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o diálogo é a violência. Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1999.
- VARGAS, Alzira. *Getúlio Vargas, meu pai*. Porto Alegre: Globo, 1960.
- VIANNA, Luiz Werneck. *O sistema partidário e o Partido Democrata Cristão*. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- VIANA FILHO, Luis. *O governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.
- VICTOR, M. *A batalha do petróleo brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- VIEIRA, Evaldo. *Estado e miséria social no Brasil - de Getúlio a Geisel (1951-1978)*. São Paulo: Cortez, 1983.
- YOUNG, Jordam M.. 1973. *Brasil 1954/1964: fim de um ciclo civil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1967.
- _____. *Economia e Sociedade*, vol. 2. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.
- _____. *Textos selecionados*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- WEFFORT, Francisco C. *Política de massas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- _____. *Classes populares e política*. São Paulo: USP, 1967.
- _____. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- WORSLEY, Peter. "O conceito de populismo". In: TABAK, Fanny. *Ideologias - populismo*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

FONTES

a) Escritas

Arquivo do Estado de São Paulo
Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo
Biblioteca Mário de Andrade
Biblioteca Nadir Gouvêa Kfourri
Câmara dos Deputados
Cinemateca
Diário de S. Paulo
Estado de S. Paulo
Folha de S. Paulo
Jornal da Tarde
O Dia
Revista O Cruzeiro
Última Hora

b) Oraís

Altimar Ribeiro de Lima
Armindo Rocha (Arquivo pessoal de Regina Sampaio)
Arnaldo Cerdeira (Arquivo pessoal de Regina Sampaio)
Araripe Serpa
Conceição da Costa Neves (Arquivo pessoal de Regina Sampaio)
Enio Pesce
Erlindo Salzano (Arquivo pessoal de Regina Sampaio)

Hilário Torloni

Lucas Nogueira Garcez (Arquivo pessoal de Regina Sampaio)

Mario Beni (Arquivo pessoal de Regina Sampaio)

Mario Telles

Waldir de Souza (Arquivo pessoal de Regina Sampaio)
